

NDIHR



ISSN: 2176-5804 - Vol. 2 - N.1 - Out/2010

REVISTA ELETRÔNICA **2**

DOCUMENTO

MONUMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO HISTÓRICA  
REGIONAL - NDIHR

## EXPEDIENTE

R454 Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 2, n. 1 (out. 2010)- . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

Prof. Dr. Fernando Haddad  
*Ministério da Educação*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
*Reitora*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lúcia Cavalli Neder  
*Vice-Reitor*

Prof. Dr. Francisco José Dutra Souto  
*Pró-Reitora Administrativa*

Téc. Adm. Valéria Calmon Cerisara  
*Pró-Reitora de Ensino de Graduação*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Myrian Threza de Moura Serra  
*Pró-Reitor de Pesquisa*

Prof. Dr. Adnauer Tarquínio Daltró  
*Pró-Reitora de Planejamento*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisabeth Aparecida F. de Mendonça  
*Pró-Reitora de Pós-Graduação*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leny Caselli Anzai

*Pró-Reitor de Vivência Acadêmica e Social*

Téc. Adm. Luís Fabrício Cirillo de Carvalho  
*Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais*

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Imar Domingos Queiroz

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)  
Téc. Dr. José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)  
Profª. Drª. Maria Adenir Peraro (ICHS/UFMT)  
Prof. Dr. Otávio Canavarros (ICHS/UFMT)

#### **CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva (UFMA)  
Profª. Drª. Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)  
Profª. Drª. Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa (FUNAI/MT)  
Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues (ICHS/UFMT)  
Prof.Dr.Carlos Edinei de Oliveira(UNEMAT)  
Profª. Drª. Leny Caselli Anzai (ICHS/UFMT)  
Profª. Dra. Joana A. Fernandes Silva(UFG)  
Prof. Dr. João Carlos Barrozo (ICHS/UFMT)  
Prof. Dr. Jerri Roberto Marin (UFMS)  
Profª. Drª. Maria de Fátima Costa (ICHS/UFMT)  
Prof. Dr. Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)  
Prof. Dr. Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)  
Profª. Dra. Michèle Sato (IE/UFMT)  
Profª. Drª. Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)  
Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda (CHAM/UNL/PORTUGAL)  
Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto (ICHS/UFMT)  
Prof. Dr. Vitor Manoel M. da Fonseca (ARQUIVO NACIONAL)

#### **EDITORES**

Nileide Souza Dourado  
Paulo Silva Ribeiro  
Elizabeth Madureira Siqueira

#### **DIAGRAMAÇÃO E ARTE**

Terencio Francisco de Oliveira

#### **EDITORIAÇÃO**

Alcione Rodrigues dos Reis



### **O porquê da Máscara**

O número 2 da Revista Eletrônica Documento/Monumento, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR da Universidade Federal de Mato Grosso, elege uma imagem estilizada de máscaras indígenas, com o intuito de homenagear os 30.000 indígenas que atualmente habitam o Mato Grosso, distribuídos em 42 etnias. As máscaras, um dos itens componentes da cultura material de alguns povos indígenas, são receptáculos ou encarnações de entidades sobrenaturais antropomorfas e zoomorfas. Envergadas em rituais específicos, essa indumentária representa as almas dos ancestrais, dos espíritos de plantas e animais, dos seres mitológicos e, até mesmo, dos fenômenos da natureza como a chuva, ventos, raios e trovões. Transformados momentaneamente na personificação de seres sobrenaturais, os mascarados homenageiam, em pomposas cerimônias, a agricultura, a fertilidade, a iniciação do adolescente para a idade adulta.

### **Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa**

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio, Professora do UNIVAG – Centro Universitário, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade Federal de Mato Grosso.

NDIHR



REVISTA ELETRÔNICA **2**  
**DOCUMENTO**  
**MONUMENTO**

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR



## APRESENTAÇÃO

Os monumentos aplicam-se enquanto herança do passado. A origem da palavra monumento vem do verbo latino *monere*, que significa tanto 'fazer recordar' como 'instruir'. Assim, entre outros sentidos, o monumento tem como característica vincular-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, no imaginário das sociedades históricas, possibilitando o reenvio de testemunhos individuais à memória coletiva das sociedades, numa constante reelaboração.

Já o documento é uma escolha do historiador em seu trabalho. O termo latino *documentum*, deriva de *docere* 'ensinar' evoluiu para o significado de 'prova', sendo amplamente usado no vocabulário legislativo [...] e como sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX [...] o documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1992, p.536-547).

A Revista Eletrônica Documento / Monumento é uma publicação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - periódico idealizado como uma revista científica on-line destinada à divulgação de textos e resultados de pesquisas produzidas por professores, alunos da pós-graduação e técnicos da área das humanidades, prestando-se também como veiculador de trabalhos similares desenvolvidos por outras instituições.

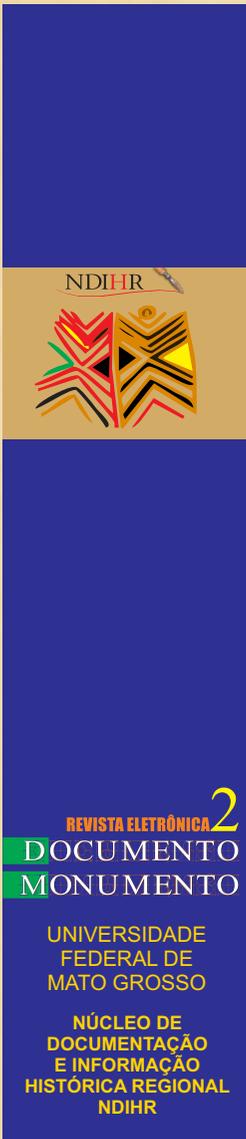
Com a revista, objetiva-se disseminar a produção científica acadêmica, especialmente artigos embasados em fontes dos acervos do NDIHR/UFMT e também de outras Instituições e Centros de Pesquisa nacionais e internacionais. Nessa medida, é um periódico aberto às contribuições de pesquisadores que atuam no âmbito da preservação da memória.

De periodicidade semestral, a Revista Eletrônica Documento / Monumento constitui-se em um espaço aberto a discussões e intercâmbios, onde leitor e produtor de textos devem estabelecer constante diálogo, essencial para o crescimento científico, podendo ser compartilhado por outros web-leitores/autores.



## EDITORIAL

A **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, apresenta sua 2.ª edição em outubro de 2010, ano dos festejos comemorativos dos 40 anos da Universidade Federal de Mato Grosso, não podendo haver melhor ocasião para dar prosseguimento ao percurso do periódico. Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático, aberto, sem custos gráficos e acessíveis ao meio intra e extra acadêmico. O Periódico cria e oferece aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e ofertar ricas e preciosas colaborações. Neste segundo número da Revista Eletrônica Documento/Monumento, são apresentados artigos, notas prévias de pesquisa, resenha descritiva e artigo republicado, de autoria de professores de instituições de ensino superior do país, de empresas públicas e privadas e de particulares, a respeito de temáticas e abordagens diferenciadas, como o estudo da Magnífica Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, **Professora, Dra. Maria Lúcia Cavalli Neder**, discorrendo sobre a História do EAD na UFMT, a partir de sua relação e como participe desde a proposta inicial do curso e autora de material didático para esses cursos, mas, principalmente pelas questões que essa nova modalidade suscitava, adicionadas pelas velhas indagações que acompanharam seu trabalho como professora de cursos de formação de professores e, nos últimos tempos, como docente do curso de formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental. O texto a seguir, de autoria de **Nelsindo de Moraes da Silva**, aborda a formação musical em Cuiabá e a participação de Mestre Inácio, seu enredamento histórico, sua inserção e influência no universo musical de Cuiabá, acompanhado de dados biográficos. O texto buscou descobrir quais as relações de Mestre Inácio com o seu tempo, inserindo-o no panorama político e cultural de Cuiabá-MT. Negro e homem do povo, nascido em 1892, quatro anos após a Abolição da Escravatura, símbolo da cultura regional; **Emanuel Oliveira Braga** argumenta que as políticas públicas referenciadas pelo patrimônio imaterial ampliaram os beneficiados pelos recursos financeiros da área cultural, propiciando uma abordagem democrática de diálogo junto às diversas comunidades herdeiras de tradições diversas que, certamente, contagiaram o próprio patrimônio material; no texto de **Ana Carolina da Silva Borges** discute a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza na extensa área alagável do Pantanal Norte de Mato Grosso, centrando a análise nos moradores da beira dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 e 1930, chamados de “ribeirinhos”. Paralelamente, analisa a forma como as atividades diárias dos trabalhadores rurais da beira dos rios eram vistas e entendidas por viajantes estrangeiros que visitaram a região; a seguir, **Nathália da Costa Amedi** apresenta uma resenha descritiva da obra “*Os italianos na cidade de Cuiabá (1830-1930)*”, de autoria da professora Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes (2005), destacando a contribuição da pesquisa histórica para a compreensão da realidade regional; **Maria Aparecida Borges de Barros Rocha** escolheu como temática a secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá no limiar do século XX, com especial análise nas imagens e iconografia, enquanto representação simbólica da morte; já o texto de **Luís Carlos Borges dos Santos** visa entender como os moradores da Vila Boa Vista, periferia de Porto Alegre, se relaciona com o contexto da Associação Comunitária Santa Rita de Cássia, uma vez que esta se coloca como núcleo de sociabilidade e desenvolvimento humano; o texto de autoria de **Simone Ribeiro Nolasco** aborda a *Práxis da Memória*, que é entendida como reflexão e ação no campo da História dos Objetos que tem como suporte a Pedagogia da Pergunta freiriana, bem como as narrativas históricas e ilustradas da memória; o texto de **Silvânio Paulo de Barcelos** apresenta a trajetória histórica da comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavalo, localizado no município de Livramento-MT, nos aspectos concernentes aos processos de construção de sua identidade, condição singular que os mantém na posição de possíveis proprietários das terras onde secularmente vivem; os autores **Arali Maiza Parma Dalsico** e **Antonio João de Jesus** apresentam o Museu Rondon da Universidade Federal de Mato Grosso, com destaque à sua trajetória e compromisso de ser uma instituição educativa, cuja proposta sempre foi a de gerar



conhecimento e intervir, através de suas ações, no debate interétnico regional; os autores **Andréia Dalcin, Vinícius Machado Pereira dos Santos e Adailton Alves da Silva** apresentam resultados da pesquisa *Memórias do Curso de Matemática na UNEMAT – Barra do Bugres*, com apoio da FAPEMAT, desenvolvida entre 2008 e 2010. Trata-se de pesquisa na área da História da Educação Matemática, com ênfase na formação de professores dessa disciplina e sua relação e avaliação por parte da comunidade local; o artigo de **João Eurípedes Franklin Leal** tem como foco central o uso de tintas para escrever, explicada desde a Antiguidade, Idade Média até a Modernidade, com um rápido histórico e estudos sobre suas composições básicas e técnicas de elaboração; já o artigo de **Elizabeth Madureira Siqueira apresenta** ao leitor o conjunto dos acervos que compõe a biblioteca, hemeroteca e arquivo da Casa Barão de Melgaço, instituição nonagenária e integrada pelas duas instituições culturais mais antigas de Mato Grosso: o Instituto Histórico e Geográfico (1919) e a Academia Mato-Grossense de Letras (1921). Como podem observar, este número está quase exclusivamente, dedicado às pesquisas embasadas em fontes documentais, sendo seus colaboradores, em sua grande maioria, adstritos às áreas das humanidades, porém o espaço está aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR com a diversidade de áreas científicas que timbra a UFMT e que foram constituídas ao longo dos seus 40 anos de existência.

## Editores

NDIHR



REVISTA ELETRÔNICA **2**  
DOCUMENTO  
MONUMENTO

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR

## SUMÁRIO

- 10** A HISTÓRIA DA EAD NA UFMT: O PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
*Maria Lucia Cavalli Neder*
- 25** DAS RUAS E CORETOS AOS PALANQUES CUIABANOS: A TRAJETÓRIA DE MESTRE INÁCIO  
*Nelsindo de Moraes da Silva*
- 43** ENTRE O COTIDIANO E O EVENTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS  
*Emanuel Oliveira Braga*
- 51** OS “RIBEIRINHOS” DO PANTANAL NORTE NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DO “PROGRESSO” (1870-1930)  
*Ana Carolina da Silva Borges*
- 68** OS ITALIANOS NA CIDADE DE CUIABÁ (1830-1930)  
*Nathália da Costa Amedi*
- 71** OS LUGARES DA MEMÓRIA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DA CIDADE DE CUIABÁ NOS SÉCULOS XIX E XX  
*Maria Aparecida Borges de Barros Rocha*
- 88** OUTRO OLHAR SOBRE A PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA RITA DE CÁSSIA  
*Luís Carlos Borges dos Santos*
- 96** POR UMA PRÁXIS DA MEMÓRIA  
*Simone Ribeiro Nolasco*

NDIHR



REVISTA ELETRÔNICA **2**  
DOCUMENTO  
MONUMENTO

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR

- 113** QUILOMBO MATA CAVALO: A FÊNIX NEGRA  
*Silvânio Paulo de Barcelos*
- 127** MUSEU RONDON  
CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E DEBATE INTERÉTNICO  
*Arali Maiza Parma Dalsico*  
*Antonio João de Jesus*
- 139** MEMÓRIAS DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DE MATEMÁTICA EM NOBRES  
*Andréia Dalcin*  
*Vinícius Machado Pereira dos Santos*  
*Adailton Alves da Silva*
- 147** TINTAS PARA ESCREVER  
*João Eurípedes Franklin Leal*
- 151** A CASA BARÃO DE MELGAÇO E O PONTO DE CULTURA DO IHGMT  
*Elizabeth Madureira Siqueira*

# REVISTA ELETRÔNICA 2

DOCUMENTO

MONUMENTO



# A HISTÓRIA DA EAD NA UFMT: O PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES<sup>1</sup>

María Lucia Cavalli Neder<sup>2</sup>

## RESUMO

Este texto traz um dos recortes de minha pesquisa. Meu objeto de estudo foi construído a partir da minha relação de participe da proposta do curso e de autora de material didático para esse curso, mas, principalmente, pelas questões que essa nova modalidade me suscitava, adicionadas pelas velhas indagações que me acompanhavam no trabalho como professora de cursos de formação de professores e, nos últimos tempos, como docente de um curso de formação para professores das séries iniciais do ensino fundamental. Os focos de minhas preocupações em relação a esse objeto dizem respeito: à questão da formação de professores, especialmente para a as séries iniciais do ensino fundamental e àquelas ligadas à modalidade a distância.

**Palavras-chave:** educação a distância, formação de professores, mudanças culturais

## ABSTRACT

This is text provides one of the clippings of my research. My object of study was built from my own relationship by participating in the course proposal and author of textbooks for this course, but mainly by the issues that I raised this new modality, added by the old questions that accompanied me at work as teacher training courses for teachers and, in recent times, as a teacher training course for teachers of early grades of elementary school. The focus of my concerns on this subject concern: the question of teacher training, especially for the early grades of elementary school and those related to the distance mode.

**Keywords:** distance education, teacher training, cultural changes

## DAS RAZÕES DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A qualificação do professor emergiu como questão urgente na política educacional do Estado, nos anos 90 e nas diretrizes das universidades, visto que há uma convicção que a formação em nível de “Magistério de 2º grau” não é condição suficiente para o enfrentamento da crise que se abate sobre o ensino, sobretudo, no fundamental. Além disso, na perspectiva de busca de uma profissionalização desses profissionais, é imprescindível

oportunizar condições acadêmicas e políticas que favoreçam a constituição de um corpo docente mais qualificado e permanente.

Para dar concretude às diretrizes do Programa Interinstitucional de Qualificação Docente, o Instituto de Educação, a partir de 1992, redefiniu sua política de ensino e pesquisa, propondo três programas básicos de atuação: Programa de Formação do Educador das séries iniciais; Programa de Formação do Educador da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; Programa de Pós-graduação em Educação Pública.

Dessa, forma, para acompanhar o processo de estudo, o NEAD formou a equipe de Orientadores Acadêmicos<sup>3</sup>, todos com titulação superior e que passaram a receber uma formação específica em EAD (mediante a oferta do curso de especialização semi-presencial (Formação de Orientadores para a EaD). Esses orientadores residiam, inicialmente, no município-sede da região Polo onde estava sendo desenvolvido o curso e contavam com uma estrutura administrativa e física para o desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, o NEAD, em parceria com os município do Polo, estruturou o Centro de Apoio de Colíder para o atendimento aos alunos: secretaria, salas de atendimento, laboratório de informática, telefone, fax, biblioteca, videoteca, copa e cozinha. Hoje, os Orientadores Acadêmicos residem no próprio município para o qual são selecionados e contam, também, com toda uma estrutura administrativa e pedagógica de apoio para atendimento aos alunos daquele município no Núcleo (municipal) de Educação Aberta e a Distância.

Desde o início da sua implementação, em fevereiro de 1995, o NEAD busca avaliar sistematicamente o curso, para que os resultados observados possam referenciar tomadas de decisão do seu processo de desenvolvimento, bem como a produção de conhecimento na modalidade de EaD<sup>4</sup>. Os estudos realizados farão parte, certamente, do processo de avaliação do curso.

É importante frisar que o NEAD/UFMT se integrou, entre 1999 e 2003, a uma rede criada pelo programa, o CEARENAD (Centro de Aprendizagem e Formação de Recursos Humanos em Educação a

Distância), coordenado pela Télé-Université du Quebec (Canadá), com a participação da Pontificia Universidad Católica de Chile, Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica, l'École Superior de Formation de Maîtres du Senegal e l'Université de Maurice. O CEARENAD tinha por objetivo integrar universidades com experiências em Educação a Distância, criando a possibilidade do intercâmbio e produção de conhecimento na área, objetivando a concretização de projetos conjuntos que tenham por base essa modalidade de ensino. O NEAD participa, também, desde 2000, do Consórcio das Universidades Públicas Virtuais (UniRede), atuando até 2003 como Polo de Assessoria Didático-Pedagógica desse consórcio. O NEAD, ao fazer parte destas redes, tem a possibilidade não só de repassar o domínio de competências aos projetos que desenvolve, dentre os quais o curso de Pedagogia na modalidade a distância, como também aprender com os demais integrantes da rede.

### **O PROJETO DO CURSO**

O currículo do curso de Pedagogia, na modalidade a distância, foi pensado e delineado na perspectiva da construção de um processo de formação de professores, cuja preocupação se move em direção a uma determinada formação política, que enseja aos alunos-professores o entendimento de como são produzidas as subjetividades no contexto das relações sociais de poder, buscando desvendar os meios pelos quais essas relações de poder e as desigualdades sociais privilegiam e aniquilam o indivíduo, ou grupos sociais, no âmbito das configurações de classe, etnia e gênero.

Como princípio epistemológico, o NEAD optou pelo interacionismo, uma alternativa de superação da oposição e dualidade empirismo-inatismo, rejeitando o absolutismo de um dos polos. É a busca da síntese de duas posições que historicamente se digladiaram, ao afirmar que a realidade é dialética, um processo de ir e vir, de reflexão-ação, de interação da experiência sensorial e da razão, da inter-relação sujeito/objeto.

estrutura administrativa e física para o desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, o NEAD, em parceria com os município do Polo, estruturou o Centro de Apoio de Colíder para o atendimento aos alunos: secretaria, salas de atendimento, laboratório de informática, telefone, fax, biblioteca, videoteca, copa e cozinha. Hoje, os Orientadores Acadêmicos residem no próprio município para o qual são selecionados e contam, também, com toda uma estrutura administrativa e pedagógica de apoio para atendimento aos alunos daquele município no Núcleo (municipal) de Educação Aberta e a Distância.

Desde o início da sua implementação, em fevereiro de 1995, o NEAD busca avaliar sistematicamente o curso, para que os resultados observados possam referenciar tomadas de decisão do seu processo de desenvolvimento, bem como a produção de conhecimento na modalidade de EaD<sup>4</sup>. Os estudos realizados farão parte, certamente, do processo de avaliação do curso.

É importante frisar que o NEAD/UFMT se integrou, entre 1999 e 2003, a uma rede criada pelo programa, o CEARENAD (Centro de Aprendizagem e Formação de Recursos Humanos em Educação a Distância), coordenado pela Télé-Université du Quebec (Canadá), com a participação da Pontificia Universidad Católica de Chile, Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica, l'École Supérieure de Formation de Maîtres du Senegal e l'Université de Maurice. O CEARENAD tinha por objetivo integrar universidades com experiências em Educação a Distância, criando a possibilidade do intercâmbio e produção de conhecimento na área, objetivando a concretização de projetos conjuntos que tenham por base essa modalidade de ensino. O NEAD participa, também, desde 2000, do Consórcio das Universidades Públicas Virtuais (UniRede), atuando até 2003 como Polo de Assessoria Didático-Pedagógica desse consórcio. O NEAD, ao fazer parte destas redes, tem a possibilidade não só de repassar o domínio de competências aos projetos que desenvolve, dentre os quais o curso de Pedagogia na modalidade a distância, como também aprender com os demais integrantes da rede.

## O PROJETO DO CURSO

O currículo do curso de Pedagogia, na modalidade a distância, é pensado e delineado na perspectiva da construção de um processo de formação de professores, cuja preocupação se move em direção a uma determinada formação política, que enseja aos alunos-professores o entendimento de como são produzidas as subjetividades no contexto das relações sociais de poder, buscando desvendar os meios pelos quais essas relações de poder e as desigualdades sociais privilegiam e aniquilam o indivíduo, ou grupos sociais, no âmbito das configurações de classe, etnia e gênero.

Como princípio epistemológico, o NEAD optou pelo interacionismo, uma alternativa de superação da oposição e dualidade empirismo-inatismo, rejeitando o absolutismo de um dos polos. É a busca da síntese de duas posições que historicamente se digladiaram, ao afirmar que a realidade é dialética, um processo de ir e vir, de reflexão-ação, de interação da experiência sensorial e da razão, da inter-relação sujeito/objeto.

Três conceitos, como princípios metodológicos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor da base metodológica do curso. O pressuposto era o de que o currículo do curso deve incorporar a compreensão de que o currículo e o conhecimento devem ser vistos como construções e produto de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que devem ser orientados numa perspectiva crítica, onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum. São eles:

**HISTORICIDADE:** é vista como característica das ciências. Mediante esse conceito, espera-se que o aluno-professor perceba que o conhecimento se desenvolve e é construído num determinado contexto histórico-social-cultural e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações.

Três conceitos, como princípios metodológicos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor da base metodológica do curso. O pressuposto era o de que o currículo do curso deve incorporar a compreensão de que o currículo e o conhecimento devem ser vistos como construções e produto de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que devem ser orientados numa perspectiva crítica, onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum. São eles:

**HISTORICIDADE:** é vista como característica das ciências. Mediante esse conceito, espera-se que o aluno-professor perceba que o conhecimento se desenvolve e é construído num determinado contexto histórico-social-cultural e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações.

**CONSTRUÇÃO:** é outro conceito que perpassa todas as áreas de conhecimento do curso, para que o aluno-professor reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultado de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem-homem, homem-natureza e homem-cultura.

**DIVERSIDADE:** é preciso que o aluno tenha claro não só a diferença da natureza dos conhecimentos com os quais trabalha nos currículos das primeiras séries, mas, também a diversidade na abordagem que são dadas a eles em razão do enfoque teórico-metodológico escolhido. É importante que ele compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação educativa e que é preciso a compreensão de que o conhecimento trabalhado nas escolas não é neutro. O conceito de diversidade coloca-se, ainda, como fundamental no curso, tendo em vista os desafios e dilemas do multiculturalismo, face às diversidades étnico-culturais do país e, principalmente, do estado de

Mato Grosso.

Os princípios dinamizadores do currículo, por sua vez, são decorrentes não só das abordagens epistemológicas e metodológicas do curso, mas também do fato de que os alunos são professores em exercício nas séries iniciais. É assumido pelo projeto que a formação profissional do docente deve estar intrinsecamente relacionada ao projeto político-pedagógico da escola, sendo sua prática profissional tomada como uma dimensão curricular. Nesse sentido, os eixos metodológicos do curso, o princípio educativo do trabalho, concebido na indissociável relação teoria-prática, e o princípio da construção histórica e interdisciplinar do conhecimento são muito bem explicitados no Programa Interinstitucional de Qualificação Docente, desenvolvido através de atitudes investigativas e reflexivas adotadas na prática educacional, com vistas a dar sentido menos acadêmico e mais orgânico à teoria.

## JUSTIFICANDO E PROBLEMATIZANDO OS ESTUDOS

Minha motivação para o estudo dessa licenciatura se deu por dupla razão, já especificada anteriormente: ser professora do Instituto de Educação e ser também membro do Núcleo de Educação Aberta e a Distância, criado com o objetivo precípuo de propor e implementar a Licenciatura no estado de Mato Grosso. Minha preocupação em realizar estudos tendo como foco a Licenciatura a distância tinha como suporte algumas questões, como as que se seguem<sup>5</sup>:

- É possível, com o oferecimento da educação a distância, contribuir para operar modificações significativas nesses níveis de ensino?;
- É possível, mediante determinada proposta teórico-metodológica, contribuir para a mudança da prática docente dos professores, levando-os a uma posição crítica frente à realidade educacional brasileira?;

- É possível, com a utilização de material didático específico de educação a distância, dar sustentação a uma ação crítica do licenciado?

Como uma das autoras do material didático da área de Linguagem para a Licenciatura a Distância e como orientadora da área de Antropologia Educacional, interessava-me também realizar estudos com vistas à compreensão de outras questões, tais como:

- O projeto pedagógico do curso de licenciatura do NEAD/UFM tem possibilitado ao professor, em razão de um de seus eixos curriculares – DIVERSIDADE -, uma compreensão da realidade educacional em termos das diferenças culturais e suas implicações no processo de ensino e de aprendizagem?;
- Os estudos propostos ajudam os licenciados a construir, na escola, um “novo discurso” e “uma nova prática”, que contemplem as diferenças?;
- As áreas da Linguagem e da Antropologia, que têm a DIVERSIDADE como um de seus princípios norteadores, possibilita uma prática pedagógica sustentada na Diversidade: cultural e de linguagem?;
- O ensino desenvolvido pelo professor na área da linguagem está sendo construído tendo como suporte os referenciais teórico-metodológicos idealizados pelo projeto pedagógico do curso, consubstanciado no material didático produzido para a Licenciatura?

Em busca de compreensão dessas questões propus como objetivos para meus estudos, análises e reflexões:

- Contribuir para o processo de reflexão a respeito da formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental, desenvolvido através da modalidade

de da educação a distância;

- Observar se a proposta curricular do curso de Licenciatura a Distância da UFMT oportuniza ao licenciado uma prática pedagógica condizente com os objetivos pretendidos pelo curso;
- Verificar se há repercussão da formação dos alunos do NEAD nas escolas em que atuam;
- Verificar como o professor avalia a experiência da EAD na sua formação;
- Observar se os pressupostos teórico-metodológicos trabalhados na área da Linguagem, sustentados pelo princípio da diversidade, estão presentes tanto no discurso como na prática pedagógica cotidiana do professor;
- Analisar se o ensino da linguagem proposto pelo professor está alicerçado nos referenciais teórico-metodológicos propostos no projeto político pedagógico do curso e desenvolvido no material didático elaborado para a Licenciatura.

Ao me propor analisar o curso de formação de professores para a educação básica, na modalidade a distância, optei por fazê-lo no campo da concepção fenomenológico-dialética, enriquecido, ainda, pelas discussões dos estudos culturais, que têm sido consideradas como uma espécie de processo para produção de conhecimento sobre o amplo domínio da cultura humana, principalmente no que diz respeito à questão da diferença, um dos conceitos centrais deste livro.

## O CURRÍCULO DO CURSO: EPISTEMES

A necessidade de se criar um currículo emancipatório para a

formação de professores, principalmente para aqueles que trabalham com as séries iniciais do primeiro grau, é questão relevante, tendo em vista que a grande maioria desses professores é formada em cursos de magistério, o que não tem concorrido para os propósitos da emancipação e transformação aqui enfocadas. É necessário que esses cursos de formação se comprometam, intransigentemente, com essas questões, combinando conhecimento e crítica, de um lado, e um apelo para transformação da realidade em benefício de comunidades democráticas, de outro.

A tradição universitária de formação de professores propunha uma divisão de trabalho na qual às Licenciaturas cabia a formação dos professores que atuavam de 5ª a 8ª série e no ensino médio e, à Pedagogia, a formação de especialistas, diretores, orientadores, supervisores e de professores para atuar nas escolas normais de 2º grau. Essa situação evidencia a diluição de responsabilidades do Curso de Pedagogia, uma vez que não formava especificamente) docentes para as séries iniciais, mas, geralmente, trabalhava fundamentos da educação e metodologias de ensino, desvinculados dos conteúdos das ciências com as quais um professor das séries iniciais lidava. As disciplinas de metodologias do ensino da Linguagem, da Matemática, da História da Geografia, das Ciências Naturais, no curso de Pedagogia, eram ministradas sem a construção dos referenciais teóricos pertinentes.

É interessante que os cursos de formação de professores sejam pensados com fundamentos em princípios pedagógicos e políticos que levem em conta: a) um processo de formação intrinsecamente ligado ao projeto pedagógico das escolas, sendo a prática profissional tomada como base e referência para sua formação; b) a articulação entre a formação inicial e a continuada; c) a indissociabilidade do processo da formação e a construção da identidade profissional do professor em termos de sua profissionalização. O comprometimento com uma formação dos professores das séries iniciais em nível superior é uma decisão política importantíssima e deve ser adotada por todas as Instituições Universitárias, sobretudo quando essa formação tiver como base as dimensões políticas, teórico-metodológicas e da vivência profissional.

A qualificação do professor emerge como questão urgente na política educacional do Estado e nas diretrizes das universidades, não só em termos de sua dimensão quantitativa, mas também na esfera qualitativa. É necessário que projetos de formação de professores sejam construídos visando propiciar condições acadêmicas e políticas que favoreçam a constituição de um corpo docente com possibilidade de atuar significativamente no processo educacional.

Para tanto, faz-se imprescindível que esse projeto de formação seja construído tendo por base uma concepção crítica da Educação, que vê a escola como instituição social com possibilidade de contribuir para uma transformação social. Essa concepção acentua, conforme Brzezinski (1998), a necessidade de a escola ser responsabilizada pela humanização do homem, pela formação de segunda natureza, contribuindo para sua inserção nos universos do trabalho, da vida social e da cultura de consciência política. A escola é pensada, assim, como um *locus* que tem como função primordial contribuir para a formação da consciência social e que impulse os sujeitos para superação das formas de relações sociais opressivas.

A escola tem uma especificidade sociopolítico-pedagógica, na medida em que toma para si o desenvolvimento de um projeto educativo que contribua para que seus alunos, obtendo o domínio de certos conteúdos básicos, ampliem os horizontes culturais, com elevação de seu grau de consciência em relação ao papel e responsabilidade no contexto da construção de uma sociedade mais inclusiva.

O processo de formação escolar deve englobar, portanto, as dimensões pessoais, políticas, sociais, culturais e éticas, redundando na discussão a respeito da formação de professores que atuam na escola, definindo o perfil de um profissional que tem como papel contribuir para a humanização da sociedade. Dessa forma, ao se pensar semelhante formação, é necessário ter consciência de que as instituições responsáveis por ela devem estar imbuídas de consciência e sensibilidade social, portanto comprometidas politicamente.

## O SISTEMA EDUCACIONAL E A DIVERSIDADE

O sistema educacional tem, nessa perspectiva, um papel importantíssimo. É Santomé (1995) que nos lembra que através das práticas educacionais, de maneira explícita ou oculta, destrezas e valores são estimulados, favorecendo a consciência de pertencimento a determinada comunidade. Através de práticas educacionais, as crianças vão se tornando conscientes das peculiaridades que as identificam e dos laços que as unem como grupos iguais. Em contraposição a isso, descubram as diferenças de outras pessoas e grupos. No momento em que o ser humano se depara com o “outro” é que ele adquire consciência de sua existência enquanto grupo diferenciado, compreendendo que compartilha uma determinada visão de mundo com seu grupo de iguais e, ao mesmo tempo, que existem outras formas diferenciadas de pensar e ser.

Todavia, a constatação das diferenças não tem nada a ver com a crença errônea de que alguns grupos humanos ou raças são inferiores e outros superiores, nem justifica a discriminação de uma determinada cultura, em razão de julgamento de valoração imposto pelo poder de grupos dominantes.

Infelizmente, não é com essa compreensão que as instituições acadêmicas têm trabalhado com culturas produzidas por diferentes grupos. Se distintas culturas destacam os caminhos e as maneiras como os seres humanos dão sentido às suas vidas, nenhuma delas, a princípio, deveria ser negada ou ocultada no espaço escolar. Se a diversidade é uma das características essenciais da cultura humana, essa diversidade deveria se constituir no ponto central no trabalho escolar.

Ao se trabalhar com esse conceito, é preciso acompanhar, todavia, o alerta feito por Fleuri e Souza (2003), para que não se considerem as relações entre culturas diferentes pela lógica binária (índio x branco, centro x periferia, dominador x dominado, sul x norte), uma vez que essa lógica não permite compreender a complexidade dos agentes de relações subentendidas em cada polo,

nem a reciprocidade das inter-relações, nem a pluralidade e variabilidade dos significados produzidos nessas relações. Não é isso, entretanto, que se tem presenciado nos espaços da educação institucional. Quando se olha de forma crítica para a escola, percebe-se que ela tem contribuído diretamente para o reforço das características uniformizantes da cultura de um determinado grupo social, em detrimento das outras culturas, sob o pretexto de uma falsa universalidade.

Tendo como base a discussão de Chauí (1989, p. 21), sobre ideologia, pode-se buscar compreender como é o trabalho do discurso ideológico favorece a idéia da não diversidade, da unidade e da homogeneidade da sociedade e, por conseguinte, de sua produção cultural. O trabalho do discurso ideológico, segundo a autora, é:

[...] realizar a lógica do poder, fazendo com que as diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições e de cultura longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como harmoniosa e funcionalmente entrelaçada, oportunizando o ocultamento da divisão, da diferença e da contradição. [...] Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica de identificação social e cultural com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal.

A escola, como instituição social, tem também contribuído para ocultação da diversidade cultural, enfatizando nas suas propostas curriculares a presença das culturas hegemônicas. As culturas de grupos minoritários e/ou marginalizados, segundo Santomé (1995, p. 161), que não dispõem de importantes estruturas de poder, costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas.

Se se considerar que as instituições educacionais constituem lugares mais importantes de legitimação de conhecimentos, pro-

cedimentos e idéias, não é aceitável que valorize apenas um tipo de cultura. O ensino e a aprendizagem que realizam na escola representam, ainda segundo Santomé, uma das maneiras de construir significados, reforçar e conformar interesses sociais, formas de poder e de experiências que têm sempre um significado cultural e político. Nesse âmbito, o que dificilmente se encontra é o que se pode denominar de cultura popular, entendida aqui em oposição à cultura dominante, convertida em cultura de referência ou padrão, visto deter o poder.

## CURRÍCULO E SIGNIFICADO

O currículo escolar não molda, inexoravelmente, o estudante, como afirma Apple (1989), uma vez que este possui também um poder calcado em suas próprias bases culturais. Por essa razão, é possível pensar o currículo como um conjunto de significados que podem ser trabalhados na perspectiva de desafio às relações de dominação e exploração presentes no interior da sociedade. Assim, é imprescindível questionar, acompanhando Apple, dois aspectos do currículo. O primeiro diz respeito ao conteúdo: Qual é esse conteúdo? O que não faz parte dele? O segundo aspecto diz respeito à forma: De que modo o conteúdo e a cultura formal são reunidos? O que ocorre no âmbito da própria organização do conhecimento? É importante trazer essas reflexões para a circunscrição deste estudo e nos perguntar: Que conteúdo é trabalhado no curso de Licenciatura, através da EAD? Como ele é organizado? Como é seu modo e sua forma? É possível perceber a perspectiva que se coloca para a construção de um novo conhecimento, em que as experiências dos alunos possam ser discutidas à luz de materiais, possibilitando uma visão crítica dos conteúdos engendrados pela prática escolar?

No que concerne aos atores do processo pedagógico, Silva (1996, p. 71) destaca a importância de se conceber os grupos envolvidos no processo educacional - professores, alunos, funcionários e pais -, como ativamente comprometidos na produção do

conhecimento concernente à identidade social:

Os significados e as representações dominantes só poderão ser subvertidos e contestados se tivermos uma concepção histórica e social sobre a forma como eles são produzidos". É preciso que se tenha uma educação e um currículo voltados para a abertura e a dissidência, para a transgressão e a subversão, para a disseminação e a pluralidade, para a desestabilização e a interrupção, para o movimento e a mudança e não para uma educação e um currículo centrados no fechamento, no conformismo, na submissão, no ódio, na separação, na fixação e estabilização, no imobilismo e na permanência.

Na prevalência do refletir sobre significados presos já em formas cristalizadas, Silva conclui que é preciso se buscar uma educação e um currículo que multipliquem os significados, em vez de se fechar nos significados previamente recebidos e dominantes, apontando para uma educação voltada para a insurreição e a transgressão de fronteiras. Assim, é preciso pensar o currículo envolvido com o processo cultural e, fundamentalmente, político.

Diferentemente do pensamento convencional, o currículo deve ser visto como uma das bases de produção e criação simbólicas, ele é parte integrante de um processo de produção de sentidos, de significações, de sujeitos. Neste aspecto, Apple (1989, p. 86) afirma estar um dos pontos básicos da divergência entre as concepções de currículo derivadas das teorias críticas da educação daquelas cuja base é reprodutivista:

[...] a literatura sobre o currículo oculto, por causa de seu modelo claramente determinista de socialização e seu foco exclusivo na reprodução, tem a tendência a retratar o trabalhador como se fosse autômato, inteiramente controlado pelo modo de produção, pelos procedimentos técnicos - administrativos e pelas formas ideológicas de nossa sociedade.

Uma concepção crítica de currículo leva em conta que, como parte integrante de um processo cultural, ele não atua simplesmente como veículo transmissor de uma determinada cultura dominante, mas, sim, enquanto terreno em que se defrontam diferentes concepções da vida social, um espaço de criação e produção de cultura.

Silva (1995, p. 28) afirma que “[...] o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.”

O que as teorias críticas buscam questionar, e aí está ao meu ver, sua divergência em relação às teorias reprodutivistas<sup>6</sup>, é a suposição de passividade dos estudantes frente ao currículo. Os defensores da teoria crítica argumentam que discentes estão criativamente agindo sob formas que frequentemente contradizem normas e disposições que permeiam a escola, uma vez que as instituições sociais se caracterizam não só pela reprodução, mas também por contradições.

Ao mesmo tempo em que são controlados, diz Apple (1989), os estudantes tentam, continuamente, através de formas culturais, não necessariamente políticas, articular oposições àquele controle, quando a forma econômica não determina totalmente a cultural. O mesmo autor argumenta que muitos estudantes adaptam criativamente seus ambientes, de forma a poder fumar, sair da aula, colocar humor em suas rotinas, controlar informalmente a cadência da vida escolar, rejeitando, muitas vezes, os currículos ocultos e explícitos da escola.

Assim, um dos conceitos-chave para se entender o que ocorre com essa percepção, é o cultural, uma vez que os estudantes tentam criar condições informais para estabelecer algum sentido de poder, manifesto através de suas experiências vividas. Eles tornam-se bastante hábeis, como assegura Apple (1989), no “driblar o sistema”, adaptando e inserindo, de forma criativa, seus ambientes culturais. Há rejeição das normas que orientam a vida escolar por parte de muitos estudantes. É necessário, por isso, se se deseja uma

compreensão mais refinada da escola, entrar nela e observar seu cotidiano, buscando descobrir quais significados, normas e valores os estudantes, juntamente com outras pessoas, ali experienciam.

O currículo, para Silva (1996, p. 165), deve ser visto como:

[...] um discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos - e sujeitos também muito particulares. Pode se dizer, assim, que o currículo não está envolvido num processo de transmissão ou de revelação, mas num processo de constituição e de posicionamento: de constituição do indivíduo como um sujeito de um determinado tipo e de seu múltiplo posicionamento no interior das diversas divisões sociais.

Com essa compreensão de currículo, busquei, em meus estudos sobre o curso de Licenciatura Básica, 1ª a 4ª séries, através da EAD, observar em que medida ele se organiza para permitir um movimento no interior do qual estudantes e professores fazem algo com “as coisas” propostas, mas também aquelas que são feitas pelos seus autores, como reflete Silva (1996, p. 162).

## **A PESQUISA, OS SUJEITOS**

Os alunos do curso de Licenciatura, observados no período do desenvolvimento do curso, começaram a ter uma participação mais efetiva no interior da escola, principalmente no que tange à participação nas reuniões de planejamento das atividades pedagógicas, prática importantíssima tanto do ponto de vista do cumprimento do disposto na nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB –, aprovada em dezembro de 1996, como do ponto de vista da sua importância enquanto ato político dos educadores. A participação docente é imprescindível no interior de cada escola em particular, visto ser ali o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educacional.

A análise de Projetos Político-Pedagógicos foi objeto de um

dos seminários temáticos desenvolvido pelos alunos. Os professores se debruçaram sobre os projetos das escolas onde atuavam para verificar se haviam princípios definidores da ação escolar e se as finalidades dessas ações estavam claramente explicitadas. Os resultados foram interessantes, na medida em que oportunizaram aos alunos se analisarem enquanto co-autores das propostas. Julgo relevante o fato de os alunos se perceberem nesse processo. É comum, ao se analisar ou se observar qualquer fato ou fenômeno, colocar-se fora dele, não se perceber como sujeito na sua construção. Nas entrevistas feitas individualmente com cada um dos alunos observados, eles trouxeram à tona de suas reflexões o fato de não se perceberem como sujeitos também da construção do fazer escolar, até começarem o curso.

Essa tomada de consciência do aluno-professor sobre a abrangência de seu papel no interior do sistema escolar foi muito importante, principalmente se considerarmos que a ação do professor extrapola os limites de sua sala de aula, pois, enquanto ação política, a ação pedagógica impõe-lhes a responsabilidade pela criação de espaços públicos que possibilitem a luta rumo à concretização de um mundo mais justo e mais humano.

O Curso de Licenciatura, ao eleger a prática pedagógica como um dos elementos de sustentação do currículo, oportuniza ao aluno um mergulho numa dimensão mais ampla do fazer escolar, permitindo, assim, a consciência da responsabilidade de cada um, individualmente, e como membro de um grupo e de determinada comunidade. O respaldo das ciências da área de Fundamentos da Educação, dentre elas a Antropologia, é fundamental para a formação dessa consciência crítica do aluno com relação ao seu papel no processo. Foi solicitado aos alunos que fizessem uma análise crítica dos livros didáticos de Estudos Sociais que adotavam em sua sala de aula, com relação à temática índio e negro. Com um roteiro prévio, os alunos analisaram, em grupos, sobre a questão, trazendo contribuições significativas no tocante à questão da escolha de materiais didáticos. Respaldados em conceitos da Antropologia e da Linguagem, os dois grupos, integrados por alunos-sujeitos

de minhas observações, enunciaram críticas aos livros-textos analisados, evidenciando a atitude preconceituosa e etnocêntrica de seus autores. Uma amostra dos resultados analíticos comprova que os conceitos, princípios e a abordagem metodológica das disciplinas Antropologia e Linguagem têm se colocado como fundamentais nas análises realizadas, favorecendo a passagem daquelas de senso comum para análises alicerçadas em estudos e idéias das diferentes ciências trabalhadas no curso de Licenciatura.

### **DIVERSIDADE CULTURAL E LINGÜÍSTICA NO CURRÍCULO**

Com relação à área da Linguagem, é importante frisar que um dos pontos enfatizados e que teve repercussão imediata na construção teórica dos alunos foi a compreensão da linguagem, numa perspectiva semiótica. As discussões veiculadas pelos fascículos de Linguagem reforçaram as discussões a respeito do conceito de diferença, um dos veios da Antropologia, conceito basilar na abordagem metodológica da Licenciatura, além de oportunizar uma compreensão de texto como unidade de significação.

Essa compreensão a respeito do texto repercutiu significativamente nos alunos, refletindo-se imediatamente em sua prática docente. Um exemplo disso pode ser o ocorrido na análise do livro didático de Estudos Sociais, no tocante às abordagens sobre índios e negros. Não foi raro o caso de os alunos que se detiveram na análise de textos não verbais, figuras, fotos e desenhos que compunham a unidade do livro analisado, verificar de certo modo, que a compreensão do texto havia extrapolado o nível do apenas escrito.

Foi solicitado às alunas que fizessem uma análise crítica dos livros didáticos de Estudos Sociais que adotavam em sua sala de aula, com relação à temática índio e negro. Com um roteiro prévio, os alunos analisaram, em grupos, sobre a questão, trazendo contribuições significativas no tocante à questão da escolha de materiais didáticos. Respaldados em conceitos da Antropologia e da Linguagem, os dois grupos, integrados por alunos-sujeitos de minhas

observações, enunciaram críticas aos livros-textos analisados, evidenciando a atitude preconceituosa e etnocêntrica de seus autores. Uma amostra dos resultados analíticos comprova que os conceitos, princípios e a abordagem metodológica das disciplinas Antropologia e Linguagem têm se colocado como fundamentais nas análises realizadas, favorecendo a passagem daquelas de senso comum para análises alicerçadas em estudos e idéias das diferentes ciências trabalhadas no curso de Licenciatura.

Uma amostra dos resultados analíticos comprova que os conceitos, princípios e a abordagem metodológica das disciplinas Antropologia e Linguagem têm se colocado como fundamentais nas análises realizadas, favorecendo a passagem daquelas de senso comum para análises alicerçadas em estudos e idéias das diferentes ciências trabalhadas no curso de Licenciatura.

### ABORDAGEM SEMIÓTICA DA LINGUAGEM

Com relação à área da Linguagem, é importante frisar que um dos pontos enfatizados e que teve repercussão imediata na construção teórica dos alunos foi a compreensão da linguagem, numa perspectiva semiótica. As discussões veiculadas pelos fascículos de Linguagem reforçaram as discussões a respeito do conceito de diferença, um dos veios da Antropologia, conceito basilar na abordagem metodológica da Licenciatura, além de oportunizar uma compreensão de texto como unidade de significação.

Essa compreensão a respeito do texto repercutiu significativamente nos alunos, refletindo-se imediatamente em sua prática docente. Um exemplo disso pode ser o ocorrido na análise do livro didático de Estudos Sociais, no tocante às abordagens sobre índios e negros. Não foi raro o caso de os alunos que se detiveram na análise de textos não verbais, figuras, fotos e desenhos que compunham a unidade do livro analisado, verificar de certo modo, que a com-

preensão do texto havia extrapolado o nível do apenas escrito.

### DISCURSOS E PRÁTICAS: o antes e o depois

Considero imprescindível trazer algumas falas das alunas observadas com relação aos conteúdos trabalhados nas disciplinas Antropologia e Linguagem. Aproveito-me desse espaço para apresentar algumas particularidades da trajetória das discentes, destacando aqueles aspectos que julguei pertinentes para os propósitos desse trabalho, levantados durante nossos diálogos.

Rose, uma de minhas interlocutoras, nasceu em Deodápolis, Mato Grosso do Sul, todavia, quando de sua vinda para Mato Grosso, morava em Limeira, estado de São Paulo. Casada, teve que acompanhar o marido que buscava condições para melhorar de vida. Tinha feito magistério, mas já fazia muito tempo que estava sem estudar, por isso ficou feliz com a oportunidade de fazer Licenciatura, embora tenha tido muitas dificuldades na apreensão dos conceitos trabalhados pelas áreas, principalmente as primeiras.

Foi preciso fazer várias provas, até conseguir "passar".

Num dos momentos de minhas conversas com Rose, perguntei-lhe o que ressaltaria de mais significativo com relação ao curso. Dentre os aspectos apontados, estavam algumas mudanças em sua percepção sobre alguns fenômenos e a compreensão de conceitos que ela não tinha apreendido antes. Disse-me, por exemplo, que somente depois de estudar os conteúdos de Antropologia começou a perceber o quanto era preconceituosa, não tendo consciência disso. Disse-me, ainda, que jamais tinha levado em conta, em sua prática docente, a questão da diversidade cultural entre seus alunos, mas também a questão das diversidades cognitivas e de aprendizagem. Rose afirmou:

[...] o curso está me permitindo ter uma visão diferente da realidade, principalmente porque fez ressaltar a meus olhos a questão da diversidade entre as pessoas, principalmente a cultural. Estou me preocupando, agora, em realçar esta discussão da diversidade com

meus alunos. Tenho, sempre que as temáticas trabalhadas me permitem, trazido essa questão para dentro da sala de aula.

Uma abordagem que extrapola a dimensão apenas da linguagem verbal foi algo que trouxe uma significativa contribuição para os alunos. Helena, em um dos momentos de conversa, enfatizou também sua mudança perceptiva em relação ao texto: Antes, jamais tinha presente que texto não é só escrito, que eu posso ler, com meus alunos, fotos, mapas, quadros, TV etc.

A afirmação de que se pode ler fotos, mapas, TV, por exemplo, mostra que houve uma ampliação da noção de texto e de leitura. Os fascículos de Linguagem utilizados no curso têm também a leitura e o texto como conceitos fundamentais. Enfatizam muito a questão da importância da leitura nos primeiros anos escolares e a necessidade de se ampliar a capacidade de leitura do aluno.

Lídia, a exemplo de Helena, apontou em nossos diálogos que essa “nova” compreensão da linguagem, da leitura e do texto havia contribuído para mudanças em sua prática pedagógica:

Antes, só trabalhava com texto da cartilha. Eu não me preocupava em trazer outros textos. Eu não pensava que os alunos eram capazes de ler outros tipos de textos. Agora, minhas aulas têm sido mais dinâmicas, agora eu vejo mais sentido nas aulas de leitura.

Lídia enfatiza também que os conceitos de cultura, etnocentrismo e relativismo foram muito importantes na efetivação de mudanças na sua vida profissional. Por exemplo, disse-me ela:

[...] antes eu adotava qualquer livro didático de estudos sociais porque eu não tinha essa visão da maneira como é feita a abordagem, a explicação do assunto. Agora, eu já tenho a preocupação de ver como são abordados, por exemplo, os assuntos em Estudos Sociais, como é apresentado o índio e o negro no livro.

Lídia chama atenção também para a necessidade que ela,

como professora, teve de ampliar suas leituras.

Todas as entrevistadas, sem exceção, levaram em conta esse aspecto na escolha dos livros didáticos e a importância do curso nesse processo. Antes, a escolha do livro não obedecia qualquer critério de análise de conteúdo, quando muito, a questão estética (capa, figuras coloridas etc.).

Maria Rita é outra aluna que destaca a importância do curso de Licenciatura como um espaço possível de sensibilização da necessidade de se desenvolver e oportunizar uma ampliação do processo de leitura para os alunos. Como sua escola não tem biblioteca, fato lamentado por ela, que já se mobiliza para ver se, juntamente com outros professores, consegue formar uma, Maria Rita faz questão, agora, de não usar apenas um livro nas aulas de Comunicação e Expressão:

Eu percebi, através do curso, a importância da leitura para os alunos e a necessidade do trabalho com diversos tipos de texto e de assuntos. Estou usando vários livros didáticos em minhas aulas. Além disso, tenho tirado xerox de alguns textos que não estão no livro, além de trazer também revistas, jornais e gibis para minha sala. Em minhas aulas de Comunicação e Expressão, antes do curso, eu dava só gramática. Agora, aproveito todos os momentos para estar lendo com meus alunos e ajudando eles a produzirem textos. A gramática entra como ajuda na construção do texto escrito.

Bia, de Santa Catarina, veio para Colíder quando tinha 13 anos. Seus irmãos, antes comerciantes, vieram para lidar com a terra. Era a possibilidade de melhoria de vida. Ela diz que sofreu muito. Estranhou tudo, principalmente a linguagem das pessoas. Tinha muito preconceito, embora não se desse conta disso, até começar o curso de Licenciatura e trabalhar com a Antropologia. O modo diferente de falar das pessoas da região era motivo de caçoadas por parte de Bia. Hoje, se envergonha dessa atitude. A Antropologia também lhe permitiu enfrentar um fato que antes

era ignorado: o da diversidade de raça em sua sala. Nunca esteve alerta para a necessidade de ter presente, em sua relação com os alunos, a discussão sobre a questão da diversidade racial e do preconceito que se tem contra os negros. Como não tinha consciência sobre a questão, foi o estudo de conceitos, como etnocentrismo, relativismo e cultura, que lhe fizeram “acordar,” como ela diz:

[...] não trabalhava a questão do racismo em sala e não refletia sobre minha relação com meus alunos negros. Hoje, minha forma de tratar esses alunos mudou. A Antropologia me dá condições de conversar com as crianças, principalmente aqui em Colíder, onde há muita mistura de costumes.

Observa-se que para Bia estão claras não só a noção da diversidade racial entre os moradores de seu município, mas também a cultural, levando à tentativa de mudança de seu modo de ver o mundo. Depois que entrou no curso, sua capacidade de compreensão dos textos aumentou, inclusive, ajudando-a a assistir melhor a TV:

Eu não lia nada, só o livro didático.

O curso de licenciatura traz para o universo dos alunos observados, como eles mesmos afirmam, significados diferentes para uma realidade familiar, fazendo com que emirjam alguns sentidos e significados que, embora expressem o espaço de cada um, em sua relação com a alteridade, emolduram um espaço de fabricação comum, o espaço público. Esse público entendimento, na concepção trabalhada por Jovchelovitch (1994, p. 67):

[...] pode ser visto e escutado por todos e possui a máxima publicidade; o público refere-se ao Mundo mesmo, naquela medida em que ele é comum a todas as pessoas e se diferencia do espaço privado de cada um dentro dele.

A pesquisa de campo permitiu-me, através da escuta de algumas falas e discursos dos alunos, buscar alguns pontos que são comuns e podem revelar seu modo de pensar, entender e configurar o mundo. Um desses pontos, que julgo importante na construção de suas representações, é a condição de migrantes, num processo de colonização do país, através das frentes pioneiras. Em quase todos os depoimentos, a vinda para Mato Grosso revestiu-se de uma perspectiva de melhoria de vida e de oportunidade de trabalho.

Os Migrantes, alunos e familiares, na situação de contato da frente pioneira com outros grupos raciais e/ou étnicos, têm como base simbólica a sustentação de suas relações no sistema capitalista, definindo claramente os interesses de classe. Essa base simbólica alicerça suas relações com o outro, operando através do respaldo hegemônico de subordinador/subordinado. O contato entre os migrantes e os “da terra” e grupos indígenas provocou a necessidade de representações coletivas das diferenças raciais e culturais, como formas de afirmação de interesses, levando a comportamentos preconceituosos como os que constatamos na voz dos alunos.

Diferenças étnicas e culturais mediatizam todas as relações estabelecidas entre a frente pioneira e comunidade local, classificadas sempre em situação de inferioridade. Em seus discursos, os alunos reconhecem o etnocentrismo<sup>7</sup> os e preconceitos existentes, buscando, todavia, uma explicação ancorada nos estudos realizados no curso, não trabalhando, ainda, esses conceitos em suas relações com a sociedade capitalista, que introduz, através de ideologias, modos de representação e de comportamento social.

### **À GUIA DE CONCLUSÃO: das linhas de fuga, apresento uma delas**

No discurso dos alunos-professores-migrantes, pode-se acompanhar de forma processual o embate que se dá entre o dado e o novo, mesmo que o processo de interação esteja, em razão do tempo, mais sedimentado. Ao trabalhar no curso, principalmente através das disciplinas Antropologia e Linguagem, o conceito de diversidade, esses alunos vão tendo a oportunidade de refletir

sobre esse processo que vivenciam, tomando consciência do movimento que o faz esquecer certas coisas e redescobrir outras, percebendo-se parte de uma memória coletiva, mas também individual. Todos os alunos observados apontam para o fato de se descobrirem e a seu grupo como altamente preconceituosos, em razão de sua visão etnocêntrica.

A educação a distância é uma possibilidade de instauração de novas relações paradigmáticas nas instituições educacionais, principalmente em termos de tempo-espço, por exemplo, que, engendradas pela lógica do pensamento modernista, que a concebe como único projeto civilizatório, impõe racionalidades estabelecidas em torno de relações autoritárias e assimétricas. A escola, como instituição social, traz em si marcas e características peculiares que a concretizam num tempo e espaço também peculiares. Embora essas peculiaridades determinem diferenças de uma escola para outra, há traços e características que permitem referências universais a essa instituição, dentre elas o tempo e o espaço escolar, uma vez que, fundada nos princípios da modernidade, a escola brasileira em sua generalidade tem uma estrutura temporal convencional.

A modalidade da educação a distância permite, como exemplifica a fala das alunas/sujeitos desse estudo, um maior respeito aos ritmos pessoais, na medida que, suplantando um modelo de fluxo linear, possibilita uma dimensão cíclica com um ir e vir, um retomar, um rever, um refazer, abertos aos acontecimentos produzidos por sujeitos culturais, na circunstancialidade de seus tempos-espços próprios e, portanto, diversos. A escolha dessa modalidade se coaduna com os eixos curriculares propostos no curso: historicidade, construção e diversidade e, juntamente com todos os outros elementos do currículo já explicitados, contribui para um programa de formação de professores que se inclui num projeto político de busca da transformação educacional. Como participei dessa busca, desenvolvi esse trabalho que, como parte de minha trajetória, também se insere na dimensão das utopias, dentre as quais se destaca a possibilidade de da construção de uma escola que desenvolva um projeto na direção da pluralidade, movimento e mudança.

## NOTAS

- <sup>1</sup> O presente artigo tem como referência a tese de doutorado, publicada em livro: NEDER, Maria Lucia Cavalli. A formação do professor a distância: desafios e inovações de uma prática transformadora. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- <sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora do Instituto de Educação –UFMT. Professora, orientadora do NEAD-UFMT
- <sup>3</sup> Desde 1993, o NEAD optou criar, por opção epistemológica e pedagógica, essa terminologia em substituição ao termo "tutores", mais conhecido e utilizado pelas universidades que oferecem curso a distância.
- <sup>4</sup> Neste sentido, a equipe do NEAD tem produzido artigos, publicados em revistas nacionais e internacionais, como obras coletivas sobre a experiência e sobre a modalidade. Alunos de programas de pós-graduação, tanto da UFMT como de outras IES, têm pesquisado a experiência: duas teses de doutorado e cinco dissertações de mestrado concluídas; cinco teses e duas dissertações em andamento.
- <sup>5</sup> É importante frisar que a Licenciatura em Educação Básica, 1ª a 4ª séries da UFMT é o primeiro curso de nível superior na modalidade a distância no Brasil.
- <sup>6</sup> Bourdieu e Passeron, que contribuíram com suas idéias para essas teorias, assim se posicionam: Qualquer sistema de ensino institucionalizado deve as características de sua estrutura e funcionamento ao fato de ter necessidade de produzir e reproduzir, pelos seus próprios meios, as condições institucionais cuja existência e persistência (auto-reprodução) são necessárias tanto para o exercício de sua função de reprodução de um arbitrário cultural de que não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui para a reprodução das relações entre grupos ou classes (reprodução social)." (p. 70). Enquanto instrumento de transmissão de cultura, a escola transmite a cultura das classes dominantes, tendo um efeito de classificação social que tende a reproduzir a classificação social existente.
- <sup>7</sup> ETNOCENTRISMO é entendido por Rocha (1994, p. 7) como "uma visão de mundo onde o nosso grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos mode-

los, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc”

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALONSO, Katia Morosov; NEDER, Maria Lúcia Cavalli; PRETI, Oreste. *A Licenciatura Plena em Educação Básica 1º e 4º séries, através de modalidades de EAD*. Cuiabá: UFMT, 1996.

APPLE, Michael W. *Currículo e Poder. Educação e Realidade*. Porto Alegre, ano 14, n. 2, p. 46-57, jul/dez. 1989.

\_\_\_\_\_. *Repensando Ideologia e Currículo*. SILVA, Tomaz Tadeu e MOREIRA, Antonio Flávio (org.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Antropologia: Conceitos e Abordagens*. Fascículos 1, 2, 3 e 4. Cuiabá/EDUFMT, 1995.

\_\_\_\_\_. *Território Negro em Espaço Branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Educação e Diversidade Cultural: Interculturalidade como epistémé*. *Cadernos de Educação*. Cuiabá/UNIC, Coordenação de Pós-Graduação. v. 0, nº 1, p. 15-22, nov/1997.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRZEZINSKI, Iria. *Trajetória do Movimento para as Reformulações Curriculares dos Cursos de formação de profissionais da Educação: do Comitê (1980) à ANFOPE (1992)*. *Em Aberto*. Brasília, ano 12, n. 54, abr/jun: 1992.

BORDIEU, P. e PASSERON, J. C. *A Reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

FLEURI, Reinaldo Matias e Souza, Maria Izabel Porto. *Entre Limites de Culturas: educação na perspectiva intercultural*. Florianópolis: UFSC, 2003 (mimeo)

JOVCHELOVICH, Sandra. *Vivendo a Vida com os Outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais*. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Org.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARTINS, Onilza B. *A Educação Superior a Distância e a Democratização do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1990.

NEDER, Maria Lúcia Cavalli. *Ensino de Linguagem: Configuração de um Drama*. Cuiabá: UFMT, 1992. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Concepções de Linguagem e o Ensino de Língua Portuguesa*. *Polifonia*, Revista de Letras, n. 00, EdUFMT, 1993.

\_\_\_\_\_. *Avaliação na Educação à Distância: significações para definição de percursos*. In PRETI, Oreste (org.) *Educação à Distância: Início e indícios de um percurso*. Cuiabá, MT: NEAD/UFMT, 1996.

POSSARI, Lúcia Helena V. e NEDER, Maria Lúcia Cavalli. *Ensino de Linguagem: Ensino, o Entorno e o Percurso*. Fasc. 1 a 6. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

Rocha, Everaldo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *As Culturas Negadas e Silenciadas no currículo*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Alienígenas na Sala de Aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, MARCO. *Sala de Aula Interativa*. Rio: Ed. Quartet, 2000.

SILVA, Tomas Tadeu. *Identidades Terminais: as Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1996.

# DAS RUAS E CORETOS AOS PALANQUES CUIABANOS: A TRAJETÓRIA DE MESTRE INÁCIO

**Nelsindo de Moraes da Silva**

Universidade Federal de Mato Grosso – Mestrando em Estudos de  
Cultura Contemporânea, Licenciado em Música – UFMT.  
Endereço: Av. Doutora Maria Auxiliadora Grissólia,  
Condomínio Morada da Serra I, nº 22,  
Bairro Nova Conquista, Cuiabá – MT.  
CEP: 78056-901; e-mail: nelsindoms@gmail.com

## RESUMO

Chama a atenção a confirmação cada vez maior de uma perspectiva interdisciplinar entre História e Arte, seja como tema de pesquisa seja servindo de meio primordial para a execução da mesma. O diálogo entre ambas há tempos vem ocorrendo no meio acadêmico, utilizando a História como fundamento para entender o contexto em que se desenvolveram as poéticas e, reciprocamente, procurando na produção artística o documento histórico. Os caminhos vêm se cruzando tanto que muitos são os profissionais de História que até procuram uma noção técnica efetiva dessas linguagens para ter mais aprofundamento das questões e, em contrapartida, muitos músicos têm-se apropriado da bibliografia e metodologia específicas da História para alicerçar suas temáticas. Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Formação Musical em Cuiabá: participação de Mestre Inácio*, sob a orientação da Profª Drª Teresinha Prada, apresentado pelo autor em fevereiro de 2009 à Faculdade de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Mato Grosso. O estudo tem como ponto de partida o enveredamento histórico, manifesta-se como uma proposta biográfica, buscando descobrir quais as relações de Mestre Inácio com o seu tempo. Sua inserção no panorama político e cultural de Cuiabá-MT, negro e do povo, nascido em 1892, quatro anos após a Abolição da Escravatura, torna-o um símbolo da cultura regional. Esse mergulho nos proporcionou um maior entendimento do cenário cultural cuiabano, ao mesmo tempo em que lançou luzes e trouxe a público, com a devida análise crítica, um importante material sobre a música cuiabana.

**Palavras-chave:** Música, História, Mestre Inácio.



## ABSTRACT

More and more, it draws attention to evidences of an interdisciplinary perspective between History and Art, such as theme of research or as primary means for its implementation. The dialogue between them has long been occurring in the academic world, using history as a foundation for understanding the context in which the poetics developed and, reciprocally, looking at the artistic production like a historical document. The paths are so mixed that there are many professionals from History which have got an effective technical notion about Art just to do their issues with more deepness and, conversely, many musicians have appropriated themselves of the bibliography of History and specific methodology to support its themes. This article is based on Course Conclusion Work, named Musical Training in Cuiabá: contribution of Mestre Inácio, under the guidance of Teresinha Prada (PhD), presented by the author on February 2009 at the Music Graduation at the Federal University of Mato Grosso. The study has its beginning in a historical plot, manifests itself as a biographical proposal, looking for to reveal the relationship of Mestre Inácio with his moment. His insertion in the political and cultural panorama of Cuiabá, being a black and a worker, born on 1892, four years after slavery abolition, become him a symbol of regional culture. This dive gave us more comprehension about Cuiabá cultural scene, as long as it launch and make public, with appropriate review, an important material about Cuiabá music.

**Key words:** Music, History, Mestre Inácio.

Cada vez mais vem se destacando uma crescente produção acadêmica sob a perspectiva interdisciplinar entre História e Arte, tanto como objeto de pesquisa quanto como ferramenta indispensável para a execução da mesma. O ponto de encontro dessas duas áreas sempre existiu, já que a História é o fundamento para entender o momento em que se desenvolveram

as produções artísticas e, em paralelo, as obras de arte podem representar um documento histórico. Nessa empreitada intelectual, surge a orientação premente para que um conheça os detalhes do trabalho do outro e para isso já não basta mais o contato superficial, há que se procurar uma noção técnica efetiva dessas linguagens para ter mais aprofundamento das questões e, em contrapartida, muitos músicos têm-se apropriado da bibliografia e metodologia específicas da História para alicerçar suas temáticas.

O exemplo dessa rota comum está contido no presente trabalho que aborda Música e História, em especial a obra de Mestre Inácio, criador da Banda Lira Operária Santa Cecília, um marco da formação musical em Cuiabá. Para uma pesquisa acadêmica que abarcasse as duas áreas com metodologias próprias, os cuidados foram redobrados, porém nem se temia o debate histórico nem se almejava abster-se de uma análise musical específica.

Partindo da pesquisa em fontes orais e muito pouco impressas, o estudo delineou o perfil de Mestre Inácio (1892-1986) em relação à vida cultural, sócio-política e comportamental da Cuiabá de boa parte do século XX. Analisando a trajetória do indivíduo de origem humilde em um país livre da escravidão, mas que guardaria ainda por muito tempo as feridas abertas do regime escravocrata, o trabalho elencou as facetas de Mestre Inácio pelos vieses de sua atuação na vida privada e pública, **em especial sua atividade como músico, místico e político.**

A relação entre negritude e atividade musical de Mestre Inácio é o fato mais eloqüente do exame geral dos dados coletados, pois ele é um herdeiro dos eventos iniciados no Brasil Colônia, no qual sabemos que mais uma das atribuições do negro escravizado era fazer Música. Aos portugueses, bastava-lhes contemplar a Música somente como uma linguagem artística européia, cultivando uma percepção preconceituosa daquela praticada entre os habitantes da nova terra (os índios). Do negro, o governo colonial português logo tachou sua manifestação musical de indecente ou incitativa à violência, proibindo sua realização. Ainda que essa proibição provara-se impraticável, foi na manifestação musical oficial que se encontrou a condição do negro dentro do meio soci

al brasileiro como de um repetidor da forma erudita europeia, pois era comum o colonizador mais abastado ter escravos músicos, os chamados *choromelleyros*.

Após séculos de exploração, chegamos à Abolição da Escravatura oficialmente em 1888, não sem a amarga constatação de que a sociedade brasileira não estava disposta a se despir dos seus antigos preconceitos, mas sim disfarçá-los de forma hipócrita e velada. Para além das parcas possibilidades de sobrevivência do negro na então republicana nação, a Música tornou-se um eixo, um esteio – não só a manifestação musical e ritual afro-brasileira, mas aquela mesma música, aprendida debaixo do temor das algemas, formalizada pela escrita e estética europeia, tornar-se-ia para muitos negros um *status*, uma possibilidade de ascensão, de visibilidade na sociedade que o ignorava no cotidiano, mas que o aplaudia assim que subisse ao palco, ao coreto, à frente dos coros das igrejas e praças. E dessa maneira se deu com Mestre Inácio, como veremos, sua arte musical propiciou-lhe um renome e um estilo de vida.

### UM RELANCE SOBRE A MÚSICA NO BRASIL E MATO GROSSO: PERÍODO COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO

Os centros mais importantes do cultivo da música no período colonial possuíam características predominantemente europeias e ligadas à religião. Deu-se primeiramente na Bahia, depois em Pernambuco, quase que concomitantemente, por volta do final do século XVI. No século XVII aparece o Pará, São Paulo, Maranhão, Paraná e Rio de Janeiro. E já no século XVIII surge o importante centro musical de Minas Gerais, favorecido primeiramente pelo ciclo do ouro, e posteriormente do diamante (KIEFER, 1977).

Com o declínio da mineração em Minas Gerais, final do século XVIII, o foco da produção artístico-cultural da colônia passou a ser o Rio de Janeiro, com a chegada de D. João VI e todo aparato estatal.

Andrade (1987, p. 155), informa que o “início da vida brasileira se principiou fazendo música nos núcleos principais da Colô-

nia. O som foi sempre considerado elemento de edificação religiosa e, também aqui, nasceu misturado com a religião”. Os jesuítas ensinavam o canto religioso aos índios catequizados, além de instrumentos como charamelas<sup>1</sup>, flautas, trombetas, baixões, cornetas e fagotes. Utilizavam os índios catequizados em Autos religiosos e morais principalmente sobre a forma de canto antifonal, isso dura até o século XVIII.

Quanto à música militar, como corrobora Kiefer (1977, p. 17), é importante o seu estudo no período colonial “do ponto de vista de formação de profissionais, da difusão (e conseqüentemente comércio) de determinados instrumentos, da participação de músicos militares em outras atividades musicais, do ensino, da difusão de repertório e instrumentos na população”.

Ainda no Brasil Colônia, quando houve a descoberta do ouro na Capitania de Mato Grosso, pertencente à Capitania de São Paulo, início do século XVIII, por volta de 1722, um contingente vindo de toda Colônia veio em busca de enriquecimento. Como ratifica Madureira (2002, p.30):

Pascoal Moreira Cabral enviou, até a vila de São Paulo, Fernão Dias Falcão, a fim de levar a boa nova da descoberta. A notícia do novo achado aurífero fez acorrer, para as minas do Coxipó, grande quantidade de pessoas das mais variadas partes da Colônia.

As opções de lazer em Cuiabá, no século XIX, para as pessoas que vinham de outras províncias, principalmente da Corte, não eram tão atrativas em relação aos grandes centros da época. Cuiabá era praticamente isolada, de difícil acesso, em pleno sertão do planalto central.

Trazendo como referencial os hábitos urbanos que se implantavam na Corte e em algumas outras cidades brasileiras, as pessoas, que por algum motivo fossem residir em Cuiabá, queixavam-se da inexistência na cidade de ópera ou outra forma de teatro. Essas formas de lazer, todavia, mesmo as de sua classe dominante,

estavam adequadas às suas condições específicas: eram muito freqüentes as festas e bailes, serenatas e piqueniques, que de uma forma substituíram as sessões de ópera e teatro, assim como as visitas aos passeios públicos (VOLPATO, 1993, p. 45).

É de se observar que havia grandes festividades quando autoridades vinham para Cuiabá. Fato notado por MADUREIRA (2002), tanto na vinda de Rodrigo César de Meneses em 1726, então governador da Capitania de São Paulo, como na chegada de João Augusto d'Oeynhausien de Gravemberg, o penúltimo governador da capitania de Mato Grosso. Cuiabá ficava em média uma semana repleta de festejos, nessas ocasiões.

Em meados do século XIX, na capital de Mato Grosso, as atividades musicais se concentravam nas associações, irmandades, clube artístico-culturais, que se dedicavam, além da música, à poesia, ao teatro, a literatura. Existiam também neste ambiente as bandas civis e militares, (RODRIGUES, 2000).

As origens das bandas militares no Brasil remontam as primeiras décadas do século XIX. Como indica Tinhorão (1998, p.177):

Formadas a partir do século XIX em alguns Regimentos de Primeira Linha, em substituição da confusa formação de músicos tocadores de charamelas, caixas e trombetas vindos dos primeiros séculos da colonização, as bandas militares tiveram organização e vidas precárias até a chegada do príncipe D. João com a corte portuguesa em 1808.

As bandas militares, ao que podemos observar, tiveram muitas dificuldades, ao longo de suas constituições, dentre elas a falta de instrumentistas de sopro, isso no período colonial. Esse fato logo se tornou motivo de prestígio aos músicos fardados, logo que começaram a se profissionalizar. A escassez de músicos se tornou mais acentuada logo após a Independência com o recrutamento destes para lutarem contra a resistência das tropas portuguesas.

Essa situação fez suprir a carência de músicos com a inclusão de amadores (TINHORÃO, 1998).

Após a Independência do Brasil, as bandas dos Regimentos de Primeira Linha começaram a receber maior atenção, ganhando a condição de instituição isolada, produtora de música oficial até o surgimento das bandas da Guarda Nacional, que foram sendo disseminadas em muitos locais do Brasil. Uma das primeiras bandas militares do Brasil está ligada ao Primeiro Corpo de Polícia da Bahia isso por volta da segunda metade do século XIX, (MELO apud KIEFER, 1977, p.73).

Para superar suas dificuldades, as bandas da Guarda Nacional recebiam doações para sua manutenção. Nas bandas dos Regimentos de Primeira Linha a valorização do músico se dava por conta dos oficiais, que concedia as estes privilégios para garantir sua dedicação.

Esse novo cenário de valorização dos músicos das bandas militares, fossem as dos Regimentos de Primeira Linha ou as da Guarda nacional, acabou atraindo músicos de origem popular, até mesmo como opção de viver da música profissionalmente (TINHORÃO, 1998).

Quanto às suas características, nos aspectos de formação instrumental, disposição de instrumentos, entre outras, as bandas militares acabaram influenciando outros músicos não-militares, surgindo assim as bandas civis.

E a prova de que a ação das bandas militares extrapolava realmente suas funções estritas é que os próprios civis imitavam sua formação. Criando bandas semelhantes para tocar música de baile ou de coreto de praça e, já no início do século XX para a gravação dos primeiros discos, como foi o caso da Banda da Casa de Edison, fundada em fins do século anterior, ainda no tempo dos gramofones de cilindros. (TINHORÃO (1998, p. 180)

O surgimento de bandas civis e militares em Cuiabá se deu em meados do século XIX, (RODRIGUES, 2000). A origem des

As bandas de música na cidade de Cuiabá se deu com a vinda de mestres diplomados do Rio de Janeiro (SILVA, 2003). Provavelmente por ser o Rio de Janeiro, naquele período, capital do Império e concentrar todo foco artístico-cultural.

As bandas civis e militares exerceram e exercem funções importantes na sociedade. Nos festejos, nas comemorações, cumprem, através da música, funções de integradoras da comunidade, de continuidade e estabilidade da cultura, entre outras<sup>2</sup>. Essas Bandas, nos coretos, nos clubes, nas praças, cinemas, em diversos ambientes, participam, ao longo dos tempos, da vida social de suas localidades.

Na metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, em Cuiabá-MT, houve a presença de bandas militares (Exército Nacional, Força Pública do Estado, atual Polícia Militar, Marinha de Guerra) e bandas civis, (RODRIGUES, 2000). Ao longo dos anos, as bandas se fizeram presentes nos mais variados tipos de manifestações culturais de natureza cívica ou religiosa, profana ou sacra, participando ativamente de saraus, bailes e tantas outras realizações do cotidiano da sociedade cuiabana. Como aponta Firmo José Rodrigues (apud RODRIGUES, 2000, p.55): "Cuiabá sempre foi a terra da música; nunca faltaram aqui bandas de militares e civis, para as festas profanas e religiosas".

É neste cenário que se destacam muitos dos nomes da música mato-grossense, tais como: Mestre Albertino, Mestre Inácio, Mestre Cândido, Mestre Romão, Tote Garcia, José Agnelo Ribeiro, Cesino de Mattos, Levino Conceição, Albano Conceição, Zulmira Canavarros, Honório Simarinho, Dunga Rodrigues, entre outros (FARINHA, 2007), (GUAPO, 2005) e (RODRIGUES, 2000).

Uma das entidades criadas para a promoção da música em Cuiabá foi a banda Lira Operária Santa Cecília, formada em 1926, por Ignácio Constantino de Cerqueira (Mestre Inácio) e Antônio dos Santos<sup>3</sup>, com sede no bairro "Serenó", atual Baú, localizada na Rua Vila Maria, nº215, em frente à praça do bairro, em meio aos casarões. A banda ficou conhecida como a banda do Mestre Inácio, dada a importância deste frente às suas atividades.

## ANEGRITUDE DE MESTRE INÁCIO

É indiscutível que a música brasileira possui em sua constituição elementos ligados à cultura africana. Porém, quase nunca é difundida a participação do negro nessa construção. Em Cuiabá, observamos que há pouquíssimos registros sobre essa constatação. Tais participações se manifestam na cultura e na economia brasileira como um todo.

A respeito da participação negra na constituição da música do nosso país, Kiefer (1977), nos aponta três instâncias. A primeira é a utilização do negro de forma direta através do trabalho escravo, tendo como consequência o desenvolvimento econômico e cultural das capitânicas, sentidas a partir do século XVI. A segunda vem da participação do negro escravo em funções musicais eruditas ou semi-eruditas, de caráter evidentemente europeu. A terceira provém dos valores próprios da música africana.

O autor ratifica, ainda, que todas essas citações são suficientes para termos a dimensão da participação direta do negro na música brasileira, mas também os conferem outra imagem, a deculturação do negro, pelo menos parcial, com absorção concomitantemente da cultura européia.

Dentre as contribuições da cultura negra para a música brasileira, Andrade (1987), coloca que o canto popular, a rítmica e a língua se enriqueceram muito a partir desse contato. Sem contar toda instrumentação, quase todas percussivas, e as danças mais generalizadas como o maxixe, o samba, a habanera, o tango, o fox-trot, o maracatu e o congo.

Para Adas (1998) foi a cultura loruba que trouxe, entre vários elementos culturais, instrumentos de música como tambores, atabaques, cuícas, berimbaus e afoxés. E Mukuna (2006) analisa a enorme contribuição Bantu à música popular brasileira, especialmente no samba.

Em referência a negros e mulatos, Andrade (1987, p. 177), informa que "negros escravos e mulatos se especializaram mesmo na música", citando Manuel Quirino, em relação ao negro escravo da Bahia, apontando que estes "não tinham tempo a perder; nas

horas vagas estudavam música de oitava".

O *choromelleyro* era o negro, escravo ou não, músico que compunha as Charamelas, conjuntos instrumentais que abrangia não só os tocadores de charamela, mas outros instrumentos de sopro como trompas e trombetas. Essa formação instrumental, constituída praticamente de instrumentos de sopro, era utilizada tanto na música sacra como nas militares, (KIEFER, 1977).

As primeiras notícias que se tem dos *choromelleyros* vêm de Recife por volta de 1709 em documentação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, (KIEFER, 1977). Aliás, irmandades de negros também se fizeram presentes em outras regiões do Brasil, inclusive em Cuiabá, como nos informa Rodrigues (2000, p. 32): "lembra-nos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Esta igreja que se projeta, em cima da colina do Rosário, era exclusivamente dos pretos".

Em referência as irmandades em Cuiabá, Madureira (2002, p.71) informa:

As irmandades representavam espaços de expressão das diversas camadas sociais, pois sua constituição tinha como base classificatória o poder aquisitivo e também a questão de cor. Assim, havia irmandades compostas somente por brancos; outras, somente por pardos; em algumas, somente negros eram admitidos.

Porém, é de se notar que essas irmandades de negros eram espaços destinados a uma forma de segregação, distancian-do o escravo do convívio dos seus senhores. Só existiram em si por-que a Igreja e a classe dominante as permitiram. Assim, longe do espaço dos brancos, deixavam de ser um "incômodo" e se alienari-am através da religião, evitando uma possível revolta (SILVA, 1988).

Essas irmandades foram permitidas aos negros, mas sob o olhar da classe dominante e do clero. (...) Não deixa de ser interessante que essas irmandades copi-am o modelo racista dos brancos e acabam por permi-tir apenas negros na sua formação, cumprindo assim

tranquilamente o seu papel: os negros têm a "sua" igreja, a "sua" irmandade, não precisam ir à igreja "dos" brancos. Satisfazem-se com isso; a divisão pacífica entre negros bancos nas irmandades.(...) funcionaram as irmandades como uma força disciplinadora. (...) Portanto, as irmandades foram organizações conformadas com a relatividade da justiça e sua feição temporal. (CHIAVENATO, 1980, p. 113)

O emprego do negro como músico era prática comum no Brasil Colônia a fora. Ainda em referência aos *choromelleyros*, (DUPRAT apud KIEFER, 1977, p.15), nos aponta que "era coisa normal, coisa de bom tom e sinal de distinção ter negros *choromelleyros* no inventário duma casa de gente abastada". Chegava-se até mesmo a comprar escravos negros músicos para cortejar autoridades na época, (KIEFER, 1977).

De acordo com Mariz (2000, p.39), a "música no período colonial permaneceu essencialmente européia, apesar de quase exclusivamente interpretada por mulatos ou negros".

Um aspecto curioso de se observar, é que na Colônia os mulatos tiveram melhores condições de se desenvolverem musicalmente em detrimento do negro escravo – a maioria dos compositores do chamado "Barroco Mineiro" eram mulatos. Uma vez que procuraram a sua elevação social, chegando mesmo a ponto de discriminarem sua ascendência negra. O negro, por outro lado, ficou limitado, escravo de seu senhor, era treinado para função musical, com a finalidade de integrar o coro e a orquestra de seus "donos" (KIEFER, 1977).

No panorama mato-grossense, a presença de mulatos e negros se fez marcante, principalmente ligada à música e suas atividades como o ensino, a composição, a interpretação, entre outras (RODRIGUES, 2000). Vieram para Cuiabá, já forros, como mestres de música ou mestres de banda. Quanto a isso Rodrigues (2000, p. 52-54), nos traz valiosas informações:

O profissionalismo dominante, era pois exercido pelos negros e mulatos, importados, na sua maioria, do Rio de

Janeiro, onde estes procuravam, já forros e libertos, exercer uma profissão mais elevada. Inteligentes e musicais, eles vieram para reger bandas militares e foram infiltrando como professores muito competentes em nossa sociedade. (...) Curioso notar é que houve nesta cidade de Cuiabá uma invasão, verdadeira inusitada de mestres de música de cor preta. Todos maestros formados que pela sua competência se infiltraram pela sociedade, como hábeis e competentes mestres de música e, verdadeiros virtuosos nos seus instrumentos. (...) E a nossa sociedade se desenvolvia musicalmente com estes profissionais tão competentes que a invadiram como mestres de piano, violino, bandolim, flauta, notando-se que na época completava-se a educação das jovens como o aprendizado do piano e bandolim, cujos instrumentos eram importados.

Em Mato Grosso, o negro e o mulato, segundo a autora, eram colocados num patamar de subservientes da sociedade, o profissionalismo era de suas competências, já as classes mais abastadas encaravam a música e as artes em geral, como diletantismo, como amadores, extensão da educação.

Contextualizando Cuiabá na metade do século XIX, Volpato (1993, p.26 e 27) informa:

Cuiabá, por volta de 1850, era uma pequena e pobre cidade incrustada no sertão, cuja população não chegava a onze mil habitantes entre homens e mulheres, livres e escravos. (...) A cidade de Cuiabá situava-se em um pequeno vale formado por morros elevação modesta, cortado por córregos, sendo o principal deles o ribeirão da Prainha que, correndo no leito desse vale, ia jogar suas águas no rio Cuiabá.

Nesse período, Cuiabá era constituída por dois pólos urbanos, denominados freguesia. A Freguesia da Sé era formada pelo núcleo central, e a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, o Porto. Distanciavam-se entre si cerca de meia légua, tinham em comum

os seus territórios banhado pelo córrego da Prainha. "Este correndo defronte aos morros do Rosário e do Bom Despacho, colocava-se quase como o limite da cidade, com um bairro a sua esquerda - o Mundéu" (VOLPATO, 1993, p. 27).

Faziam ainda parte da cidade "os seus arredores: a Mandioca, o Baú, o Lavapés e o Mundéu, integrados ao núcleo central; o Barbado, o Coxipó e o São Gonçalo Velho eram distritos mais distantes" (p. 29).

Fica evidente que o bairro Baú, como outros relacionados, ficava na periferia da cidade. O bairro nos seus primórdios era constituído por uma população composta de escravos e livres pobres.

Volpato (1993) traz importantes informações a respeito desse contato entre escravos e pobres livres; ela informa que as camadas mais baixas da sociedade era composta por escravos e livres pobres que, no caso de Cuiabá, eram essencialmente ascendentes de negros e índios. A autora revela ainda que a convivência entre escravos e pobres livres "pode, igualmente, ser percebida pelas inúmeras festas, batuques, ajuntamentos e cururus a que compareciam" (p. 223).

A análise da sociedade escravista revela um universo de relações em que escravos e livres pobres transitavam, sonhavam, amavam, sofriam e lutavam por um cotidiano menos penoso. Tanto no espaço urbano como no rural, homens e mulheres livres e escravos estabeleciam relacionamentos, uniam-se ou se rivalizavam nas experiências diariamente vividas. (Volpato, 1993, p. 227)

Interessante notar que Mestre Inácio foi um ícone no local onde viveu e desenvolveu suas atividades, mas precisamente no bairro Baú. Estudar as origens desse bairro e sua constituição é importante para contextualização do músico.

De acordo com TAQUES (2003, p.1):

O bairro do Baú formou-se ao longo do córrego que mais tarde veio a se chamar "Prainha". Desde as proxi

midades da Igreja São Benedito até as suas nascentes no lugar denominado Chácara dos Padres (atual bairro Consil). O nome “Baú” originou-se de uma pepita de ouro, em forma de um baú, encontrada pelos bandeirantes às margens da Prainha, a partir daí, todos passaram a chamar o local de Baú, constituindo sobremaneira parte fundamental da história cuiabana.

Não por acaso, a Irmandade de negros aqui em Cuiabá, a Irmandade de São Benedito, na igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizava-se no Baú.

Em Cuiabá, situada em um vale rodeado de morros, existia no alto de cada um deles uma igreja do mesmo nome: a igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no morro do Rosário, que sediava a Irmandade de São Benedito, pertencente aos negros. (VOLPATO, 1993, p.29)

Em entrevista ao autor, o Sr. Gercino Benedito da Silva<sup>4</sup>, ex-músico e aluno do Mestre Inácio, quando questionado de que localidades eram os componentes da banda Lira Operária Santa Cecília respondeu:

Eram todos em sua maioria do Baú. Eram descendentes da escravatura. Muito bons músicos. Não sei se era descendência de muito tempo. A casa dele (Mestre Inácio) era aberta pra todos. Ali eram todos parentes, descendentes de escravos. No Baú tinha umas taipas velhas, daquele tempo da escravatura. Então os filhos daqueles escravos iam nascendo e ficando por ali mesmo. E ele tinha a banda e a noite todos os meninos vinham, era o Vitorino, o Miguel, Mestre Elias, Vicente, o flautista Benedito Charuto, todos iam à banda.

A predominância negra nas primeiras formações da banda Lira Operária Santa Cecília é marcante. Vejamos a figura;



FIGURA 1 – Banda Lira Operária Santa Cecília – 1928. Na extremidade esquerda, entre os músicos uniformizados, está o Mestre Inácio. Acervo de Elenir Siqueira Guimarães, Da. Nini.

É relevante apresentar opiniões recentes de pessoas do meio cultural de Cuiabá, sobre esse aspecto da negritude de Mestre Inácio.

O momento, às vésperas do Dia de Zumbi, é propício para tentar minimizar a injustiça sofrida por um dos mais [importantes](#) nomes da música mato-grossense e, especialmente, do rasqueado cuiabano. No dia 12 de novembro praticamente não se tocou no nome do ilustre aniversariante, Ignácio Constantino de Cerqueira, o Mestre Ignácio. Negro e de família humilde, ele superou preconceitos e dificuldades para se tornar figura de [destaque](#) no cenário musical da cidade, formando gerações de músicos e deixando um legado até hoje insuperável (VIEIRA, 2008, p.4)<sup>5</sup>

Afirma Valdemir Taques, pessoa que conviveu com Mestre Inácio, que “ele era negro, então você sabe que a sociedade em si, ela é preconceituosa profundamente<sup>6</sup>.”

Outra declaração nos dá o músico Guapo, ao lembrar que “Cuiabá, por ser uma capital que tinha uma negritude sempre ligada com o cristianismo, tinha no Mestre Inácio uma pessoa muito importante no meio da cristandade”<sup>7</sup>.

Partindo da inegável participação do negro para o desenvolvimento cultural e econômico do país, em especial à músi

ca, chegamos à pessoa de Ignácio Constantino Cerqueira. Mestre Inácio nasceu em 12 de setembro de 1892, portanto quatro anos após a Abolição da Escravatura. Filho de negros, certamente enfrentou dificuldades na inserção no mercado de trabalho e outras formas de discriminação. Mesmo diante de preconceitos, de origem humilde e negra manifestou suas potencialidades, exercendo um grande papel frente à sociedade cuiabana e mato-grossense de seu tempo.

### MESTRE INÁCIO: O “EMBAIXADOR” DO BAÚ

Quando faço uma biografia, penso que devo, por meio de um personagem, chegar a uma explicação da sociedade daquele tempo. (LE GOFF, 2001)<sup>8</sup>

Uma era de grandes mudanças sociais permeia a trajetória de Mestre Inácio. Abolição dos Escravos e Proclamação da República são os acontecimentos mais importantes que antecedem seu nascimento. Mundialmente falando, por volta de 1895 encerra-se o ciclo da segunda Revolução Industrial, a chamada “Era das Ferrovias”, iniciada aproximadamente em 1840. Esse período caracterizou uma nova fase de industrialização mundial, ocasionando um novo surto do capitalismo. Com o uso dos derivados do petróleo e a eletricidade como força motriz, sendo usado cada vez mais em longa escala, acabou resultando o surgimento do motor à combustão elétrica.

Ao final do século XIX ocorreu o chamado neocolonialismo. Países como Inglaterra, França, Alemanha, Portugal, Bélgica, Espanha e Itália, interessados nos recursos naturais como o ouro, diamante, cobre, entre outros; fizeram uma verdadeira partilha dos territórios do continente africano.

Os EUA também fizeram parte dessa nova colonização, porém no continente americano. Em 1898 se apossa das Filipinas e Porto Rico e em 1899 ocupa a Nicarágua, desmembrando este território da Colômbia, do qual surgiu o Panamá em 1903.

Outro fato de destaque foi a independência de Cuba da Espanha, em 1898. Após séculos de conflitos, entre eles a Guerra dos Dez Anos e a Guerra da Independência; Cuba, com auxílio dos EUA, se liberta da Espanha, mas fica sob a tutela dos norte-americanos.

No Brasil, final do século XIX, tropas militares rebeladas sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca dão o Golpe de Estado decretando o fim do Império e o início da República. Esse movimento republicano foi incitado por uma ideologia positivista, onde os militares tinham a missão messiânica de “salvar o país”. Em 15 de novembro de 1889 é promulgada a Constituição Republicana.

Após o Golpe, Deodoro da Fonseca instaura um governo provisório, adotando o Federalismo, passando as Províncias a Estados da Federação. A Igreja perde o seu poder, sendo imediatamente afastada. Os primeiros cinco anos de governo foram chamados de República da Espada. Uma das ações do governo foi a legalização de milhares de imigrantes, naturalizando-os.

Sucedendo Deodoro da Fonseca, assumiu Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”, de 1891 a 1894. Mesmo com um governo conturbado Floriano melhorou a economia, desenvolveu programas de casa populares incentivando a indústria da construção civil. Reduziu a inflação de 100% de juros anuais de seu antecessor, caindo para 50% (FERREIRA, 2005).

Em 1891, após a Assembléia Nacional Constituinte, é promulgada a primeira Constituição do Brasil Republicano. Em Mato Grosso, quando foi aprovada a primeira Constituição Estadual, foram eleitos como Presidente do Estado Manuel José Murtinho, e Vice-presidente Generoso Paes Leme de Souza Ponce. Nesse mesmo período, em Mato Grosso havia se formado duas oligarquias; a do Norte (representantes dos usineiros do açúcar) e a do Sul (os grandes pecuaristas e os ervamateiros) (MADUREIRA, 2002).

Em 1890, fins do século XIX, no segundo senso realizado no Brasil, e o primeiro da República, nas freguesias urbanas de Cuiabá, Freguesia da Sé e Freguesia de São Gonçalo, Porto, a população era de aproximadamente 10.597 habitantes<sup>9</sup>.

A população cuiabana, nos idos de 1891, é beneficiada com a instalação de uma Linha de Bonde, antes disso, a ligação

entre as duas freguesias urbanas era feita a pé ou no lombo de animais.

No dia 12 de novembro de 1892 em Cuiabá, no bairro Baú, na rua Vila Maria, nº 215, nasce Ignácio Constantino de Cerqueira, o ilustre Mestre Inácio. Homem de múltiplas faces, enquanto pessoa, músico, religioso e políptico. Logicamente que cada personagem não se desvincula do outro, são as perspectivas de uma mesma contemplação.

Para a elaboração dos dados biográficos de Ignácio nos respaldamos nas fontes bibliográficas, eletrônicas, documentais e principalmente orais, nos dados colhidos através de entrevistas. Foram realizadas ao todo nove entrevistas com as seguintes pessoas: Moisés Martins (concedida em 12 de setembro de 2008)<sup>10</sup>, Milton Pereira de Pinho "Guapo"<sup>11</sup> (concedida em 01 de outubro de 2008), Valdemir Taques<sup>12</sup> (concedida em 13 de outubro de 2008), Elenir Siqueira Guimarães, Da. Nini<sup>13</sup> (concedida em 09 de janeiro de 2009), Gercino Silva<sup>14</sup> (concedida em 12 de janeiro de 2009), Elpídio Lima Jucá<sup>15</sup> (concedida em 16 de janeiro de 2009), Benedito Lídio Araújo<sup>16</sup> (concedida em 16 de janeiro de 2009), José Garcia Neto<sup>17</sup> (concedida em 21 de janeiro de 2009) e Aecim

Tocantins<sup>18</sup> (concedida em 26 de janeiro de 2009).

Foram os pais de Ignácio Constantino de Cerqueira, Da. Zeferina Corrêa de Freitas e Fidêncio Constantino de Cerqueira. Além de músico, Mestre Inácio foi operário, desempenhava a função de pedreiro.

Sua primeira esposa foi "Sea" Clementina<sup>19</sup>. Posteriormente viveu com Diógenas Martins de Siqueira, Da. Nena. Ignácio assumiu como enteada Elenir Siqueira



FIGURA 2  
Ignácio Constantino Cerqueira  
"Mestre Inácio".  
Acervo de Elenir Siqueira Guimarães,  
Da. Nini.

Guimarães, a Da. Nini, quando esta tinha quatro anos de idade. Da. Nini é a fiel depositária de todo acervo documental do padraço.

Papai largou de mamãe quando eu estava com quatro anos de idade. Ai ele (Mestre Inácio) é que cuidou de mim, foi pai, padraço, uma pessoa muito boa. (Da. Nini, entrevistada por Valdemir Taques em 2004)

Ignácio era um homem que possuía muitos amigos, pessoas de todas as classes sociais freqüentavam sua residência. Torcia no futebol pelo Mixto Esporte Clube. Foi muito querido no bairro onde nasceu e viveu, o Baú. Tinha uma ligação muito forte com esse lugar. "Só vou sair daqui morto!"<sup>20</sup>, disse ele referindo-se ao bairro que tanto amava. Foi um dos maiores símbolos deste local.

A casa dele era cheia de músicos, ia amigos dele lá. Era movimentado, sempre cheio de gente. Os amigos, os músicos, os políticos. Nunca ficou sozinho na casa dele. Era muito procurado, não tinha quem não conhecia o Mestre Inácio. (Da. Nini, entrevista ao autor em 2009).

As pessoas que o conheciam descrevem-no como alguém de compromisso, organizado, boêmio. Destacam também sua simplicidade e seu bom humor:

Ele era uma pessoa muito dada com o povo. Muito servidor, muito querido, todo mundo o admirava. (Elpídio Lima Jucá, entrevista ao autor em 2009)

São essas figuras humildes, mas de postura e de dignidade que plasmaram a minha personalidade. Eu devo a esses homens, devo a Mestre Inácio a formação da minha moral, da minha conduta. São exemplos que eu procurei seguir, e gostava de estar perto. Quando ele acertava o contrato para tocar com sua banda era cumprido fielmente, dificilmente ele modificava, quando ele assumia um compromisso ele já media a sua responsabilidade no cumprimento da palavra, era um

cumpridor da palavra. (Aecim Tocantins, entrevista ao autor em 2009)

Ignácio sofria de uma enfermidade em uma das pernas, uma chaga crônica, além de outros problemas saúde. Esses problemas agravaram e já se encontrava idoso, vindo a falecer aos noventa e três anos de idade, no dia 09 de abril de 1986, no Hospital Geral Universitário, Cuiabá (registros de Valdemir Taques em 1999). A causa de sua morte foi diagnosticada pelo médico José Alexandre B. Figueiredo<sup>21</sup> como *parada cardiorrespiratória, caquexia*<sup>22</sup>.

Foi velado no bairro Santa Helena, a contragosto dos moradores do Baú. Sepultado no cemitério da Piedade, em Cuiabá. Teve honras, com execução de marcha fúnebre por Luis Cândido, um de seus alunos, regente da banda municipal de Cuiabá, na época.

Coube ao Mestre Luis Cândido da Silva, fazer as últimas homenagens musicais a este, que foi sem sombra de dúvida o magnífico maestro cuiabano Ignácio Constantino de Cerqueira, o Mestre Inácio. (Valdemir Taques, registros pessoais em 1999)

O primeiro instrumento que ele aprendeu foi a sanfona, depois veio muitos outros, como o banjo, cavaquinho. Mas o instrumento que ele teve mais contato foi a clarineta (Da. Nini apud FARINHA, 2007, p. 1A).

Ignácio ficou conhecido como Mestre Inácio, essa referência se deu ao seu desempenho enquanto músico (compositor, arranjador, regente e professor). Sua iniciação musical, de acordo com Rodrigues (2000), começou aos 15 anos, estudando flauta com o Mestre Orlandinho, depois sanfona com o Mestre Antônio dos Santos Régis. A respeito desses nomes não foram encontradas informações. O Mestre Antônio dos Santos<sup>23</sup>, juntamente com o músico Honório Simarinho<sup>24</sup> deram grandes contribuições à sua formação musical.



FIGURA 3  
Mestre Inácio – 1928  
Acervo de Elenir Siqueira  
Guimarães, Da. Nini.

Era multiinstrumentista; tocava flauta, cavaquinho, violão, gaita, violão, banjo, trombone, baixo, euphonium (bombardino), trompa, pistão, saxofone, surdo, pratos, caixa e a clarineta, o instrumento que mais se identificava.

Na década 1920, juntamente com o Mestre Antônio dos Santos formou a banda Lira Operária Santa Cecília. Sendo um dos 12 componentes da banda na sua primeira formação. Dedicou-se à música a vida toda. Ao longo de sessenta anos, aproximadamente, de 1920 a 1980, formou gerações de músicos. Além de educador foi arranjador, arranjando e adaptando peças à formação instrumental que dispunha. Foi também compositor, compondo

muitas obras entre elas gêneros como samba, fox-trot, valsa, maxixe e principalmente rasqueados. Este último gênero foi muito divulgado pela banda do Mestre Inácio.

Teve muito prestígio perante as bandas militares, mesmo sendo civil. Chegou a ser convidado para tocar no Batalhão de Fronteiras de Cáceres-MT, no Juramento à Bandeira, onde a sua banda foi muito aplaudida (RODRIGUES 2000). Sua banda tocou inúmeras vezes em companhia das bandas da Polícia Militar e do 16º BC (Batalhão de Caçadores, do Exército Brasileiro).

Outras observações são pertinentes em torno da produção musical de Mestre Inácio. Ao analisar jornais da década de 1930, 1940, e 1950 no Arquivo Público de Mato Grosso, o autor não encontrou nenhum registro, ou menção da banda Lira Operária Santa Cecília, nem mesmo do músico. Esta afirmação é partilhada por Valdemir Taques (registros pessoais em 1999): “A imprensa não divulga o seu trabalho na época”. Embora se saiba que no mesmo período a banda Lira Operária participava dos mesmos eventos. Conclui-se a partir dessas constatações que o trato que a imprensa local da época dava à Banda e seus músicos era a total discriminação,

excluindo o pobre, o negro de seus noticiários.

Foi muito querido por seus músicos: “quando chegava no mês de novembro a banda ensaiava do dia 02 ao 06 de novembro pra fazer surpresa para o Mestre Inácio que fazia aniversário no dia 12 de novembro”, (Da. Nini, entrevistada por Valdemir Taques em 2004).

De sua produção, enquanto compositor e arranjador existem poucos registros. Conseqüência de extravio de seu acervo e questões envolvendo roubo, de suas obras, direitos autorais.

Quando estava muito doente, já idoso, segundo Da. Nini em entrevista a Valdemir Taques em 2004, o Mestre compôs uma música e quando foi executá-la não conseguiu. Em seguida disse: “Como é que um músico acaba!”. Seus olhos se encheram de lágrimas, e completou: “Não agüento mais tocar”. Assim, com sua morte, encerrou o ciclo de um músico significativo, tendo sua importância e deixando seu legado à música, à história e cultura mato-grossense.



FIGURA 4 – Imagem de Santa Cecília, a padroeira dos músicos.  
FOTO: Nelsindo de Moraes da Silva.

Ignácio foi um homem muito religioso. Em sua residência, na rua Vila Maria, nº 215, no bairro Baú, Cuiabá, havia um festejo anual, no dia 22 de novembro, em culto a Santa Cecília, padroeira dos músicos. Da. Nini, sua enteada, deu continuidade à festa. Além disso, Mestre Inácio realizava, também em sua residência, a festa de Santo Reis, no dia 06 de janeiro.

(A festa) Iniciou com os pais dele, com uma imagem pequena, era só uma reza. Ai o Antônio dos Santos passou uma imagem maior pra ele (Mestre Inácio). Daí eles decidiram fazer a missa para os músicos, a padroeira dos músicos. (Da. Nini, entrevista ao autor em 2009)

A festa de Santa Cecília o Mestre Inácio gostava de fazer. Justamente por ela ser a padroeira dos músicos. A festa era muito boa! Muita comedoria. Ia à missa cedo. Era o durante o dia inteirinho, tinha o chá da manhã. Ao meio dia tinha o almoço. A noite tinha o jantar, o baile. O pessoal gostava muito da festa de Santa Cecília. Ficou a Da. Nini, que vem ser filha do Mestre Inácio, ela que deu continuidade à festa. Ela faz a missa pra Santa, continua na tradição da festa, por sinal muito boa. (Gercino Silva, entrevista ao autor em 2009)

Da. Nini (entrevistada por Valdemir Taques em 2004), conta que todos os dias antes de dormir e ao levantar-se “Mestre Inácio benzia o corpo pedia a Deus e Santa Cecília para abençoar o dia dele, a oração era o Pai Nosso”.

A banda passava nas casas, no bairro Baú, tocando para receber donativos para as festas que Ignácio realizava; festa de Santa Cecília e Santo Reis. Em outras festas de santos, nas missas a banda Lira Operária Santa Cecília também se fez presente.

Mestre Inácio foi ligado à política, pertencia a UDN (União Democrática Nacional)<sup>25</sup>, sua residência era um subdiretório do partido e ele era o presidente deste.



Naquele tempo os partidos políticos, UDN, PSB, PTB, os principais, tinham nos bairros os subdiretórios. Havia os diretórios regionais, que eram nos estados, tinham os diretórios municipais e havia em Cuiabá os subdiretórios nos bairros. Cuiabá era uma cidade pequena. Mas nós tínhamos vinte cinco, vinte seis bairros. Em um dos bairros que nós tínhamos os subdiretórios era o bairro do Baú. E quem era o presidente desse subdiretório? O Mestre Inácio. (José Garcia Neto, entrevista ao autor em 2009)

Foi muito atuante na política, no seu partido. Tanto que nas campanhas políticas, ele como presidente do subdiretório do Baú

era quem coordenava sua equipe nos preparativos, nas reuniões do partido, nos comícios.

A organização política era importante, não só a UDN, mas outros partidos tinham subdiretório nos bairros. Lá tinha uma representação política. Lá eles reuniam. Tinha o presidente, vice-presidente, o tesoureiro, o mesa-diretório. Se cotizavam para comprar foguete, fazer bandeiras, pra fazer cartazes. (José Garcia Neto, entrevista ao autor em 2009)

Nos comícios da UDN a banda do Mestre Inácio se fez muito presente “todo comício tinha a banda do Mestre Inácio. A banda era um atrativo. Quando eu cheguei aqui, nas campanhas da UDN, o Mestre Inácio estava lá” (José Garcia Neto, entrevista ao autor em 2009).

Moço eu ingressei na vida pública, na vida política e naquele tempo nos não dispúnhamos dos recursos de audiovisual que tem hoje, a televisão, muitos sistemas, de forma que a campanha alta dos partidos políticos era feita, era marcada com a realização dos comícios, e a banda de música de Mestre Inácio era sempre presente nas reuniões políticas da UDN. (Aecim Tocantins, entrevista ao autor em 2009)

Esse “atrativo” nas campanhas políticas chegou a interessar também os outros partidos. Como nos conta Aecim Tocantins (entrevista ao autor em 2009):

É interessante, é que o Mestre Inácio também ingressou no nosso partido político, a UDN. Homem pobre, mas muito digno, de convicções firmes, inclusive a partidária, ele foi muito tentado pelos partidos adversários até com ofertas vantajosas para debandar, para bambejar para outra facção política.

Essa ligação com a política estabeleceu um vínculo entre

Mestre Inácio e os políticos. Relação de trocas; a banda como “atrativo” e os auxílios que recebia para sua manutenção.

Sempre nós o auxiliamos, nós da UDN. Quando eu fui prefeito, depois como vice-governador e mais tarde como governador. Nós o auxiliávamos, porque o Mestre Inácio não cobrava pra tocar, fazia tudo pelo partido. (José Garcia Neto, entrevista ao autor em 2009)

Ignácio como presidente do subdiretório do Baú, atuava como um interlocutor entre o Poder Executivo (prefeito e governador) e o bairro. Os problemas do bairro eram levados a ele, em seguida, este os encaminhava às autoridades políticas em busca de soluções.

Ele foi considerado por nós na época o embaixador do Baú. Ele que representava o nosso bairro perante o mundo político e em outras situações. Fazia reivindicações, em época de comícios também. (Valdemir Taques, entrevista ao autor em 2008)

Pela respeitabilidade e representação de Mestre Inácio no Baú, José Garcia Neto (entrevista ao autor em 2009) nos relata que “a UDN sempre venceu no Baú. Justamente pela força do Mestre Inácio”. Da. Nini (apud VIEIRA, 2008, p.4) informa que “todos os políticos que queriam ganhar a candidatura procuravam ele. O primeiro comício era sempre na porta da casa dele”.

### A OBRA DE MESTRE INÁCIO

Ao longo da pesquisa, foram investigadas fontes e partituras, que pudessem fornecer informações a respeito da obra de Mestre Inácio como compositor e arranjador. No início da pesquisa, foram encontradas duas partituras, sendo dois rasqueados, gênero musical de Mato Grosso. Vale ressaltar que muitas composições do Mestre se perderam; partituras foram queimadas, por pessoas da família, por desconhecimento da importância daqueles registros.

Houve também empréstimos de partituras do acervo para outros músicos que acabaram registrando as músicas em seus nomes, envolvendo uma questão ética<sup>26</sup>.

No percurso dos trabalhos, foram encontradas em posse de Elenir Siqueira Guimarães, Da. Nini, enteada e fiel depositária do acervo<sup>27</sup> do Mestre, um total de 16 títulos de músicas entre o montante de partituras preservadas. Em três obras, após investigações, foram encontradas autorias. Nas demais, não foi possível o mesmo procedimento. Porém, nenhuma das músicas traz assinaturas de autorias. Entre os gêneros encontrados estão: 08 sambas, 05 marchas, 02 valsas e 01 fox-trot.

Após analisarmos a obra de Mestre Inácio, constatamos que possuía conhecimentos musicais essenciais para arranjar as músicas para a formação musical que ele dispunha. Nota-se que conhecia os instrumentos para os quais escrevia. Essa perícia com os instrumentos de sopro também favoreceu o ensino a muitos músicos. É de se destacar e admirar essa potencialidade do Mestre. Músico popular, sem formação acadêmica ou técnica, não passou por conservatórios e, no entanto, aprendeu nas escolas da vida na não-formalidade e na informalidade.

## CONCLUSÃO

Através de uma perspectiva interdisciplinar entre História e Arte, nos seus aspectos metodológicos, observamos o quanto necessário se faz cercar o objeto de estudo, para melhor compreensão do fenômeno. Atentando-se para as possibilidades de diálogos entre esses dois campos do conhecimento.

A cada etapa do processo de investigação, foi se confirmando a importância da figura de Ignácio Constantino de Cerqueira para cultura, história e música mato-grossense. Seu legado pode ser considerado um referencial para a compreensão dos espaços de ensino não-formal, do desenvolvimento da música mato-grossense, e da sociedade cuiabana em que viveu.

Deve-se se destacar a capacidade de liderança do músico, sua habilidade em coordenar e gerenciar uma banda civil

durante praticamente 60 anos, de 1926 a 1984. Como religioso, um devoto fervoroso de Santa Cecília. Em todos os momentos de sua vida esta se fez presente em sua fé.

No decorrer da pesquisa descobriu-se um músico, e principalmente um educador competente. Compositor de muitas obras, embora se saiba que muitos registros foram extraviados. Como arranjador, arranjou e adaptou obras para os instrumentistas que dispunha na banda.

Na educação musical, desempenhou um papel importantíssimo. Num período no qual estudar música em Cuiabá era de possibilidades diminutas, quando poucos educadores musicais se faziam presentes, Mestre Inácio se disponibilizava a ensinar música, gratuitamente a qualquer pessoa da comunidade que demonstrasse interesse. Sua banda era composta, em sua maioria, por músicos formados sob sua orientação.

Além disso, a música se mostrou como uma ferramenta proporcionadora de mobilidade social. Os músicos formados na banda Lira Operária ganhavam visibilidade a ponto de serem convidados a compor o Corpo Musical das bandas do Exército e Polícia Militar, e outros conjuntos. Podemos citar músicos como o Mestre Luis Cândido, Vicente dos Santos, entre outros.

Mestre Inácio na política desempenhou um papel atuante. Pertenceu a UDN (União Democrática Nacional), sua casa era um centro de convenções do partido. No seu bairro, Baú, ficou conhecido embaixador, dada a sua liderança em buscar soluções para os problemas do bairro, já que exercia a função de presidente do subdiretório.

Interessante notar é a circularidade social que Ignácio viveu. Pela função que exercia na sociedade enquanto cidadão, músico, político e religioso. Com sua banda freqüentou lugares onde somente a elite cuiabana participava, inserindo o negro naquele contexto. Evidentemente que Mestre Inácio e seus músicos transitaram nos dois mundos, o popular e o abastado. Certamente vivenciaram situações de preconceitos, de discriminação, não explícita, mas veladas.

Enfim, Podemos afirmar com convicção que Mestre Inácio

foi uma personalidade significativa, deixando seu legado, participando ativamente da sociedade em que viveu, tendo sua importância e atuação para a constituição da cultura, história e música mato-grossenses.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Charamela é um instrumento de sopro de palheta dupla, de som estridente, do qual descendem o oboé e o fagote. (KIEFER, 1977, p. 14-15)
- <sup>2</sup> Quanto às funções da música na sociedade ver Merrian (apud FREIRE, 2002, p.24).
- <sup>3</sup> Antônio Alves dos Santos – Músico cuiabano, professor, formador da Banda Lira Operária Santa Cecília.
- <sup>4</sup> Gercino Benedito da Silva, Tenente Músico reformado (aposentado) pela Polícia Militar de Mato Grosso. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2009.
- <sup>5</sup> Rodrigo Fernando Vieira, jornalista de *Gazeta de Cuiabá*.
- <sup>6</sup> Valdemir Sebastião Taques, turismólogo e produtor cultural. Entrevista concedida ao autor em 13/10/2008.
- <sup>7</sup> Milton Pereira de Pinho, "Guapo", músico e pesquisador. Entrevista concedida ao autor em 13/10/2008.
- <sup>8</sup> COLOMBO, Sylvia. "Visões do Poente. Le Goff e Hobsbawm mapeiam o Ocidente". In. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 80, n. 26.251, 15 fev. 2001. p. E 1 e E3.
- <sup>9</sup> PERARO, Maria Adenir. *A População Urbana de Cuiabá em 1890*. EdUFMT: Cuiabá, 2005. CD-ROM.
- <sup>10</sup> Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, compositor, cantor e poeta.
- <sup>11</sup> Cantor, compositor e pesquisador musical.
- <sup>12</sup> Turismólogo e produtor cultural
- <sup>13</sup> Aposentada, enteada do Mestre Inácio.

- <sup>14</sup> Tenente músico reformado (aposentado) pela Polícia Militar de Mato Grosso.
- <sup>15</sup> Pedagogo, músico e poeta.
- <sup>16</sup> Aposentado (pintor, pedreiro e músico).
- <sup>17</sup> Ex-governador do Estado de Mato Grosso e engenheiro civil.
- <sup>18</sup> Contador e ex-prefeito de Cuiabá.
- <sup>19</sup> A respeito de "Sea" Clementina, a primeira esposa, não encontramos maiores informações. As informações colhidas foram encontradas em entrevista a Elenir Siqueira Guimarães, Da. Nini, realizada por Valdemir Taques em 2004.
- <sup>20</sup> Da. Nini, entrevistada por Valdemir Taques em 2004.
- <sup>21</sup> Dados obtidos na Certidão de Óbito de Ignácio Constantino de Cerqueira. 3º Serviço Notarial e Reg. das Pessoas Naturais de Cuiabá/MT. Livro: C/21, Folha: 63 e Termo: 17849.
- <sup>22</sup> Caquexia é um estado de fraqueza, de emagrecimento extremo do corpo, que constitui a fase final de algumas doenças ou infecções crônicas, como o câncer, a tuberculose e certas intoxicações. HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILHAR, Mauro Salles (1939-). *Dicionário de Lexicografia e banco de dados da Língua Portuguesa/ Houaiss e Mauro Salles Villar*, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e banco de dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- <sup>23</sup> Antônio Alves dos Santos - "Formador da Banda Lira Operária Santa Cecília, professor de música, tocava bombardino. Os alunos pegavam aula com ele na sua residência, rua Vila Maria. Faleceu em 1972 e foi sepultado no Cemitério da Piedade. Era cuiabano". (Da. Maximiana, "Maci", entrevistada por Valdemir Taques em 1997).
- <sup>24</sup> Honório Simarinho – Músico gaúcho, compositor e professor de música, ensinava piano, banjo e cavaquinho (RODRIGUES, 2000).
- <sup>25</sup> Fundada em 7 de abril de 1945 como uma "Associação de Partidos Estaduais e Correntes de Opinião" contra a ditadura do **Estado Novo**, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a **Getúlio Vargas** e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Perdeu três eleições presidenciais

consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de **Jânio Quadros** em 1960 e o movimento militar de 1964. Contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista. Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILHAR, Mauro Salles (1939-). *Dicionário de Lexicografia e banco de dados da Língua Portuguesa* – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>26</sup> Essa informação nos foi passada por outros pesquisadores que já haviam entrado em contato com a enteada do Mestre, Da. Nini.

<sup>27</sup> Esse acervo é composto de fotografias, documentos pessoais, homenagens e partituras.

## BIBLIOGRAFIA

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*/Melhem Adas; Sérgio Adas (colaborador); comunicação cartográfica Marcello Martinelli. – 3. Ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 1998.

ANDRADE, Mário de. *Pequena história da música*. 9ª edição. Editora Itatiaia Ltda. Belo Horizonte, 1987.

ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. *Toda a História: história geral e história do Brasil*. 12. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. Cultrix, 1970 – 44ª ed., 2007.

CARDOSO, Fernando; IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. COMPANHIA EDITORA NACIONAL: São Paulo, 1960.

CARVALHO, Carlos Gomes. *Cuiabá: corpo e alma*. / Carlos Gomes de Carvalho. Cuiabá: Verdepantanal, 2006.

CARVALHO, Leandro. *Mestre Inácio*. Caderno de Concertos – Temporada 2007. Orquestra de Câmara do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.

CHIAVENATO, Julio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

COLOMBO, Sylvia. *Visões do Poente*. “Le Goff e Hobsbawm mapeiam o Ocidente”. In. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 80, n. 26.251, 15 fev. 2001. p. E 1 e E3.

CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1930)*. Ed. UFMS. Campo Grande – MS. 1995.

D'ARAUJO, Antônio Luiz. *Artes na Sociedade Colonial*. Revista Magis-Cadernos de fé e cultura. Número 24 – ano 1997.

FARINHA, Rodrigo. *Nossos Músicos, Nosso patrimônio Cultural*. Jornal Folha do Estado. 4 de fevereiro de 2007. p. 1 A.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e Seus Municípios/ João Carlos Vicente Ferreira*. – Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FERREIRA, João Paulo Hidalgo. *Nova história integrada: ensino médio*. Volume único/ João Paulo Hidalgo Ferreira, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes. – Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O Negro e a violência do branco: o negro em Sergipe*/ Prefácio de Clóvis Moura/ Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1977.

FLORESTAN, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*/ Florestan Fernandes. – 3. Ed. – São Paulo: Ática, 1978.

FREIRE, Vanda Lima Bellard. *Música e Sociedade: uma perspectiva Histórica e uma Reflexão aplicada ao Ensino Superior de Música*. Tese de Doutorado. UFRJ. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Faculdade de Educação. Abril, 2002.

GUAPO, Milton Pereira de Pinho. *Remedeia Co Que Tem: Formação Básica da Musicalidade Mato-Grossense*, 2005.

HASENBALG, Carlos. *Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil*. In. *Raça, Ciência e Sociedade*. Organizadores Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. FIOCRUZ, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILHAR, Mauro Salles. *Dicionário de Lexicografia e banco de dados da Língua Portuguesa*/ Houaiss e Mauro Salles Villar,

elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e banco de dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KIEFER, Bruno. *História da música brasileira, dos primórdios ao início do séc. XX.* /Porto Alegre/Movimento/1977.

LEITE, Ilka Boaventura. *Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.* In. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

MARIZ, Vasco. *História da música no Brasil.* 5. Ed. Ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MOREIRA, Igor. *Espaço Geográfico: Geografia Geral e do Brasil.* 47 ed. São Paulo: ÁTICA, 2002.

MUKUNA, Kazadi wa. *Contribuição Bantu na Música Popular Brasileira: perspectivas etnomusicológicas.* São Paulo: Terceira Margem, 2006.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. *Artes e Memória, Fontes Oraís e Relato Histórico.* In. *História e Perspectivas*, Uberlândia, MG/2000.

PENA, Felipe. **Teoria da Biografia sem fim.** RJ Mauad. 2004.  
PENNA, Maura - *Reavaliações e buscas em musicalização*, Revisão Heloísa Helena Paiva. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1990.

PIAIA, Ivane Inês. *Geografia de Mato Grosso/Ivane Inês Piaia*, 3 ed. Ver. Amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps. *Movimento Musical em Cuiabá/ Dunga Rodrigues.* Cuiabá, Ed. Da Autora, 2000. 117p.

\_\_\_\_\_. *Roteiro Musical da Cuiabania – Caderno 1.* 1ª Edição, Cuiabá-MT. Editora UFMT, 1978.

\_\_\_\_\_. *Roteiro Musical da Cuiabania – Caderno 2.* 1ª Edição, Cuiabá-MT. Editora UFMT, 1978.

**SANTOS, Giordana. Mestre Inácio é alvo de homenagens.** *Jornal Folha do Estado.* 3 de agosto de 2007. p. 1 A.

SCHAFER, R. Murray . *O ouvido Pensante/ R. Murray Schafer.* Tradução Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascoal – São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Fábio Albertino da. *Acervo Histórico Mestre Albertino, MT – primeira parte.* Monografia de Conclusão de Curso de Educação Artística com Habilitação em Música. Instituto de Linguagens – Departamento de Artes – UFMT, Cuiabá-MT, 2003.

SILVA, Joacir Santos da. *A Polícia Militar e a Implantação da Ordem em Mato Grosso: os garimpos do leste mato-grossense (1923-1940)* – Artigo de Conclusão de Curso, 2005 – UFMT.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão/ Marilene Rosa Nogueira da Silva.* – São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais/Elizabeth Madureira Siqueira.* – Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TAQUES, Valdemir. *Tanque do Baú: esplendor cuiabano.* Lei Estadual de Incentivo à Cultura, Conselho Estadual de Cultura. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. – Governo de Mato Grosso, 2003.

TEIXEIRA, Franklin Piovezan. *Mestre Luiz Cândido: Contribuição Musical à Sociedade Cuiabana.* Monografia de Conclusão de Curso de História. Instituto de Linguagens – UFMT, Cuiabá-MT, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural.* In. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Ed. Campus. Campus – RJ. 1997.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História.* Ed. UNB. Brasília – DF. 1998.

VIEIRA, Luiz Fernando. *O mestre do rasqueado - Resgate Musical*. Jornal A Gazeta. 18 de novembro de 2008. p. 4.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850 - 1888*/ Luiza Rios Ricci Volpato. – São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

XAVIER, Regina Célia Lima. *O desafio do trabalho biográfico*. In. GUAZELLI César A. B.: PETERSEN, S.R.F, SCHMIDT, B. B (org). *Questões de Teoria e Metodologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 161 – 173.

### MEIOS ELETRÔNICOS

DICIONÁRIO POLÍTICO MARXISTS. UDN – *União Democrática Nacional*. Disponível em: <[http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/u/uni\\_demo\\_nacional.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/u/uni_demo_nacional.htm)>. Acesso em: 05 jan. 2009.

GUAPO, Milton Pereira de Pinho. *Mestre Ignácio*. Disponível em: <<http://www.rasqueadocuiabano.com.br>>. Acesso em: 13 mai. 2008.

PERARO, Maria Adenir. *A População Urbana de Cuiabá em 1890*. EdUFMT: Cuiabá, 2005. CD-ROM.

SOUZA, Cacá de. *José Garcia Neto: o filme*. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. GOVERNO DE MATO GROSSO, s/d. DVD.

### ARQUIVO PARTICULAR DE VALDEMIR TAQUES:

*Entrevista com Elenir Siqueira Guimarães, concedida em 2004.*

*Entrevista com Benedito Lídio, concedida em 1997.*

*Entrevista com Da. Maximiana, "Maci", concedida em 1997.*

*Entrevista com Elenir Siqueira Guimarães, concedida em 1999.*

*Registros pessoais – Mestre Inácio – 1999.*

*Registros pessoais – Mestre Inácio – 2004.*

### ARQUIVO PARTICULAR DE ELENIR SIQUEIRA GUIMARÃES:

*Certidão de Óbito de Ignácio Constantino de Cerqueira*. 3º Serviço Notarial e Reg. das Pessoas Naturais de Cuiabá/MT. Livro: C/21, Folha: 63 e Termo: 17849.

*Registro Geral de Ignácio Constantino de Cerqueira*. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. ESTADO DE MATO GROSSO. Expedição: 23/07/1984.

*Anotações de próprio punho do Mestre Inácio – Formação da Banda Lira Operária Santa Cecília*, em 13 de março de 1984.

Partituras das músicas: "*Tudo é mentira*" (autoria desconhecida), "*Rua do Valentão*" (autoria desconhecida), "*Emília*" (Wilson Batista - Haroldo Lobo), "*O prazer não acaba*" (autoria desconhecida), "*Oh! Minha Vida*" (autoria desconhecida), "*Eu amava uma mulher*" (Haroldo Lobo/Milton de Oliveira), "*A banca do surdo batucada*" (autoria desconhecida), "*Ai! Morena*" (Wilson Batista - Haroldo Lobo), "*Eu estou ficando doido*" (**Paquito e Romeu Gentil**), "*Sempre Sofrendo*" (autoria desconhecida), "*Marcha Nº 4 – Peace Forever*" (autoria desconhecida), "*Sempre sorrindo*" (autoria desconhecida), "*Mulher*" (autoria desconhecida), "*Terna Lembrança*" (autoria desconhecida), "*Meu Sorrir*" (autoria desconhecida) e "*Beija-Flor*" (autoria desconhecida).

# ENTRE O COTIDIANO E O EVENTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>1</sup>

Emanuel Oliveira Braga<sup>2</sup>

## RESUMO

As políticas públicas referenciadas pelo patrimônio imaterial ampliaram o público de beneficiados pelos recursos financeiros da área cultural, estabeleceram uma abordagem democrática de diálogo junto às diversas comunidades herdeiras de tradições diversas e acabaram contagiando o próprio patrimônio material. No entanto, quando essas políticas públicas abordam as comunidades por meio do entendimento de prática cultural como "bem", "evento" e "lúdico", corre-se o sério risco do velho uso politiquero e oportunista do potencial existencial das populações tradicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política pública, patrimônio cultural, comunidades tradicionais.

## ABSTRACT

Public policies referenced by the intangible heritage broadened the public benefit from the resources of the cultural district, established a democratic approach to dialogue with the various communities of different traditions inherited and eventually infecting the very material heritage. However, when such policies deal with the communities through understanding of cultural practice as "good", "event" and "playful," runs the serious risk of the old politicking and opportunistic use of existential potential of traditional peoples.

**KEYWORDS:** Public policy, cultural heritage, traditional communities

Como idéia e prática nova, o que se considera "patrimônio imaterial"<sup>3</sup>, ou "patrimônio cultural imaterial", obteve aplausos, com justiça, de meio mundo acadêmico e de agentes de políticas públicas culturais.

Não é de se estranhar tal alarde otimista dentro de um universo de movimentos internacionais que gostariam de serem vistos como *pós-modernos*<sup>4</sup> para então poderem brilhar em rótulos tais como "flexíveis" "democráticos" e

NDIHR



REVISTA ELETRÔNICA **2**  
DOCUMENTO  
MONUMENTO

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR

“eccléticos”. Não tardaria para que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aceitasse as reivindicações e as redescobertas dos ideais dos vários “Mários de Andrade” presentes nas diversas nações, desde o início do século XX, defendendo a proteção do rico patrimônio existente nos modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades e nos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (1982), organizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), bem como a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), ambas ministradas pela Unesco, apenas tornariam legítimas, institucionalmente, demandas há muito reclamadas por alguns setores acadêmicos e ativistas da preservação tributários de paradigmas da Antropologia e da História<sup>5</sup>.

Logo surgiriam, dentro dos Estados nacionais (participando do bolo orçamentário das políticas públicas), os inventários, os mapeamentos e os projetos de salvaguarda<sup>6</sup> de celebrações, modos de fazer, lugares sociais e formas de expressão que até aquele momento (final do século passado) eram preocupações exóticas de determinadas pessoas integrantes de comunidades tradicionais<sup>7</sup>, de folcloristas utópicos e de ações pontuais de órgãos públicos que lidam com a “preservação da cultura”. Além disso, como observa Tamaso: “a nova política de preservação tem provocado interesse de inúmeros pesquisadores. Os antropólogos, sobretudo, têm olhado para o ‘patrimônio imaterial’ como mais uma possibilidade no mercado de trabalho” (2006, p. 7).

O contraponto do “patrimônio imaterial” ao também novíssimo “patrimônio material”<sup>8</sup> se faz valer por meio de pesquisas, entrevistas com “mestres do saber”, registro imagético de festas centenárias, oficinas de capacitação de técnicas artesanais históricas, revitalização de praças e mercados públicos, etc. “É um barato” o patrimônio imaterial: as pessoas são ouvidas, valorizadas e, em alguns casos, passam a ter o sustento da família baseado

naquela antiga prática empoeirada pelo tempo! É tão rico o processo, do ponto de vista da política pública democrática, que influencia as políticas de preservação de bens edificados, das antigas igrejas barrocas tombadas há não sei quanto tempo pelos institutos responsáveis pelo patrimônio histórico e artístico municipal, estadual e/ou nacional e pelos intelectuais amantes das belas artes e de pais católicos. Agora os mesmos espaços sagrados são documentados “imaterialmente” e projetos de educação patrimonial são pensados, repensados e aplicados nas escolas próximas àquela igreja do século XVIII feita de adobe! Lembro aqui da conclusão feita por Marcus Vinícius Garcia, em um artigo que trata vivência da cultura popular em contextos urbanos e modernos:

Essa discussão remete à clássica questão de Walter Benjamin (1985.p. 115): “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” Certamente, não vivemos mais o tempo da experiência profunda, no sentido em que este pensador a atribuiu, principalmente no meio urbano. No entanto, essa movimentação de alguns segmentos em torno das “culturas tradicionais” transparece uma tentativa de vínculo consciente e busca de reconhecimento dos patrimônios culturais imateriais que constituem o Brasil. (GARCIA, 2004, p. 126)

Além do aspecto da valorização do sujeito que referencia um bem edificado (igreja, praça, mancha urbana), o patrimônio imaterial dialoga com o material na própria estruturação das legislações nacionais de proteção. No Brasil e em outros países signatários das recomendações dos organismos internacionais de preservação do patrimônio cultural, o arcabouço formal do Tombamento<sup>9</sup>, com seus números e livros de tombo e suas instruções técnicas de certificação dos bens materiais, foi bastante aproveitado na elaboração de decretos que instituem os Registros do Patrimônio Imaterial. O modelo do Registro, assim como o do Tombamento, está dividido em livros classificados por temas que necessitam de argumentação técnica documentada para a apreciação e aprovação de conselheiros ilustrados.

Em nosso país, este Decreto é o 3.551 de 2000<sup>10</sup>, de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal ligada ao Ministério da Cultura, resultado de encontros<sup>11</sup> e debates nacionais vivenciados por representantes de instituições que lidam com políticas públicas patrimoniais. Ele é o instrumento jurídico e político que certifica o valor de um bem cultural de natureza imaterial perante toda a sociedade nacional. A partir dele, uma série de **políticas públicas** torna-se possível a fim de proteger e salvaguardar, em nome da sociedade brasileira, tradições como a Capoeira, o Samba de Roda, o Círio de Nazaré, o Modo de Fazer Viola-de-Cocho, entre outras manifestações consideradas patrimônio imaterial.

No texto do citado Decreto, podemos perceber diferenças de diretrizes e interpretações em relação ao Decreto Lei nº 25 de 1937, que organiza o patrimônio histórico e artístico nacional e institui o Tombamento. Em vez de “fatos memoráveis da história do Brasil” e “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, temos na lei de Registro “modos de fazer enraizado no cotidiano das comunidades” e “vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”.

Ora, há uma distância semântica considerável entre “fato memorável” e “cotidiano” e entre “excepcional valor” e “vivência coletiva”. Primeiramente, “fato memorável” e “excepcional valor” remetem à apreciação de coisas isoladas, atípicas e eventuais, ao tempo em que “cotidiano” e “vivência coletiva” remetem a sujeitos atuantes em contextos e processos histórico-culturais. Em segundo lugar, as expressões da lei de Tombamento estão mais suscetíveis a avaliações idiossincráticas de uma autoridade que nomeia e classifica o que deve ser considerado “memorável” e “excepcional”, enquanto nas expressões da lei de Registro, a avaliação está baseada apenas em pressupostos (quase kantianos) de tempo, espaço e modalidade. Por quanto tempo vocês produzem este *tipo* de panela neste espaço, indaga o “avaliador patrimonial”. Não importa se o avaliador considera a panela ou o ofício de fazer panela de “bom gosto”, “mau gosto”, “simples” ou “complexo”. O que importa é que a comunidade faz daquele modo (dinâmica

tradicional) a panela em processo de continuidade histórica naquela região e oferece à diversidade cultural do planeta mais uma faceta do bicho-homem. A margem idiossincrática de apreciação é bem menor, restringe-se a critérios de tempo, espaço e alteridade. Pratica-se capoeira há décadas ou há séculos, apenas em regiões litorâneas ou também está presente nos sertões brasileiros? “Tempo”, “espaço” e “modo” estão em jogo apenas.

Não se pretende dizer aqui que os inventários do patrimônio imaterial ou/e que a aplicação do Decreto 3.551 sejam poucos criteriosos, nem que a definição da capoeira como patrimônio cultural não esteja frágil a jogos políticos onde o nacional e o local, o autêntico e o sincrético, o institucional e o comunitário e o interesse público e individual são teses e antíteses de processos simbólicos onde vários agentes sociais estão envolvidos. Apenas, constata-se que o espírito da lei do Registro motiva uma abordagem ampla da diversidade de possibilidades existenciais, enquanto os critérios “excepcional” e “memorável” da lei de Tombamento estão sujeitos aos melindres de uma miríade de interpretações subjetivas de um determinado segmento social: os intelectuais apreciadores de história e arte. Quantas obras de arte e casas populares foram destruídas e quantas técnicas construtivas foram esquecidas, ao longo do tempo, porque não tinham o aval público, institucional e científico de “memorável” e “excepcional”?

Entretanto, a revolução simbólica trazida pela amplitude existencial do Decreto 3.551 (afluente de contribuições de paradigmas antropológicos e de convenções internacionais, nacionais e locais sobre a plausibilidade democrática da elaboração e aplicação de políticas públicas patrimoniais) encontra-se ameaçada por uma prática quase tão recente quanto à idéia de “patrimônio imaterial”. Trata-se da motivação, organização e execução dos chamados “**eventos culturais**”.

Quem já não participou diretamente ou indiretamente de um evento cultural, ou, pelo menos, não soube de notícia vinculada pela grande mídia e mídia local sobre algum festival, show ou espetáculo da “cultura popular”, do “folclore da região”, da “tradição de um lugar” que estaria acontecendo dia tal, na praça fulano de tal?

Práticas centenárias e de cotidiano diluído no calendário das comunidades tradicionais (caipiras, sertanejas, urbanas, ribeirinhas, etc.) sobem ao palco, exibem-se para um público da própria comunidade ou de fora, com data e hora marcada. Geralmente, no início, não são esses grupos que levantam a idéia do evento cultural. São projetos de política cultural, financiados pelos poderes públicos municipal, estadual e/ou federal, sob coordenação de uma empresa ou organização sem fins lucrativos, voltados para a valorização de determinadas danças, cantos e coreografias presentes em uma determinada região e considerados como símbolos locais. Sobre a “moda” dos eventos culturais, lembremos a provocação oportuna de Néstor Canclini: “se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo” (1998, p. 169).

“Eventual”, se mais uma vez recorrermos ao Aurélio, é aquilo “que depende de um acontecimento incerto, casual, fortuito, acidental”. Ora, nada mais próximo do usual oportunismo politiquero e nada mais distante do ideal apregoado pelas políticas públicas (contemplar uma ampla participação da sociedade, visando melhorias das condições de existência da mesma) do que aquilo “que depende de um acontecimento incerto, casual, fortuito, acidental”.

Nos eventos culturais, antes das apresentações dos “grupos folclóricos”, políticos ligados àquele projeto falam durante um bom tempo sobre seus feitos e seus objetivos durante tal mandato, sendo vaiados ou aplaudidos pelo público dependendo do momento político vivido naquela localidade.

Esses grandes artistas, historicamente excluídos da aclamada cidadania, passam a se sentirem contemplados eventualmente por esses holofotes e pelos aplausos do crescente público que comparece aos espetáculos. Alianças politiqueras são firmadas e algumas associações folclóricas começam a se comprometer com o jogo eleitoral daqueles que aplicam recursos públicos na organização periódica dos festivais. O representante do poder público municipal na área de cultura, para esses grupos que detêm determinadas artes tradicionais e estão em condições sócio-econômicas limitadas, tende a ser a relei-

tura do sempre presente senhor, coronel e político local de outras épocas. Conforme análise sociológica de Edson Farias:

Embutidos em sínteses ainda mais amplas, pela força coletiva que os empurra ao posicionamento subalterno na estrutura de classes dessas sociedades nacionais, em grande medida, os descendentes africanos e as culturas negras não-africanas, ao lado das memórias ameríndias, serão re-processadas discursivamente sobre a rubrica do folclore e da cultura populares, sendo as últimas convertidas em patrimônios simbólicos da nação miscigenada, em se tratando do Brasil. A invenção dessas tradições, deflagrada no curso da cosmopolitização do regional e do prosaico, empreendida por elites intelectuais e artísticas (embebidas do imaginário da unidade nacional), está no epicentro da sua, também, conversão ou reinvenção em bens de entretenimento-turismo. (FARIAS, 2004, p. 148)

O evento casa-se com a manifestação (“fazer uma festa com as mãos”?) cultural, onde observamos e valorizamos apenas a festa em detrimento do cotidiano das mãos, o palco em detrimento da vivência, o show em detrimento do processo. O evento é o monumentalismo dos antigos critérios de preservação trazido ao patrimônio imaterial. Muitas das atuais políticas culturais tornam cada vez mais plausíveis as promoções de eventos, a visão da cultura como lócus lúdico da vida, afastando-se, assim, da revolução simbólica alavancada pela ampla cidadania trazida no texto do Decreto 3.551/2000 e das recomendações internacionais. Como reforça Tamaso, ao citar as *Cartas patrimoniais*<sup>12</sup>:

Observe-se que a recomendação da Unesco para a salvaguarda das culturas tradicionais e populares não se limita aos bens<sup>13</sup> de natureza intangível. Recomendou a Unesco que “a cultura tradicional e popular, enquanto expressão cultural deveria ser salvaguardada pelo e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, étnico, etc.) cuja identidade exprime”. (TAMASO, 2006: 10)

Concebendo o bem cultural como objeto, descontextualizado das **referências** da comunidade que o fez surgir, o poder de fogo das políticas públicas voltadas para a preservação desse mesmo bem se perde sem conseguir apontar dados concretos, planilhas e mapas ilustrando o contexto cultural dos grupos detentores dessas possibilidades de existência, em alguns casos, em processo de extinção. Além disso, o recorte “bem cultural”, por ser elaborado, em alguns casos, sem a interlocução das comunidades tradicionais, fica atrelado aos códigos das corporações do conhecimento técnico, letrado e acadêmico. Enquanto o foco patrimonial estiver voltado para “violões caipiras”, “panelas de barro”, “rituais”, “festas” e “igrejas”, a dinâmica de uso desses objetos e práticas está fadada ao desaparecimento ou, pior, ao artificialismo da continuidade da prática justificada em si mesma, do preservar porque é considerado “cultural” tutelado pelo Estado e por críticos, porque é importante, mas não se sabe exatamente porque é importante e porque deve ser preservado. Canclini já tinha observado tal miopia dentro do universo das políticas culturais. A crítica do autor refere-se ao recorte do objeto a ser trabalhado como “cultura popular”:

Interessam mais os bens culturais – objetos, lendas, músicas – que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais a sua repetição que sua transformação. (CANCLINI, 1997, p. 211)

De um modo mais amplo, podemos enxergar a “política pública” como a “compensação social” do Estado às mazelas produzidas por todas as formas de liberalismo existentes desde o século XVIII.

No século XX, quando, através da própria experiência histórica, tornou-se manifesta a “fantasia” da tese de Adam Smith sobre a “mão invisível” do mercado<sup>14</sup>, as preocupações com o crescimento exorbitante da miséria, principalmente na periferia das grandes cidades dos países subdesenvolvidos, ganharam foco no debate

econômico e social. O papel do Estado reviveu com toda a força, sendo o complexo da administração pública o grande responsável pelo estado de bem estar social das populações, principalmente servindo de suporte de sobrevivência das classes mais pobres. O mundo privado passou então a se resguardar o máximo possível dos tentáculos institucionais do Estado, ajeitando-se em colégios particulares, hospitais particulares, condomínios fechados, usufruindo todo o tipo de bens privados, enquanto os bolsões de miséria se acumulavam nas filas da previdência social, nos hospitais públicos, nos colégios públicos de ensino fundamental e médio, aproveitando o que podiam dos impostos do Estado e das políticas públicas oferecidas.

As comunidades tradicionais historicamente ficaram à margem dos projetos políticos oficiais do Estado brasileiro, perdendo o direito de uso de suas terras, expondo-se à violência institucional da polícia, além da pistolagem patrocinada por alguns setores da elite rural e urbana do país.

A noção de “política pública” apenas recentemente entrou no instrumental do poder institucional, nas assembleias legislativas e nas pautas partidárias. As comunidades tradicionais, as comunidades quilombolas e as etnias indígenas agora são contempladas por uma gama de leis, decretos e portarias que buscam assegurar a posse de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Em 1973, foi elaborado o chamado “Estatuto do Índio”, Lei 6.001/73, dispondo sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com os índios. Considerando os índios “relativamente capazes”, o Estado, por meio de uma instituição indigenista governamental (de 1910 a 1967, o Serviço de Proteção ao Índio/SPI; atualmente, a Fundação Nacional do Índio/FUNAI), seria, conforme o texto, o responsável pela garantia dos direitos das diversas etnias presentes no país, até que elas estivessem “integradas à sociedade brasileira”. A Constituição de 1988 traz no seu texto, Artigo 231, o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, de posse da União e de usufruto exclusivo dos recursos naturais necessários à “reprodução física e cultural” do grupo.

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da mesma Constituição, o Art. 68 prescreve o direito à propriedade

definitiva aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, “devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Tais avanços jurídicos possibilitaram que o direito à terra não se limitasse aos contratos de compra e venda de propriedades ou à herança de antigas posses originárias da cessão de sesmarias, garantindo a permanência de quem ancestralmente construiu a ocupação do território.

As demarcações das terras indígenas e quilombolas, por mais deficitárias que possam parecer aos olhos de quem analisa o processo de colonização do país, tornam-se possíveis com o apoio institucional desse dispositivo da Carta Magna.

Mais recente ainda é o Decreto 6.040, de 2007, que institui a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, definindo oficialmente as nomenclaturas “Comunidade Tradicional” e “Território Tradicional” e estabelecendo as diretrizes para a futura regulamentação dos diversos direitos dessas comunidades. Laraia, ao tratar do conceito de “patrimônio imaterial” e suas implicações, deixa explícito que “identidade e territorialidade são dois requisitos fundamentais para a definição da referência cultural” (2004, p. 17). O direito à posse e ao uso das terras é o pressuposto para os demais anseios e demandas das comunidades, quanto à sua organização socioeconômica tradicional e quanto aos seus conhecimentos, usos e valores tradicionais.

Mesmo com o avanço no texto das legislações culturais, as comunidades tradicionais ainda não conseguiram fazer-se representar efetivamente no cenário político nacional, perdendo espaços culturais fundamentais para a existência tradicional dos grupos. Os projetos políticos para o país ainda se produzem de forma unilateral, enxergando apenas o aspecto desenvolvimentista e econômico da situação, privilegiando o ponto de vista mercadológico. A chamada “cultura” conseguiu angariar espaço nos debates políticos e nas disputas orçamentárias, mas de modo discursivo e demagógico. Quando se fala em política cultural, o recorte metodológico concebe bens isolados do seu contexto, grupos de artistas, patrocínio de eventos, incentivos financeiros mensais aos artesãos, etc. Essa “cultura” se restringe a aspectos lúdicos e produções artesanais, está desa-

trada do contexto da ocupação do espaço, dos recursos naturais e da história das comunidades. Além dos chamados centros históricos e monumentos artísticos e naturais, os outros espaços se tornam vazios, onde o capital, respeitando as normativas da legislação ambiental, pode avançar e acumular sem maiores preocupações.

Em um cenário nacional e internacional de “compensação”, a política pública do patrimônio imaterial deveria contribuir com uma gestão minimamente estrutural voltada para o acesso desses grupos (que detêm conhecimentos tão preciosos à diversidade cultural universal) à saúde, educação, moradia de qualidade e outras instâncias sociais que proporcionam uma vida mais digna. Enxergaria que a cultura não é apenas o universo lúdico e sim a plenitude cidadã de um modo de vida singular. E pensando e agindo, assim, estaria muito mais em sintonia com as recomendações internacionais contemporâneas para a salvaguarda do patrimônio cultural do que promovendo eventos suscetíveis ao velho cabresto eleitoral.

A miopia do evento, por mais danosa ao olho desprevidado, não há de macular o rico processo desencadeado pelo contagiante patrimônio imaterial que compôs tão bem com a parte bela do universo.

---

## NOTAS

- 1 Este artigo tornou-se realidade por conta da leitura atenciosa de Izabela Tamasso e Selmo Norte. Izabela acompanhou o texto desde o início, dando importantes contribuições de autores fundamentais para o debate contemporâneo sobre o tema e incentivando a publicação. A professora Elizabeth Madureira Siqueira colaborou com sua leitura minuciosa e as correções que se fizeram necessárias. Lembro que o tom ensaístico e o argumento ora desenvolvido é de minha inteira responsabilidade.
- 2 O autor é graduado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará. Atua pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 2006 na gestão de políticas públicas culturais, sendo, atualmente, Técnico da Superintendência Estadual da Paraíba.

- 3 Atualmente, fala-se em **patrimônio material** quando determinado bem tem seu valor fundamentado em bens concretos, materiais. Pode-se considerar "patrimônio material", determinadas construções, como os casarões coloniais construídos em adobe ou com uso de técnicas tradicionais; monumentos, como o Cristo Redentor no Rio de Janeiro ou a ruína de uma antiga igreja; paisagens naturais, como o Parque Nacional de Iguazu-PR, pinturas consideradas de grande valor artístico, como as de Di Cavalcanti e Picasso, etc. Já quando se fala em **patrimônio imaterial** estamos nos referindo a bens culturais que têm sua importância fundamentada na atribuição de valor dada pela comunidade às suas práticas e conhecimentos. Os conhecimentos, as técnicas e as festas, de grande referência para as diversas comunidades, são bens materiais. Pode-se considerar patrimônio imaterial, por exemplo, celebrações, como a Festa do Divino, a Festa de Vila Bela/MT, ou um Ritual Indígena; formas de expressão, como Siriri e o Samba de Roda; feiras públicas, como a Feira de Caruaru/PE e a de Campina Grande/PB; ofícios, como a técnica tradicional de produção de panelas de barro e o modo artesanal de fazer a viola-de-cocho.
- 4 Aqui me refiro à problematização da tese do geógrafo David Harvey em *Condição pós-moderna* (1989): "Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. (...) Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova". Ver também o artigo de Izabela Tamaso, "A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios..." publicado no número 390 da *Série Antropologia* da Universidade de Brasília: "A nostalgia pelas 'coisas velhas', em muitos lugares, suplanta o desejo pelo progresso e pelo desenvolvimento. Ou melhor, redireciona o desejo" (2006, p. 3).
- 5 Ver PELEGRINI, Sandra C. A. & FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial* (2008).
- 6 No Brasil e em outros países, optou-se pelo termo "salvaguarda" (e seus equivalentes idiomáticos) em vez de "preservação" e "proteção" para que as políticas do patrimônio imaterial não ficassem atreladas à interpretação de "congelamento" de manifestações culturais, intervindo nos critérios de dinâmica cultural e interação social própria de cada contexto local. Ora, "salvaguardar", conforme o Aurélio, é "pôr fora de perigo;

- proteger". Quem "põe fora de perigo e protege", conseqüentemente, "preserva", e quem "preserva", "salva", "guarda" e corre o risco semântico e pragmático de "congelar ou manter a tradição". Enfim, essas terminologias são escolhas muito mais voltadas para o estabelecimento de um discurso plausível preocupado com o olhar crítico da academia acerca do conceito de "patrimônio imaterial" do que um contraponto lógico ao que os vocábulos anteriormente usados pretendiam dizer.
- 7 As chamadas "comunidades tradicionais" ou "populações tradicionais" são grupos de pessoas que habitam território em comum e que formaram, ao longo do tempo, um sentimento de pertencimento a sua terra, seus valores e suas tradições. De acordo com Diegues, as populações tradicionais são aquelas comunidades que possuem como principais características: "a) (importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; b) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados" (2000: 87). Conforme Santana e Oliveira, tratando da questão com recorte jurídico e nacional, "as populações tradicionais variam de acordo com cada região do Brasil, apresentando traços culturais que a diferenciam da população que está em seu entorno; são comunidades tradicionais os 'povos indígenas', as comunidades 'remanescentes de quilombos', os 'caboclos ribeirinhos', as 'comunidades tradicionais urbanas', as 'populações tradicionais marítimas', que se subdividem em 'pescadores artesanais' e os 'caiçaras', entre outras" (2005, p. 4).
- 8 A dicotomia "material"/ "imaterial" é tributária das Conferências e Convenções (décadas de 1980 e 1990) citadas logo no início do presente artigo.
- 9 Tombamento é o ato administrativo de reconhecimento do valor cultural de um bem de natureza material, que o transforma em patrimônio oficial e público (municipal, estadual ou nacional) e institui regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social. O nome "tombamento" advém da Torre do Tombo, o arquivo público português, onde são guardados e conservados documentos importantes daquele país. Várias nações usam desse tipo de instrumento, com suas variantes locais, para preservação de seus patrimônios culturais de natureza material.

- 10 Sobre tal legislação, compartilho da lúcida observação feita por Roque de Barros Laraia: "por mais oportuno que tenha sido este Decreto, por mais nobre que sejam seus objetivos, entre eles o de regulamentar o artigo 216 da Constituição Federal, é ele uma manifestação tardia por parte do Estado em reconhecer o valor de nosso patrimônio cultural imaterial. Oito décadas o separam dos anseios dos modernistas preocupados com a valorização de nossa cultura" (2004, p. 12).
- 11 Dentre os quais podemos destacar a "Carta de Fortaleza", documento produzido em um seminário internacional organizado pelo IPHAN na capital do Ceará em 1997, fruto de debates acerca de "possíveis formas de proteção ao chamado *patrimônio imaterial*".
- 12 Ver CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2000.
- 13 Grifo meu.
- 14 Ver POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1980.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDRADE, Mário de. "Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília (DF): IPHAN, n. 30, p. 270-287, 2002.
- ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo (SP): Brasiliense, 1984.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo (SP): EdUSP, 1997.
- Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN/MinC, 2006.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo (SP): Hucitec/NUPAUB-Usp, 2000.
- FARIAS, Edson. "(Re)tradicionalização ou (re)significações de tradições?".

In TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinícius C. & GUSMÃO, Rita. (org.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília (DF): ICS/UnB, 2004.

GARCIA, Marcus Vinícius C. "Um espaço para respiração: a cultura popular e os modernos cidadãos". In TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinícius C. & GUSMÃO, Rita. (org.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília (DF): ICS/UnB, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo (SP): Loyola, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. "Patrimônio imaterial: conceitos e implicações". In TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinícius C. & GUSMÃO, Rita. (org.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília (DF): ICS/UnB, 2004.

LONDRES, Maria Cecília. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro (RJ): Ed. UFRJ/MinC/IPHAN, 1997.

*O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília (DF): IPHAN, 2000.

PELEGRINI, Sandra C. A. & FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo (SP): Brasiliense, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1980.

RAMOS, Alcida Rita. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói (RJ): EdUFF, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2003.

SANTANA, Luciano Rocha. & OLIVEIRA, Thiago Pires. "O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental". In *Jus Navigandi*, Teresina (PI), ano 9, n. 750, 24 de julho de 2005.

TAMASO, Izabela. "A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...". In *Série Antropologia*, n. 390. Brasília (DF): UnB, 2006.

# OS “RIBEIRINHOS” DO PANTANAL NORTE NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DO “PROGRESSO” (1870-1930)

**Ana Carolina da Silva Borges**

Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso  
Professora Substituta da Universidade Estadual de Mato Grosso  
anaborgeshis@gmail.com

## RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir e analisar a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza na extensa área alagável do Pantanal Norte, tendo um interesse maior pelos moradores da beira dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 a 1930, chamados externamente de “ribeirinhos”. Assim, analisamos a forma como as atividades diárias dos trabalhadores rurais da beira dos rios eram vistas e entendidas por viajantes estrangeiros que visitaram a região, assim como os governantes provinciais e estaduais mato-grossenses, que criaram uma série de imagens pejorativas sobre a relação que estes moradores locais estabeleceram com o seu meio.

**Palavras-chave:** “ribeirinhos”; cotidiano; Pantanal.

## ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss and analyze the relationship between the society and the extensive nature in the wetland in the northern Pantanal, taking a greater interest by the residents along the Rivers São Lourenço and Cuiaba, between the years of 1870 to 1930, known for externally "ribeirinhos". we analyzed how the daily activities of the rural workers of the edge of rivers were seen and understood by foreign travelers who visited the region and governors of Mato Grosso, which created a series of pejorative images about the relationship between the Local residents and the environment

**Keywords:** "ribeirinhos"; everyday; Pantanal.



O que observamos atualmente é que o Pantanal tem sido alvo de muitas pesquisas<sup>1</sup>. Este ambiente é valorizado, sobretudo, pelos seus aspectos naturais - a diversidade da flora e da fauna e o funcionamento do ciclo das águas. No entanto, a relação dos homens e mulheres que habitavam e habitam este ambiente têm sido sistematicamente silenciada em favor de uma visão idílica sobre meio natural.

Buscando contribuir para a compreensão sobre as populações pantaneiras, este artigo dará atenção a uma pequena parcela dos trabalhadores rurais da área alagável, localizada ao longo das margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, entre os anos de 1870 à 1930, região esta atualmente conhecida como Pantanal Norte, se atentando principalmente para o estudo dos habitantes denominados de "ribeirinhos".

Este grupo de trabalhadores agrários, segundo aponta a documentação e a bibliografia especializada, podem ser definidos como pequenos agricultores livres que possuíam relativa autonomia em relação às fazendas, aos engenhos e usinas. Os mesmos dedicavam-se à agricultura, como os plantios de milho, criavam animais domésticos e gado, além de praticarem a pesca e a caça; produziam para a sua vivência e também comercializavam seus produtos de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos, do qual trataremos aqui o referente aos anos de 1870-1930<sup>2</sup>.

A justificativa para tal recorte temporal se dá pelo simples fato de que em 1870 a região em questão passa por algumas transformações com o fim da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação fluvial, fazendo com que o comércio da Província se intensificado. É a partir de então que o barco a vapor passa a ser cada vez mais utilizado, diminuindo o tempo das viagens que duravam em torno de três ou quatro meses para um mês, e a região é inserida no comércio internacional. Esses fatores contribuíram para a entrada de capitais estrangeiros em Mato Grosso e para que os proprietários do Pantanal tivessem maiores lucros e pudessem investir nas fazendas e usinas de produção de açúcar ali existentes, ao mesmo tempo em que as populações fixadas a beira dos rios puderam aumentar consideravelmente as trocas e vendas de

produtos caseiros, de animais domésticos e principalmente silvestres, lenha, e de outros artefatos com as embarcações que ali paravam.

Como marco final de nosso recorte temporal, escolhemos o ano de 1930 por expressar mudanças na organização social, política e econômica no estado de Mato Grosso. A começar pelas construções das estradas de ferro (1914) e de rodagem que diminuía viagens de um mês para quinze dias. Com isso as rotas fluviais deixaram de ser a melhor opção para o escoamento da produção agropastoril e para a comercialização de mercadorias em geral. Isso se deu principalmente a partir do golpe de Getúlio Vargas (1930), quando houve o combate ao *coronelismo* e a intensificação da política de integração nacional. Esses fatos corroboraram para as modificações nas relações estabelecidas entre fazendeiros, usineiros e "ribeirinhos" e as relações de poderes locais<sup>3</sup>.

Entre as modificações ocorridas no período pós-guerra com o Paraguai, investigaremos neste artigo as relativas a um conjunto de práticas discursivas criadas pelos viajantes nacionais e estrangeiros sobre as atividades diárias dos "ribeirinhos" dos ambientes rurais do Pantanal Norte, no recorte temporal em questão.

Nesse sentido seria interessante observar que a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) marcou profundamente a sociedade mato-grossense. Em 1870, com a reabertura da navegação via Bacia do rio da Prata as feridas abertas no período da guerra (como a crise nos setores agrícolas de exportação e abastecimento, a diminuição populacional diante da violência do conflito bélico e a epidemia da varíola que causou inúmeras mortes e deformações, além do registro de grandes enchentes em 1865) estavam longe de cicatrizar.

A guerra, dessa forma, constitui-se num marco cronológico de grande significação para a historiografia de Mato Grosso. Seus efeitos podem ser sentidos no ressurgimento de antigos problemas voltados para as dificuldades de transportes no abastecimento de gêneros alimentícios e a proximidade com outras províncias do país visando o estabelecimento de relações comerciais mais amplas demandando soluções adequadas ainda no contexto das últimas décadas do século XIX. Nesse sentido, há que se destacar que, se a

questão da fronteira havia sido resolvida, carecia acabar definitivamente com a distância do Centro-Oeste com as demais áreas do Brasil articulando um projeto que direcionasse, com maior intensidade, a região para o “caminho do progresso”.

Nesses termos, foram desencadeadas por parte dos governantes provinciais algumas medidas visando fomentar o comércio e conseqüentemente, reativar o mercado local. A partir de 1869, por exemplo, os governantes locais favoreceram a entrada de investidores e grupos interessados em desenvolver transações comerciais, concedendo-lhes isenção de impostos na província de Mato Grosso, com a intenção de minimizar ao máximo possível os agravantes da crise provocada pela guerra (Relatório de presidente de província de Mato-Grosso, 20 de setembro de 1869).

É nesse universo pós-guerra com o Paraguai quando Mato Grosso tentava “virar a página” de sua história e iniciar uma nova fase mergulhando no mundo dos negócios, da circulação monetária e de mercadorias que nos deteremos neste capítulo. A documentação produzida por viajantes estrangeiros e governantes locais registram aspectos da sociedade e do ambiente natural julgados como importantes e verdadeiros entraves ao “desenvolvimento”.

Analisaremos as práticas discursivas desenvolvidas sobre os grupos rurais fixados à beira dos rios São Lourenço e Cuiabá fazendo fulgurar a criação de um conjunto de visões, idéias e leituras em relação às atividades agrárias, principalmente dos chamados externamente de “ribeirinhos”.

Em Mato Grosso a denominada elite local, diminuta em número, mas detentora de grande influência econômica e política em relação aos grupos constituídos por livres, libertos e escravos, era composta por vários segmentos: proprietários das usinas<sup>4</sup>, fazendeiros<sup>5</sup>, bancários, comerciantes e empresários estrangeiros e nacionais (PERARO, 2001, p. 70), proprietários de grandes companhias que exploravam a borracha e erva mate<sup>6</sup>, profissionais liberais, além dos altos funcionários públicos civis e dos militares de alta patente.

É nesse ambiente heterogêneo que os grupos econômicos começaram a se delinear no período pós-guerra com o Paraguai

(uns se reafirmando economicamente, outros buscando espaço entre as principais atividades) que ressurgirá a discussão a respeito das atividades agrícolas, tal como a dos “ribeirinhos”.

### “O PROBLEMA DA PRODUÇÃO” EM MATO GROSSO

Como nos ensina a ciência, o homem, a terra e o capital são três termos do problema de produção. Mas o homem carece ser instruído, a terra cultivada com esmero e arte, e o capital mobilizado. Aqui, infelizmente, sente-se falta de braços; os meios de transporte são difíceis e caros; a epizootia não cessa de dizimar os campos; a iniciativa individual é cousa como que desconhecida; a descrença nos motores que facilitam trabalho é absoluta; a inércia entre as classe dos que poderão suprir a deficiência de escravos é surpreendedora; a falta de instrução industrial completa e os capitais realizados deixam de entrar em circulação para, serem convertidos em apólices, ou depositados nos estabelecimentos bancários. O conjunto de tantos elementos nocivos atrofia e mata inteiramente a lavoura, que nem se quer prove as exigências da Província. [...] É geral o clamor pela falta de braços úteis ao trabalho. [...] Porém, o que mais afeta o progresso da lavoura, no Mato Grosso é a indolência e a inércia. Aqui o proletário não pensa no dia de amanhã<sup>7</sup>.

Os relatórios dos presidentes da província e do estado constituem um conjunto de fontes documentais bastante conhecido pela historiografia de Mato Grosso, tendo sido amplamente utilizado como referência para as análises econômicas, sociais, políticas e culturais. A partir dos relatórios, mensagens e discursos presidenciais, assim como através da sua articulação com outros tipos de documentos - relatos de viajantes nacionais, estrangeiros, cronistas, leis - e material bibliográfico, percebe-se o processo de construção de uma série de representações a respeito dos moradores das margens dos rios.

O trecho do relatório do presidente da província apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso pelo coronel Francisco

José Cardoso Junior, no ano de 1871, versa basicamente sobre uma preocupação central que é “o problema da produção” em Mato Grosso. Discorrendo sobre esse problema, Cardoso Júnior identificava três fatores que entravavam solução: “homem, a terra e o capital”.

Para tanto, reportemos aos atributos pejorativos que foram construídos sobre os extratos tidos como “inferiores” da sociedade mato-grossense, pois, segundo esse governante, os mesmos eram carentes de “iniciativa individual” e precisavam receber uma “instrução” especializada, profissionalizante.

Aliás, sobre isso deve ser destacada a própria palavra “instrução”, termo concebido positivamente. Nos relatórios, discursos, mensagens e falas dos presidentes de província a expressão “instrução” estava diretamente relacionada à “educação”<sup>8</sup>. Nestes documentos o subtítulo “Instrução Pública” tratava exclusivamente dos assuntos relacionados à escolarização.

Nesse sentido a educação era vista como um dispositivo para o processo de inserção do trabalho formal na região, sendo sua função atrelada à qualificação de jovens para serviços remunerados, inserindo-os na lógica capitalista (SIQUEIRA, 1999). Não é por acaso, ou simples conveniência que a educação ao ser mencionada nestes documentos oficiais, vinha acompanhada de conceitos como “progresso”, “modernidade” e “civilização”<sup>9</sup>.

Deixando de lado as nossas observações sobre “instrução” e voltando para outras questões apontadas no documento anteriormente transcrito, o presidente de província indicava que o solo precisava ser “cultivado com esmero e arte”. Se Cardoso Júnior não estava contente com a produção agrícola local, era porque essa atividade não era uma prática econômica entendida por este governante como propícia e adequada à província e ao país, já que nesse período a agricultura que preponderava nas grandes propriedades utilizava mão-de-obra escrava africana, atendendo principalmente ao mercado interno. Assim, o “cultivo da terra” em Mato Grosso era criticado porque não se enquadrava no tipo particular de produção agrícola - a que era a feita em larga escala, com o emprego da mão-de-obra assalariada, em

que se previa uma jornada de trabalho diário e a relação patrão-empregado de acordo com o padrão das regiões mais desenvolvidas do Brasil e ao arremedo do europeu. Cardoso Júnior recriminava, dessa forma, os grandes proprietários da província pela utilização do trabalho escravo, assim como o cultivo de subsistência realizado pelos pequenos agricultores.

Outro ponto importante diz respeito ao autor deste documento. Prestemos atenção sobre o responsável por este relatório - o Tenente-Coronel Francisco José de Cardozo Júnior que, como os demais presidentes da província, fora nomeado pelo imperador, não sendo, portanto, uma figura política local, o que nos leva a supor que havia uma ligação direta entre suas práticas políticas e administrativas e os interesses do poder central, articulador das propostas político-econômicas elaboradas para todo o país.

De fato, nas décadas de 1870 era latente a preocupação do império em implantar um “projeto de nação”, que atuasse em defesa da “integração nacional” e promovesse o fortalecimento do poder central. Com o fim da Guerra do Paraguai (1870), veiculou-se por todo o país, com maior intensidade que os anos antecedentes, um discurso da valorização do trabalho, no qual o operário europeu passava a ser visto como mão-de-obra qualificada bem distinta dos “descendentes bugres e escravos” tidos como negação do estereótipo desejado (VOLPATO, 1993, p. 89). Nesse sentido foi desenvolvida no Brasil uma política “imigrantista”, que obteve seu maior êxito no período republicano, principalmente no centro-sul e, em especial, nos cafezais localizados no Vale do Paraíba e noroeste de São Paulo (VOLPATO, 1993, p. 89).

Ao analisar o discurso proferido por Francisco Cardoso Júnior, a historiadora Luiza Volpato salienta que a esse projeto somava-se ainda a defesa da abolição da escravatura (VOLPATO, 1993, p. 99). No entanto, tinha o mesmo que ser levado a cabo pelas elites regionais, que deveriam assumir o “compromisso de buscar alternativas adequadas para solucionar a questão do suprimento de mão de obra que já se fazia presente.” (VOLPATO, 1993, p. 99).

É preciso salientar que muitas das percepções construídas nesse documento receberam influências dos viajantes nacionais e

estrangeiros que estiveram em Mato Grosso, cujas narrativas foram significativas para subsidiar as discussões sobre a relação sociedade e natureza no que se refere à exploração ambiental. Aquelas referentes ao “mundo natural” estavam inseridas em uma temporalidade em que as máquinas, o lucro, as grandes transações econômicas preponderavam nos grandes centros comerciais e urbanos encontrando-se em pleno processo de expansão no mundo capitalista. De fato o século XIX foi o “tempo da civilização e do progresso” o que implicava em uma série de valores calcados, sobretudo, no etnocentrismo e na ideologia do “progresso”, tendo como modelo as grandes potências ocidentais, mais precisamente as européias<sup>10</sup>.

### AVISITA DE BARTOLOMÉ BOSSI A MATO GROSSO

Em termos numéricos, comparados com áreas litorâneas brasileiras, foram poucos os viajantes que passaram por Mato Grosso, porém esse aspecto não minimiza a qualidade das ricas informações coletadas através das impressões sobre os lugares que visitaram. Esses relatos estão repletos de idéias, pensamentos e “visões de mundo”. Apresentam descrições sobre as áreas visitadas significativas para os estudos em diversos campos de conhecimentos: geologia, geografia, física, etnografia, biologia, matemática, medicina, história e antropologia, dentre outros.

Nosso maior interesse em relação a essas descrições recai sobre os viajantes que estiveram no Pantanal, por terem construído um conjunto de *representações sociais* sobre as práticas agrárias, especialmente sobre as que dizem respeito aos grupos de trabalhadores rurais que se encontravam localizados nas margens dos rios Cuiabá e São Lourenço.

Para começarmos nossas reflexões sobre os visitantes estrangeiros, nos voltaremos aos escritos de Bartolomé Bossi quando percorreu a extensa área úmida do Pantanal, no princípio da década de 60 do século XIX (BOSSI, 1863, p. 50). É bem provável que o leitor desavisado ou pouco atento, ao ler as descrições desse viajante sobre o Pantanal Norte tenha a impressão de que

esse ambiente ainda que composto por grande disponibilidade de recursos animais e vegetais era inabitado pelo homem, pois Bossi não faz menção, em grande parte de suas descrições, a grupos sociais, menos ainda a espacialidades rurais. A natureza pantaneira descrita era farta, rica e inexplorada. Porém, seria interessante entender porque esses atributos foram conferidos ao ambiente natural, quais os objetivos e intenções que o motivaram a construir a paisagem com essa caracterização?

Nas anotações de Bossi é possível observar o cuidado despendido em descrever as espécies de plantas e animais e seus respectivos valores econômicos. A respeito das aves, o que chamou-lhe bastante atenção foram as plumas e suas cores variadas, além da grande quantidade desses animais, razão pela qual acreditava que se constituíam em presas fáceis. Dessa forma, podemos entender o quanto a fauna e a flora pantaneira passaram a ser alvo de atenção, na medida em que poderia oferecer à província, na visão desse viajante, a possibilidade de desenvolver atividades lucrativas, pois a caça não era ingenuamente referendada (BOSSI, 1863, p. 50-52).

O que nos chama atenção na escrita de Bossi é uma característica bastante recorrente entre os viajantes estrangeiros: o forte apelo à narrativa. Em suas anotações se detecta a preocupação com a ciência, a exploração “racional” dos recursos naturais acompanhada de certa valorização da estética. Esse aspecto torna-se compreensível se analisarmos as idéias que influenciavam, não apenas Bossi, mas os relatos de viagem de uma forma geral.

No Brasil duas correntes marcavam as impressões deixadas pelos estrangeiros: uma era a visão romântica e idealista, de origem alemã, bastante disseminada na Europa e também incorporada aos discursos sobre a natureza brasileira - cujo “mundo natural” era visto como exterior à sociedade (SILVA, 1997. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. 1997. p. 106-116). Segundo Silva a natureza era pensada desde o final do século XVIII em oposição ao homem ou à “cultura”. Particularmente o idealismo e o romantismo alemães, no século XIX, impingiram uma distância absoluta entre “*Natur e Kultur*” (SILVA, 1997. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. 1997. p. 106-107). O homem e a natureza eram tidos como distintos, antagônicos e externos, em

relação ao outro. O que mais preocupava a visão romântica da natureza eram a exuberância e a abundância na paisagem, o que acabava por construir, em inúmeros casos, a imagem escrita de um ambiente quase que intocado pelo homem. Outra corrente difundida no Brasil ao longo de século XIX e presente desde o século XVIII, recorrente em Mato Grosso, era a “utilitarista” a qual partia do pressuposto de que os ambientes naturais não tinham que permanecer “intocados” ou explorados de maneira inadequada causando consequência drásticas e irrecuperáveis à natureza. O apropriado seria aproveitar os recursos disponíveis de forma “racional” e “cuidadosa”, usando máquinas e produtos químicos solução que eliminaria o “atraso” e alçaria a sociedade rumo ao “progresso”<sup>11</sup>. Foi com essa visão sobre o ambiente natural que foram empreendidas no Brasil, expedições de viajantes naturalistas ou não, que observaram as paisagens, as espécies de plantas e animais, visando um maior conhecimento da natureza, principalmente, no que se referisse às suas potencialidades econômicas<sup>12</sup>.

No entanto, a hegemonia da visão utilitarista não chegou a inviabilizar a reprodução da visão romântica sobre a natureza. A preocupação com a estética esteve presente nos relatos de Bartolomé Bossi, evidenciada nas belezas naturais, como, por exemplo, na descrição a respeito da exuberância do ambiente pantaneiro vista como “paraíso das aves”. Ainda descrevendo sobre essas espécies, faz menção aos cantos, aos gestos e à beleza de suas plumagens. Utiliza-se de termos como “harmonia” e “arte”, para caracterizar os comportamentos dos animais (BOSSI, 1863, p. 50). Entretanto, tal descrição não pode ser entendida como uma visão “puramente” romântica, pois o interesse pelas plumas estava ligado, sem nenhuma dúvida, ao seu valor monetário no mercado internacional.

A reprodução das duas correntes em suas descrições era oportuna, na medida em que permitia à sua narrativa escapar de uma escrita técnica, direta e objetiva (ARRUDA, 2000)<sup>13</sup>. Para Bartolomé Bossi uma paisagem com riquezas naturais se mostrava ainda mais sedutora se estivesse revestida por exuberância. Para entendermos essa construção estilística, podemos nos reportar às

observações que este viajante fez sobre o ambiente natural, incluindo o Pantanal. Em sua obra, vislumbramos que o público ao qual ele se dirigia era composto principalmente pelos “homens de negócio” (do Brasil e do exterior) que tivessem a pretensão de investir nas regiões “quase inexploradas”.

É inevitável lembrar o conceito que Michael de Certeau (2002, p. 69) denomina de “lugar social” de produção, em seu livro: *A escrita da História*. De fato, a respeito da construção dos discursos, especialmente no campo científico, esse historiador leva em conta que é importante também a identificação das convenções, dos interesses, e especialmente, dos segmentos sociais que esse conjunto de pensamentos e valores buscava atingir. Certeau resalta que os discursos, ao serem construídos, não se sustentam por si sós, eles precisam se comunicar através de um “corpo social” muito bem definido e solidificado, para que seu raio de ação tenha efeitos profícuos.

Analisar o discurso significa para Certeau (2002, p. 74), romper com um silêncio presente no interior desse discurso, um não dito que denota a presença secreta de um lugar que determina, condiciona ou conforma:

A ruptura que torna possível a unidade social, chamada a se transformar na “ciência”, indica uma reclassificação global, em curso. Esse corte mostra, pois, através da sua face externa um lugar articulado sobre outros num conjunto novo, e através da sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social.

Para Certeau (2002, p. 74), os discursos proferidos sob a égide de uma instituição devem ser considerados como construídos por um profissional liberal que torna seu trabalho legítimo para seus pares na medida em que se submete às regras e métodos de sua profissão. A obra de um profissional ganha valor na medida em que é reconhecido por seus pares. Mas esse lugar social não autodetermina estas regras e métodos uma vez que a prática científica “é inteiramente relativa à estrutura da sociedade. O discurso se articula

com a instituição de onde proveio, mas não se reduz a ela. As idéias não ocupam um lugar autônomo na sociedade e, por outro, não são determinadas por ela", segundo Certeau (2002, p. 75):

É um mesmo movimento que organiza a sociedade e as 'idéias' que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica, etc.) que constituem entre eles, funções imbricadas, porém diferenciadas, das quais nenhuma é realidade ou a causa das outras. Desta maneira, os sistemas sócio-econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar.

Assim Certeau (2002, p. 75) finaliza sua reflexão ressaltando que o discurso transforma seus métodos a partir da relação que mantêm com a sociedade, não sendo por acaso que mudam os enfoques de seus estudos e temáticas de acordo a demanda social.

Isso nos serve para refletir o simples fato de que Bossi, ao buscar as referências das concepções românticas e utilitaristas, deixa transparecer que estava dialogando com outros profissionais de sua área e que se inseria em um círculo composto pelo grupo científico de onde provinha e pelos grupos políticos que contrataram seus serviços. Nesse sentido, podemos ir um pouco mais além, mostrando como esse viajante estava ligado a um grande projeto político. Bartolomé Bossi foi um marinheiro italiano que passou uma parte considerável de sua vida na América do Sul. Estava na Argentina quando decidiu viajar para Mato Grosso, em virtude da situação política instável daquele país. Chegou à província no princípio do ano de 1860, tendo todas as despesas pagas pelo então presidente da província Herculino Ferreira Pena.

Saibamos, no entanto, fazer algumas ressalvas sobre a ligação de Bossi com o presidente da província de Mato Grosso. O visitante italiano se diferenciava dos demais viajantes nacionais e estrangeiros que aqui estiveram. Sua viagem não estava ligada a nenhuma expedição científica - como a Expedição Langsdorff (1826 - MOURA, 1984)<sup>14</sup>, a Expedição Francesa Botânica (1844)<sup>15</sup>, a Expedição Morgan (1881)<sup>16</sup>, ou a Expedição do rio Xingu (1884)<sup>17</sup>.

De igual modo, sua visita não se vinculava a qualquer tipo de projeto político nacional ou internacional, não contando, portanto, com o apoio financeiro do Império. Pelo contrário, sua estadia foi bancada única e exclusivamente pelo presidente da província de Mato Grosso, Herculino Ferreira Pena com os recursos dos cofres públicos e tendo por base iniciativa individual.

Com isso, podemos afirmar de que Bandeira tinha a intenção em implementar uma colonização em Mato Grosso, visando atender aos interesses econômicos regionais<sup>18</sup>. Há indícios de que dentre os objetivos da viagem de Bossi não estava a difusão de Mato Grosso em escala mundial, mas sim sua projeção positiva na região latino-americana, especialmente, na platina, bastante conhecida e visitada por ele.

Basta nos reportarmos a um pequeno trecho do relato de viagem de Bartolomé Bossi (ANO, p. X) para percebermos que sua narrativa voltava, principalmente, para a possibilidade de exploração econômica:

El lector no debe esperar de mi esse elevado que há hecho la fama de tantos viajeros; pero em su lugar hallará la verdad desnuda, sin esos cuentos fantásticos que hacen dudar de todo, sin esas historietas que tanto entretienen y llenan muchas paginas. Yo solo me propongo describir mi viagem para lo que pueda ser útil; referiré cuanto he visto y observado, tal cual se han presentado los objetos ante mis ojo- Mis observaciones, em ciertos ramos, carecem de las abstracciones de la ciência; pero em cambio no faltará la exactitud."

Bossi estava, dessa forma, interessado em apontar ao presidente de província o que julgava ser útil, aplicável e proveitoso. Experiente aventureiro, sua viagem para Mato Grosso, entretanto, foi considerada como um verdadeiro fracasso científico - como resultado, apenas um livro intitulado: *Viaje Pitoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá y el Arino tributário del grande Amazonas*, publicado em Paris em 1863 (SIQUEIRA, 1997, p. 86).

## ARIQUEZA NATURAL E A “MÍSERIA” POPULAÇÃO DO PANTANAL NORTE

A forma dos viajantes, tais como Karl von Steinen, Cônego Jácomo Vicenzi e Hebert Smith, dentre outros, pensar o ambiente natural não pode ser entendida sem levarmos em conta as transformações mais amplas ocorridas no pensamento científico europeu, nos séculos anteriores. Em relação a essas modificações, Pelizzoli (2002, p. 15) aponta que:

Num entendimento minimamente profundo do que se trata em termos de crise e crítica ao tema socioecológico, do ecólogo e da ética em geral, o retorno ao clima da Revolução Científica (junto com a chamada Modernidade, séc. XVII em diante) é crucial, no sentido de rastrear como se formou padrão de visão de mundo (“paradigma”), o prisma que se guia a construção do Saber e da civilização a partir do século XVII, alterando radicalmente a própria cosmovisão, e com conseqüências que vem sendo questionadas.

Como bem salienta esse pedagogo, no transcurso de revolução científica ocorreu um rompimento brusco da noção de natureza identificada e definida no mundo antigo e medieval como “questões relativas a Deus, alma e à ética”. Na linha de pensamento cientificista a natureza perdia o caráter misterioso e encantado na medida em que o homem agora vendo através dos “olhos da razão” tinha a missão de dominá-la. Para tanto, obrigava-se a conhecê-la a partir dos instrumentos “racionalis” de análise.

Nesse contexto, não só de revolução científica, mas também da revolução industrial, o meio natural e a possibilidade de explorá-lo para a produção de riquezas tornaram-se elementos centrais na “ideologia do progresso”, justificada não só pelos interesses econômicos, mas também legitimada pela ciência. Segundo Pelizzoli (2002, p. 17):

É sob a bandeira da certeza e do rigor científico, e da noção de *progresso*, que fez com que Revolução

Industrial, que a Razão- que é cooptada pelo crivo científico- ao mesmo tempo que alarga “infinidamente” o conhecimento de todos os seres e ambientes, toma posse de todo o sentido, ou seja põe-se como fundamento racionalista último- a partir do qual se determina o destino de todos os outros seres, e mesmos dos humanos.

A racionalidade, o progresso e a ciência concebidos como conceito de “verdade absoluta”, foram diretrizes que compuseram um conhecimento organizado, classificatório e experimental. O fato repercutiu e atingiu as distintas regiões do mundo de forma variada e com contornos específicos. No Brasil, no interior de um projeto moderno de construção da nação<sup>19</sup>, os viajantes receberam grandes incentivos e até chegaram a ser financiados pelo governo central e pelos governos provinciais, tendo em vista que lhes cabia a responsabilidade de percorrer as áreas do império, inclusive os territórios mais afastados do litoral, os denominados “sertões”, apontando riquezas locais e identificando as formas “apropriadas” de sua exploração com o intuito de atrair investimentos para essas regiões.

Percorridos pelos viajantes, os rios pantaneiros iam revelando um leque de atividades econômicas prováveis e admissíveis. Ao navegarem o São Lourenço e o Cuiabá, as terras, as espécies de plantas e animais e o ambiente aquático expunham uma natureza exuberante, farta e gigantesca. Aos olhos desses observadores, a necessidade da conquista e dominação sobre o ambiente natural era “gritante” cabendo ao “homem civilizado” a tarefa de submetê-la.

Os animais, descritos em função de sua cor, tamanho e quantidade eram vistos como fonte de lucro. Couros, peles e penas em seus variados tons chamavam a atenção de viajantes e turistas. No bojo dessa grande disponibilidade de animais, eram constantemente mencionadas aves das mais distintas espécies, assim como onças, veados, lontras, ariranhas, capivaras, peixes e mais tarde jacarés (CASTRO, 1994, p. 67-69). Os derivados destes animais também eram apontados como passíveis de apropriação e consumo a exemplo da onça, cuja cabeça, dentes e garras poderiam ser reaproveitados, ou a gordura da capivara que servia como remédio terapêutico (SILVA, 1927, p. 62-63).

Em relação à agricultura, a terra era considerada pelos visitantes como rica em nutrientes e adequada para a produção em larga escala, desde que transformada pela mão do homem, o que “enchia os olhos” dos observadores, que expunham enfaticamente a viabilidade do plantio na região pantaneira.

As fazendas, usinas e engenhos, em grande parte com suas plantações nas margens dos rios aguçavam a expectativa dos viajantes interessados em estender para outras dezenas de léguas de terra uma agricultura “moderna” e sofisticada - empregando instrumentos como as enxadas, pás, foices, máquinas agrícolas movidas a vapor ou carvão, sementes de gêneros alimentícios específicos como o café, entre outros que -, ao invés de se voltar apenas para o mercado interno, abrisse portas rumo ao exterior. Em uma viagem à região pantaneira, o cônego Jacomo Vicenzi (VICENZI, 1918, p. 23) ao se aproximar da vila de Barão de Melgaço, salientou que a terra era propícia à produção agrícola em suas redondezas. De acordo com o cônego, “os terrenos que ficam adjacentes à vila são admiráveis na sua fertilidade, prestando-se para qualquer cultura. Basta dizer que o arroz aí semeado, chega a produzir setecentos por um!”

Escrita entre os meses de julho e dezembro de 1918, a obra de Jácomo Vicenzi, intitulada *Paraíso Verde: impressões de viagem a Mato Grosso* deveria ser publicada em 1919, no ano da comemoração do bicentenário de fundação de Cuiabá. Em decorrência da falta de apoio financeiro, ela só veio a ser impressa três anos depois, na Alemanha. Entre as inúmeras informações contidas em suas anotações, Vicenzi relata no primeiro capítulo a viagem que empreendeu de Corumbá a Cuiabá, trazendo muitos detalhes sobre a cidade de Barão de Melgaço (SIQUEIRA, 1997, p. 91). Em relação ao trecho transcrito, é possível perceber que o solo produtivo era uma relevante característica, considerando “apropriado” e “viável” para qualquer tipo de plantação.

Contudo, a terra não era descrita pelos viajantes somente como benéfica à agricultura. De fato, outras atividades poderiam aí ser direcionadas, tal como a criação bovina, já que havia imensas áreas de pastos pantaneiros, formadas desde o processo de

colonização portuguesa, no século XVIII. Sobre isso, é oportuno o relato de Theodoro Roosevelt em sua análise das terras do Pantanal. Esse visitante norte-americano, nascido em 1858, assumiu o cargo de vice-presidente daquela nação no ano de 1901, chegando ao cargo de Presidente da República cinco anos depois. Esteve no Brasil, na primeira metade do século XX, como integrante da expedição que explorou as regiões do Centro-Oeste e Amazonas: a Expedição Roosevelt-Rondon que deixou impressões dessa viagem na obra *Através dos sertões no Brasil*. Nesse livro, Roosevelt (1976, p. 89-90) dedicou o capítulo IV à viagem que realizou de Corumbá a Cuiabá. Quando percorreu o Pantanal salientou:

Mas, quero afirmar, com ênfase, que essas planícies pantanosas, apesar de quentes, são também saudáveis; e mais ainda, que os mosquitos em muitos lugares não chegam a constituir perigo sério, embora sejam necessários mosquiteiros durante a noite. A região é muito propícia a colonização e oferece extraordinárias possibilidades de criação de gado. Ademais é verdadeiro paraíso para as aves aquáticas e muitas outras espécies de pássaros e mamíferos [...].

Entretanto, apesar de território fértil, com boas possibilidades para o uso da pastagem, caça e agricultura pela grande disponibilidade de recursos naturais, o principal obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo liberal era uma mão de obra “inadequada” para sua exploração. Assim era descrito o Pantanal Norte em grande parte dos relatos dos viajantes. A menção à colonização indica que para os observadores nacionais e estrangeiros a região não era apenas pouco habitada, carecendo especialmente de mão de obra “propícia” a uma exploração rural (SMITH, 1922).

Mesmo observando ser os diversos relatos contraditórios ou antagônicos, percebemos que ao longo de suas descrições várias análises apresentavam algumas proximidades no que tange às observações ambientais. De uma forma geral, os atributos naturais exuberantes eram ressaltados por todos que pela região passavam. Nesse ponto, podemos tecer alguns comentários a respeito dos dis-

curtos utilitaristas, ao descreverem a vasta floresta do Pantanal e ao conferir vida à natureza através de sons, gestos, cores, tamanhos, cheiros, sabores... Em relação aos animais, à terra e à água, estes relatos de viagens, através da influência romântica, recorriam às características próprias das sensibilidades humana na intenção de dar ao "mundo natural" um sentido mais "real" e atrativo.

O pequeno trecho da obra de Smith, transcrito a seguir, provavelmente foi elaborado a partir das observações de Karl von den Steinen, quando percorreu o Pantanal<sup>20</sup>, já que a escrita e as observações destes dois estrangeiros são similares. Vale frisar que Smith, entomólogo norte-americano, integrante da Expedição Morgan, chegou a Mato Grosso no ano de 1881, vivendo ali por quatro anos. Após o terceiro ano de sua chegada, Mato Grosso recebeu outra Expedição, agora alemã, contando com a presença de Karl von den Steinen, que retornaria à província em 1887, tendo como resultado a publicação de dois livros: *Entre os naturais do Brasil Central e Estudos antropológicos sobre os primitivos habitantes do Brasil*. Assim aparece o Pantanal na obra de Smith (1922, 268-269):

Entre essas massas de terra alta estendem-se os pantanaes, amplo deserto de terra e água. As vezes apareciam várzeas limpas com lagoas e poços na superfície; depois tricas de mimosas e macegas léguas e léguas, enfim borrões de mata, onde as margens eram mais altas./Pelo meio, esquivava-se o Paraguai; mais dentado aqui do que abaixo, a sua largura, muitas vezes de fronteira da republica do Paraguai: sempre a mesma água escura, profunda, cuja corrente rápida apenas se vê aqui e ali na superfície macia- um *rio manso*, segundo a expressão popular. Para cortar esta corrente tanto quanto possível. Nosso vaporzinho encostava-se às margens, roçando nas massas de *iguapés*, que quase as guarnecem./O *iguapé* associa-se em meu espírito a todas as pinturas do Paraguai: os canteiros brilhantes, de escuro carregado, aqui e ali pendoados de flores azul - pálidas, os insetos luminosos que cintilam por cima, as aves aquáticas que deferem o vôo à proporção que vamos passando, a água escura e

mansa que afaga as raízes, onde os peixes nadam prazenteiros; tudo isso contrasta de modo estranho com os campos e os galhos das arvores que escorrem das margens das correntes. Quando as águas sobem, flutuam bancos de iguape, que vão acalmar nas ribanceiras, além; às vezes vimos superfície toda coberta com eles.

Discorrendo sobre o rio e sua margem, assim como os animais que neles se encontravam, este fragmento de relato nos oferece elementos para compreendermos o contraste da descrição da natureza em relação aos moradores que nelas se encontravam pois ao conferir movimentos, ritmos e cores ao ambiente aquático e suas margens, encobria os grupos sociais que tiveram grande influência na construção da paisagem pantaneira naquele momento.

Podemos vislumbrar a capacidade deste viajante ao descrever com precisão e detalhes os aspectos físicos da natureza: cada lugar, cada oscilação era captada, nada passava despercebido no que se referia à fisionomia do Pantanal. Neste trabalho, poucas referências são feitas aos grupos rurais que ali se encontravam, pois quando citados, é-lhes reservado um espaço pequeno, incluindo observações rápidas, desinteressantes e superficiais, revestidas de visão etnocêntrica.

Dando continuidade à descrição, quando se refere a um dos trechos correspondentes ao rio São Lourenço, Smith (1922, p. 276) anota:

Pequenas porções dos Pantanaes são bastante altas para se prestarem a pasto de gado, embora durante as inundações o gado só possa alimentar-se vadeando pelos campos alagados; à noite retiram-se para poucos lugares que ficam secos. Há uma ou duas destas fazendas destas criações no baixo S. Lourenço, e até algumas roças de mandioca, embora todos os anos fiquem sobreaguados. Um *torrão* é ocupado por destacamento de soldados de misérrio aspecto, que aqui estacionam, Deus sabe porque, pois para nada podem servir nestes rebanhos./As inundações anuais dos pantanaes variam bastante quanto a altura: em Corumbá tem se

registrado 11 metros de diferença entre as águas mais altas e as mais baixas, mas em outros annos não há mais de 5 ou 6. Como a superfície geral dos pantanaes- as partes não ocupadas por lagos- não esta mais está mais de um metro ou um metro e meio acima das águas das vazantes, é claro que mesmo as menores inundações encobrem a totalidade dos pantanaes.

O espaço rural é mencionado em breves apontamentos sobre o pasto algumas fazendas e roças, além dos soldados, para logo em seguida se voltar para os atributos físicos daquele meio. É interessante percebermos, neste sentido, a disparidade entre o homem e a natureza. Realmente se o primeiro tem a atenção voltada mais especificamente para o ambiente natural, convenhamos que ao o lermos em vez de um simples objeto de estudo, ela (a natureza) reassume o papel de um sujeito com atitudes próprias e bem peculiares; diferentemente deste último trecho de relato sobre o trabalhador rural que assume papel passivo e insignificante, encobertando, dessa maneira, as relações sociais desenvolvidas no Pantanal Norte.

Sobre este assunto o crítico literário, Alfredo Bosi (1992, p. 149-175) pode nos proporcionar algumas contribuições valiosas, ao analisar os escritos do padre Antonil referente à produção de açúcar nos engenhos da Bahia, no século XVIII, quando identifica aspectos bastante parecidos com estes que estamos encontrando nas descrições dos viajantes que estiveram no Pantanal. Ressaltando a peculiaridade de uma sociedade escravista e colonial, cujos escravos eram vistos como mercadorias para seus donos, Bosi detecta nas descrições do padre Antonil esse mesmo caráter de passividade ao se referir ao grupo social, composto pelos negros escravos das fábricas de açúcar. Nas anotações do padre Antonil, de acordo com Alfredo Bosi, os escravos são construídos como seres inertes, apáticos e, conseqüentemente, indiferentes. Em contrapartida a matéria-prima - no caso a cana-de-açúcar transformada pela indústria - se apresenta nestas mesmas narrativas como uma "analogia com o ser vivo, animado e humanizado", passando de simples objeto para adquirir uma postura de sujeito.

Alfredo Bosi observa ainda que, o padre Antonil ao construir a imagem dos escravos através de elementos estáticos e coisificados encobriu propositalmente todas as relações sociais desenvolvidas nas fábricas rurais. Sobre o Pantanal, não é muito difícil identificarmos este atributo *fetichista*<sup>21</sup> sobre o "mundo natural" em detrimento dos trabalhadores agrários, sobretudo, dos pequenos proprietários da beira dos rios, tendo em vista que o que interessava e orientava as descrições de viagens, em primeiro plano, era a inserção daqueles recursos naturais no interior do capitalismo liberal.

Lylia Galetti ao estudar as imagens que os europeus e norte-americanos tinham sobre Mato Grosso, ressalta que estes estrangeiros reproduziam a idéia de um espaço "vazio" e "isolado" construindo a imagem da província como um lugar remoto, cercado de terras virgens e constituído por uma riqueza inquestionável. Tendo como objeto de estudo um conjunto de *representações* construídas sobre Mato Grosso, a autora observa que os relatos eram compostos de referências ligadas às idéias de "progresso" e de "civilização". A própria menção de ambientes pouco habitados e "longínquos" faziam parte de um conjunto de *representações* dos europeus sobre os "confins do sertão"<sup>22</sup>.

Podemos ir um pouco mais além sobre essa questão levantada por Galetti pois acreditamos que as imagens construídas sobre Mato Grosso e, conqüentemente, sobre o Pantanal por parte dos estrangeiros, tinham o objetivo de difundir não somente a idéia de um lugar pouco habitado e "isolado", distante da "civilização", mas que eram acima de tudo, ambientes naturais desocupados<sup>23</sup>. Silenciavam, dessa forma, a respeito de todo o processo de fixação e formação de espacialidades rurais.

Esse silêncio, construído através das narrativas dos viajantes não era imparcial, pois, propositalmente agia deslegitimando o acesso às terras e aos recursos disponíveis por parte dos moradores que nesses espaços se encontravam, principalmente dos índios, escravos, assim como os agricultores livres. Uma vez deslegitimado esse processo de fixação, os discursos visavam oferecer aos grupos de investidores nacionais e estrangeiros um aparato que se configurava em um conjunto de idéias, pensamentos e valores, necessários

para a exploração econômica das florestas, dos rios e do solo.

Pouco mencionados nos relatos de viagens, aos trabalhadores livres pobres desses ambientes e suas práticas diárias era conferida uma visão negativa, especialmente, sobre aqueles moradores localizados nas margens dos rios. Segundo Aníbal Amorim, tratava-se da “miserável população ribeirinha, que vive do plantio do arroz, do milho, do feijão, e da pesca do pacu. Não é raro encontrar dentro de uma mesma palhoça, marido, mulher e uma dezena de filhos.” (AMORIM, 1911, p. 473).

O fato dos trabalhadores locais terem sua sustentabilidade familiar garantida por meio da utilização dos recursos disponíveis eram vistos pejorativamente, porque tais recursos não estavam inseridos, segundo os viajantes, nos usos “apropriados” da flora e da fauna ofertadas pela natureza. Essas visões sobre a sustentabilidade familiar devem ser compreendidas no interior da relação espaço/tempo articulada à relação sociedade/natureza, que orientava e sustentava os discursos etnocêntricos construídos nas narrativas de viagens. A utilização local dos recursos disponíveis era criticada pelos observadores estrangeiros, porque não se enquadrava na visão utilitarista da ideologia do “progresso”.

Aos trabalhadores rurais que tinham uma situação financeira desfavorável de acordo com o padrão europeu, era atribuída a idéia de que a natureza se impunha sobre suas vidas. Isso significa dizer que aquele universo natural úmido não era dominado mas, pelo contrário, era ele que dominava a vida de seus poucos moradores, que ainda estariam, nestes termos, em um estágio “involutivo” e “selvagem”:

[...] Os habitantes por aqui são todos adventícios, ou melhor, vagabundos, bom sentido da palavra. Com efeito, eis como eles costumam estabelecer-se. Uma família mete-se numa canoa, desce o rio, atraca no ponto que lhe apraz, sem indagar a quem pertence, semeia alguns cereais e, com meia dúzia de forquilhas faz uma choupana, à toa, que as águas ao engrossarem, levam por aí abaixo... É verdade, vejo em passan-

do, essas choças prestes a serem invadidas e arrebatadas, em muito a água entrou ou está a entrar, não de surpresa, e sim maciamente. E se isto se der? Recorrem de novo a barquinha, sem motivos de lágrimas pelos edifícios que acabam de perder. (VICENZI, p.79)

Reparemos na forma como são descritos os moradores da beira do rio no Pantanal Norte. A eles é atribuída a imagem de que suas vidas, suas relações sociais, suas ocupações e reproduções espaciais eram estabelecidas de acordo com um ritmo peculiar que a água lhes impunha - era o ambiente e sua fisionomia específica que dominavam o cotidiano desses “ribeirinhos”, determinando-lhes a maneira como deveriam compor e viver naquela região. Dessa forma, de acordo com as observações dos viajantes, a vida diária dos “ribeirinhos” estava próxima dos comportamentos considerados próprios do estágio de “barbárie”.

Contudo, a crítica maior de Vicenzi, neste fragmento de relato - e que permeará também as anotações de outros viajantes - recai justamente na disparidade temporal, pois o tempo que estes “ribeirinhos” vivenciavam era o “tempo da natureza”, muito bem conceituado por Edward Palmer Thompson ao considerar que no “tempo da natureza” o homem controla seu tempo, na medida em que ainda possui seus meios de produção (THOMPSON, 1998).

Isso fica mais nítido quando observamos outro componente apontado por Vicenzi, e que se tornou fundamental inclusive para o projeto de colonização<sup>24</sup>: a propriedade privada. O que deixava o viajante perplexo em relação aos “ribeirinhos” era a possibilidade de sua fixação territorial, sem reivindicá-la como terra particular, já que “uma família mete-se numa canoa, desce o rio, atraca no ponto que lhe apraz, sem indagar a quem pertence.”

Porém, se atributos negativos eram conferidos a estes grupos rurais o mesmo não acontecia em relação aos grandes proprietários de terras. A visão sobre as atividades rurais e o comportamento da elite agrária estavam longe de receberem as mesmas caracterizações despendidas aos trabalhadores financeiramente desfavorecidos, principalmente, sobre os “ribeirinhos” (ROOSEVELT, 1918, p. 68):

Na manhã do dia 28 alcançamos a sede da grande Fazenda de São João, de propriedade do Sr. João da Costa Marques. Ele, seu filho mais moço do mesmo nome, que era Secretário de Agricultura do Estado, sua encantadora esposa, o Presidente de Mato Grosso e vários outros cavalheiros e senhoras, vieram de Cuiabá, que ficava a uns 30 quilômetros acima, para cumprimentar-nos. Fomos, como sempre, tratados com grande cordialidade e generosa hospitalidade.

Não era inocente a imagem construída pelos viajantes europeus e americanos<sup>25</sup> sobre os trabalhadores rurais de Mato Grosso em cujas anotações havia interesses e ambições particulares que favoreciam, principalmente, seus países. A concepção disseminada de que os grupos rurais presentes no Pantanal eram "inferiores", "incivilizados", "preguiçosos", dentre outras características, tinha a intenção de desqualificar as populações fixadas nessas regiões, e consolidar a concepção de que as potencialidades locais não eram dignas de quem as possuía, pois seus moradores não sabiam sequer identificá-las tampouco aproveitá-las.

Atraídos pelas imagens de riqueza e pelo desejo de pesquisar a natureza, viajantes de países vários que percorreram ao Pantanal, como pudemos observar, tiveram preocupações que iam muito além dos interesses científicos e exploratórios. Essas descrições faziam, em certa medida, parte de um corpo enciclopédico contendo informações da sociedade e do meio natural, que mesclavam interesses pessoais com aspectos mais amplos de caráter científico, empresarial e nacional. Seus autores, muito mais que trazer anotações sobre o meio físico, suas atividades e populações, se preocupavam em reafirmar a superioridade ocidental sob a égide da "civilização" e da cientificidade (CASTRO, 2001, p. 106).

Nesse ponto, Edward Said (SAID, 1996) nos chama a atenção para o caráter de "realidade" que as idéias, concepções e pensamentos contidos em documentos diversos adquiriram sobre outros territórios, após passarem por alguns processos de filtragem. Salienta que a forma como os europeus "inventaram", ou seja, construíram as outras áreas e seus grupos sociais, a partir de práticas discursivas,

estabeleceu uma "relação de força" que não deve ser ignorada, pois elas perpassaram por uma "configuração de poder", de dominação de um território sobre o outro, de "autoridade" da Europa sobre os demais países (SAID, 1996, p. 31). E a esse respeito Said explica que:

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrão de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz. Acima de tudo, a realidade pode e realmente deve ser analisada.

Assim, a representação ou a "re-presença" dos europeus sobre outras regiões, de acordo este autor, mesmo sendo algo exterior e com forte caráter de deslocamento, de desvio e de desmembramento de informações, de idéias, de pensamentos, de histórias e de culturas, adquire um sentido de "veracidade", de "conhecimento", ou seja, de "autoridade" dos ocidentais sobre outros países, legitimando a superioridade e a histórica dominação européia.

Em relação ao Pantanal Norte pode-se notar que muitas fazendas, usinas e engenhos agradavam alguns destes estrangeiros que não escondiam-surpresa diante tantas máquinas sofisticadas e plantações avançadas. Porém, o mesmo não acontecia com os trabalhadores rurais menos favorecidos economicamente que, quando mencionados eram invariavelmente vítimas de uma tipologia que os qualificava a partir de sua origem étnica - negros, índios, pardos, escravos ou caboclos -, atribuindo à sua descendência a justificativa para a forma pejorativa com que se referiam a esses moradores locais (MULHALL, 1998, 42; PROENÇA, 1958, p. 11-15; SMITH, p. 279-281; ROOSELT, p. 60-73).

Contudo, muitos enunciados dos viajantes nacionais circularem em Mato Grosso, especialmente, entre os principais grupos econômicos e políticos e foram ressignificados por uma parte da elite local. Percebe-se que paralelo a essas iniciativas econômicas, os governantes estaduais não cansavam de manifestar indignação frente aos trabalhadores rurais não habilitados ao trabalho formal.

Na mensagem dirigida no ano de 1916 à Assembléia Legislativa, o presidente do estado de Mato Grosso, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, podemos vislumbrar que não somente a pesca, mas também a caça e as atividades nas "roças" eram condenadas:

[...] com todas essas facilidades de rios piscosos, de mata e campo povoados de caça, claro está que se reduz a um *mínimo*, entre nós, a preocupação da subsistência. Soma-se do animo do trabalhador braçal, por desnecessária, a disposição para o trabalho, na mesma proporção em que a madracice invade o corpo, pondo o espírito, a seu turno, quase na absoluta impossibilidade de criar ou conceber a imagem de um ideal, de uma rudimentar que seja ambição de conforto de bem estar, desse bem estar que a razão direta do equilíbrio econômico<sup>26</sup>.

Com efeito, podemos dizer que esse conjunto de *representações sociais* construídas sobre as atividades agrárias não remuneradas e desenvolvidas por trabalhadores livres de Mato Grosso, silenciavam a diversidade das práticas transcorridas no cotidiano dos ambientes rurais. A retórica da autonomia e da autossustentabilidade desenvolvidas nos discursos políticos locais, encontravam-se revestidas de influências externas, sobre o crivo do pensamento ocidental hegemônico no século XIX.

Todavia, deve-se compreender que para exercer essa dominação, a Europa utilizava-se de uma "superioridade *posicional flexível*" (SAID, E., 1996, p. 19.), que colocava o Ocidente em um série de relações "possíveis" com outras áreas. Estas relações nas quais os países europeus desenvolviam estratégias de dependência. Contudo, a legitimidade ocidental adquiria ainda mais força porque outros territórios nessa relação de dependência, especialmente as tratadas no campo econômico, até certo ponto aderiram a estes posicionamentos de dominação e superioridade ocidental, sobretudo no que dizia respeito aos valores e visões de mundo europeus. Por isso eram recorrentes as práticas discursivas locais manterem uma grande aproximação com aquelas construídas pelos visitantes estrangeiros.

## NOTAS

- 1 Como exemplo podemos mencionar os seguintes estudos: (DA SILVA & SILVA 1995.), (GALETTI, 2000, Tese de doutorado).
- 2 Seria interessante reiterar que ao longo dos anos pesquisados a região estudada era composta por uma diversidade de paisagens (sítios, roças, fazendas de gado, usinas, engenhos de açúcar, colônias indígenas além da paisagem natural) e agentes sociais (negros, índios e brancos que formavam os fazendeiros, donos de usinas e engenhos, agregados, camaradas, índios e ainda os grupos rurais que trataremos que eram os pequenos agricultores rurais denominados de "ribeirinhos")
- 3 Obviamente essas transformações não ocorreram particularmente no ano de 1930, mas este ano surge como um marco significativo para a emergência de todas as mudanças supracitadas.
- 4 Nos anos de 1880 e 1890, suas propriedades receberam equipamentos avançados, e importados adquiridos por meio dos empréstimos internacionais. Isso desembocou na soma de novos estabelecimentos que optaram por seguir o mesmo caminho, através dos incentivos ofertados pelo capital estrangeiro disponível. Assim, as usinas de açúcar, em sua maioria localizadas as margens do rio Cuiabá, tornaram-se economicamente importantes, constituindo-se na principal expressão de atividade industrial de Mato Grosso. (CORRÊA, 1995, p. 70).
- 5 Este grupo acompanhou e se inseriu nas relações comerciais mais amplas cujas extensas faixas de terras estavam localizadas na região pantaneira. Assim como a exploração açucareira, a criação extensiva de gado aumentou nas últimas décadas do século XIX, quando a venda desses animais, mortos ou vivos, estavam incluídos entre os produtos mais comercializados em Mato. (PERARO, 2001, p. 63).
- 6 "Em 1878, iniciou-se a exploração dos ervais nativos da Província de Mato Grosso, porém, suas produções foi exportada como sendo de origem paraguaia até o final do Império, quando então recebeu uma concessão do governo. Com a República e com o apoio do banco Rio-Mato Grosso, organizou-se 'em 1891 a Companhia Mate Laranja destinada a elaboração e comércio de erva mate'". E, em 1902, transformou-se na firma Laranjeira, Mendes e Cia, com sede em Buenos Aires. (PERARO, 2001, p. 71-73).

- 7 Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo Exm. Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardozo Junior, no dia 4 de outubro de 1872, p. 86.
- 8 Podemos visualizar este fato, no trecho do documento que se segue: "Dificuldades inúmeras a vencer, rudes trabalhos a executar, lamentações e queixas a ouvir e atender, despesas enormes a fazer, programas e métodos a escolher e discutir, tudo isto reunido ainda será por muito tempo entre nós assunto de preocupação constante dos governos e dos educadores antes que se tenha obtido resultado satisfatório na instrução primária do povo, e chegado o tempo de descansar usufruindo nesta matéria/ essa teoria tudo esta resolvido. Bons métodos, excelentes professores, direção e inspeção ativa e dirigente, possibilidade, disposição de vontade de aprender, são os mistérios desvendados do ensino e da instrução popular." Relatório de presidente de província, na 1º sessão, da 26º Legislatura, apresentado pelo Exmo. Snr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, no dia 12 de Julho de 1886. Ver também em: Mensagem de presidente do estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa, dirigida pelo vice-presidente do estado em exercício, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, ao instalar-se a 2º sessão da 8º legislatura, no dia 13 de maio de 1910, p. 7 e p. 23.
- 9 Relatório de presidente de província de Mato Grosso, abriu a 1º sessão da 23º legislatura da Assembléia, apresentada pelo Exm. Snr. General Barão de Maracajú, no dia 1 de outubro de 1880. p. 29. Ver também: Relatório de presidente do estado de Mato Grosso, dirigida a Assembléia Legislativa pelo Coronel Generoso P. L. de S. Ponce, ao instalar-se a 3º sessão da 7º legislatura, no dia 13 de maio de 1908, p. 17.
- 10 Estamos, portanto, diante de uma maneira de se comportar, vestir, falar, viver e ver o mundo que tinha como referência o "homem europeu". (ARRUDA, 2000, p. 43-60)
- 11 Cf., a respeito (PÁDUA, 2002).
- 12 Cf., a respeito, (CASTRO, 2001).
- 13 Neste artigo a autora irá destacar que uma parte significativa dos escritos de estrangeiros que tendiam a linha de misturar as duas correntes tiveram forte influência de Humboldt, nas palavras da autora: "A busca de uma nova identidade ou de uma individualização para a natureza que iria dizer brasileira continuou com a vinda, no século XIX, de uma leva de viajantes estrangeiros motivados pelos mais diversos interesses. Contribuíram para a formação de um olhar, marcado pela cultura letrada europeia, a respeito da natureza. Ao contrário das viagens filosóficas do século XVIII [...] esses novos viajantes seguiram de perto a formulação de Alexandre Von de Humboldt, que promovera uma virada na forma da América e da natureza natural. Vendo na natureza ruínas que indicavam a existência remota, criava espécies de monumentos para a América, um passado próprio." p. 48.
- 14 De acordo com este autor, esta foi "uma das mais importantes expedições científicas que percorreram o Brasil no século XIX foi organizada pelo Consul Geral da Rússia no Rio de Janeiro, Barão Grigory Ivanovitch Langsdorff, de nacionalidade alemã". p. 11.
- 15 Expedição francesa botânica chefiada por Francis Castelnau.
- 16 Chefiada por Carlos Frederic Hartt, teve como um dos seus maiores colaboradores o entomólogo norte-americano Hebert Smith que publicou um livro intitulado "Do Rio de Janeiro a Cuiabá".
- 17 Um dos resultados foi a publicação da obra *O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*, de Karl von den Steinen.
- 18 Podemos perceber esse fato, por exemplo, nos documentos, tendo em vista que fica latente a idéia por parte de Herculino Ferreira Pena em implantar em alguns lugares de Mato Grosso a colonização. Vejamos um trecho de relatório de presidente da província que nos revela este aspecto "Núcleo Colonial Taquary/ Entre os diversos papéis que tenho a honra de passar as mãos do V. Ex. acham as participações que recebi dos capitães Gama e Antonio Maria Coelho, sobre a execução que tem tido as instruções por mim expedidas em 25 de Novembro do ano passado, cumprindo-me observar que desses ofícios já enviei cópias ao ministério da Agricultura, acompanhadas da planta da nova povoação./ Para dar algumas outras providencias que facilitem o interesse de tão interessante empresa não restou-me tempo, mas ao menos desejo ficam completamente satisfeitos com a certeza de que despendidos elas da boa vontade de V. Ex. não poderá haver falta." Relatório de presidente de província de Mato Grosso, o exm. snr. conselheiro Herculano Ferreira Penna, ao passar a administração da mesma ao exm. 1º vice-presidente chefe da esquadra Augusto Leverger, no dia 14 de maio de 1863, p. 13
- 19 Saibamos, entretanto, identificarmos os distintos "projetos de nação" que transcorrem no plano político ao longo do século XIX no Brasil, pois eles se diferenciam um do outro em decorrência dos momentos políticos e eco-

nômicos que buscavam novas exigências. Assim, na primeira metade do século XIX, o projeto de nação estava ligado a época, que passava por transformações governamentais significativas. Como bem enfatiza Castro: "A emancipação política acentuou a necessidade de enfrentar as novas determinações advindas do novo estatuto de país independente. Agora, urgia encontrar um terreno comum sobre o qual edificar a nova nação, entendida como um mero agregado de regiões divididas em províncias, as antigas capitânicas da colônia, mas concebidas em termos de uma identidade cultural e política comum a todos os seus habitantes. Nessa tarefa, impunha-se entre outras coisas, estudar e investigar as riquezas nacionais, tanto materiais quanto culturais, para se identificar os elementos distintivos e definidores da nação brasileira." (CASTRO, 1994, p. 74). Já nas décadas de 1840 e 1850 surgirá outro tipo de projeto de nação atrelada a importância e influência do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, construído em 1838. Será este espaço o responsável por inúmeras produções científicas, inclusive com trabalhos historiográficos em que poderá ser notado a preocupação e o objetivo em criar uma identidade para o país que atendia aos interesses de um poder monárquico. Nesse âmbito não poderíamos deixar de mencionar a grande influência e destaque de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), pioneiro na história do país com a obra intitulada *História Geral do Brasil*, no ano de 1850. Varnhagen representou as idéias de uma elite que apoiava o imperador com pesquisas que continham dados, datas, nomes e fatos; cuja colonização é vista positivamente, tendo o Brasil que dar toda uma continuidade a esse processo. (REIS, 2002, p. 21-82).

20 Não especificamente a parte norte que estudamos.

21 Sobre o fetichismo vale a pena ler a seguinte citação do velho Marx: "A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através desta dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis aos sentidos" (MARX, 1985).

22 Nas palavras da autora: "Situar-se muito longe significava, então, algo

mais que contabilizar léguas e dias, e "perto" queria dizer uma representação espacial que designava a proximidade com a cidade, seus signos de civilização e, sobretudo, com o maior mito de ideário liberal: o mercado. Para os padrões desta época, vapor, telégrafos e trens, "perto" era qualquer lugar que permitisse o fluxo ininterrupto e, num tempo relativamente curto, de mercadorias, pessoas e informações. Estar ou situar-se longe significava, desse modo, privar-se de todas as experiências e possibilidades que essas transações, coisas, gentes e idéias favoreciam. E pode significar ainda, aproximar-se da barbárie, correr risco de perder-se para sempre em seus desertos". (GALETTI, 2000, p. 88).

23 Cf., a respeito: GALETTI, 2000.

24 Esse projeto de colonização que estamos discutindo diz respeito ao que estava sendo buscado em Mato Grosso, pelos presidentes provinciais e estaduais.

25 Tais como Roosevelt, Steinen, Smith, Vicenzi, dentre outros.

26 Mensagem de presidente de estado de Mato Grosso, à Assembléia Legislativa a instalar-se a 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura, apresentada pelo Exm Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria Albuquerque, no dia 15 de maio de 1916.

## BIBLIOGRAFIA, RELATOS E CRÔNICAS DE VIAJANTES

AMORIM, A., **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

ARRUDA, G. "**Representações da Natureza: história, identidade e memória**" In: ROLIM, R. C. & PELLEGRINI, S. A. e R. B. D. **História, espaço e meio-ambiente**. [S.l.]: ANPUH-PR, 2000, p. 43-65

BOSSI, B., **Viagem pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lourenzo, Cuyabá y el Arino del grande Amazonas com la descripcion de la Província de Mato Grosso bajo su aspecto fisico, geográfico, mineralógico u sus producciones naturales**, Paris: Dupray de la Mahérie, 1862.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 2002.

CORRÊA, L. S., **A fronteira na história regional: o sul de mato grosso (1870-1920)**. Tese (Doutorado em História) – USP-FFLCH. São Paulo, 1997.

CORRÊA, W. B., **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: EdUFMS, 1995

GALETTI, L. da S. G., **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

Karl Von Den. **Entre os Aborígenes do Brasil Central** Departamento de Cultura de São Paulo, São Paulo, 1940.

MARX, K., *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

MULHALL, M. G., **Viagem a Mato Grosso**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas nº 11, 1998, p.42; PROENÇA, M. C. de. *No termo de Cuiabá*. Rio de Janeiro.

PÁDUA, A. P., **Um sopro da destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PERARO, M. A., **Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo, contexto, 2001.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ROOSEVELT, T., **Nas selvas do Brasil**. Tradução de Luiz Guimarães Junior; apresentação de Mario Guimarães Ferri. EdUSP: Itatiaia, 1976.

SAID, E. W., **O orientalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SMITH, H. H., **Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista (capítulo de Carlos Von Steinen sobre a capital de Matto Grosso)**. S. Paulo: Melhoramentos/Cayeras, 1922

STEINEN, K. von de. **Conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1884 e 1888 pelo explorador e cientista Karl von de**

**Steinen a respeito da exploração ao Xingu**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1998. (Publicações Avulsas, nº 4).

STEINEN, K. von de. **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu**. Trad. Catarina Baratz Canabrava. São Paulo: Nacional, 1942.

THOMPSON, E. P., "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial". In: **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VICENZI, C. J., **Paraíso Verde: impressões de uma viagem a Mato Grosso em 1918**. Rio de Janeiro, snt.

# OS ITALIANOS NA CIDADE DE CUIABÁ (1830-1930)

**Nathália da Costa Amedi**

Licenciada em História pela UNEMAT – Universidade do  
Estado de Mato Grosso  
Correio eletrônico: nathaliadacostaamedi@yahoo.com.br

Importa compreender que existe um tempo construído pelo sujeito, que é o tempo subjetivo, onde se expressa a singularidade dos seus protagonistas. Dimensões dessa expressão podem ser apreendidas na própria multiplicidade da existência humana, movida por necessidades, valores, costumes e subjetividades (sonhos, desejos, expectativas, etc.). A materialização de um sonho exige um tempo. Esse não é o tempo-mundo, o tempo prático, é um tempo particular de cada sujeito (GOMES, 2005, p. 31).

O livro da professora Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes se dedica a estudar a imigração de italianos para a cidade de Cuiabá-MT, tendo como recorte temporal os anos 1890 a 1930.

Este trabalho que a autora ora nos apresenta é resultado de sua extensa pesquisa de mestrado que, transformado em livro, pode ser de interesse de estudantes, professores e pesquisadores que se dedicam ao estudo dos movimentos imigratórios e da História de Mato Grosso dos séculos XIX e XX.

A vinda desses imigrantes italianos para essa região se deu a partir das relações econômicas de Mato Grosso com os países do Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai), esse fato facilitou o trânsito de uma leva de forasteiros para a região, que antes de aqui se fixar passavam um tempo nessas Repúblicas platinas.

O recorte espacial que tem Mato Grosso como cenário e como ator os italianos fazem deste trabalho algo singular.

Primeiro, a própria historiografia sobre o fenômeno imigratório trabalha com a imigração ligada especificamente à região Sudeste do Brasil, no momento da substituição da mão-de-obra escrava africana pela estrangeira livre (especialmente de europeus), deixando a margem pesquisas sobre esse mesmo fenômeno em outras partes do Brasil, como por exemplo Mato Grosso. Essa obra vem em boa hora contemplar a necessidades de entender e pensar essas margens criadas pelo "sudesteocentrismo" da pesquisa e escrita histórica.

Segundo, Mato Grosso sempre foi visto como uma região rica por suas belezas naturais e desqualificada por ser um lugar de fronteira (porém estratégica desde o período colonial), distante e pobre economicamente falando. O trabalho de Cerzósimo desmistifica parte dessa imagem demonstrando que um dos motivos para a vinda desses forasteiros foi "o ciclo dinâmico da economia mato-grossense, baseada na atividade mercantil de exportação e

NDIHR



REVISTA ELETRÔNICA 2  
DOCUMENTO  
MONUMENTO

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR

importação" (GOMES, 2005, p. 17), a partir do intenso comércio na região do Prata, o que serviu para "atrair" e "fixar" esses imigrantes aqui. Esses homens e mulheres de outras nacionalidades vislumbraram nessa situação uma perspectiva de lucro numa região tão carente de auto-abastecimento.

Isso pode ser percebido pela presença de inúmeras casas comerciais na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, que tinham como donos italianos, portugueses, espanhóis dentre outros estrangeiros. No caso dos italianos, estes eram proprietários de grandes empreendimentos comerciais e de lojas importadoras e exportadoras como os Verlangieri, Addor, Orlando, só para citar alguns. Estes trabalhavam como mascates, donos de empresas de transportes, padeiros, marceneiros, construtores de casas, fabricantes de gelo, enfim, demonstrando que havia na capital mato-grossense uma demanda por esses serviços e bens de consumo, o que desmistifica o discurso do isolacionismo e da estagnação de Mato Grosso.

Para além do ambiente profissional vivido por esses imigrantes, a autora nos remete para as *vivências e experiências* que se constituíram no ambiente sociocultural de Cuiabá de forma muito particular.

A cidade de Cuiabá desenvolveu uma cultura muito diferenciada de outras regiões do Brasil sendo alvo de críticas de muitos viajantes como Bartolomé Bossi e Karl Von Den Steinen - pelo seu espírito pouco afeito ao trabalho dos habitantes dessa cidade, onde a natureza, o lazer e o trabalho se misturavam no dia-a-dia.

Vejamos a observação feita por Steinen sobre a "cultura do ócio" em Cuiabá:

Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui. É impossível também, que em algum lugar se altem mais freqüentemente os estandartes da procição e se saiba associar melhor as missas com os prazeres sociais (GOMES, 2005, p. 37).

Essa era a característica do ambiente urbano vivido por mato-grossenses e imigrantes, que no cotidiano da cidade influen-

ciaram e foram influenciados a partir de sua vivência cultural específica, transformando as suas relações sociais e culturais a ponto de não se perceber o que era território italiano e o que era território cuiabano, pois eles estavam imbricados.

Neste trabalho a autora trabalha com uma rica documentação, desde fontes jornalísticas, relatos de viajantes até documentos policiais e oficiais, que vai ajudar na construção de sua narrativa, mapeando um mosaico de relações advindo da experiência imigratória.

Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes é professora do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Universitário de Rondonópolis e Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP com mestrado na mesma universidade. Trabalha com os seguintes temas: imigração italiana, fronteiras fluviais, trajetórias, cultura e redes de parentesco. Recentemente teve sua tese de doutorado, intitulada *Fronteiras de imigração no caminho das águas do Prata: italianos em Mato Grosso – 1856 a 1914*, aprovada para publicação pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

A divisão do seu livro se dá em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, *Modos de viver em Cuiabá e discussões à procura de "mãos inteligentes e laboriosas"*, a autora busca compreender as características da imigração italiana para a cidade de Cuiabá, onde emerge às tentativas de estabelecimento de uma política de colonização européia para Mato Grosso. Sobre essa questão, Cerzósimo identifica em falas e discursos de viajantes, governantes e intelectuais do período as representações e idéias de progresso e perspectivas para a região, aparecendo o europeu como o elemento civilizador destas terras, que traria a riqueza e a civilização para Mato Grosso. As "mãos laboriosas e inteligentes", qualidades do trabalhador estrangeiro "ordeiro" e "disciplinado", faziam o contraponto à mão-de-obra mato-grossense, vista como ociosa e de certa forma pouco afeita ao trabalho.

A autora discute neste capítulo ainda os modos de vida da população cuiabana, as particularidades e estratégias do seu

viver, suas festas, suas formas de lazer, tão a contragosto dos modelos civilizacionais europeus pensados por viajantes e governantes.

No segundo capítulo, *Localizando Italianos no espaço Cuiabano*, a autora procura compreender a dimensão social do movimento imigratório italiano para Mato Grosso, com ênfase para a espontaneidade desse processo, uma vez que não existia uma política imigratória para essa parte do país, e o modo como essa experiência foi dimensionada em termos culturais e incorporada às tradições, costumes e valores da sociedade cuiabana.

No terceiro capítulo, *A constituição de espaços italianos na cidade de Cuiabá*, ela analisa as dimensões dos modos de vida da sociedade cuiabana, entendendo como a cidade incorpora as trajetórias, as experiências e a constituição dos espaços italianos no interior da realidade social. A estratégia de Cerzósimo foi analisar os intercâmbios entre a cultura italiana e cuiabana e a incorporação de elementos dos modos de vida italianos no cotidiano dos habitantes de Cuiabá. Essa dinâmica cultural no jeito de viver e fazer da cidade colaborou na constituição do que conhecemos como cuiabania.

No quarto capítulo, *Vida urbana: tensões, e interações de italianos em Cuiabá*, ao pensar a vida urbana como dinâmica e multifacetada, a autora tece considerações sobre as experiências de lutas dos imigrantes na disputa por espaço da cidade de Cuiabá. Suas formas de inserção na sociedade e sua luta diária fazem parte das tramas do enredo dessa fase conclusiva do livro de Cerzósimo.

Com escrita e narrativa instigante, a leitura do livro é um convite ao deleite, sendo o leitor seduzido desde o primeiro parágrafo até as últimas linhas. A obra deixa aquele gosto de quero mais entre aqueles que apreciam uma história muito bem contada.

Ler o trabalho de Cerzósimo é como andar pelas ruas e travessas da Cuiabá da virada do século XIX para o XX, com suas casas comerciais, suas festas e cerimônias e seus imigrantes italianos, oriundos dos atos de emigrar, imigrar e reemigrar. Personagens que percorreram o longo e inusitado "caminho das águas" para chega-

rem a terras mato-grossenses, desembarcando com uma bagagem de sonhos e esperanças no porto da cidade de Cuiabá.

Boa leitura!

Rondonópolis-MT, abril de 2010.

GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá: 1830-1930*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2005.

# OS LUGARES DA MEMÓRIA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DA CIDADE DE CUIABÁ NOS SÉCULOS XIX E XX

**Maria Aparecida Borges de Barros Rocha**

Mestre em História (UFMT) e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás

## RESUMO

Neste texto propomos uma discussão sobre história, memória e lugares de memória assim como sobre nossa experiência de pesquisa nos principais arquivos de documentação do Estado de Mato Grosso. Procuraremos também refletir, a partir de algumas considerações historiográficas e da documentação de nosso interesse, sobre a secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá no limiar do século XX, assim como sobre o uso de imagens e da iconografia na prática historiográfica apresentando algumas personagens envolvidas no processo de secularização dos cemitérios, finalizando apresentaremos também imagens de túmulos monumentos do cemitério da Piedade e uma discussão sobre possibilidades de preservação desses monumentos.

**Palavras - chaves:** Cemitérios, Memória, Imagem.

## ABSTRACT

In this paper we propose a discussion about history, memory and places of memory as well as on our experience of research in the main documentation files of the State of Mato Grosso. We will also reflect, from some historiographical considerations and documentation of our concern about the secularization of cemeteries in the city of Cuiaba on the threshold of the twentieth century, as well as on the use of images and iconography in historiographic practice featuring some of the characters involved in process of secularization of cemeteries, ending also present images of tombs of the cemetery monuments of Mercy and a discussion of possibilities for preserving these monuments.

**Key-words:** Cemeteries, Memory, Image.



## I- INTRODUÇÃO

A partir do interesse voltado para a questão da transferência dos enterramentos e da secularização dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, propomos apresentar neste texto uma discussão sobre os lugares de memória e nossa experiência prática de pesquisa desenvolvida nos principais arquivos do Estado de Mato Grosso: O Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, o Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso - NDIHR. Para pensar os arquivos e sua relação com a prática historiográfica, traremos para discussão documentos desses acervos, enquanto buscaremos refletir a partir das considerações de Arlette Farge<sup>1</sup>, Carlo Ginzburg<sup>2</sup>, Michel de Certeau<sup>3</sup> e Paul Ricoeur<sup>4</sup>. Em seguida, faremos algumas considerações sobre História e iconografia e sobre o uso de imagens, retratos e fotografias a partir das reflexões de Kossoy<sup>5</sup>, Ricoeur, Samuel<sup>6</sup> e Paiva<sup>7</sup> onde trataremos de uma imagem que apresenta alguns dos principais personagens envolvidos em torno da questão principal de nossa investigação: a secularização dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá. Logo a seguir, discutiremos a atuação dessas personagens na questão enunciada.

Finalmente, discutiremos a utilização de imagens na prática historiográfica para focarmos nossa discussão em torno dos cemitérios como local de preservação de Patrimônio Cultural, privilegiando imagens do Cemitério da Piedade, apresentamos seu pórtico e portão tombados como Patrimônio Cultural, em seguida priorizamos dois túmulos monumentos do século XIX em homenagem a heróis da Guerra do Paraguai e um túmulo da primeira década do século XX, representativo de tributo de amor conjugal. Nosso interesse é cogitar a possibilidade de tombamento desses túmulos e de outros que apresentam valores histórico, artístico e cultural.

## II- OS LUGARES DA MEMÓRIA

Os lugares constitutivos de valores referenciais para determinado grupo ou sociedade são também produtos de experiência

humana, são espaços vividos, dotados de tempo e de relações históricas. Nas políticas de patrimonialização, o passado pode se tornar lugar a ser resguardado em sua integridade, também dessa forma é resguardada a memória como forma de pertencimento social, evitando o desaparecimento do passado.

Pierre Nora define os lugares de memória como aqueles representativos da história e referências para a identidade de grupos sociais. Seus estudos são fundamentais para pensar o processo que tem expandido o sentido de lugar para muitos espaços, inclusive os cemitérios (NORA, 1993).

Ele define lugares de memória como aqueles que devem dar conta do passado, que remetem a ritos e símbolos e permitem construção de laços sociais e temporais. A definição desses espaços permite a construção da identidade de um grupo, como em torno dos cemitérios, onde os visitantes podem se reconhecer por ter ali elementos de suas famílias que também representam parte de sua história. Nessa perspectiva, os cemitérios podem ser considerados lugares de memória.

A memória não tem por função apenas registrar ou lembrar o passado, mas, sim, tem relações com aprendizado e com o processo de apreensão do passado. A memória artificial que construímos associa imagens e lugares. Paul Ricoeur fala de traumas e de como eles podem alterar o que é lembrado. A morte e o luto também têm relações com o que é lembrado, assim como com o que é esquecido. Mas, afinal, por que alguns fatos são lembrados e outros esquecidos?

A arte da memória, para Ricoeur, seria como uma escrita interior, pois aqueles que aprendem a arte da memória podem dispor daquilo que viram ou ouvirem, colocando-os em lugares específicos, podendo deles falar "de memória". Porque os lugares são como tábuas de cera ou como papiros, as imagens são como letras, o arranjo e a disposição destas são como a escrita e a pronúncia é como a leitura. Os *loci* ou os lugares permanecem na memória e podem ser continuamente utilizados como as tábuas de cera. (RICOEUR, 2007, p. 28).

Existe, para Ricoeur, uma dificuldade lógica quanto ao uso e abuso da memória e como isso é feito, como a memória é mani

pulada pelo individual e pelo coletivo e como o historiador pode atuar nesse campo, porque a memória e a história envolvem questões que incidem sobre a prática historiográfica, como a definição de memória e de lembrança, a definição de memória artificial e como deve ser revista, assim como a forma de seu uso na aprendizagem e retórica. Mas, nosso interesse nesta oportunidade não é responder a essas questões, mas pensar sobre alguns pontos a que elas remetem.

A respeito da memória e da organização de arquivos, podemos questionar quais memórias e narrativas se fazem presentes, participando da construção da identidade de determinados grupos sociais, assim como podemos observar como outros elementos são simplesmente suprimidos ou “esquecidos”. Esses elementos lembrados ou esquecidos fazem parte da identidade e da memória. As próprias fontes que nós historiadores usamos devem ser percebidas como construções, elas são testemunhas, no entanto, devem ser investigadas, especuladas, reviradas, interpeladas e provocadas como que a nos dizer ou indicar mais do que parecem propor – é preciso buscar o que subjaz, o que não está de pronto apresentado pelas fontes, temos, portanto, que estar atentos a todos os pequenos indícios como procede um investigador, conforme Farge e Ginzburg sugerem.

Para Farge, os documentos que compõem os arquivos são produto de realidades de confronto que registram também o não-dito, aquilo que de forma alguma seria registrado, não fosse a ocorrência de conflitos ou desordens; o registro da fala dos interrogados tornam visíveis muitos aspectos que teriam para sempre permanecidos encobertos. O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, sua consistência mostra o ordinário, mas, advém do imprevisto.

Essa discussão se aproxima das propostas de Ginzburg, quando estabelece o princípio indiciário para pensar a história a partir da micro-história, pois, para Ginzburg é função e dom natural da prática de investigação historiográfica decodificar textos diversos na natureza, nos papéis e também nas telas, que são sempre textos. É preciso perceber ou identificar o que não é aparente, ou, o que não é imediatamente perceptível, aquilo que está nas entrelinhas, oculto e que, no entanto, precisa ser decifrado. Para ele, é

também obrigação do historiador transmitir essa percepção mais apurada ou diferenciada da realidade (GINZBURG, 1989, p. 144).

A partir das considerações de Ricouer, Ginzburg e Farge, propomos apresentar a documentação de nosso interesse nos arquivos citados, onde existe disponibilidade de ricos acervos sobre os séculos XVIII, XIX e XX para pesquisa historiográfica. O Arquivo Público de Mato Grosso, maior centro de documentação do Centro-Oeste, conta desde novembro de 2004, com uma nova sede, com espaço adequado para atendimento de pesquisadores e estrutura necessária para microfilmagem e digitalização. Nesse arquivo localizamos as principais fontes que deram origem e respaldo à nossa investigação. Faz parte desse acervo fontes impressas, representadas pelo Álbum Gráfico de Mato Grosso, os jornais diários: *A Província de Mato Grosso*, *O Comércio* e *A Gazetilha*, além grande quantidade de fontes manuscritas, como o *Regulamento para os Cemitérios Públicos da Cidade de Cuiabá, de 1864*, *Diversos Códigos de Posturas*, como os de 1832, 1835 e o de 1897, *Compromissos de Irmandades Religiosas*, *Relatórios de Presidentes de Província* e da administração dos cemitérios da cidade e documentos da Assembleia Legislativa Provincial, além de Leis e Decretos de Leis, ofícios da administração provincial e municipal, assim como grande quantidade de testamentos e inventários.

No Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso – NDIHR trabalhamos com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e encomendadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, em 12 de junho de 1707, além de diversas cartas pastorais, periódicos como os jornais *A Cruz* e *A Reação* e outros documentos de cunho religioso ou referentes à administração eclesiástica em Mato Grosso, no período referenciado.

No Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá encontramos registros de nascimento, batismo, casamentos e óbitos, diversos demonstrativos de receitas e despesas dos cemitérios da cidade de Cuiabá, relações nominais de pessoas falecidas e sepultadas nos cemitérios, Cartas Pastorais, além de um documento intitulado: *A questão dos cemitérios públicos de Cuiabá – considerações*

sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado sobre o mesmo em 1901.

A partir da leitura dessa documentação e dos autores citados, indagamos: como podemos pensar a prática historiográfica nos arquivos? Como devemos tratar os documentos? Como fazer uma leitura adequada? Como problematizá-los? Como estabelecer uma crítica pertinente a essa documentação? O documento é um reflexo do real? Quais sentidos essa documentação constrói? Mas, também queremos observar se a secularização dos cemitérios pode ser pensada como uma luta política entre seus principais administradores.

Consideramos pertinente o paradigma indiciário desenvolvido por Ginzburg, que nos ajuda a pensar essas problemáticas, pois, as fontes usadas pelos historiadores devem ser percebidas como construções e testemunhas que devem ser investigadas no sentido de indicar mais do que parecem propor, tendo que buscar os pequenos indícios apresentados, como um investigador ou o crítico de arte em seu trabalho de distinguir os originais das cópias (GINZBURG, 1989, 144).

É no arquivo que o historiador perde seu estatuto de estabilidade, pois, como um errante não pode executar planos rígidos, uma vez que sua investigação pode indicar o desconhecido ou novos caminhos, ele estará continuamente mergulhado na ordem da diferença, exposto a, todo momento, à possibilidade do novo que pode alterar totalmente ou definitivamente seu trabalho, desfazendo e refazendo estratégias e definições. Mas é preciso ter sensibilidade investigativa para perceber as indicações da documentação. Desta forma, só quem desenvolveu a prática de pesquisa nos arquivos tem noção do risco, quase cotidiano nesses lugares, de se defrontar com documentos alheios à primeira vista ao seu objetivo inicial, mas que podem, no entanto enriquecer a pesquisa, não devendo ser ignorados, pois, importa nesse momento o acaso, a imprevisibilidade com que se depara o historiador, que nada descarta, pelo contrário, desenvolve sensibilidade aguçada que o leve a seguir as pistas e sinais, como bem nos alerta Ginzburg e Farge.

### III – HISTORIA, IMAGENS E ICONOGRAFIA DA IGREJA EM CUIABÁ

Faremos a seguir algumas considerações sobre o uso de imagens a partir dos referenciais determinados por Kossoy, Ricover, Samuel e Koselleck. Em seguida, apresentaremos uma imagem fotográfica de quatro das principais personagens envolvidas na questão da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá e faremos algumas considerações sobre a atuação dessas personagens diante da secularização dos cemitérios em Cuiabá.

É reconhecido que imagens fotográficas quando identificadas e analisadas sistematicamente com metodologias adequadas, se constituem em fontes extremamente ricas para a análise histórica de fatos do passado. Essa reconstituição, no entanto, requer certos cuidados e uma sucessão de construções imaginárias, assim como o contexto particular que resultou na materialização da fotografia, assim como a história daquelas personagens representadas e o objetivo ou o pensamento embutido em cada fragmento fotográfico. Faz-se necessário tomar cuidado com o consenso generalizado acerca do mito da fotografia, como uma espécie de sinônimo de realidade ou de verdade, pois, a fotografia é uma representação elaborada culturalmente e tecnicamente e os ícones inerentes a essa registro não podem ser compreendidos isoladamente ou desvinculados do processo de construção dessa representação.

Através da fotografia poderemos decifrar fatos, momentos, olhares e gestos, assim como compreender seu entorno ou decifrar o ausente que já é passado. Considerando-a como um vestígio do passado, ou como um conjunto de indícios, pistas ou rastros que podem possibilitar ao historiador mais uma possibilidade de pesquisa. Trabalhar com fotografias exige, no entanto, uma iconologia cuidadosa das imagens e um domínio da realidade do tema registrado na imagem, assim como da realidade que a circunscreveu no tempo e no espaço. Conforme Boris Kossoy:

Será no oculto da imagem fotográfica, nos atos e circunstâncias a sua volta, na própria forma como foi empregada, que, talvez, poderemos encontrar a

senha para deciframos seu significado. Resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível (KOSSOY, 2002, p. 135).

Paul Ricoeur define como presentificações do ausente, aquilo que descreve algo de maneira indireta, apoiada em outra coisa apresentada, como os retratos, quadros, estátuas e fotografias. Ele cita Aristóteles, que teria dado início a uma fenomenologia a partir da observação de um quadro ou de uma pintura que podiam ser lidos como imagem presente ou como imagem que designa uma coisa irreal ou ausente.

De acordo com Ricoeur, o discurso histórico busca legibilidade e visibilidade: fazer ficção do discurso histórico poderia ser entendido como um entrecruzamento dessas duas características na representação historiadora. Mas, conforme Ricoeur:

É com o retrato das personagens da narrativa, sejam narrativas de vida, narrativas de ficção ou narrativas históricas, que a visibilidade supera claramente a legibilidade. [...] as personagens da narrativa são inseridas na intriga ao mesmo tempo em que o são também os acontecimentos que, juntos, constituem a história narrada. Com o retrato, distinto do fio da trama da narração, o par do legível e do visível desdobra-se nitidamente. (RICOUER, 2007, p. 276).

Essa questão do legível e do visível, conforme Ricoeur dá lugar a traços notáveis, comparáveis à narrativa de ficção e narrativas de história, pois, pode-se dizer que nós “lemos” uma pintura, assim como que o narrador “pinta” uma cena de batalha (RICOUER, 2007, p. 277).

Samuel Raphael considera o uso da fotografia e o modo como os historiadores têm usado essas imagens em seus trabalhos, visto que as fotografias não podem ser tratadas como autoexplicativas, para trabalhar com imagens e fotografias não basta apenas observar como se apresentam, é preciso investigar, pois, conforme esse autor, as próprias fotos são muitas vezes construídas de tal mane-

ira que, como outro documento, devem também ser especuladas ou investigadas pelo historiador em seu ofício (RAPHAEL, 1997).

O autor recomenda que os historiadores sejam mais críticos e criteriosos em relação ao uso da fotografia, pois, de acordo com seu parecer, esses profissionais costumam ser muito críticos com outras fontes e muito condescendentes com as imagens e fotografias. Enfim, trabalhar com fotografias requer pensar o que está além do que é simplesmente apresentado, requer pensar em por que e como essa imagem foi produzida, com quais interesses e como elas pretendem representar determinada realidade do presente ou do passado. Para Samuel, as legendas que acompanham as imagens costumam ser bastante esclarecedoras, mas, é preciso muito cuidado, pois elas são na verdade interpretações com juízo de valor, representando percepções referentes a um determinado grupo social ou a um determinado indivíduo sobre o que ali está posto.

A fotografia é uma fonte iconográfica que também contribui para melhor entendimento das formas como no passado, as pessoas representaram sua história e sua historicidade e se apropriaram da memória cultivada individual e coletivamente. Essa fonte nos possibilita compreender como determinados valores, interesses, técnicas e olhares podem proporcionar construções históricas:

Essas imagens são geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São, portanto, representações que se produzem sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço (PAIVA, 2006, p. 14).

A iconografia pode ser considerada como uma das mais ricas fontes disponíveis ao trabalho do historiador, no entanto é preciso saber indagar e buscar as respostas embutidas nas imagens que trazem também as escolhas de quem as produziu e o contexto no qual foi produzida, idealizada, forjada ou inventada (PAIVA, 2006, p. 17).

Raphael Samuel afirma: *Fotos do século XIX, ou, de qualquer maneira, aquelas reproduzidas em anos recentes, foram totalmen*

*te fabricadas autoconscientemente, tendo em vista o efeito narrativo ou visual* (RAPHAEL, 1997, p. 63).

Ainda a respeito da utilização de imagens, devemos partir da afirmação de Raphael, de que a mesma nos proporciona um efeito narrativo, pois, a partir da sua visualização, desenvolvemos o exercício de datá-la e podemos construir uma narrativa em torno das personagens por ela apresentada.



Imagem 1

Foto nº 325  
autor não  
identificado  
Rolo 86°. S/L – S/D  
Arquivo da Cúria  
Metropolitana  
de Cuiabá .  
NDIHR/UFMT.

A imagem apresentada na fotografia acima faz parte dos Arquivos da Cúria Metropolitana da cidade de Cuiabá e será utilizada em nossa discussão por apresentar quatro importantes personagens envolvidas na questão da secularização dos cemitérios da cidade. De acordo com o enunciado no verso da foto, da esquerda para a direita temos: D. Cerilo de Paula Freitas, D. Carlos Luiz D'Amour, D. Francisco de Aquino Corrêa e D. Antonio Malan. A imagem nos sugere uma datação e podemos tecer algumas considerações sobre sua produção a partir do que ela apresenta. Se questionarmos, conforme Samuel Raphael, as circunstâncias em que essa foto foi feita, além de considerar que no estado de Mato Grosso do início do século XX fazer uma fotografia representava a busca de perpetuar uma ocasião especial.

Todos estão vestidos de acordo com suas funções e apresentam posturas que indicam certa formalidade, pois, estão

posando para a posteridade. Pereira Leite apresenta a imagem e a faz acompanhar da legenda a seguir:

Sagração Episcopal de Dom Francisco de Aquino Corrêa, então o Bispo mais moço do mundo, em 1º de janeiro de 1915, na catedral de Cuiabá, tendo como sagrantes Dom Carlos Luiz D'Amour, Arcebispo de Cuiabá, Dom Cerilo de Paula Freitas, Bispo de Corumbá, e Dom Antonio Malan, Bispo titular de Amiso. (PEREIRA LEITE, Luis-Philippe, 1979, p. 303).

A imagem congrega quatro personagens da cúpula da Igreja no Estado de Mato Grosso em uma ocasião muito especial: A sagração episcopal de D. Aquino como bispo de Cuiabá. A legenda chama atenção para o fato do mesmo ser considerado o bispo mais jovem do mundo, fato que também foi muito referenciado e festejado, enquanto D. Carlos já ostentava o título de Arcebispo, desde 1892, contando também com D. Antonio Malan que chega à cidade de Cuiabá em 1893, além de D. Cerilo, Bispo de Corumbá, convidado especial para essa cerimônia.

Conforme Luis-Philippe Pereira Leite, em 1893 a Diocese de Cuiabá desvincula-se da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo erigida à categoria de Arquidiocese, com objetivo de submeter outras duas dioceses: a de Corumbá e a de Cáceres, também criadas naquele momento para que, dessa forma, pudessem abranger todo o imenso território do Estado de Mato Grosso. (PEREIRA LEITE, 1979, p. 309).

Nessa elaboração, podemos supor a preocupação da Igreja Católica em submeter todo o território mato-grossense à administração de seus Cânones religiosos.

D. Antonio Malan era um convidado ilustre, ele vem para Cuiabá para cumprir uma missão especial, mas, vejamos as condições enfrentadas pela Igreja naquele momento que justificam sua vinda para esta cidade.

Nas primeiras décadas do século XX a Igreja vivia um momento denominado de *Reforma Católica* – um dos movimentos mais expressivos dessa instituição na história do país, pois procu

rava combater os efeitos da implantação de seitas protestantes no país, que defendiam a bíblia como único caminho de salvação.

Os bispos reformadores da Igreja Católica, estimulados pela Santa Sé, de acordo com Mabel Salgado Pereira, defendiam a confirmação da administração dos sacramentos pelos clérigos como a principal fonte da graça divina. Esse esforço reformador foi denominado como romanização do catolicismo brasileiro ou ultramontanismo, em virtude de se submeter diretamente à orientação de Roma (PEREIRA, 2005, p. 70).

Esses confrontos religiosos estarão se desenrolando num cenário social e político característico da mudança de século, sob influência da recente abolição da escravatura e de formação de uma sociedade burguesa na transição do Império para a República. Surgia no Brasil o Estado Leigo, estruturado pelas leis constitucionais. Efetuava-se uma crescente dessacralização da sociedade, com a implantação de novos valores e ideais de modernidade e higienização invadindo as cidades e moradias, determinando comportamentos e relações familiares, através das propostas de médicos sanitaristas e engenheiros que se tornam dominadores e difusores desse saber, gerando não raramente movimentos de resistência da população, como a Revolta da Vacina e a Cemiterada, respectivamente no Rio de Janeiro e na cidade de Salvador<sup>8</sup>.

Jurandir Freire Costa demonstra como esses ideais de modernidade e higienização são defendidos e colocados como única alternativa para a população das cidades brasileiras na segunda metade do século XIX, quando a medicina em sua atuação higiênica se apossou do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder. Matas, pântanos, rios, esgotos, água e ar estarão sob constante vigilância enquanto escolas, quartéis, prostíbulos, matadouros e casas de morada serão também atraídos para a órbita médica. Nesse ínterim, um dos principais elementos defendidos será a construção de cemitérios (COSTA, 1983, p. 30).

A Igreja Católica que até então ocupava posição privilegiada na sociedade imperial, marcada pela oficialização do seu culto como religião oficial, vê-se, então, alijada da esfera do poder e

reage de forma sistematizada, combatendo os preceitos modernos e relacionando-os à descrença da sociedade, enquanto procura ampliar sua atuação na educação e na assistência social, através de escolas, hospitais, abrigos e outras obras de cunho social. Em Cuiabá, podemos perceber essa prática nas obras levadas a efeito através da ação conjunta do Arcebispo D. Carlos Luiz D'Amour, do Bispo D. Aquino Corrêa e do salesiano D. Antonio Malan, representadas pela construção e administração dos Colégios São Gonçalo, Coração de Jesus, e do Asilo Santa Rita. Todos eles reconhecidos como centros educativos de referência com fundamentação religiosa em todo o Estado de Mato Grosso, sendo o último, fundado por D. Carlos Luis D'Amour, reconhecido como espaço de acolhida para órfãs e adolescentes pobres, mas, também recebia em regime de internato jovens de classe média vindas principalmente da zona rural, como filhas de fazendeiros residentes fora de Cuiabá em busca de educação moderna com orientação religiosa, além de atender filhas de famílias cuiabanas em regime de externato. O Asilo Santa Rita além de oferecer ensino regular ensinava música, pintura e trabalhos manuais para suas alunas. (GOULART, p. 1)

Essas obras, assim como outras obras sociais desenvolvidas pela Santa Casa de Misericórdia, com apoio da Igreja tinham como objetivo contrapor a realidade muito delicada vivida pela Igreja naquele momento, ou seja, a Igreja pretendia recuperar sua influência junto à população reconquistando o terreno perdido para outras seitas e para o poder efetivo do Estado.

Com a separação entre Igreja e Estado em janeiro de 1890, e a conseqüente vinculação da Igreja brasileira a Roma, a hierarquia eclesiástica concentrava sua atenção sobre as classes dominantes e protegia-se daquilo que considerava ameaça. A atenção do episcopado estava voltada principalmente para a questão da educação leiga e do avanço do protestantismo, daí o incentivo para que os religiosos dessem prioridade a esse aspecto. O divórcio, as idéias socialistas, o controle da natalidade e a pornografia também eram considerados ameaças. Enquanto isso, as ordens religiosas, especializadas na educação, prosperavam, oferecen-

Outra forma da Igreja Católica reagir diante dos acontecimentos será a partir da utilização da imprensa, representada principalmente pelo jornal *A Cruz*, fundado por essa instituição religiosa. A seguir apresentamos trecho de um artigo de autoria de D. Carlos Luiz D'Amour onde o mesmo declara a importância da imprensa para a Igreja naquele momento de crise:

Doutrinas heterodoxas atacam os nossos princípios religiosos católicos por convicção e por tradição, ameaçando de asfixia moral o nosso povo. [...] Necessitamos da imprensa, pois, a imprensa estabelece e decreta as nossas leis, aperfeiçoa nossos sentimentos e exerce influências sobre nosso caráter. A imprensa é uma professora que nunca deixa de ensinar, uma pregadora que nunca deixa de pregar, uma seção parlamentar aberta, é indispensável na circulação de idéias.[...] É pela imprensa que os partidos políticos se mantêm e se conservam no auto da grande influência que atingiram, eles conhecem os efeitos da imprensa. Nós católicos temos idéias muito nobres, muito mais benéficas que as outras, infelizmente porém não as divulgamos e por que? Porque não as divulgamos à imprensa. Daí segue o resultado... As nossas idéias não se espalham pela nação?

O artigo a seguir demonstra como a Igreja, através da formação e atuação da Liga Católica na cidade de Cuiabá, conclamará o povo mato-grossense, através de publicações no jornal *O Comércio* a participar de um combate a seu favor contra todos aqueles considerados inimigos da fé, conforme a seguir:

A Liga Católica

Povo matogrossense! Coragem!

Já era tempo de firmarmos nossos passos, levantarmos nossas cabeças e combatermos com heroísmo em defesa de nossa crença tão vilmente ultrajada.

Já era tempo de opôrnos a esses abusos grosseiros e baixos insultos, que mormente agora, inflamam os corações

insensatos e tentavam levar Mato Grosso pelas iníquas sendas da baixa degradação.

Foi justamente, com o fim de ver a bandeira da anarchia ruir desprezada no lamaçal imundo, que reuniu-se no dia 3 de abril do corrente ano o comite organizador da Liga Catholica Brasileira com para mais de duzentos sócios.

Depois que o Ver. Padre Ambrosio pronunciou um entusiasmado discurso declara aberta a secção, foi lido o regulamento a que deve obedecer a referida Liga Catholica.

Organizou-se então a mesa diretora, que compões-se dos srs. Seguintes:

Para presidente, desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, vice-presidente desembargador João Carlos Pereira Leite, secretario advogado Manuel Nunes de Barros, thesoureiro coronel João Baptista d'oliveira, conselheiros Hypolito d'Oliveira; Paulino de Assis Moreira, Pio Bueno, João Marque Ferreira, e para representante da Liga na capital Federal, advogado Francisco Antunes Muniz.

Terminado a escolha dos mesários, usou da palavra o Sr. Jaó Carlos, que despertou o animo dos presentes, com uma patriótica allocação.

Em seguida falou o Rve. P. Montuschi, o qual patenteou mais uma vez o seu nunca desmentido talento.

Grande é o ideal d'esta Liga em embrião, maior ainda é o entusiasmo dos seus adeptos, que ardentemente desejão assistir a queda terrível dos adversários, sem, entretanto, empregar outro meio, senão a justiça, a caridade e a paz.

Não vos intimideis, ó paladinos da Cruz, com as fanfaronadas dos inimigos da ordem, porque justa e sublime é a causa que vamos defender.

Em breve começará a publicação do órgão da Liga, começará a crítica, começará o combate, começará a Victória<sup>10</sup>.

A Igreja Católica até o final do Império era responsável e ativa participante do cotidiano da população, organizando e direcionando todos os mais importantes atos da vida e da morte dos

cristãos, seja através de atos religiosos ou em termos de registros de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos. Todos esses registros estavam sob o seu comando, com o advento da República ela perde esses ofícios, assim como o controle sobre a população que esses ofícios proporcionavam. A Igreja Católica, portanto, estava vivendo uma grande crise, daí a preocupação em se organizar junto à população para o combate contra aqueles considerados inimigos.

Um dos meios encontrados pela Igreja para construir sua resistência foram as famílias organizadas em torno das Ligas Católicas, que conforme o documento acima, traz em sua mesa diretora ilustres representantes da sociedade cuiabana.

#### **IV – A QUESTÃO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS E OS PRINCIPAIS PERSONAGENS DE SUA SECULARIZAÇÃO EM CUIABÁ**

A principal fonte que utilizaremos nesta discussão é um documento do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá denominado: *A questão dos cemitérios públicos de Cuiabá – considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado, 1901*<sup>11</sup>. Trata-se de uma fonte publicada pelo jornal *O Rebate*, com objetivo de apresentar o desenrolar do processo de secularização dos cemitérios em Cuiabá. Tomamos a iniciativa de centrar a análise desse documento a partir da apresentação de algumas personalidades consideradas relevantes nesse processo.

O primeiro e o mais importante personagem da questão é D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo da Arquidiocese de Cuiabá no período de 1878 a 1921. D. Carlos definia-se por sua piedade espiritualista, austeridade, zelo e pela disciplina eclesial. Como reformador procurou reforçar os laços com a Santa Sé com objetivo de criar uma igreja homogênea, centralizada e hierarquizada. Estando à frente da Igreja em 1901, quando do início do embate sobre a secularização dos cemitérios, usará as páginas do jornal *A Cruz* para levar à público, através de diversas Cartas Pastorais, suas palavras e idéias e as da Igreja que representava, assim como as suas reações

e as daquela instituição diante do processo de espoliação que, a seu ver, a Igreja estaria sofrendo com a questão da secularização dos cemitérios.

Após a morte de D. Carlos, D. Francisco de Aquino Corrêa, outra personagem importante da história da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá, assumirá, em 1922, o cargo de bispo da Arquidiocese de Cuiabá. Homem religioso e de letras, autor de inúmeras e notáveis Cartas pastorais, discursos, trabalhos históricos e poesias tomando a iniciativa de fundar o Instituto Histórico de Mato Grosso, em 1919, hoje Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e o antigo Centro Matogrossense de Letras em 1921, hoje Academia Mato-Grossense de Letras onde, depois, como titular, seria aclamado por unanimidade Presidente e Presidente de Honra dessas instituições, respectivamente. D. Aquino defendia uma nova relação do catolicismo com o Estado e a sociedade civil, propõe a restauração do poder político da Igreja ao lado do Estado, apoiada em alianças, desde que mantendo auto-suficiência de ambos. Em 1923 D. Aquino será protagonista principal do desfecho final da questão dos cemitérios públicos da cidade ocasião em que depois de um longo litígio, faz um acordo com o poder secular, representado pelo município e pelo Estado, cedendo as chaves dos cemitérios ao poder laico, enquanto é resguardada à Igreja apenas a atuação religiosa restrita ao interior das capelas daqueles cemitérios.

Nossa terceira personagem, D. Antonio Luis Malan, veio para Cuiabá como padre salesiano, trazido por D. Carlos Luiz D'Amour, com objetivo social e religioso de fundar e administrar escolas voltadas para educação religiosa de rapazes e moças. Conforme citamos acima, fundou e administrou o Colégio S. Gonzalo, o Colégio Coração de Jesus, dirigido por irmãs de caridade, além do Asilo Santa Rita. Essas atividades tinham como objetivo principal a retomada de terreno que a Igreja considerava essencial para o embate que se desenrolava (PERARO, 2003).

José de Mesquita foi o principal intelectual cuiabano da época, com reputada atuação junto ao Instituto Histórico de Mato Grosso e Centro Mato-grossense de Letras. Dispondo de aprimora

do conhecimento histórico e excelente oratória, experimentou grande êxito como intelectual e magistrado, contribuindo durante mais de dez anos com a *Revista da Cultura* do Rio de Janeiro, periódico sob direção da ação católica. Era um homem de seu tempo, um homem religioso que também se envolveu com a questão da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá, tendo sido colaborador e dirigente, durante cerca de vinte anos, do jornal *A Cruz*, periódico da ação católica em Cuiabá. Em seus escritos vai lamentar o desfecho do processo de secularização dos cemitérios da cidade (MESQUITA, 1936).

Em nossa pesquisa no Arquivo Público de Mato Grosso e no Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, identificamos a atuação de dois jornais que se caracterizaram pelo envolvimento com a secularização dos cemitérios: o periódico religioso católico: *A Cruz*, que defendeu os interesses da Igreja e a manutenção da administração religiosa dos cemitérios e um jornal leigo: *O Rebate*, que defendeu os interesses do Estado e a secularização dos cemitérios.

Em de 20 de novembro de 1900, a Câmara Municipal da cidade de Cuiabá mandou publicar no jornal *O Rebate* a Resolução a seguir:

Art. 1º- A partir de 1º de janeiro próximo futuro passarão os cemitérios públicos do 1º e do 2º distritos desta capital para o poder da municipalidade, ficando para isso autorizado, desde já, o intendente a tomar as providências que julgar necessárias, a fim de dar cumprimento a presente resolução.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário<sup>12</sup>.

O documento citado indica que o poder público civil procurou estabelecer as normas oficiais que regiam a apropriação dos cemitérios da cidade de Cuiabá, que até então tinham sido administrados por representantes da Igreja Católica. Devemos considerar que estamos nos primeiros anos da República, caracterizados pela formação de um Estado laico, sem vinculação com a Igreja católica.

Essa Resolução que parece representar um ultimato, uma derradeira ordem com objetivo de ser sumariamente cumprida, nos leva a algumas indagações: Quais as providências consideradas necessárias para o cumprimento da Resolução? Que trâmites legais seriam necessários para que tal Resolução fosse aprovada? Como reagiria a Igreja católica diante dessa Resolução?

Em nossas investigações pretendemos responder às duas primeiras indagações. Quanto à terceira, consideramos pertinente ter como base a seguinte portaria publicada logo a seguir. Em 2 de dezembro de 1900, o Bispo D. Carlos Luiz D'Amour fê-la publicar no jornal *A Cruz*:

D. Carlos Luiz D'Amour, por mercê de Deus e da Santíssima Sé Apostólica, Bispo da Diocese de Cuiabá, Considerando que a Câmara Municipal desta cidade, em sua Resolução nº 40, de 19 de Novembro último, esbulhando a Fábrica da Catedral desta Diocese do direito de propriedade que lhe assiste sobre o Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, fere claramente os direitos da Santa Igreja e vai de encontro ao que preceitua a Constituição Federal, com relação aos cemitérios já existentes, criados por particulares, por Irmandades ou pelo povo e sobre os quais resta apenas à municipalidade o Direito de Inspeção e atendendo a que um dos principais deveres do nosso ministério pastoral é zelar e defender os direitos da mesma Santa Igreja e obstar pelos meios ao nosso alcance a que sejam eles invadidos ou extorquidos. Havemos por bem interditar como pela presente nossa Portaria interditamos, a capela de N. S. da Piedade do referido cemitério, ficando desde já proibido aos reverendos sacerdotes sob pena de suspensão *Ipso Facto* do exercício de suas ordens, celebrar na dita capela o Santo Sacrifício da Missa e qualquer outro ato religioso, que também proibimos se celebre no respectivo cemitério. E para que chegue ao conhecimento de todos os nossos amados diocesanos, será esta portaria, depois de registrada em nossa câmara, publicada no jornal "A Cruz", assim como

também será publicada à estação das missas na Sé Catedral e Igrejas Matrizes e nas Capelas do Colégio São Gonçalo e do Asilo Santa Rita desta cidade.

Dada em sua residência episcopal de Cuiabá, sob nosso sinal e selo, aos dois de Dezembro de 1900.

D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá<sup>13</sup>

O documento considera a secularização dos cemitérios como algo abrupto, que excluía a Fábrica da Catedral do seu Direito de Propriedade sobre os cemitérios, ferindo os direitos da Igreja. Nesse sentido devemos investigar se essa secularização realmente se efetuou, em Cuiabá, de forma abrupta e repentina, por força da legislação republicana, sem que a Igreja tivesse sido avisada ou teria havido documento anterior ou debate em torno dessa questão. Não devemos deixar de considerar que o processo de secularização dos cemitérios em outras cidades e capitais já vinha ocorrendo desde meados do séc. XIX. Em muitas delas esse processo se fez no momento da transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios.

Existe, no entanto, outra questão a ser pensada: o bispo D'Amour considerou que a secularização, da forma como estava sendo realizada, se chocaria com as determinações da Constituição Federal, com relação aos cemitérios já existentes e construídos por irmandades, igrejas, associações leigas e mesmo pela população, cuja administração sempre ficou a cargo da Igreja e assim, de acordo com a Carta Magna, poderia continuar. Mas, enfim, quem teria direito à administração desses cemitérios?

Esse, na verdade, é um dos principais pontos de discórdia na discussão, que gerará disputa judicial, pois, tanto a Igreja como o Estado se julgavam com direito de propriedade e de administração sobre os cemitérios, porque ambos teriam feito investimentos na sua construção. O litígio foi posto, pois, ambos procurarão na justiça provar a posse desses direitos sobre o cemitério, cada qual representado por um advogado.

Como a Igreja poderia se resignar em perder o controle sobre os cemitérios e enterramentos, assim como sobre os assentos

de nascimentos e de óbitos imposto pela nova Constituição, sem qualquer tentativa de reversão do quadro? Afinal, essa situação era muito desfavorável para a Igreja.

Uma outra informação do documento se refere à reação apresentada pelo bispo quanto às práticas religiosas no recinto do Cemitério da Piedade. Com efeito, essa autoridade eclesiástica proibira terminantemente que, a partir da publicação daquela portaria, qualquer ato religioso, assim como o Santo Sacrifício da Missa, fosse proferido no interior daquele cemitério ou de sua Capela, interdita para qualquer prática religiosa católica.

Dessa forma, o bispo procurou demonstrar controle e autoridade sobre práticas religiosas em torno dos enterramentos e sobre as relações entre vida e morte da população, assim como sua contrariedade com os acontecimentos, manda publicar essa portaria no jornal *A Cruz*, assim como também faz divulgar nos principais redutos religiosos da cidade, especialmente nas igrejas, por ocasião das missas. Talvez essa fosse uma estratégia do bispo, uma tentativa de reverter o quadro mobilizando a população a favor de sua causa ou da causa da Igreja, difundindo informações sobre os acontecimentos, através da divulgação no decorrer das missas, momento solene em que os fiéis estariam reunidos no interior dos templos religiosos.

Uma matéria de José de Mesquita publicado no jornal *A Cruz*, em 1901, apresenta uma perspectiva de leitura daquele momento, indicando como ele acompanhou os fatos, assim com as considerações que fez sobre os acontecimentos, que, muito provavelmente, pode ser representativo do parecer da população cuiabana, maciçamente católica:

Sinto ter que reconhecer, mas, o que me parece é que houve um certo açodamento ao tratar de um elemento que muito deveria ser melhor avaliado, por se tratar de questão muito delicada e que vem de encontro aos interesses maiores de nossa população<sup>14</sup>.

José de Mesquita declara em poucas palavras o que seria a percepção de muitos cuiabanos que acompanharam os aconte

cimentos: que algo tão importante para aquela população, quanto à administração dos cemitérios, não poderia ser resolvida de forma abrupta, pois, dessa forma, se chocava com os preceitos e hábitos religiosos de todos.

Crítico dos acontecimentos de seu tempo, Mesquita ao comentar esses fatos, considerou-os como mais um resultado decorrente do *ateísmo oficial* da administração pública que, de acordo com seu parecer, tratava da espoliação dos direitos da Igreja sobre os cemitérios públicos de Cuiabá.

A fundamentação do projeto de secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá trazia como alegação o estado de abandono em que se encontravam os mesmos, assim como o fato de terem sido construídos com recursos do Estado, sob orientação do então Presidente da Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho (1863 – 1865). Afirmava ainda que as irmandades não teriam condições de atender a manutenção do cemitério, restando à municipalidade o gerenciamento desse trabalho.

Essa resolução causou protestos da Igreja através da autoridade diocesana que comunicou aos seus fiéis os acontecimentos e na pessoa do Bispo D. Carlos Luiz D'Amour, expediu Portarias interditando as capelas dos cemitérios da cidade e proibindo a execução de cerimônias religiosas nesse espaço. O Bispo ainda redigiu ao Presidente da Câmara uma correspondência onde apontava as razões de sua atitude de protesto. Outra providência do Bispo foi propor no juízo de direito uma ação de manutenção de posse dos cemitérios contra o município, esse pedido foi, no entanto, julgado improcedente em Abril de 1901. Não havendo mais condições de recorrer. Conforme Mesquita: “Estava ultimada a secularização que exibia a seu favor uma sentença do judiciário, da qual se não recorreu. Os cemitérios ficaram daí em diante leigos, fora da alçada e do domínio eclesiástico” (MESQUITA, 1936, p. 58).

Assim a aliança envolvendo os poderes laico e o clerical na administração dos cemitérios em Cuiabá se desfazia, refletindo os acontecimentos do final do século XIX e inícios do século XX. A secularização dos cemitérios rompia com antigos hábitos religiosos da população, desconsiderando práticas funerárias até então desen-

volvidas, suscitando novas relações da população com a morte, os enterramentos, o Estado e a Igreja, assim como com aqueles grupos organizados em torno das Irmandades Religiosas que se viam espoliadas de uma de suas mais importantes funções. José de Mesquita procurou apresentar sua percepção desses acontecimentos:

A municipalização, de fato, talvez tenha sido vantajosa, eis que o poder civil reúne mais elementos e dispõe de maiores recursos para manter os cemitérios e por ele zelar. O *modus faciendi*, porém, é que deixou muito a desejar, chegando mesmo a causar espanto que tão sumária usurpação lograsse coroada por um ares-to judicial<sup>15</sup>.

Os cemitérios públicos de Cuiabá durante o período de 1901 a meados do ano de 1923 ficaram sem culto católico, pois os mesmos só foram restabelecidos em 1923, a partir de solicitação do Bispo D. Aquino Correa, durante a administração do então intendente Coronel José Antonio de Souza Albuquerque.

Em ofício de 26 de junho de 1923 a intendência responde ao bispado restituindo as chaves e a administração da capela daquele cemitério à Igreja, suspendendo, dessa forma, o interdito levado a efeito por D. Carlos Luis D. 'Amour.

## V – TÚMULOS E MONUMENTOS - IMAGENS E MEMÓRIAS NO CEMITÉRIO DA PIEDADE

Aproveitando as discussões anteriores sobre história, memória, imagens e sobre a questão da administração do Cemitério da Piedade, consideramos pertinente indagar sobre suas relações com túmulos e monumentos funerários e sobre a utilização desses itens como elementos de preservação da memória e da história da cidade e do Estado de Mato Grosso a partir de alguns exemplares que fazem parte do conjunto de túmulos do Cemitério da Piedade.

Sobre a função dos monumentos, de uma maneira geral, podemos considerar, conforme Le Goff, que eles cumprem seu

objetivo de evocar o passado, de perpetuar a recordação ou de fazer lembrar, mas os monumentos funerários se destinam a perpetuar a recordação num domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (LE GOFF, 1996, p. 535).

As imagens e monumentos dedicados aos mortos, assim como as fotografias dos álbuns de família tornam presente o ausente, dando continuidade ao sentido de pertencimento em relação aos familiares e falecidos. De forma semelhante, um monumento tem a função de garantir uma abordagem do passado, tem potencial de evocar e mobilizar esse passado, funcionando como um lugar de memória, tendo também capacidade de estabelecer comunicação entre o passado e o presente. Koselleck reforçando a idéia de que a cidade sempre foi espaço de disputa de poder e de organização do mundo, considera que os monumentos também reforçam essa relação (KOSELLECK, 2002).

Memórias dão sentido às nossas vidas, no entanto não nos esqueçamos que trabalho de memória é um trabalho como qualquer outro e envolve relações de classe, gênero e poder que determinam o que pode e deve ser lembrado, e o que deve ser esquecido. Essas questões resvalam no tombamento do patrimônio, sobre o que deve ser lembrado ou tombado e o que deve ser esquecido. Quanto à questão dos cemitérios, essa realidade parece ser ainda mais específica, pois, sendo um museu a céu aberto, devemos ainda considerar as características do material usado nos túmulos, pois a melhor qualidade e durabilidade determinarão aqueles que conseguirão resistir às intempéries do tempo, podendo vir a se tornar parte do patrimônio histórico e cultural de uma cidade.

Um monumento, para Koselleck, é um ato de fixação, no presente, de um momento do passado pois está sempre voltado para o passado, tem potencial para mobilizar esse passado e suas imagens cognitivas através de um deslocamento envolvendo passado e presente. O monumento, para exercer suas funções, precisa participar dessas duas temporalidades, transcendendo o tempo e o lugar. Mas, o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado? O que merece ser recordado e fazer parte da história dos heróis materializa-se nos túmulos, reconhecidos como monumentos ou

memoriais dos grandes feitos e seus protagonistas.

Os monumentos ou memoriais de guerra e sua construção envolvem relações de força e interesses de Estado que se torna o grande agente monopolizador das representações do passado. Os memoriais vão se transformando enquanto reforçam a apropriação do Estado sobre o passado e sobre a memória. Para Koselleck, eles buscam assegurar uma motivação duradoura para a morte. Afinal, por que morreram? Não teriam morrido em vão, mas, sim, defendendo a pátria e estabelecendo continuidade entre o passado e o presente, todos os monumentos são, portanto, orientadores, são como discursos que mobilizam simbolicamente o passado e o presente.

Para os grandes homens, a morte não significa o desaparecimento, mas, sim, a sagração, não o aniquilamento, mas a apoteose, pois, além da imortalidade da alma, existe a imortalidade da memória. Sobre monumentos ou memoriais de guerra, consideraremos alguns túmulos do Cemitério da Piedade, que dessa forma são caracterizados.

O túmulo do Sr. Antonio Peixoto de Azevedo, representado na imagem 2, a seguir, apesar de não ensejar indicações de um posto das Forças Armadas do Império, traz várias representações de armas que remetem à sua participação na Guerra do Paraguai, como uma espada, um elmo, uma machadinha e uma bandeira.

Seu epitáfio indica que ali jaz um ex-combatente, morto em



Imagem 2  
Túmulo nº  
658 do  
Cemitério da  
Piedade  
Cuiabá/MT  
Fonte:  
Acervo pessoal  
da autora

território inimigo, reconhecido como herói pela Assembléia Provincial de Mato Grosso:

À memória do ilustre cuiabano Antonio Peixoto de Azevedo, um dos heróis de Paysandú. Faleceu em Cruzú a 10 de janeiro de 1867, defendendo o Império contra o governo do Paraguai, contando de idade 47 anos e dois meses. Orai pelo eterno descanso do bom filho, bom esposo, prestante cidadão e amoroso pai. Homenagem da Assembléia Provincial de Mato Grosso. Lei de 2 de julho de 1868.

Em seu epitáfio lemos:

**Ao Chefe de Esquadra  
Augusto Leverger  
Reconhecimento do Estado de Mato  
Grosso, 1865.  
Decreto nº 8, de 13 de julho de 1891.**

Logo abaixo dessa inscrição, o túmulo apresenta uma carta geográfica da Província de Mato Grosso, que teria sido desenhada pelo próprio Augusto Leverger, indicando seus limites.

No Cemitério da Piedade, túmulos como os anteriormente citados, têm o propósito de preservar a memória daqueles que tombaram nos campos de batalha, seus epitáfios trazem declarações que exaltam suas atividades no desenrolar da Guerra do Paraguai, o mais importante conflito externo do período imperial brasileiro. No Cemitério da Piedade temos poucos túmulos do século XIX que, no entanto, estão se desgastando pela exposição contínua às intempé-

es naturais, enquanto outros estão sendo saqueados ou depredados exigindo do poder municipal atitudes urgentes no sentido de sua preservação.

Os memoriais, obeliscos, estátuas, túmulos e monumentos destinados a rememorar personagens e acontecimentos são também lugares de memória. Os monumentos ou mesmo os túmulos podem sintetizar e representar discursos porque não são neutros, mas, construídos numa determinada ocasião ou circunstância com determinados objetivos, são, portanto, históricos por natureza.

Vale a pena registrar o artigo publicado no jornal *O Comércio*, identificando o construtor de um túmulo e comentando a partir de um desenho elucidativo os detalhes e cuidados com sua forma, definindo-o como verdadeira obra de arte e de demonstração de fé e amor conjugal.

D. Carmelita Barbosa de Lima

Em poder do Sr. João Sardi, conceituado construtor, vimos o desenho elucidativo para assentamento do monumento fúnebre destinado ao túmulo de D. Carmelita Barbosa De Lima, chorada esposa do Sr Fabio Lima, digno professor do Liceu Cuiabano. Verdadeiro trabalho de arte, o monumento é dividido em duas partes; o primeiro plano destina-se a assentar-se sobre o jazigo de D. Carmelita de Lima, com os dizeres em alto relevo sobre lápide inclinada de mármore branco. A segunda parte tem por base uma peanha, também de mármore branco, e sobre Ela uma coluna de estilo romano amparando uma figura de anjo simbolizando a fé que domina a primeira parte do monumento. Como produto artístico, o cemitério da Piedade adquire por essa forma um ornamento digno do maior zelo; como demonstração íntima de affeto, o monumento vem apenas confirmar o que já de sobra éramos sabedores: a grandeza d'alma e dedicação sem desvios e affectividade dos sentimento de Fabio de Lima<sup>16</sup>.



IMAGEM 3  
Túmulo nº  
920 do Cemitério  
da Piedade  
Cuiabá, MT  
Fonte: Acer  
pessoal da autora.



IMAGEM 4  
Túmulo nº 753 do  
Cemitério da Piedade  
Cuiabá, MT  
Fonte: Acervo pessoal da autora

A imagem acima apresenta um monumento construído na primeira década do século XX, adornando o túmulo de D. Carmelita no Cemitério da Piedade, sobre esse monumento fúnebre, uma figura de anjo simboliza a fé.

Apesar de muitas discussões em torno do que deve ou não ser preservado, cabe destacar o papel dos cemitérios como bens culturais. Infelizmente muitos cemitérios ainda permanecem esquecidos pelas ações de preservação, no entanto, podem ser avaliados como patrimônio funerário assim como lugares de memória na luta cotidiana pelo não esquecimento. O reconhecimento dos cemitérios como espaços privilegiados de grandes e pequenos

monumentos aos mortos, os constituem como lugares de preservação da história e da memória, assim como da genealogia e da memória familiar e coletiva que se apresenta nos monumentos, nas inscrições, nas fotos, nas datas e demais dados pessoais dos epitáfios. Os cemitérios são também lugares que possibilitam estudos de crenças religiosas e das relações que estabelecemos com a vida e com a morte através de diversos signos como estátuas, pinturas, anjos, crucifixos e outros adornos que permitem conhecer a devoção popular.

Consideramos importante refletir sobre o lugar ocupado pelo patrimônio funerário nas políticas de preservação no Brasil e sobre processos de tombamento e ações de preservação cimiterial, refletindo ainda que, do Cemitério da Piedade, apenas o pórtico e o portão de entrada principal são tombados como patrimônio histórico pelo Estado de Mato Grosso através da portaria nº 15/98, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso em 06.08.1998 IPHAN.

Portanto, os cemitérios não são apenas locais de enterramentos, locais designados aos mortos, seus túmulos tem também valor histórico, artístico, arquitetônico e religioso. No entanto, é notável o estado de abandono de muitos cemitérios no Brasil. Precisamos pensar o papel dos cemitérios na história das cidades, da mesma forma precisamos estar atentos para às dificuldades de preservação desses locais, assim como atentar também às discussões dessas questões além de cobrar mais cuidado e atenção das políticas de preservação.

Pensamos para a continuidade de nossos trabalhos, sobre a necessidade de inventariar os túmulos desse cemitério com a finalidade de estimular sua preservação, assim como dos túmulos apresentados acima, cujos inúmeros fazem parte da memória e da história da cidade de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso e que têm resistido por mais de cem anos à exposição contínua as intempéries naturais, assim como a muitos atos de violência e descaso da população e do poder público. Ainda que tenhamos que lamentar por aqueles túmulos que não conseguiram resistir, consideramos interessante a possibilidade de tombamento daqueles que se mantêm em relativas condições de preservação.

Considerando as discussões em torno da questão de preservação do Patrimônio Cultural e dos critérios utilizados nessas avaliações, procuramos destacar túmulos monumentos do Cemitério da Piedade, que, apesar de sua relevância histórica, social e cultural, ainda permanecem esquecidos pelas ações preservacionistas.



IMAGEM 5  
Pórtico e portão de entrada  
do Cemitério da Piedade.  
Cuiabá, MT  
Acervo pessoal da autora

## NOTAS

- 1 FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris, França: Éditions EHESS, 2005.
- 2 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- 3 CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- 4 RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- 5 KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo, Ed. Ateliê, 2002.
- 6 SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. In: *Projeto história*, nº 14. São Paulo: SE, 1997.
- 7 PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte. Autêntica, 2006.
- 8 A respeito da Revolta da Vacina ver: SEVCENKO, Nicolau. *Revolta da vacina - Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003. A respeito da Cemiterada ver: REIS, João José. *A morte é uma festa de*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- 9 Órgão da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso, Cuiabá, publicado no jornal A Cruz de 15.05.1910 – Arquivo NDIHR.
- 10 Publicação do jornal O Comércio do dia 14 de abril de 1910. - APMT
- 11 Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, Caixa 95, rolo 53. NDIHR/UFMT
- 12 Publicação do Jornal O rebate, de 20 de Novembro de 1900 – Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.
- 13 Publicação do jornal A Cruz, de 02 de Dezembro de 1900 – Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.
- 14 Jornal A Cruz de 10 de janeiro de 1901 – Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso - APMT
- 15 Ibidem, Idem, p. 59
- 16 Jornal O Comércio de 02 de junho de 1910 – Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso – APMT.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- KOSELLECK, R. *The Practice of conceitual History*. Stanford University Press, 2002.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ed. Ateliê, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LOPES, Ivone Goulart. Asilo Santa Rita de Cuiabá: Releitura da práxis educativa feminina Católica – 1890-1930. Disponível em: <http://WWW.sbhe.org.br/novo/congressos/pdf>.
- MESQUITA, José de. As Necrópoles cuiabanas. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1936.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares, In: *Projeto História*, nº 10, p. 07-28, 12/1993. São Paulo: PUC, 1993.
- PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. São Paulo: Ed. Autêntica, 2002.
- PERARO, Maria Adenir. As Cartas Pastorais e a visão Ultramontana de D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá-MT (1879-1921). *Cuiabá: Revista do IHGMT*, V.61, 2003.
- PEREIRA LEITE, Luiz Philippe. *Bispo do Império*. Cuiabá: Publicação do autor, 1979.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora ( 1890-1924)*. Juiz de Fora: Notas e letras livraria e editores. 2005.

REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed.Unicamp, 2007.

SAMUEL, Raphael. *Teatros de memória*. Projeto História, nº 14, São Paulo: SE, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *Revolta da vacina - Mentis insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.

# OUTRO OLHAR SOBRE A PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA RITA DE CÁSSIA

Luís Carlos Borges dos Santos<sup>1</sup>

Curso: História

Instituição: Faculdade Porto Alegrense.

UF: Rio Grande do Sul

## RESUMO

Este artigo resgata e comenta o significado que a Associação Comunitária Santa Rita de Cássia, situada na Cidade de Porto Alegre-Rs, tem com o núcleo de sociabilidade na Vila Boa Vista, uma vez que esta se coloca como núcleo de sociabilidade e desenvolvimento humano. O texto encontra-se relacionado com a memória e a vivência de Padre Olímpio Rodhem - fundador e vice-diretor da associação e, apresenta algumas considerações relevantes acerca da análise interpretativa em história oral e aborda questões de memória e de patrimônio, bem como, a leitura em que o Padre Olímpio Rodhem faz sobre a Associação como instrumento de conversão social.

**Palavras- chave:** Memória, Patrimônio, História Oral. Periferia.

## ABSTRACT

This article demonstrates and discusses the meaning that the Community Association of Santa Rita, located in the city of Porto Alegre-RS, has with the core of sociality in Vila Boa Vista, since it arises as the core of sociality and human development. The text is related to memory and experience of Padre Olimpio Rodham - founder and deputy director of the association, and presents some considerations about the relevant interpretative analysis in oral history and addresses issues of memory and heritage as well as the reading where Padre Olimpio Rodham makes about the Association as an instrument of social conversion.

**Keywords:** Memory, Heritage, Oral History. Periphery.



## MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UM DESAFIO PARA A HISTÓRIA ORAL

Reconhecida, hoje, sua importância e influência, o processo de renovação historiográfica abriu um novo espaço para a incorporação de fontes não tradicionais nas pesquisas históricas, tais como entrevistas, consideradas dessa forma os depoimentos de um ser humano a outro, neste primeiro momento tecei algumas questões sobre Memória e Patrimônio, para o melhor entendimento acerca da História Oral.

Por volta dos séculos XII e XIII os documentos escritos começaram a substituir o testemunho oral<sup>2</sup>. A crescente valorização da palavra escrita identificou o texto à subjetividade, sendo levantadas questões referentes à validade do testemunho da voz pública e da memória coletiva.

Em história, como nas outras Ciências Humanas, deixamos de ter certezas absolutas, herdadas do positivismo. No caso específico das Ciências Humanas e Sociais, a História Oral está presente para resgatar a memória e *"libertar as angustias"*<sup>3</sup> do seu depoente.

Para confirmar ou recordar a lembrança, a história oral trabalha basicamente com duas correntes que se manifestam: a *"história miúda"* e *"grande história"*<sup>4</sup>. No texto José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), o autor destaca que a história miúda trabalha com aqueles que não ganharam reconhecimento, registro, análise histórica escritas convencionais, logo a grande história tem por base a equiparação que exige o cruzamento documental e os confrontos históricos.

Para o autor a história oral é uma alternativa à história oficial, pois trabalha diretamente com o sujeito. Afirma destacando que a história oral sozinha está mais próxima da micro-história que do macro.

Para Maurice Halbwachs (2006) a memória é destacada como forma de reaver o passado, a autora afirma dizendo que:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstruir toda a sequência de nossos atos

e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembrem de nada de tudo isso. (HALBWACHS, Pag.31)

A memória se desenvolve a partir de laços de convívio tanto familiares quanto escolares, pois o indivíduo que recorda é sujeito de seu tempo, e estabelece ligações para a formação de sua identidade, trabalhar com a história oral é proporcionar uma nova maneira de expor os fatos passados, pois assumem importância maior de revivê-las.

Conforme apontado por ECO<sup>5</sup>, na ânsia de interpretar, pode cometer muitos erros, ainda mais se tentarmos sem conhecimento e cuidados necessários, superestimando elementos acessórios ou desprezando pistas preciosas:

A superestimação da importância das pistas deve-se muitas vezes à tendência a se considerar os elementos mais imediatamente aparentes como significativos, enquanto o próprio fato de serem aparentes deveria permitir-nos reconhecer que são explicáveis em termos muito mais econômicos. (p.58).

Ele ainda questiona, sob qual critério concluímos que uma determinada interpretação textual é um exemplo de superinterpretação, para definir uma má interpretação, é preciso ter uma ideia do que seja uma boa interpretação<sup>6</sup> e sabe-se que essa tarefa confronta-nos com a questão de como um texto pode desafiar a estrutura conceitual com a qual se tenta compreendê-lo, para tanto Ecco destaca a importância das fontes orais como estrutura da coletividade, se objetivando o Patrimônio e a Memória.

De acordo com Maria Célia Paoli (1992) a autora, relata a importância da preservação da Memória, sobre o passado, colocando o indivíduo como construtor de sua história, a autora sustenta a noção do passado vivo, nos respectivos patrimônios históricos, dentro do seu discurso a autora questiona a questão da preservação e construção do passado, como forma de valorizar a história e seu resgate cultural.

A identidade de cada indivíduo está relacionado aos vestígios deixados pela história, uma vez que isso se torna importante na construção do tempo e espaço de cada um, preservar a memória significa resgatar a identidade de um povo.

De acordo com Paoli, o passado representa as origens de um lugar e deve ser mantido e valorizado, dentro dessa dinâmica existe o moderno e a modernidade que indica um modo de pensar a história de forma mais simplória, valer-me-ei de uma citação de Paoli:

Isto aponta claramente para uma sociedade destituída de cidadania, em seu sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos. (p.26.).

Paoli, não critica o moderno, mas sustenta a valorização do patrimônio como forma de identidade e memória, para a autora a modernidade atua como uma constante formação do novo, deixando como ela afirma a história virar o “antigo”. Estudar a história no viés dos vencedores parece muito agradável, uma vez que por traz de uma figura histórica, há os vencidos, e porque não estudar a história nos “**bastidores**”<sup>7</sup>, para Paoli (1992): “silenciar as outras narrativas do acontecimento passado e presentes, essa história se torna oficial”. (p.26)

Porém, estudar passado só pelos heróis é distanciar a história da memória popular, não podemos ser ingênuos em aceitar o passado retratado em um monumento, só pelo fato do heroísmo nele apreendido, temos que ter uma sensibilidade em estudar, os acontecimentos que nortearam este processo histórico, é nesse viés que a autora destaca o resgate cultural que por sua vez norteia a questão da valorização da memória como patrimônio intangível.

De acordo com Paoli reconhecer a cidadania<sup>8</sup> é valorizar-se, pois ela sustenta que a preservação da memória popular, não é recriar um mito, mas sim dar espaço para os estudos voltados ao coletivo, não somente para um fato isolado na história, que é a figura do monumento, segundo a autora é necessário deixar o

patrimônio histórico mais democrático, visando à memória social. Paoli, em sua obra destaca a questão do patrimônio material que por sua faz relação a memória e sua importância.

Entretanto os desafios para os que utilizam desse tipo de fonte são imensos, percebendo-se que uma das lacunas mais importantes a serem preenchidas, é a questão de pertencimento, pois trabalhar com Memória, Patrimônio é valorizar o indivíduo como sujeito histórico e de transformação.

A Memória, na definição geral, é a presença do passado? Le Goff<sup>9</sup> (1994) destaca que a memória é uma construção intelectual que ocasiona de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é simplesmente aquela do sujeito, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social. Certamente Le Goff afirmaria que a memória é o resgate do passado

Entretanto o Patrimônio, tanto material quanto imaterial está intrinsecamente ligado a história oral. Logo, haverá sempre um desafio em romper com os paradigmas da história tradicional<sup>10</sup>, que na ocasião utilizam-se das fontes orais, tanto outros autores já mencionado nesse primeiro momento, destacam os caminhos a serem trabalhados com a história oral.

E é com a valorização da cidadania e a divulgação de uma história baseada nos fatos que marcaram o processo histórico que o historiador traz à luz seu valor simbólico e com isso relacionar as possibilidades de um entendimento da sociedade, oportunizando para as pessoas a compreensão dos fatos diante da realidade social, estimulando a produção de uma memória histórica, onde os sujeitos possam recriar seus espaços sociais.

### ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS

Memórias e vivências, duas características distintas que unidas conjugam o saber. Partindo destas configurações buscarei analisar, na trajetória de vida do Padre Olímpio Rodhem a importância que se faz no cotidiano das famílias assistida pela Associação Comunitária Santa Rita de Cássia, localizada na periferia<sup>11</sup> de Porto Alegre, tomando como norte a entrevista feita a ele. No pri-

meio momento destacarei um pouco sobre a vida religiosa e logo transitarei no cotidiano, que por sua vez faz relação à Associação que é o objeto de estudo desse trabalho.

O interesse da pesquisa oral visa entender o modo como os moradores da Vila Boa Vista, Periferia de Porto Alegre está de modo geral relacionado no contexto da Associação Comunitária Santa Rita de Cássia uma vez que esta coloca-se como núcleo de sociabilidade e desenvolvimento humano.

É necessário, assim, nos voltarmos para as problemáticas locais a fim de entendê-las no contexto social, este trabalho oral tem por objetivo verificar os modos de atuação e os resultados alcançados pela Associação Santa Rita de Cássia. Para fim de desenvolvimento desse artigo objetivei a participação da Associação na vida dos moradores.

A entrevista ocorreu no dia 2 de outubro às 20 horas de 2009, na cidade de Porto Alegre, o local onde foi desenvolvida a entrevista está situado na Cefer 2 na casa paroquial, para tanto foi utilizado uma câmera digital e um gravador. Quando fui entrevista-lo pedi a ele que me fala-se um pouco de sua vida religiosa e sacerdotal.

Que posso comentar já longa existência de 66 anos que aos 13 anos deixei minha cidade de três passos para seguir um grupo de missionário redentorista, estudar em um seminário Carazinho, depois Passo Fundo São Paulo, filosofia também em São Paulo, depois fizemos a faculdade de teologia em São Leopoldo em 1966 junto dos os frades jesuítas ordenando depois em Três Passos, durante a teologia eu fiz também pedagogia orientação educacional e cibernética social e aperfeiçoamento em aconselhamento em pessoa tenha trabalho muito na educação quando que meu pai sendo professor em repetir a linha paterna minha intenção era pregar missões, orientar visitar as comunidade renová-las a partir de dentro das pessoas e do grupo em fim mas se deu o inverso hoje estou na paróquia aqui em Porto Alegre mas já trabalhei na paróquia em Lajes, Belém do Pará, Lontras Santa Catarina, hoje

aqui em Porto Alegre mas nunca deixei de estar ligado ao magistério com os professores fundamos duas vezes uma em Passo Fundo outra em Lages associações do orientadores educacional do planalto na qual foi presidente para fortalecer a ação a equipe do orientadores na qual tão necessário nas escolas de primeiro e segundo grau da nossa região e o Estado todo ajudei também a treinar nossos professores em 1970 1972 quando em tão a nova lei da educação do Brasil fora imposta que tivemos que repassar as novas linhas de teorias dos professores do Rio Grande do Sul, também ajudei a formar uma escola dessa mesma linha em Passo fundo chamado de CACAC (centro artes, ciências, agricultura, cozinha), parte assim de cozinha fui orientador, lecionei na universidade federal de Passo Fundo, também lecionei como professor de teologia em Passo fundo na ESTEF, atualmente estou na paróquia aqui em Porto Alegre. (Padre Olímpio).

De imediato constata-se no Bairro Boa Vista, localidade onde se situa a Associação Santa Rita de Cássia a presença de um aglomerado com especificidades que o constituem em área populacional subnormal. Zona de contraste social num espaço físico homogêneo, os sinais de depredações são marcantes. O terreno é alto e acidentado destruído periodicamente pelas chuvas que ocorrem durante o ano.

Neste momento pergunto ao entrevistado como é a participação dos moradores:

Para trabalhar é preciso ter nervos de aço, além do acesso que é de difícil acesso não temos asfalto, a regiões que temos que ir a pé quando chove a chuva em barro de cima pra baixo é uma desonra para a comunidade já em mil novecentos e noventa e poucos foi aprovados cento e cinquenta mil e nada foi feito, é uma desonra com cento e quinze criança é uma sujeira, mas a associação não tem recursos para fazer preenchemos os buracos com terras (Padre Olímpio).

Não se verifica a menor tentativa de planificações de rua, as habitações são dispostas de maneira aleatória, o que vem a demonstrar a originalidade do aglomerado, procurando atender as necessidades individuais. As casas são construídas a partir da vontade íntima de cada morador, não há indícios de qualquer planejamento prévio visando melhorar o modo de vida das pessoas.

Pelo o que pude averiguar no levantamento da pesquisa, a Associação está localizada no alto do morro, pois segundo padre Olímpio:

Nossa paróquia aqui na Cefer 2 é extremamente um bolsão de pobreza nos já estamos aqui neste chão há trinta anos sempre onde nós estamos arrodoados dessa realidade (...) ali onde esta a Associação, era uma casa de drogas quando foi comprada.

Levando-se em consideração a inexistência de um sistema de infra-estrutura sanitária e da mínima noção de higiene, torna-se habitual, entre os agregados, o despejo de dejetos na superfície do terreno.

Associação sempre esteve de janela aberta para colher jovem e isso causou um impacto na comunidade, pois tinha jovem e família paupérrima um deles não tinha nem banheiro para tomar banho (indignação) depois de muita conversa e foi muito tomar banho na bacia.

Quanto à tipologia habitacional, a predominância recai em casebres de pedaços de madeira, cobertos de zinco. O péssimo material empregado denota a utilização de restos aproveitados de outras construções. Ao perguntar para o Padre Olímpio sobre a organização dos moradores em relação as ambiente em que vive o depoente foi enfático:

Esse é o grande desafio nós temos uma associação comunitária que deveria ser a maior iniciativa local, mas a as pessoas são acomodadas, quando precisa

eles sabem correr la em cima, o acesso é péssimo já poderíamos fazer muita coisa, se associação não tomar a medida o povo fica esperando as vezes eles dizem: mas esse padre não vai começar a obra?e melhorar essa estrada?Como se agente tivéssemos maquinas, tivesse dinheiro para poder asfaltar, mas a organização popular ainda é muito frágil, faz dez anos que estamos lá e a população espera por nós, eles sabem que estamos lá para assisti-los, mas durante esse tempo eles poderiam retribuir isso, para si mesmos. Para jogar na área de lazer eles se organizam, mas para pegar em uma enxada para limpar as ruas eles não vão ainda esta demorando essa concepção de solidariedade, e de saber que aquilo é nosso e é preciso preservar.

Os problemas de saúde mais freqüente nas crianças são: disenteria, infecções cutâneas e verminoses, recorrem à assistência médica do bairro Boa Vista. Há uma forte ajuda da Associação sendo a figura de Padre Olímpio bastante exaltado e querido:

Ainda há muita droga hoje esta institucionalizada, hoje é empresa não me adianta pegar o jovem de lá e por na cadeia tem que pegar os chefões (exaltado) temos que ir as causas que mantém e impõe esse ritmo, então hoje está minado, mas a creche nossa associação mantém um dialogo com as famílias com os jovens, na formação com o encaminhamento, para a saúde para o tratamento, temos cursos de artesanato, temos espaço para a comunidade para o lazer, mesmo que não ajudem porque trabalham mas temos esse espaço, temos programas de aconselhamento, nas quintas-feiras temos o dia do conto,com conversas de alto estima com entrosamento de família tem - se feito bastante coisa para a comunidade e sobre tudo com jovem que saem de casa e meninas que estão grávidas, enfim se faz bastante coisa.

Os aglomerados pelo próprio fluxo de relações sociais causam um excesso de intimidade proporcionado, fatores de comodi-

dades deixando as responsabilidades para Associação. O desemprego masculino, aumentando o índice da presença do homem no lar, também ocasiona discussões periódicas, provenientes da própria tensão social. Segundo Olímpio a ansiedade em conseguir um biscate para solucionar a sobrevivência do dia parece angustiar-te, tanto que fica claro no discurso:

Normalmente eles vêm até nós, temos assistente social, que encaminha para as necessidades recorrentes, até porque quase todos são de casa de passagem e também não tem emprego e precisam de comida e vão até nós, tem mães que vão comer lá com seus filhos porque não tem em casa, (...) não podemos deixar essa pessoas sem comer. (Olímpio).

O número de crianças assistidas é considerável. A diferenciação de sexos não se faz sentir, em relação ao trabalho doméstico há crianças a partir de 6 anos que lavam roupa, passa a ferro e varre a casa, o retrato social no qual a figura da criança ocupa a principal problemática educacional está associado a atitudes inconscientes da realidade grupal.

A pobreza, por sua vez, significa a situação, em que se encontram os membros de uma coletividade que não tem acesso aos recursos aceitáveis para viver dignamente, ou que não tem condições mínimas para suprir as necessidades básicas, a exclusão social, portanto, ultrapassa a esfera da situação do indivíduo, ampliando-se na conformação e estruturação dos arredores em áreas segregadas que abrigam a periferia. Neste caso o trabalho infantil é exemplar no sentido de mostrar a inclusão prematura no mercado de trabalho, para tanto a Associação Santa Rita de Cássia proporciona um lugar de formação para os jovens e práticas de lazer para as crianças:

A associação então atualmente coloca-se em duas linhas uma atendendo cento e quinze crianças e adolescentes, com praticas, com lazer, com formação, com encaminhamento, com atendimento de psicologia, com os pais, nas a parte de alto estima, na integração social. A outra dimensão é mais profissionaliza-

dora, então a parte de visita de conhecimento de necessidade de chamamento par fazerem cursos, e fazendo o curso a noção que fazem parte da comunidade, se integrar então o que eles ganham fazendo um curso gratuito imagina (felicidade) de padeiro agora vem um curso de informática, que sai fortuna que outros pagam, que essa co-responsabilidade social mas falta voluntário nós teríamos precisão de muitas pessoas para fazerem parte dessa transformação, é porque não temos cotas não temos renda mensal para isso (pensamento), talvez nós poderíamos criar um dizimo social por causa da pobreza para essa finalidade, mas por enquanto não temos nada disso (Padre Olímpio).

Os níveis de religiosidade se definem claros explícitos e quase sempre invocados pelos membros do Bairro Boa Vista. A instabilidade do existir condiciona momentos de reflexão, que por sua se faz presente na Associação um núcleo redentorista sobre a orientação do Padre Olímpio:

A nossa congregação redentorista é uma congregação fundada em 1732 ela tem por experiência a vida comunitária então não existe um redentorista sozinho salvo alguma exceção ou já antecipando uma futura comunidade sempre estamos em três, por que a própria comunidade é um estilo de vida que pode ser apreciada pelo publico pelo povo como um jeito de se viver como cristão, então a nossa congregação vive em grupo assim ele pretende levar a boa nova em termos de pregação nos não somo uma congregação para cuidar de crianças de idosos de doentes de faculdades escola não nos somos existencialmente com uma opção pelos pequenos pelos pobres pela exclusão e as grande necessidade de igreja,e ai nos trabalhamos reparamos com suficiente liderança autonomia e entregamos para a diocese e partimos para outra comunidade que começa a zero então nossa comunidade nossa existência ela é em função dessa missão

pregar a palavra de Deus e fazer uma revisão profunda nas paróquias que estão a caminho, sempre pregamos missões populares

O que posso concluir neste trabalho desenvolvido na história de vivência e memória de Padre Olímpio é a importância que ele coloca nas famílias assistidas pela associação, pois se acredita no indivíduo como sujeito de transformação.

Com base nos registros de história oral fica evidente que essa ferramenta se faz necessário para a história, uma vez que trabalha diretamente com o cotidiano e mostra-nos a importância de resgatar a memória. Tanto a sociologia quanto a história, elas se aproximam da realidade concreta, a investigação que leva uma análise das classes sociais ao contexto social da memória.

Trabalhar com história oral proporcionou-me um melhor entendimento na questão do cotidiano, pois se tornou mais visível a história social. Trabalhar com os "pequenos" é demonstrar que é possível resgatar a história dos indivíduos que estão "esquecidos" na grande massa.

Valho-me de uma frase de Padre Olímpio, "Ir às causas"<sup>12</sup>, o que se propõe a dizer o que em geral não é dito. O trabalho oral é o resgate do escondido, do oculto, procura-se tornar claras, sem deixar de ir às raízes dos problemas, a intenção em usar a oralidade é explicar e compreender como as questões que norteiam o cotidiano funcionam.

Em nenhum momento pretendo concluir, pois concluir é uma forma de terminar, estou certo que o homem quanto sujeito histórico se desenvolve e se modifica, porém nunca finda, chego à elaboração dessas considerações finais sem pretensão de elaborar um final, pois acredito que resgatar as memórias é "Ir às causas", pois é um modo expor e divulgar os trabalhos que são feitos nas comunidades e qual não são vistas na grande metrópole, ainda que essa consciência não adquira dimensões resta-me acreditar há pessoas que trabalham para amenizar um pouco a fome e a pobreza existente nas periferias de Porto Alegre.

## NOTAS

- 1 Estudante de História, cursando o 7º semestre. Pela Faculdade Porto Alegre-FAPA - Borges\_simioni@ig.com.br
- 2 Olson, 1997
- 3 Grifo meu
- 4 Grifos Meu
- 5 ECCO, 1993: 58
- 6 ECCO, 1993:61
- 7 Grifo meu
- 8 De acordo com Milton Santos: "Cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura [...] é por isso que o sujeito não é imutável, está sujeito a retrocesso e avanço, os homens pela sua própria essência, buscam a liberdade. Não a procuram com a mesma determinação porque o seu grau de entendimento do mundo não é o mesmo[...]" (Santos, Milton, 2007.p.20)
- 9 LE GOFF, Jacques. "Memória". In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- 10 Quando me refiro em romper com a História Tradicional é fazer valer os pensamentos de Lucien Febvre, quando o mesmo destaca na obra "*combates pela história*", onde diz que o homem é um fazedor de história e tem um papel de agente transformador, ressaltar um elo de ligação entre o personagem e o seu contexto penso que essas idéias vão ao encontro com trabalho desenvolvido.
- 11 A questão da Periferia não é somente estudada na área da geografia, mas também por sociólogos, historiadores e antropólogos. Para Almeida: "A organização espacial de uma cidade é o resultado da forma diferenciada com que os agentes apropriam-se do espaço urbano, o que a torna fragmentada tanto em função dos usos do solo como também em relações às classes sociais".(Almeida, 1996, p.31)
- 12 "Ir às causas" para Padre Olímpio significa trabalhar com os pequenos, atuar de forma consistente direto ao problema. Penso que essa frase norteia realmente o cotidiano do missionário.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECCO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993

FEBVRE, Lucién. *Combates pela História*. Lisboa: Editora Presença, 1985.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*; tradução de Beatriz Sidou.-São Paulo: Centauro, 2006

MEIHY, José Carlos. *Manual de Historia Oral*.. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

OLSON, David e TORRANCE, Nancy (org.). *Cultura escrita e oralidade*. 2 Ed.: Ática, 1997

PAOLI, Maria Célia. *“Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado”*. In: *O direito à memória*. São Paulo, 1992

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. - 7. Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.



# POR UMA PRÁXIS DA MEMÓRIA

## A dimensão histórico-social da educação em museus

Simone Ribeiro Nolasco<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho foi-se delineando ao longo de nossa trajetória docente e é resultado da nossa aproximação com a temática do Patrimônio, do diálogo com acervos da memória presentes nos espaços museais e a coordenação de um Projeto de Pesquisa e Extensão, *Educação patrimonial - Memórias, museus e identidades sociais*, que contou com a participação de professores da rede pública, técnicos de museus e acadêmicos de licenciaturas. Não se trata da indicativa de procedimentos metodológicos na área, mas certa tentativa de aprofundamento e análise de categorias teóricas que possam mediar e dar suporte a uma apropriação do patrimônio por parte dos educadores. Tanto órgãos da educação quanto os próprios museus (que se compreendem hoje enquanto cenário no qual se desenvolve relação específica entre homem/ sujeito e objetos/bens culturais), devem aí assumir a responsabilidade de oportunizar aos indivíduos explorar ativamente e criticamente os acervos e contribuir para que se aplique a dialeticidade e a criticidade rumo a uma autonomia emancipatória e desmascaramento das situações de opressão social. Pensamos aqui em uma *Práxis da Memória* entendida como reflexão e ação no campo da História dos Objetos e tendo como suporte a Pedagogia da Pergunta freiriana bem como as Narrativas Históricas e Ilustradas da memória. Aproximamo-nos das representações que estes sujeitos (participantes do projeto) trazem sobre as noções de História, Memória e Museus e, a partir delas, apontamos referenciais para atuação pedagógica junto aos museus.

**Palavras - chave:** História – Educação – Museus

### ABSTRACT

This work has been delineated along our teaching career path and due to our approach in the course with the theme of the Heritage, of the dialogue with collections of the memory present in the museum spaces and the coordination of a Research and Extension Project, *Heritage Education - Memories, museums and social identities*, counting on the participation of public schools teachers, museum technicians and licensure academics. It is not a

matter of indicating methodological procedures in the area, but a more in-depth attempt and analysis of theoretical categories which can mediate and give support to an appropriation of the heritage by the educators. Educational organs as well as the museums themselves (that are today, as scenery in which specific relationship among man / subject with cultural objects/goods), there they should take the responsibility to make the individuals explore actively and critically the collections and contribute so that the dialecticity and the criticality are applied towards an emancipating and unmasking autonomy of the social oppression situations. Here we thought about a Praxis of the Memory understood as reflection and action in the field of the History of the Objects and having as support Freire's question's Pedagogy as well as the historical and illustrated narratives of memory. We got closer to the representations that these subjects (participants of the project) bring about the notions of History, memory and museums and starting from them, we pointed references for the pedagogical performance together with the museums.

**Key words:** History – Education - Museums

## 1. MEMÓRIA, IDENTIDADE SOCIAL E HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR EM MUSEUS

**E**ste trabalho foi-se delineando ao longo de nossa trajetória docente à medida de uma aproximação neste percurso com a temática do Patrimônio, do diálogo com acervos da memória (presentes nos espaços museais) e a coordenação de um Projeto de Pesquisa e Extensão em Educação Patrimonial, *Memórias, Museus e Identidades sociais*.

O projeto contou com a participação de professores da rede pública, técnicos de museus e acadêmicos de licenciaturas, tendo sido pensado a partir do atual desafio de educadores (de escolas e museus) enquanto agentes culturais chamados a atuar como produtores de conhecimento nestes espaços de educação

não-formal, os museus, e sua tarefa de refletir e planejar as bases de uma educação para o patrimônio<sup>2</sup>.

Percebemos, por um lado, que uma grande parte de profissionais de todas as áreas das Ciências, atrelada ainda a uma visão de didática tradicional, se utiliza dos museus e dos bens patrimoniais apenas para ilustrar seus conteúdos e atender às demandas da escola, promovendo visitas com pouco sentido e sem conseguirem se apropriar das especificidades desta área em que educação e cultura se imbricam. Perceptível é, neste sentido, a lacuna verificada na formação de professores de práticas de educação não-formal e que se apresenta como uma nova pauta de discussões nas licenciaturas. Por outro lado, a premente demanda no desenvolvimento da face educativa da Museologia pensada enquanto ações museológicas como meio de desenvolvimento social e exercício de cidadania.

Este texto parte, pois, de uma tentativa de reflexão e análise sobre categorias conceituais e práticas que possam contribuir, mediar e facilitar o trabalho educativo junto aos museus e uma pretensa apropriação do patrimônio por parte dos educadores. Trata-se de um diálogo transversal entre diferentes áreas ligadas ao Patrimônio como História, Arte, Museologia e Pedagogia.

O que se propõe nesta aproximação entre escolas, educadores e museus é uma ação cultural com vistas à autonomia, sob a ótica da identificação e desmascaramento de mecanismos opressivos e de padrões de cultura importados, vindos “de fora” rumo a reflexões para sua superação. Acreditamos que a educação cultural (alfabetização cultural segundo Freire) amplia a consciência público-social já que a cultura, parâmetro fundamentalmente dialético, implica em conhecer e transcender, analisar manifestações e projetar utopias.

### 1.

Visto que a educação se alimenta da memória, do patrimônio e da tradição (herança cultural) que lhes dá significância e é base da produção de saberes, a necessidade de as instituições de ensino (universidades e escolas) e seus sujeitos se debruçarem com

maior atenção sobre estas categorias, decodificando-as, reconstruindo-as, tomando-as como suporte no desenvolvimento de competências, propulsoras, que podem ser de intercâmbio entre culturas e sujeitos plurais na redefinição de identidades sociais coletivas que garantam a cidadania.

É a partir da tradição que herdamos que a ciência, a literatura, o conhecimento acumulado, a arte, a tecnologia, os fenômenos, os erros e acertos, o saber fazer são gerados pelo movimento do homem em sua tentativa de dominar e melhorar seu meio, reflexiva e continuamente.

Embora reconheçamos como lendária a aproximação e analogia entre os museus e as musas gregas, partimos desta apropriação etimológica que nos facilita as relações com a Memória. A palavra museu, nestes termos, origina-se do termo *musa*.

Segundo a tradição mitológica, as musas gregas possuíam o poder da memória e da não-memória. A mãe das musas, Mnemosyne, resgata registros esquecidos e os revela às filhas que, por sua vez, os revela aos homens poetas mais atentos aos sinais dos deuses. Trata-se de registros e memórias seletivas, objetos de conhecimento, de verdades, que gera esquecimento do mal e do sofrimento e inspira os prazeres das Ciências e das Artes<sup>3</sup>.

Embora este legado da cultura grega se situe, hoje no campo de tradições já esquecidas, aproximamo-nos aqui da categoria *memória* que na década de 20, com a Escola dos Annales, é retomada dialeticamente, mas sob novo prisma; uma memória que envolve lembranças e esquecimentos e que é objeto de conhecimento<sup>4</sup>.

Suporte fundamental para a definição de laços de identidade dos sujeitos coletivos, a memória veio sendo utilizada historicamente pelas classes privilegiadas socialmente para perpetuar a ideologia de dominação social; ela aparece nos museus, celebrando e valorizando uma história oficial de nação, segundo visão positivista de evolução linear da humanidade; memórias de determinados fatos, de determinados heróis e determinados valores que se queria enaltecer, seguindo um ideal de aperfeiçoamento social e tendo como padrão social mitos, hegemonias e o senso comum. A

memória e a própria visão de História apresentadas pelos Annales e pela *Nova História*, entretanto assume outras feições: a de rupturas e descontinuidades, de processos de seleção e descarte, de escolhas e rejeições, de múltiplas temporalidades e espacialidades.

O que vimos a partir desta herança positivista é uma grande parcela de museus na atualidade, pouco visitados pela maioria da população que ali não se reconhece e que se sente fora de seu *habita*, fora de sua história, de sua língua, de seu passado e presente; olhares perdidos e, por vezes, amedrontados frente à arquitetura imponente e às lendas do “não tocar”.

Precisamos nos apropriar enquanto educadores sociais da noção de memória como suporte para se trabalhar e compreender as questões da cidadania, de uma estética e ética universais, como campo instrumental de produção de saberes. Não aquela *memória unificada*, forjada, que se quer nacional e irreconhecível pela maioria dos grupos sociais, mas uma *memória plural*, construtivista, que implica recordações, mas reconhece e questiona os esquecimentos, desmitificando o processo de seleção e descarte da História “oficial”. Aprofundaremos sobre esta noção mais adiante.

Algumas questões se nos fazem prementes: Enquanto educadores, como podemos desenvolver trabalhos na área do patrimônio, sem que nos percebamos como produtores de memórias, agentes culturais ativos, mas meros observadores dos fenômenos sociais? Se nos acreditamos incapazes de promover mudanças? Indivíduos à margem de uma atuação decisiva nos processos sociais e de construção de mentalidades? Não podemos nos furtar a estas questões de ordem histórica já que a educação é processo político.

Essencial no processo de autonomia do professor, a superação de uma visão ingênua de sua posição no processo social e o reconhecimento das heteronímias denunciadas por Freire (1996) e a que tantas vezes e inadvertidamente marcam nossas práticas; entre elas, o processo de autoritarismo/opressão, a alienação, a invasão cultural, o antidialogismo, o individualismo gerado pela concepção bancária da educação. Referimo-nos aqui à alienação enquanto visão fatalista de futuro, aquele futuro e aquela História fora do indivíduo, inexorável, imutável, como repetição do

passado e a incapacidade do sujeito de produzi-la, alterá-la, mas adaptar-se a ela. Precisamos nos indagar: somos capazes de alterar e reconstruir a nossa história e de nossa comunidade? Como?

De que forma trabalhar a autonomia cognitiva e cultural dos alunos, se ainda estamos atrelados a condicionamentos e a uma perspectiva individualista e fatalista, se nos achamos incapazes de gerar mudanças sociais no processo educativo? A ação cultural junto aos museus é aqui pensada na perspectiva freireana, como exercício de prática de liberdade, de tomada de consciência dos fenômenos de sujeição cultural como a alienação e a massificação. Mas como trabalhar essa liberdade crítica e criativa se, enquanto educadores, não percebemos nossas práticas mergulhadas e condicionadas a uma ética colonialista e neoliberal autoritárias que dita padrões de pensamento, valores e comportamento?

## 2.

A relevância de se trabalhar o patrimônio atrelado à noção de *Identidade Social* se dá à medida de uma compreensão e consciência de identidade social que se forja no desmascaramento das heteronomias sociais (sujeição)<sup>5</sup>, geradas pelos aparelhos ideológicos do Estado (entre eles a escola, o sistema político e cultural) e que promovem a legitimação do sistema de dominação simbólica, controlam o acesso aos bens culturais, decretando a desvalorização e a inferioridade do saber da população.

Nesta direção, observamos em universidades, instituições escolares e nos livros didáticos a seleção de disciplinas, de temas e currículos, considerados "mais importantes" na perpetuação do aparato social dominante que busca uma homogeneização identitária nacional, o que ocasiona morte de identidades e memórias plurais dos diferentes grupos. Resta-nos indagar: que conteúdos trabalhamos, quais abordagens e discursos nos apropriamos ao trazer estes temas para a sala de aula? Perceptível um despreparo de grande número de educadores que, embora tendo acabado de sair das universidades, ainda se vêem atrelados em suas práticas a uma visão tradicional de cultura, história e patrimônio, com difi-

culdade de perceberem-se como indivíduos condicionados pelo meio, embora não determinados.

A atual crise de identidade dos grupos sociais reflete, por parte dos oprimidos, a adoção de padrões e valores do outro (do opressor), na falta de sentido, na perda de horizontes, na homogeneização de pensamentos, de desejos, perdendo a noção do afeto, de uma ética social e de valorização de suas tradições. Os alunos reproduzem mimeticamente o que vêem e o que ouvem, se sentindo impotentes e incapazes de agir enquanto protagonistas de mudanças e se envergonhando muitas vezes das manifestações culturais de seu grupo, aproximando a sociedade de uma vertiginosa alienação coletiva<sup>6</sup>. Segundo HOBBSBAWN (1995:13-70).

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.

Como trabalhar a identidade social dos sujeitos se se têm perdido os laços de pertencimento, sem se resgatar a memória coletiva histórica atrelada às memórias individuais? A ética de mercado que estimula um padrão comum de estetização da vida faz desaparecer o sentimento de pertença a um grupo de passado comum, ancorando-se numa memória partilhada. Grupos e indivíduos são aí despojados da memória coletiva. Como educadores, temos realizado um trabalho de reconhecimento e valorização das memórias individuais e dos grupos? Como resgatá-las sem nos apropriarmos de seu universo de produção e sem as conhecermos?

## 3.

A formação dos *Museus de Historia Natural* e dos *Museus Históricos Nacionais* no interior das instâncias revolucionárias da Revolução Francesa - período em que a noção de museus como

conhecemos hoje se consubstancia - assumiu uma função civilizatória, a serviço da instrução pública, numa perspectiva instrumental, cartesiana, de formação de uma identidade nacional, de uma história e de uma memória hegemônica sob o prisma dos grandes acontecimentos do passado, dos grupos vencedores, numa perspectiva política ideológica de dominação.

Vimos que a Nova História, com os *Annales*, entretanto, propõe um alargamento da própria *noção de História* para além da dimensão política, mas levando-se em consideração todas as atividades que envolvem o homem; uma "história vista por baixo", segundo Burke (1997), busca resgatar acontecimentos e memórias de indivíduos ditos comuns, a participação e contribuição dos setores sociais excluídos desta história oficial. Aí a contribuição da micro-história, da História cultural, História Social e das mentalidades, História da Religião, História do Cotidiano e, um termo recente entre historiadores: uma História dos objetos, segundo Ramos (2004), tem como bases para a ação pedagógica nos museus e de uma educação mais comprometida com a pluralidade, a multiculturalidade e o dialogismo.

A História dos objetos, como veremos adiante, funda-se em processos de observação e pesquisas que não se esgotam na descrição e análise do acervo e do patrimônio, mas na interpretação da realidade a partir destas fontes materiais da cultura.

Os museus hoje, com base na Nova Museologia e comprometidos com esta rede epistêmica de uma nova Historiografia e uma Pedagogia Histórico-crítica, buscam assumir contornos de uma noção de História e memória mais democrática e plural, assumindo o desafio de passarem a ser cenários de uma abordagem construtivista de conhecimento a partir de ações de pesquisa e comunicação com o público. O museu, reconhecidamente ambiente de disputas simbólicas, investe-se, nesta perspectiva, do papel de agente social capaz de dialogar e produzir saberes a partir de suas exposições e acervos do passado e do presente, passando a ser espelho de uma sociedade que ali se reconhece e se afirma enquanto dona de sua História.

#### 4.

Lançamos aqui resultados preliminares<sup>7</sup> obtidos na análise das falas dos participantes do Projeto de Educação Patrimonial e da pesquisa de campo por eles realizada. A partir destes discursos, tornaram-se claro as representações que o grupo de professores, alunos de licenciatura e agentes de museus trazem destas três categorias: História, Memória e Museus. As marcas discursivas presentes nas respostas revelam as visões/versões que possuem sobre estas noções e através das quais constituem suas práticas.

A representação que 97% dos atores pesquisados têm da História é aquela atrelada ao positivismo, à história dos fatos, dos grandes momentos sociais e políticos do passado, ligada a objetos, relatos, construções antigas e momentos que têm "mais valor e que são mais importantes" na trajetória histórica da população e da nação, e que são "as bases para o futuro e para a evolução". Nota-se aí a introjeção heteronômica e condicionada da noção tradicional de História. Apenas 3% dos participantes antevêm a História como ligada a um processo dinâmico e em formação, de construção de identidades, formadora de ideologias e senso comum, como "maneira de explicar o universo social". Percebe-se que a visão dessa minoria dos participantes tem bases num distanciamento e consciência crítica do sistema de inclusão e exclusão próprio do discurso historiográfico visto numa perspectiva dialética.

A História, como sabemos, é o foco central na atuação com os museus e o trabalho com o patrimônio, entretanto, salientamos que, para um processo educativo que se queira emancipador, o que está em jogo é a própria *noção de História* trazida por estes educadores, como algo fechado, dado, imóvel e não como um processo em construção. Como trabalhar pedagogicamente e de maneira libertadora, essa categoria é vista sob uma ótica de heteronomia (sujeição), pelo ângulo do opressor?

Uma visão de memória, por sua vez, trazida por 88% dos educadores se aproxima muito da própria noção de História. Indicam-na como registro oral e escrito, lembranças antigas de fatos, eventos marcantes para um povo, um Estado. Memórias "que nos servem de lição", "lugares que guardamos e dos quais preservamos

lembranças". Apenas 12% do grupo lançam um olhar para a memória como um campo de sentidos temporais construído entre passado e presente, como algo "que pode ser alterado", como repertório de informações que "nos cabe analisar e contextualizar". Em nenhuma das falas, no entanto, houve quaisquer indicações da memória enquanto mecanismo de seleção e descarte.

A partir de Halbwachs (1990), vimos ampliar a percepção do caráter social da memória enquanto "campos de significados", e a compreensão da dimensão do pertencimento e dos laços sociais afetivos geradores dessas representações significativas ao grupo. Essa memória coletiva tem como base a tradição e as experiências históricas reconhecidas pelo grupo, histórica e socialmente condicionada.

Para Nora (1993), a memória se concretiza no objeto, na imagem, no espaço, no gesto, no signo, enquanto a História se fundamenta nas evoluções, nas relações, na relatividade dialética. O autor propõe uma visão historicizada da memória que, nesta acepção, embora seja produto gerado e representado no passado, se constitui e se reconstrói no presente, a partir do que conhecemos, do que vivemos, das redes de relações que mantemos com os outros e com o mundo. Alerta-nos ainda para a morte e desaparecimento das memórias grupais e de espaços de memória como os museus que teriam papel fundante na produção de conhecimentos, ao se assumirem como propulsores de uma ação cultural para a autonomia, a favor da construção de uma memória plural, local, constituída de confrontos e diálogos entre as memórias ditas e as silenciadas.

Retomando o olhar para nossa prática, outras questões se desvelam: Que representações de memória e de História carregamos? Conhecemos e valorizamos a cultura de nosso grupo tanto quanto a história da elite dominante? Que práticas, representações e papéis sociais são esses que os meios de comunicação e os aparelhos ideológicos (escola, família, religião, política) divulgam e estimulam? O diálogo, o questionamento, a força do grupo ou o silêncio e o individualismo? Através de que ótica olhamos para o mundo, para os objetos, para nossas práticas de ensino-

aprendizagem e para nós mesmos? Adequamos o mundo às nossas reais necessidades ou somos moldados (processo de coisificação) pelo objeto, pelo desejo pré-fabricado? Somos sujeitos ou nos sujeitamos?

A partir da atual globalização, a consciência de que podemos nos identificar e nos aproximar de signos, experiências, valores de outras épocas e de outros grupos sociais, à medida que essas representações se legitimam em nosso campo de experiências, ou seja, no contato com figuras, histórias, fatos, mitos que se fazem conhecidos, mediatizados e construídos em nosso imaginário social; é o contato com estórias ouvidas na infância, são as experiências pessoais que a mídia televisiva e cinematográfica se nos apresenta, são as imagens reproduzidas nos livros, nas escolas, na família. E o desafio da educação hoje tem papel emancipador do homem, libertando-o dos mitos de inferioridade de seu saber, da superioridade do valor do outro.

Freire em suas obras propõe aos educadores a redescoberta, o desmascaramento do mundo a partir de uma tomada de consciência de seu papel e a necessidade de estes se libertarem do véu ideológico e opressivo e passar a pensar por si (noção de autonomia). E nos dispomos, no atual campo de forças sociais, a olhar para a memória, para a História e o imaginário como campos de produção, circulação e consumo, de sentidos e valores, de ordem ideológica e menos inocente, se se queremos investir na atuação patrimonial, um caráter de ação cultural para a liberdade.

As posições enunciativas dos participantes nos deram pistas para compreendermos como a categoria museu é vista por 92% do grupo. O museu é tido como espaço de guarda, de preservação, socialização de objetos do passado a representarem e evocarem o pretérito; lugar de expressões culturais "de valor", de arte, da cidade, que resume "a história de toda uma verdade", repositório de saberes, lugar para "viajar no tempo". Apenas 8% disseram perceber o museu como "lugar que afirma a história", onde se deve "desvendar o obsoleto", onde a sociedade futura "pode se recriar."

Vimos em Le Goff (1990) a memória coletiva posta em jogo

na luta pelo poder. Os museus, se constituem, nessa perspectiva, em “senhores da memória e do esquecimento”, espaço do inaudível. O papel das categorias memória e História no processo educativo junto aos museus, assume, nesta vertente, a função de recuperar as memórias subterrâneas dos marginalizados na História, de nos por a refletí-las com os alunos.

O espaço do museu ganha sentido social ao se perceber alavancador deste processo de análise dialética entre passado e presente, à medida que instaura e restabelece ações de comunicação com representações, produções, saberes e ações das minorias ali ausentes visualmente. Estas culturas silenciadas devem se fazer presentes no diálogo, nas relações que se estabelece com os objetos, para que haja um entendimento do ontem e, principalmente, para que se projete uma nova identidade social plural a que passamos a reconhecer, a valorizar e preservar. Os conceitos de memória e a recuperação da tradição são decisivos para o processo de libertação ou servidão dos homens.

E nos perguntamos: Como podemos estabelecer estratégias de comunicação e educação realmente eficazes no processo pedagógico-museológico? Os educandos são levados a refletir, a se expressar e a interagir nesse processo, mas como? São provocados em nível cognoscitivo, emocional e imagético? O Projeto educativo adotado pela escola e pelo museu estimula uma visão parcial ou imparcial das memórias ali representadas e dos grupos sociais que, embora não presentes visualmente, fizeram parte do processo histórico-social que ali é retratado? Somos levados a práticas excludentes ou inclusivas de reflexão e posicionamento?

Nessa direção, novas propostas de inclusão social, via museus, segundo as bases de uma Nova Museologia mais ligada à visão de memória como processo ativo e forjado no presente, vem redefinindo os espaços museais como formadores e transformadores da sociedade. Os museus vêm se comprometendo, na atualidade, a serem instrumentos problematizadores da História, a mediar processos efetivos de ensinagem<sup>8</sup>, através das representações e informações que comunicam os objetos do acervo. Reiteramos, entretanto, a incapacidade de nos apropriarmos, de entendermos e traba-

lharmos com as diferentes culturas e identidades e com a própria noção de História, se nos guiarmos apenas pela contemplação dos fragmentos e representações do passado, se não ampliarmos nosso capital cultural.

A provocação primeira que nos é posta como mediadores é em descobrir que representações de mundo nos move, que compreensão trazemos destes vestígios da memória. Urgente o desenvolvimento de competências em utilizar o método dialético, crítico, investigativo a mediar e descobrir não apenas a linguagem plástica e estética dos objetos e coleções, mas também as tramas do poder simbólico/ideológico por trás de sua produção e existência, suas relações com as problemáticas sociais do passado e suas conexões com o nosso cotidiano.

Importante atentar os cuidados de não desqualificarmos e desprestigiarmos como inverdades as experiências, as versões e memórias trazidas pela História Política e instauradas pela História Oficial, seguindo os rumos estreitos de um domínio *presenteísta* de valorização única de explicações do presente na História; nesta perspectiva correríamos o risco de perder a visão dialética da História e a incorrência de uma leitura rasa da *Nova História*.

## 2. A AUTONOMIA PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES

A atividade da ação educativa é uma das mais complexas na teia de segmentos profissionais na atualidade. Isso se dá à medida da exigência de ter o professor um amplo domínio de conhecimentos pertinentes às ciências da educação, à dimensão de seu papel de formador político-ideológico (de consciência pessoal e de classe) e ao domínio de saberes curriculares e práticas pedagógicas que dêem conta do novo modelo construtivista, para que assim possa haver um mínimo de clareza teórica em sua atuação.

Sem esse cenário, acreditamos não ser possível constituir uma identidade teórica ou prática do educador, que enfrenta atualmente uma crise de identidade profissional a partir mesmo dos cursos superiores que se vêem diante de uma crise de parâmetros

curriculares e das próprias práticas de ensino-aprendizagem que se mostram fragilizadas pela insuficiência desta compreensão epistemológica do papel social deste profissional.

A noção de autonomia segundo Freire (1996), em oposição à heteronomia, é a condição sócio-histórica de uma pessoa que se conscientiza, se liberta, se emancipa das sujeições que restringem e anulam sua liberdade de escolha. Essa autonomia só é possível através da Práxis, que é reflexão, busca de conhecimento e simultaneamente ação de luta para se libertar destes mecanismos. A Práxis é a prática social libertadora, é a consciência do oprimido, superando a visão fatalista, mítica do mundo e da autodesvalia (sensação de incapacidade, de desvalorização de si).

## 2.1. Novos paradigmas educacionais

Perceptivamente, os programas educativos sérios desenvolvidos em museus, escolas e universidades só o são à medida que assumem opções teóricas e políticas rumo à compreensão dos discursos e problemáticas sociais que estão por traz dos conteúdos e métodos que os norteiam e amparados na educação comprometida com projeções no futuro.

Segundo Freire, a *politicidade* e *historicidade* na educação envolve o trabalhar-se os sonhos, as utopias, os objetivos de vida e o desatrelar-se a tudo que restrinja os ideais de liberdade/autonomia. Trata-se de um exercício que permeia todo processo de ensinagem, criando uma criticidade e criatividade epistemológica, que somente um educador bem consciente poderá apoiar-se.

O modelo funcionalista, behaviorista de estímulo e resposta, de condicionamentos, memorização e repetição, além de não ser capaz de explicar a realidade, acaba gerando a reprodução do sistema e impedindo o desenvolvimento de uma consciência crítica. Vale lembrar que é graças a este modelo pedagógico tradicional tecnicista que as disciplinas foram historicamente compartimentadas, fragmentadas, com fins em si mesmas, e os aspectos científicos investigativos, sociais e históricos se ausentaram do ensino.

Os atuais paradigmas<sup>9</sup> da educação para todas as áreas

do conhecimento apontam-nos a necessidade fundamental, como visto de uma noção histórica e política de educação que supõe uma teoria crítica de sociedade, que implica em reflexão capaz de explicar o processo de produção e reprodução ideológica social. Esta politicidade ou historicidade do novo modelo histórico-crítico pedagógico implica o olhar mais questionador e reflexivo do professor para a realidade<sup>10</sup>.

A Pedagogia da Autonomia segundo Freire (1996) se apoia, portanto em um modelo de ensino-aprendizagem com base nestes novos paradigmas educacionais; entre eles, o modelo dialético, a postura científica, a metodologia dialógica e a ação criativa da práxis, com vistas a uma competência autônoma por parte do educador e do educando. Esta autonomia dos sujeitos implica na tomada de consciência das heteronomias (opressões) e sua superação.

O *processo dialético* e a *postura científica* supõem um processo de ensinagem alicerçado na vida do educando, na sua prática profissional, nas suas relações sociais, na parceria com os colegas, integrando-se o sujeito ao objeto/tema de estudo e na ação investigativa desse contexto sócio-histórico de interdependência. Na lógica dialética o aluno, após analisar e compreender a lógica social do objeto de estudo, a explicita verbalmente (por oral ou escrito), já que o saber se submete à linguagem. Vale lembrar que é a ação de pesquisa e postura científica que consubstancia o caráter educativo no museu.

Nesse processo dialético de produção de conhecimento, o sujeito expõe sua visão inicial do objeto de estudo e parte para uma análise sistemática e intencional, reconstruindo seu saber inicial; alcança nesse processo uma síntese, que também é condição provisória do saber e, que a seu tempo, será redimensionada para novos movimentos de aproximação com este objeto e suas relações. Nesta direção, o exercício de processos mentais se ligam ao pensamento complexo de observação, comparação, julgamento, tomada de decisão, conclusão, crítica, interpretação, busca de suposições e hipóteses, planejamento e elaboração de planos de ações em favor da comunidade.

A formação de uma autonomia do educador subentende

ainda uma *noção de competência* a partir da apropriação de uma postura investigativa, interdisciplinar entre várias áreas do conhecimento que interagem e se relacionam com os objetos de estudo de sua formação primeira, com vistas a um saber interrelacional. Posto isso, um dos maiores desafios do educador hoje é selecionar conteúdos, conceitos e mediações, pensando numa abordagem, numa rede de conteúdos e procedimentos metodológicos em sua área em confluência com outros saberes. Nesta direção, percebemos, de um lado, a necessidade de o educador empreender pesquisas interdisciplinares para uma abordagem mais rica dos objetos de estudos e, de outro, conhecer e apropriar-se de modos de aprendizagem ativos.

As metodologias ativas têm sido objeto recorrente de estudos e apontam a necessidade de atuação na esfera *cognitivo-sensorial-crítico* (conhecimento, percepção, apreensão, síntese, avaliação) e *afetivo* (valorização, receptividade, respeito, resposta e ação). Buscam novas formas de apreensão de saberes alternando o oral, o visual e a ação interativa (via *práxis*) em patamares tão importantes quanto a linguagem escrita.

Relativamente à *metodologia dialógica* e à *criatividade*, o viés na articulação entre os pares se faz imprescindível, tanto o estímulo à autoexpressão e à imaginação; esta última acionando repertórios de costumes, práticas, imagens, conceitos, lugares, criando novos sentidos a partir da troca com os outros. Nos processos da imaginação, a tradição e a transmissão assumem papel imprescindível, não em caráter mimético, mas projetivo e dinâmico.

A Autonomia Patrimonial do educador a que nos remetemos é, pois, aquela em que há a apropriação do patrimônio por parte do sujeito; uma compreensão histórico-crítica dos fundamentos socioculturais dos bens da cultura enquanto eixos norteadores e formadores de representações, memórias e práticas sociais, além de uma competência estética/plástica e pedagógica na manipulação destes acervos enquanto instrumentos de produção de novos sentidos e interpretações da realidade.

## 2.2. A Práxis da Memória

Chamo aqui de *Práxis da Memória* o exercício de *reflexão e ação* junto aos elementos do patrimônio e objetos do museu. Trata-se de uma necessidade, como já dito, de historicizar a memória enquanto postura filosófica, dialética, remetendo-a ao passado/presente e sua relação com os saberes do outro, pondo em jogo categorias sociais, desmascarando heteronomias sociais, rumo a uma postura ativa e crítica na sociedade<sup>11</sup>.

### 2.2.1. Categorias de Suporte

Já nos reportamos às noções de Patrimônio, Memória, História e Identidade como bases da atividade da *Práxis*. Passamos a seguir, a nos referir a outras categorias que facilitam o trabalho de apropriação patrimonial junto aos museus.

Em 1998, o Conselho da Europa propôs à UNESCO a *Recomendação 98-5*, que defende não só a intangibilidade do patrimônio cultural, mas a proposta de uma *Pedagogia do Patrimônio*. A Pedagogia do Patrimônio define-se enquanto uma área interdisciplinar presente nas escolas e que aborde temáticas importantes na área e é entendida enquanto "(...) ação pedagógica fundamentada sobre o patrimônio cultural. Ações que assim fundamentadas integrem os métodos de ensino ativo e criem disciplinas específicas que estabeleçam uma parceria entre ensino e cultura (...)". (PRIMO, 2007, p. 2).

Nesta vertente, é lícito lograr a inserção nas escolas e, acrescento aqui, nas Universidades (nas licenciaturas) de uma disciplina que aborde especificamente essas categoriais ligadas ao Patrimônio, rumo à adoção de uma noção de currículo como política cultural que se liberte da perspectiva diacrônica (evolucionista, processual, generalista) de História e patrimônio e que, privilegiando determinadas versões e informações, tem tolhido e limitado o trabalho dos educadores.

A abordagem que buscamos, entretanto, é aquela *sincrônica*, relacional, de simultaneidades, de âmbito pós-moderno, sem intenções de valorização de uma versão única de ciência ou de

história, rumo a um entendimento das tradições, numa perspectiva dialogal e multi-interpretativa. Neste viés, no próprio trabalho museológico a sincronicidade do processo de comunicação que assume, nas exposições, uma abertura de possibilidades de leituras múltiplas do acervo<sup>12</sup>.

Impregnada desta perspectiva sincrônica de formação do educador, as noções históricas de *múltiplas temporalidade e espacialidade* que devem ser analisadas nas reflexões sistemáticas do processo. Importante na atividade da Práxis da memória e a partir da pesquisa do passado e presente dos objetos, a indagação do que permaneceu e do que não continuou no âmbito das mentalidades e comportamento, de gostos e idéias, de técnicas e valores. No museu, diante de objetos e coleções de distintas épocas, não há que considerar que estamos totalmente mergulhados no presente ou no passado, mas num campo, numa espacialidade e temporalidade onde presente, passado e futuro se inter cruzam. O estar no museu segundo Ramos (2004, p. 36):

(...) não é avanço nem recuo no tempo, não é progresso nem atraso. Ter tal questão como ponto a ser levado em consideração significa romper com a idéia de que vivemos num progresso que fala do passado como coisa ultrapassada, que coloca o que passou como evolução para o mundo atual. (...) Não somos moderados nem antigos. Como diz Michel Serres, "somos misturadores de tempos." Mistura que nega a divisão congelada entre o que passou e o que se passa.

O contato mais sistemático de educadores com o campo da *Arte* se faz relevante à medida da competência de uma percepção estética plástica/sensorial/estilística dos objetos histórico e artísticos, de uma familiaridade sociocultural-simbólica com estas manifestações/signos de arte, e sua decodificação enquanto códigos representantes das diferentes culturas. A arte deve estar imbricada nos aspectos sociológicos de produção e reprodução simbólicos. O trabalho reflexivo nesta área do conhecimento potencializa o campo perceptivo pessoal, habilitando o educador a compre-

ender os objetos e acervos dos vários grupos sociais.

Importante ressaltar que não falamos aqui de um educador do patrimônio que entre nos domínios estritos da *História da arte*, pois não se trata de uma exigência de comporem-se competências ligadas à linguagem formal das Teorias e Críticas de arte, na descrição de particularidades estilística dos objetos. Sabemos que no âmbito do trabalho do historiador de arte há um aprofundamento que vai além das pesquisas básicas do objeto, trazendo informações não somente acerca dos meios de sua produção, mas de autoria, de condições de produção, de cânones de proporção de cada época, da destinação da obra, compreendendo-a a partir de estudos comparativos com outras de seu gênero e seu<sup>13</sup>.

O que há de comum entre a prática do educador do patrimônio e do historiador de arte é, antes de tudo, a realização de estudos sociais, culturais, religiosos e filosóficos de época, para melhor apreenderem o conteúdo da obra/manifestação. Não se trata, portanto, de realização de análise formal e interpretações de ordem iconológica e iconográfica, mas de uma aproximação com técnicas, características de estilo e, principalmente, a partir de pesquisas históricas e culturais os modos de vida e mentalidades na teia de significados e tradições.

### 2.3. Algumas Práticas Patrimoniais

Observamos na atualidade um reduzido número de obras literárias que discutem práticas de ensino-aprendizagem no campo da educação em museu e que poderiam subsidiar trabalhos na área, muito provavelmente pelos motivos de reconhecimento das exigências de especificidades locais e individuais na formatação de projetos educativos. A ênfase, deste modo, tem recaído em reflexões de ordem teórica que permitem certo norteamo neste tipo de atividade pedagógica.

Não poderíamos, entretanto, nos furtar aqui ao reconhecimento de práticas que nos têm facilitado o processo de ensinagem junto aos museus, segundo os suportes epistemológicos citados neste texto, e que levantamos aqui como facilitadoras no desen-

volvimento de uma autonomia patrimonial.

Não se trata de entrar em debate mais sistemático com estas experiências, o que deixaremos para um outro momento, mas indicá-las enquanto instrumentos problematizadores e inspiradores de nossa prática junto ao museu.

Entre estas abordagens está a *História dos Objetos*, a *Pedagogia da Pergunta e Autonomia*, a *Educação para o Patrimônio Mundial* no interior da Pedagogia do Patrimônio, a *Metodologia da Educação patrimonial*, levada a cabo por educadores brasileiros, além de práticas ligadas à Arte-Educação, mais propriamente a *Proposta Triangular no Ensino de Arte*.

### 2.3.1

A *Pedagogia da Pergunta e da Autonomia*, Freire (1996) supõe, como já visto, o desenvolvimento de uma autonomia a partir de um processo de práxis que implica na utilização da mediação dialógica com os outros. Não um falar “para”, mas um falar “com” o outro; só construímos conhecimento e nos formamos como homens (o autor leva em conta o caráter inconcluso do ser humano que se efetiva com a educação) a partir do momento em que nos abrimos para ele no ato educativo, assumindo-nos enquanto sujeitos sócio-históricos; a necessidade de assumir-se a si (sua identidade cultural) sem exclusão do outro. O *saber-pensar* deve implicar e compreender o que se acha escondido nas coisas e nos fatos, na união entre teoria e prática e, na postura humilde de saber que só cresço historicamente junto com o outro. Nesta direção a ingenuidade é nociva à autonomia.

É preciso caminhar, da curiosidade e visão ingênua do mundo, para uma curiosidade epistemológica (Consciência-transitivo-crítica), que se dá pela rigorosidade metódica e aproximação crítica com os objetos de estudo. A consciência transitivo-crítica se manifesta à medida que o homem, a partir de suas ações, conhece a causalidade dos fenômenos sociais, assimilando-os criticamente e tendo consciência da historicidade de seus atos<sup>14</sup>.

A *Proposta Triangular do Ensino em artes*, por sua vez, estimu-

la o imbricamento das ações de contemplar, de refletir e fazer/produzir as manifestações de arte. Sinaliza um aprofundamento teórico do educador no campo da História da arte, como base de reflexão da ação pedagógica, tanto quanto o fazer e a produção pelo educando a partir das reflexões históricas-culturais-estilísticas do objeto, qual seja o movimento da própria Práxis em ação. O aluno é chamado a construir sua interpretação do mundo, do objeto de estudo após processo de sensibilização e análise. (Barbosa, 2003).

A *História dos Objetos*, segundo Ramos (2004), propõe uma leitura histórica de decodificação de informações técnicas, de memória, representação prática e ideológica presentes nos objetos da cultura e muitas vezes neles não explícitos. Sugerem-se várias maneiras para o trabalho inicial com os objetos; uma dessas aproximações é via tema gerador, que motiva discussões e análises entre sujeito e objeto do cotidiano e o reconhecimento de que estes expressam traços culturais; outra via é a narrativa de ficção, criada pelo grupo para ilustrar um objeto, também possibilitando a geração de envolvimento com este. Segue-se um processo de curiosidade epistêmica coletiva e dialética do grupo com o tema, com o objeto histórico, sempre a partir do presente. Os educadores, enquanto mediadores do diálogo com os objetos, exercitam com os alunos leituras de mundo e descortinam relações de apropriação e expropriação entre sujeitos e sociedades. Nessa direção, o objeto no museu é remanipulado pelo educador na observância do discurso que carrega e nos discursos latentes que se quer tecer com eles.

Relevante salientar que nos processos comunicativos/educativos junto aos museus, o cuidado de não se privilegiar um discurso estático do objeto, seja artístico, histórico ou científico, mas auferir neste diálogo processos de abordagem multiculturalista e sincrônica, além da necessidade de abordagem de questões éticas e políticas presentes na sociedade. Temos visto grande número de acervos parcamente explorados. Portadores de sentidos diversos, os objetos devem representar um discurso de mediação que estimule o pensamento crítico, aproximando-o da comunida-

de, dos indivíduos, sem que haja privilégio de um ponto de vista, mas misturando-se visões diferentes sobre a temática que levanta. A exposição, seja no museu histórico, de arte ou científico, conseguirá envolver o visitante, mesmo e embora este não domine os códigos simbólicos ali presentes, mas a partir do momento em consiga fazer sentido a este visitante, estimulando-o a partir de linguagens e referenciais presentes em seu contexto.

A *Educação para o Patrimônio Mundial* é inserida pela UNESCO a partir de 1994, quando o Centro do Patrimônio mundial da UNESCO e o Sistema UNESCO de Escolas Associadas (SEA) lançaram um projeto interregional intitulado "Participação dos jovens na salvaguarda e na Proteção do Patrimônio mundial", com vistas a estimular educandos a cuidarem do acervo de sua cultura. Este projeto educativo culminou com uma ação e metodologia experimental, introduzida em mais de 400 escolas secundárias, em 90 países da Europa, até 2005.

A proposta traz sugestões de atividades que podem ser adaptadas, modificadas e desenvolvidas em função do contexto local e das necessidades dos alunos. Procura-se estimular nos educandos os rudimentos de pesquisa, facilitando o encontro e análise de informações a partir do que se conhece e em parceria com outros sujeitos, elaborando planos de ação em favor da conservação do acervo local. Esta Educação para o Patrimônio Mundial enfatiza a importância do aprendizado por meio da ação recorrendo à criatividade e imaginação dos alunos, à habilidade de solução de problemas, às suas qualidades estéticas e artísticas e ao talento cênico para a dramatização.

As atividades integradas e dirigidas nesta perspectiva articulam-se em torno de 5 eixos de ação: o da discussão, da pesquisa, dos exercícios práticos, das sessões visuais (imagens, fotos, transparências, slides) e das visitas a museus e/ou excursão a sítios do patrimônio. Vale salientar o grande esforço da metodologia no trabalho do professor, ao preparar as visitas aos museus, levando-se em conta seus objetivos, conteúdos, visita prévia do educador ao ambiente, preparação dos alunos com narrativas e imagens, materiais de abordagem anterior e posterior à visita como questionário de

avaliação desta e as *fichas de atividades educativas*.

Na *Metodologia da Educação patrimonial*, Horta (1999)<sup>15</sup> apresenta, no bojo de grande número de ações educativas em museus no Brasil, a busca de se promover junto ao sujeito uma leitura crítica do mundo, a compreensão de seu universo sociocultural e trajetória temporal, despertando uma postura ativa e autônoma, pessoal e coletivo. Parte-se do estudo dos objetos a partir do estabelecimento de sistemas relacionais e conexões de memória, de diferentes atribuições de sentidos, revelando-se as continuidades, rupturas, transformações e reutilizações do acervo, à medida de sua apropriação por diferentes grupos sociais e sob a ótica do presente e do cotidiano. Nestes contextos da educação para o patrimônio, a proposta não é o ensino para a leitura de imagens e símbolos, já que não se supõe leituras "corretas", seja esta plástica ou histórica, mas conceber sentidos a partir de informações, conceitos e interesses. Percebemos que o trabalhar o olhar estético-crítico do educador pressupõe articulação entre os objetos de arte (plástico, arquitetônico, histórico) e as narrativas da memória (narrativas históricas), privilegiando o diálogo entre o visual, o verbal, o imagético e o trabalho de criação/proposição, nos processos de comunicação nos museus<sup>16</sup>. Bordieu (1998, p. 286-287) esclarece-nos sobre o poder simbólico da enunciação e da sacralização dos objetos de arte, expostos em museus, e que somente são dotados de sentido e valor se forem apreendidos por espectadores dotados da "atitude e da competência estéticas tacitamente exigidas (...)."

### 2.3.2. As Narrativas Ilustradas da Memória

Como temos observado até o momento, um dos grandes desafios do educador em museus é a criação de cenários de ensinagem, formatando-se atividades provocadoras de aprendizagem. Pensando-se na montagem de espaços mais comunicativos que dêem sabor ao saber e, a partir de nossa experiência em sala de aula, na qual nos aproximamos da abordagem histórica-dialética do patrimônio, deparamo-nos com a força das narrativas de memória (narrativas históricas), aliadas ao trabalho visual com

imagens, ao diálogo, à postura investigativa de pesquisa e criação num projetivo de uma ação e postura social. Passamos a chamar esta narrativa histórica, na qual se agregam elementos visuais e propositivos de ação e interpretação, de *Narrativas Ilustradas da Memória*, no interior mesmo do exercício da Práxis da Memória.

Reconhecemos que, tanto quanto nas ações museológicas ligadas à comunicação e exposição no museu e em salas de aula, é importante que o profissional da educação saiba montar a trama narrativa que se quer comunicar, algo que, embora referencie ao passado, se ligue ao mundo real e envolva também o mundo imaginário, expressivo e investigativo do estudante/visitante.

Temos visto duras críticas de historiadores relativas às narrativas, principalmente aquelas ligadas a uma perspectiva do historicismo e que antevê os relatos sob uma lente linear e “objetiva”, numa valorização de acontecimentos singulares. Sob este viés, há uma concordância geral. Existem, entretanto, autores que defendem uma retomada da narrativa na perspectiva dialética, como Walter Benjamin (1892-1940). Nessa direção, não se subestima a apresentação de acontecimentos, mas se busca utilizá-los para se legitimar interpretações e significados plurais para estes acontecimentos. Benjamin (1986) faz uma crítica aos meios de comunicação que trazem informações e notícias tão sucintamente, não permitindo a interpretação histórica. É possível trazerem-se os personagens, os costumes, os detalhes, os episódios do passado, mas na busca de uma reflexão crítica.

Nas sociedades antigas, a narração era forma artesanal de comunicação, que se baseava em aspectos da tradição e memória, possuindo caráter provocativo sem preocupações de explicitar ou se fazer compreender o objeto da narrativa. O leitor e o ouvinte assumiam liberdade interpretativa a partir da reconfiguração de sentidos, seguindo o universo pessoal e da identidade do grupo. Esta narratividade, também presente na narração cênica grega (tragédias), possuidora e promotora de uma consciência reflexiva, auferia valores ligados à ética e à moral, permitindo ao homem repensar o seu agir e recriar sua identidade social a partir dessas

memórias do grupo<sup>17</sup>.

Falamos aqui de uma *narrativa histórica* e não ficcional cuja intenção é desvendar a realidade, podendo, numa perspectiva emancipatória, evidenciar produções, ações e personagens dos vários grupos sociais, das várias memórias excludentes, a partir de um rigor metodológico e assunção de uma História comprometida com uma visão crítica de sociedade. Na narrativa ficcional, a intenção é dedicar-se à provocação do campo afetivo e imaginativo, sem preocupação de se problematizar o social e onde os personagens são vistos como bons ou maus, heróis e vilões. (BITTENCOURT, 2004).

A *Narrativa Ilustrada da memória* deve assumir um caráter projetivo e dinâmico, desencadeador de uma consciência crítica e criativa. Pensada e comprometida com a autonomia patrimonial, com o movimento da Práxis da memória é aquela produzida pelo educador a partir de uma pesquisa interdisciplinar e histórica séria, permeada pelo uso de imagens e meios midiáticos que incitem o envolvimento cognoscitivo e afetivo.

Por tratar-se de uma Narrativa Histórica com “cara” de uma narrativa ficcional, por reconstruir cenários e o vaivém de personagens nas diversas tramas sociais, o que lhe dá um caráter imagético, torna-se fundamental o resgate, pelo educador, de memórias trazidas à luz da História cultural, da História das Religiosidades, da Micro-História, das estórias de vida, aliada à projeções do presente.

Ao aproximarmos com a cultura e arte de diferentes povos e civilizações, criamos e montamos relatos e textos narrativos englobando o universo patrimonial religioso, mítico, filosófico, político, de produção de arte e tecnologias, costumes, economia etc. Nesse sentido, a necessária postura epistemológica e interdisciplinar deste educador aos desafios de resgate e produção de memórias, tomando para si o papel de produzir os engendramentos que provocarão o interesse e o envolvimento do educando. Embora diferenciada da Narrativa ficcional, a Narrativa Histórica, aliada às imagens e as projeções visuais, ganha feições daquela, à medida que oral e visualmente vão tomando forma de “contação de história” pelo professor, gerando interesse.

A linguagem verbal se une à linguagem visual, a uma *mise*

em scène que aprisiona e encanta. Esta última é representação do imaginado, do sonhado, do projetado e possibilita a aproximação com objetos e temáticas históricas muitas vezes distanciadas no espaço e tempo do aluno. As imagens (fotografias, pinturas, desenhos), enquanto registros iconográficos que não mostram a essência das coisas, dos acontecimentos, aciona, entretanto, mecanismos mentais e emocionais que nos conecta a um sentido de concretude de experiências do outro e de outros contextos que, imagetivamente se fazem presentes e nos remetem ao universo interno de significados.

O educador é o promotor do debate entre interpretações possíveis deste cenário, mas o aluno é o ator principal de mediação de sentidos. Assim como deveria acontecer no espaço expográfico do museu, um espaço que, segundo a nova museologia social, não deve ser organizado de maneira sintética, segundo uma trama narrativa inexorável, no qual o mundo real está ausente, mas organizado enquanto espaço imaginário, trazendo significações diversas de evocações e narrativas possíveis a partir dos objetos. Nesta vertente, os Museus históricos e os Museus-casas devem ser vistos não enquanto museus enciclopédicos, mas enquanto museus interpretativos, que provoquem narrativas e olhares outros à cenografia exposta, tratando-se os temas e coleções vistos por vários pontos de vista, por vários atores sociais.

O material visual trazido pelo educador para emoldurar esta narrativa criada por ele a partir de pesquisas interdisciplinares na área de Arte e História, poderá, neste processo, ser o elo com as produções patrimoniais presentes nos museus, trazendo para a sala de aula discussões preliminares antes da visita aos objetos do acervo. O professor busca uma aproximação e familiaridade estética com objetos históricos e de arte, a partir de pesquisas em livros, Internet e mesmo nos acervos de instituições museais e localidades históricas.

Ao longo da Narrativa e ao seu término, a importância do questionamento e confronto entre passado e presente, entre costumes e práticas dos tempos idos e do hoje, do que queremos construir, da teia de significados e sentidos que tornem o presente mais compreensível e as identidades mais inteligíveis. Ficam-se as impressões pessoais, as impressões do grupo e a desmistificação de

uma realidade que apresenta uma única história, um dos lados da moeda, nas possibilidades a fulguração de múltiplas histórias, oportunizando enxergar o outro lado da moeda.

### 3. CONCLUSÃO

Nossa tentativa foi a de pensar práticas e representações de categorias sociais e pedagógicas a partir da aproximação entre as instituições de ensino e educadores, entre objetos e memória, expondo a pertinência e a relevância de se incluir nesses espaços (especialmente nas universidades) as temáticas do museu, do patrimônio, da historicidade e autonomia, numa tentativa de rompimento com a cultura heteronômica de sujeição e alienação simbólicas.

Para nos assumirmos enquanto educadores sociais emancipados culturalmente, há que retomarmos essa educação indissociavelmente ligada à teoria crítica de sociedade e a ampliação de uma postura interdisciplinar no campo das ciências e do patrimônio, aproximando áreas aparentemente separadas pela tradição positivista.

Segundo nossa percepção, o desafio do educador em museus é saber como mediar o discurso, a partir da montagem de uma narrativa histórica que se concebe de investigação/pesquisa; o professor deve conhecer e se familiarizar com conceitos e práticas de diferentes áreas do conhecimento e que se interagem com as temáticas sociais e culturais que ele deseja abordar. A produção de uma narrativa da cena social e, nesta mediação do discurso, há que se saber ouvir o que o grupo social entende, espera e deseja.

Fazendo uma analogia com a abordagem expográfica dos Museus de Ciência europeus na atualidade, remetemo-nos a Girault<sup>18</sup>, segundo o qual estas se dividem em 4 tipologias principais: *Excludente* - mostrando a Ciência como verdade, supondo respostas corretas e uma proposta de "civilização"; *Parcialidade Exclusiva* - que mostram uma visão, uma interpretação/versão única de fatos, objetos, coleções, ciência; a *Imparcialidade exclusiva* - mostrando várias interpretações, mas sem se mostrar a favor de nenhuma em especial;

e a *Imparcialidade Inclusiva*, comprometida e engajada - mostrando várias interpretações e leituras do acervo, mas situando politicamente e permitindo ao público emitir sua opinião e interpretação; essa última noção nos traz a idéia de um Museu inclusivo, que incorpora a comunidade, dando-lhes voz nos processos de troca simbólica.

Assim também nosso trabalho com o patrimônio, pensado enquanto perspectiva de uma Imparcialidade inclusiva ou exclusiva, posicionando a favor de uma multiculturalidade cidadã, de uma multiplicidade de memórias, de uma diversidade histórica.

A Educação para o patrimônio deve ser uma educação para a cidadania, uma educação que ilustra possibilidades de construção de um poder deliberativo pelo aluno, um caráter autônomo de vida associativa, que, para além dos valores científicos e históricos, aborde também o ético e o político.

## NOTAS

<sup>1</sup> Professora universitária. Mestra em Educação. Mestra em História. Leciona as cadeiras de *Estética e História da arte*, *Arte-Educação e Fundamentos do Trabalho Científico*. Atualmente pesquisadora nas áreas de memória, patrimônio e educação em museus.

<sup>2</sup> A 1ª fase do *Projeto Memórias, museus e identidades sociais* foi realizada no segundo semestre de 2009 pela Coordenação de Cultura e o *Museu de Arte e Cultura Popular (MACP)* da Universidade Federal de Mato Grosso e pretende estender-se numa 2ª fase, em 2010, a partir da fundação de um Grupo de Pesquisa na área de Educação para o Patrimônio.

<sup>3</sup> A tradição helenística nomeia nove musas; aquela protetora das Ciências, das artes, das línguas, da História, da tragédia, da comédia, da astronomia e da dança.

<sup>4</sup> A chamada **escola dos Annales** constituiu-se um movimento historiográfico que se destacou ao incorporar à História, métodos das Ciências Sociais. Os fundadores do movimento na década de 20 foram Marc Bloch e Lucien Febvre, docentes na Universidade de Estrasburgo. A abordagem inovadora dos "Annales", combinava a História, Geografia e abordagens sociológicas produzindo uma análise que rejeitava a ênfase predominante em políti-

ca. Foram os primeiros a abordar o estudo de estruturas históricas de longa duração nos eventos. Geografia, cultura material e o que posteriormente os Annalistas chamaram *mentalidades* ou a *psicologia da época* também eram áreas de estudo. Georges Duby e Fernand Braudel, tornaram-se grandes expoentes dessa escola, debruçando-se sobre a História cultural, a Micro-história e a História econômica. A 3ª geração de Annales conduzida por Jacques Le Goff e Michel Foucault, ficou mais conhecida como a "Nova História" onde toda a atividade humana é considerada História.

<sup>5</sup> **Heteronomia** - Conceito criado por Kant. Ao contrário da autonomia, a heteronomia consiste na sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade. A lei é imposta ao indivíduo, é exterior a ele. A razão aliada à consciência moral humana faz evoluir o estado de heteronomia para a autonomia, um patamar mais elevado, que consiste em nos auto-determinarmos em função de princípios e valores éticos e morais justificados de forma racional: a **Autonomia**.

<sup>6</sup> Reportamo-nos aqui à dimensão da práxis histórica e política da educação que se mostra ausente do sistema educativo tradicional.

<sup>7</sup> Trata-se de uma análise prévia não só das falas dos participantes do projeto (grupo composto por 21 educadores: 9 professores da rede pública, 5 técnicos de museus e 7 alunos de licenciatura) mas a partir da Pesquisa de campo realizada por estes, totalizando 220 pesquisados entre educadores de escolas e museus em Cuiabá/MT. A coleta de dados deu-se a partir da aplicação de entrevista padronizada/estruturada com perguntas abertas e fechadas.

<sup>8</sup> Segundo Anastasiou a "Ensinação" é prática social complexa, efetivada entre os sujeitos (professor/aluno) e engloba tanto a ação de ensinar e de aprender, num processo contratual de parceria deliberada e consciente para que se dê a construção do conhecimento. Neste processo, ocorre um estímulo ao aprender a pensar (cada aluno reelaborando as relações entre conteúdos) e o estímulo à ações com níveis de responsabilidades próprias e específicas num movimento dialético entre aluno e objeto de estudo. ANASTASIOU, L. G. C. & ALVES, L. P. **Processos de Ensinação na Universidade**. Joinville: UNIVILLE, 2004.

<sup>9</sup> A palavra *Paradigma* usada aqui no sentido de modelo de ciência situado historicamente nesta ou naquela área do conhecimento.

<sup>10</sup> Falamos aqui de uma **historicidade** (noção histórica) da memória e não de um **historicismo**. Este último agregado à metodologia positivista pressupõe uma noção de História como conhecimento do passado e a singularidade

dos acontecimentos históricos numa perspectiva linear e evolucionista. O Historicismo supõe ainda a reconstrução do passado pela objetividade e neutralidade do historiador pensando-se numa história “verdadeira.”

- <sup>11</sup> Propomos uma Práxis da Memória que consista não somente na reflexão (tomada de consciência) de categorias referentes ao Patrimônio, memória e arte, mas a uma ação, uma proposição de superação da inércia social e alienação frente à apropriação das manifestações e dos espaços culturais pelo educador e educando.
- <sup>12</sup> Para se trabalhar as noções de tempo histórico e espacialidade fundamental a percepção do antes e do depois, o conceito de duração, um exercício de reversibilidade, remontando o passado ao presente e ao futuro, transcendendo a seqüência real dos acontecimentos para dele extrair uma compreensão cultural deste e, ainda, a influência do homem no espaço e como este o influencia.
- <sup>13</sup> Ao historiador de arte compete ainda entre outros a identificação do assunto da obra, os princípios formais e estilísticos, a identificação dos motivos, a observância das influências das fontes literárias e das tradições de representação no estabelecimento de “tipos” iconográficos.
- <sup>14</sup> A formação para a autonomia segundo Freire inclui não só o ensino-aprendizagem, mas outras questões como o exemplo prático do professor, o respeito às diferenças, a situação material da escola, o envolvimento dos pais, a apreensão da realidade, a existência da alegria e da esperança, a convicção de que a mudança é possível, a curiosidade, etc. No exercício da docência, a autonomia supõe ainda o equilíbrio entre disciplina e liberdade, entre autoridade e autoritarismo, o movimento da criticidade, da rigorosidade metódica, da pesquisa, da inclusão da estética e da ética na construção do conhecimento, da aceitação do novo e rejeição de toda forma de discriminação, na tomada consciente de decisões, no saber escutar, no comprometimento, na consciência de que a educação é forma de intervenção no mundo e tem caráter ideológico, na reflexão sobre a prática, no reconhecimento e na assunção da identidade cultural e reconhecimento de ser condicionado.
- <sup>15</sup> A metodologia proposta no campo da Educação para o Patrimônio supõe quatro níveis de abordagem de um objeto/manifestação cultural: o primeiro nível é o da **investigação** e conhecimento do meio e/ou objeto que deverá ser abordado primariamente levando-se em conta o conhecimento trazido pelo aluno e as fontes complementares como livros, fotografias, documentos, arquivos, pesquisas e entrevistas que esclarecem a funciona-

lidade, a forma, a produção, o material, o custo, relativo ao objeto, etc. A segunda etapa é a do **registro** das observações, deduções feitas e do conhecimento obtido pelo aluno ou grupo de alunos. Na terceira etapa, a fase da **exploração**: quando o aluno com ajuda de professores, busca maior aproximação com o objeto, e as relações temporais, históricas, econômicas, tecnológicas e políticas com os sujeitos da época de sua produção; ainda os valores histórico e afetivo, descortinando representações destes sujeitos, o campo de suas mentalidades, relacionando o objeto/manifestação com temas do presente, da vida social e cotidiana dos alunos. O último passo é o da **criação**, na qual o aluno é convidado a produzir algo de si a partir do que foi visto e pesquisado, e que poderá ser produção de textos, poemas, fotografias, produção plástica, musical, cênica, de painéis, etc. (HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN. 1999).

- <sup>16</sup> Pensar a educação do olhar estético é refletir sobre o processo de aprendizagem no desenvolvimento do caráter sensitivo, afetivo e sensorial, estabelecendo uma ponte entre o produzido no passado, com nossas experiências e referências de época e lugar
- <sup>17</sup> No caso das tragédias gregas as memórias estavam ligadas à mitologia; promovendo a catarse no público. Os gergens do teatro clássico não está livre desta perspectiva pedagógica, de moralização e educação da população grega.
- <sup>18</sup> Yves Giralt - Diretor do Programa científico do Muséum National d'Histoire Naturelle francês. Palestra na Mesa redonda *Ações dos museus para a formação de público*. 22 setembro 2009. Belo Horizonte. Tribunal de Justiça de Minas Gerais em Belo Horizonte.

#### 4. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Mae. **A Arte- Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- \_\_\_\_ (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEJAMIMN, Walter. **Magia, Técnica, arte e Política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **O Saber Histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHAGAS, Mario de Sousa. Cultura, Patrimônio e Memória. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Oficina do objeto. **Anais do II Seminário sobre Museus-Casa, Comunicação e Educação**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória** – a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EdIUPF, 1998.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FREIRE, P. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13-70.

HORTA, M. de Lourdes, P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. v. 10. São Paulo, dez/93. p. 7-28.

PANOFSKY, E. **O Significado nas Artes Visuais**. Lisboa: Presença, 1989.

PATRIMÔNIO Mundial em Manos de jóvenes – conocer, atesorar y actuar. Paquete de materiales didáticos para docentes. Chile: UNESCO, AMF Imprenta, 2005.

PRIMO, Judith. Documentos básicos de Museologia: principais conceitos. **Universidade Lusófona de humanidades e Tecnologias**, Lisboa, 2007. Publicação ONLINE – Cadernos de Sociomuseologia. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/517>> Acesso 23 set. 2009.

RAMOS, Francisco Regis L. **A doação do objeto** – O Museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1994.

SANTOS, Magaly de O. Cabral. **Lições das coisas** (ou canteiros de obras) – através de uma metodologia baseada na educação patrimonial. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: EdPUC, 1997.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamonde, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

# QUILOMBO MATA CAVALO: A FÊNIX NEGRA

**Silvânio Paulo de Barcelos\***

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Programa de Pós-Graduação Mestrado em História  
Mestrando em História  
Endereço: Av. Afonso Pena, 1222, Bloco A5 ap. 104, Res.  
Porto do Sol, Bairro Despraiado  
CEP 78048-006 – Cuiabá – MT  
Fone: (65) 96210180  
Email: [silvaniobarcelos@hotmail.com](mailto:silvaniobarcelos@hotmail.com)

## RESUMO

Constitui objeto do presente artigo a trajetória histórica da comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavallo, localizada no município de Livramento em Mato Grosso, nos aspectos concernentes aos processos de construção de sua identidade, condição singular que os mantém na posição de possíveis proprietários das terras onde vivem. Sociedade marcada pelo estigma da violência e opressão, seus integrantes criaram mecanismos próprios de defesa assumindo integralmente seus papéis na realidade do vivido como atores na história. Esse grupo humano edificou o seu espaço geográfico vital condicionando-o como espaço de negro, de liberdade e de expressão, o seu mundo afro-referenciado, um mundo conceitual quilombola. A terra e a memória ancestral a partir das senzalas constituem para os descendentes dos escravos, que herdaram aquela área, os elementos primordiais na manutenção de sua identidade, possibilitando, pelas vias jurídicas, o reconhecimento da propriedade de suas terras.

**Palavras-chave:** Identidade quilombola, terra, memória.

## ABSTRACT

The object of this article the historical background of the Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavallo, located in the town of Livramento in Mato Grosso, in aspects related to the processes of construction of their identity, unique condition that keeps them in the position of possible owners of the land where live. Society marked by the stigma of violence and oppression, its members have established mechanisms to defend them selves fully assuming



their roles in the reality of living as actors in history. This human group has built its vital geographic space conditioning it as a space for black freedom and expression, his world african-referenced, a conceptual world Quilombo. The land and ancestral memory from the slave quarters are for the descendants of slaves, who inherited the area, the key elements in maintaining its identity, making possible, by means legal recognition of ownership of their lands.

**Keywords:** Identity Maroon, land, memory.

Constitui objeto do presente artigo a trajetória histórica da Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavallo, localizada no município de Livramento em Mato Grosso, nos aspectos concernentes aos processos de construção de sua identidade, condição singular que os mantém na posição de possíveis proprietários das terras onde vivem. Sociedade marcada pelo estigma da violência e opressão, seus integrantes criaram mecanismos próprios de defesa assumindo integralmente seus papéis, na realidade do vivido, como atores na história. Esse grupamento humano edificou o seu espaço geográfico vital condicionando-o como espaço de negro, de liberdade e de expressão, o seu mundo afro-referenciado, um mundo conceitual quilombola. A terra e a memória ancestral, a partir das senzalas, constituem para os descendentes dos escravos que herdaram aquela área os elementos primordiais na manutenção de sua identidade, possibilitando pelas vias jurídicas o reconhecimento da propriedade de suas terras.

### REMANESCENTES DE QUILOMBOS: CONCEITOS

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Este é o texto constante no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Falar de quilombos no século XXI pode causar certo estranhamento a um leitor um pouco desatento quanto aos movimentos da história dos negros vindos da África para o Brasil, em função da escravidão racial da era moderna. Esse debate se elevado ao nível da confrontação entre a modernidade e a escravidão<sup>1</sup> certamente romperia com os limites escassos desse artigo e desviaria nossa atenção do enunciado proposto no resumo. O que pretendemos inicialmente é elucidar, ao menos de forma um tanto empírica, a transição do conceito “quilombos” para “remanescentes de quilombos”.

De acordo com os manuais de história do Brasil utilizados pela rede de ensino público e o senso comum da historiografia brasileira que trata da escravidão racial, a noção de quilombo de imediato remete à idéia de espaço de isolamento em local longínquo e de difícil acesso, utilizado pelos escravos que se rebelaram contra o sistema vigente procurando um lugar onde pudessem viver de forma livre e autônoma durante, e somente, no período compreendido pela escravidão no Brasil. *Kilombo* (Quilombo em português) é uma palavra de origem Bantu e sua presença no Brasil certamente têm a ver com alguns segmentos desses povos que foram trazidos a bordo dos navios negreiros no bojo da escravidão racial. “A história do quilombo como a dos povos Bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre o Zaire e Angola.” (MUNANGA, 1995-96, p. 58). Como sabemos a tradição oral, ainda nos dias de hoje, constitui a principal fonte de informação em grande parte do Continente Africano. É exatamente a partir dessa tradição que Kabengele Munanga busca suas fontes historiográficas para reconstituir a origem histórica do quilombo nas tribos Bantu. Foi através de uma vertente mitológica que a tradição oral situou a gênese dessa instituição no império Luba, localizado entre o centro e o sudeste do atual Zaire, em finais do século XVI, governado por Kalala Llunga Mbidi. De acordo com o mito, o príncipe Lunda Kinguli, irmão da rainha Rweej que casara com Kimbinda Llinga, um dos filhos de Mbidi, aliou-se aos poderosos bandos Jaga cujos guerreiros dominavam aquela região antes de sua chegada. Segundo esse autor:

*Kinguli e seu exército formado pelos Lunda e aliados Jaga adotaram o quilombo e formaram um exército mais poderoso constituído de bandos de guerreiros nômades conhecidos como Imbangala. Tiveram a capacidade de espalhar-se por toda a região Mbundu depois de 1610 e finalmente se estabeleceram para fundar novos estados Mbundu (Kalandula, Kabuku, Matanda, Holo, Kasanje, Muwa Ndonge, etc.). (MUNANGA, 1995-96, p. 60).*

A sociedade guerreira representada pelo quilombo propiciou ao exército de Kinguli a estabilidade centrada numa estrutura bastante dinâmica, sólida e perfeitamente capaz de abrigar no seu interior uma quantidade expressiva de pessoas que pertenciam às linhagens derrotadas nos campos de batalha que, assimiladas, passavam a desconsiderar suas próprias origens étnicas. Outra característica marcante do quilombo consistia na disciplina militar extremamente rígida que era imposta aos seus homens, criando, dessa forma, uma força capaz de derrotar os reinos que se opunham à sua marcha rumo ao norte e ao oeste de Kwanza. Numa análise do mito do quilombo no império Luba, Munanga, (1995-96, p. 60) conclui que: "A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem". Embora localizados em contextos históricos singulares a conformação dos quilombos no Brasil assemelhava-se ao seu equivalente africano no que respeita à constituição de forças militares para sua sobrevivência. Obviamente que aqui os quilombos circunscreviam-se aos imperativos da resistência e defesa de território, ao passo que para os povos nômades dos atuais Zaire e Angola o quilombo representava forças de expansão e conquistas territoriais, bem como de confrontações bélicas contra tribos rivais. Comparativamente, asseveramos que há simetria entre essas instituições no que se refere à própria dinâmica da formação dos quilombos cujas características principais se verifica no caráter heterogêneo de sua composição étnica.

O tema relacionado às comunidades negras descendentes de escravos no Brasil assume lugar privilegiado nos debates

tanto nas academias quanto fora delas após 1988, ano da promulgação da nossa atual Carta Magna. No esforço de trabalhar com uma conceituação adequada que seria aplicada a essas comunidades, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) divulgou um documento que possibilitou a definição do termo "remanescente de quilombo", utilizado então para designar as comunidades em questão. Segundo tal documento:

*Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.*

Fundamentalmente, os antropólogos envolvidos nessa pesquisa perceberam que no Brasil as constituições dos quilombos obedeceram às dinâmicas muito diversificadas que de longe superaram a questão simplista do espaço de fuga, de distanciamento. Segundo suas conclusões, no Brasil os quilombos representaram os processos de fugas com ocupação de terras livres isoladas ou não, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, permanência em locais distintos dentro das próprias propriedades onde trabalhavam os escravos e, também, através da simples compra por parte daqueles que se interessavam por suas terras.

Desta forma, isolamento e fuga deixaram de caracterizar o quilombo, sendo antes, um lugar privilegiado de manifestação da resistência e da afirmação de autonomia própria, definindo-o *a priori* como um movimento de transição de um sistema de escravidão para a liberdade, do escravo para o camponês livre. Portanto, definir uma comunidade de remanescentes de quilombo já não depende da existência de provas de um passado marcado por

rebeliões e isolamentos e sim da sua predisposição em se reconhecer como quilombola. Trata-se de uma construção antes de tudo ideológica, uma auto-identificação étnica, no sentido mais abrangente do termo, que não a reduz às questões simplistas de características biológicas da comunidade, de fatores como cor de pele, para citar um exemplo, mas sim da maneira como o grupo social define sua própria identidade. Nestes termos a identidade cultural quilombola se relaciona a uma ancestralidade, elementos lingüísticos e religiosos comuns. Para compreender esses elementos culturais constitutivos dos quilombos no Brasil torna-se necessário uma análise mais profunda do evento histórico que os originaram, para isso trataremos a seguir da questão dos movimentos de migração forçada que entrou para a história como a Diáspora Negra.

### AFRO-DESCENDENTES NA DIÁSPORA NEGRA

Na perspectiva do mundo globalizado todas as comunidades negras que se formaram em torno do Oceano Atlântico, em consequência de mais de três séculos de escravidão racial, conservaram em seus interiores elementos sócio-culturais convergentes que as caracterizaram e ao mesmo tempo em que constituíram suas identidades afro-referenciadas.

A obra "O Atlântico Negro" de Paul Gilroy, professor de sociologia do Goldsmith's College da Universidade de Londres, Jornalista musical e DJ, defende a tese da necessidade de se pensar sobre uma cultura negra desenvolvida nos dois lados do Atlântico. O conceito elaborado explica a experiência vivida por esses povos que, embora separados pela distância física são unidos pela simetria cultural que os identificam. O autor explica que se utilizou deste modelo para tornar possível outras possibilidades e interpretações dessa espécie de consciência negra coletiva trans-territorial. "As culturas do Atlântico Negro criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento. Elas especificam formas estéticas e contra-estéticas e uma distinta dramaturgia da recordação que

caracteristicamente separam a genealogia da geografia, e o ato de lidar com o de pertencer." (GILROY, 2001, p. 13).

Conicionados ao sofrimento inevitável, pela perda, dor, distância e um sistema perverso de dominação essas culturas desenvolvidas no circuito transatlântico criaram mecanismos de consolação apoiando-se em valores estéticos e simbólicos construídos paulatinamente por intermédio da recordação de uma ancestralidade cristalizada na memória coletiva, perpetuada através das gerações. Essa utopia de um mundo perfeito remete a um lugar que só existe na imaginação, no campo simbólico, uma forma de resistência sutil em resposta às pressões do meio envolvente marcado pela violência e temerariamente exclusivo. Benedict Anderson trabalhou o conceito "comunidades imaginadas" para explicar a existência dos estados nacionais, enquanto construção imaginária legitimando e vinculando determinado território ao sistema de pertencimento e identificação coletiva. Para ele uma nação é imaginada porque mesmo sem os seus membros se conhecerem, cada indivíduo constroi uma imagem dessa comunidade, criando fronteiras, sistemas simbólicos, hegemonzando uma cultura nacional específica para legitimar sua existência enquanto indivíduo que pertence a um determinado lugar. (ANDERSON, 2005).

Vale ressaltar a importância fundamental do mito de origem, que encontra na ancestralidade os elementos de constituição tanto das identidades do grupo como de sua territorialidade. O mito da "Mama África" – crença numa África mítica e idealizada que estimula concepções de negritude e influencia padrões de comportamentos sociais - explica de alguma forma o processo de construção mental de um espaço geográfico, que embora criado subjetivamente, delimita o chão natural, a terra ocupada objetivamente. A necessidade de recriar os lugares de origem na diáspora tem como consequência imediata o congelamento de determinada parcela do tempo ancestral, um tempo que pertence à memória coletiva e não o tempo objetivo linear do presente. Desta forma o mito da "Mama África" recria idilicamente uma África conceitual e ideológica constituindo uma espécie de quase fuga do presente. No entanto, ao se recriar um determinado lugar de origem, baseado na

memória e no imaginário, cristaliza-se no próprio presente um outro espaço geográfico subjetivo, um espaço ressignificado, no caso aqui estudado um espaço de negros e da resistência quilombola. Não obstante a recriação de espaços ou territorialidades a partir da memória coletiva se processar através de recordações de um tempo que ficou gravado no imaginário dos escravos vindos para o Brasil, o processo indica, positivamente, uma dinâmica muito ativa tendo por conseqüência uma formação de territorialidades em processo de contínuas mudanças. Segundo Haesbaert (2006, p. 344), “teríamos vivido sempre uma multiterritorialidade”, onde percebemos que em toda relação social há uma implicação, uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios.

De fato, como sempre ocorre em alguns agrupamentos sociais, o espaço metafísico desta comunidade é criado e recriado constantemente através dos mecanismos da imaginação. Embora essa realidade só encontre eco no âmbito da ficção é possível descrever essas criações mentais, realidade produzida ou construída imaginativamente, quando nos referimos ao nosso espaço como sendo a nossa terra em oposição à terra dos “bárbaros”. A produção do espaço singular marcado como “nosso” existe em função da contraposição do espaço delimitado pelo “outro” (SAID, 1990). Estrangeiros no Brasil, originários de diferentes locais na África, falando idiomas totalmente desconhecidos e vivendo sob o estigma da escravidão racial, esses africanos criaram mecanismos próprios de preservação da memória, cultivando mitos e religiosidades diversas e recriando costumes. Todas essas práticas culturais repercutem na maneira de vestir, na culinária, nas danças, no lúdico, no batuque, nas rodas<sup>2</sup> e na própria expressão do corpo, símbolo da resistência e de afirmação de suas identidades afro-referenciadas, assim como influenciam a delimitação de uma territorialidade negra específica, constituindo considerável patrimônio material e imaterial. A questão da edificação das identidades no âmbito dos movimentos de resistência ao regime escravocrata ficaria vazia de conteúdo se não considerássemos as relações de poder no seu interior.

## AS RELAÇÕES DE PODER NA DICOTOMIA DOMINANTES / DOMINADOS

Ângela de Castro Gomes reafirma o perigo da inocência no ofício do historiador ao verificar a revisão historiográfica ocorrida no Brasil dos anos 1980 e seu fecundo debate em torno da temática das relações de dominação alterando substancialmente o *status* de “uma certa matriz de pensar” (GOMES, 2005, p. 21) essas relações. A nova matriz direciona os esforços interpretativos numa via contrária à ortodoxia intelectual clássica que no passado engessou essa questão reduzindo-a ao sistema binário dominante, dominado. Ao quebrar os pesados grilhões do “romantismo acadêmico dos anos dourados do marxismo” (grifo meu) essas novas tendências romperam com antigos paradigmas e estabeleceram um novo olhar sobre um tema importante e indispensável à compreensão do mundo do trabalho na contemporaneidade. Ela propõe “uma nova interpretação que sofisticava a dinâmica política existente no interior das relações entre dominantes e dominados” (GOMES, 2005, p. 21). Essa inovação conceitual, cuja gestação se deu nos meios acadêmicos internacionais, ocorreu em paralelo com a transformação verificada dentro da própria disciplina História Política articulada com sua vizinha a História Cultural, chegando ao Brasil a partir da década de 1970 e consolidando-se no bojo das profundas transformações ocorridas com o fim do Regime de 1964.

Para Roger Chartier, citado por Gomes em seu texto, compreender cultura popular significa localizar-se no espaço marcado por tensões e confrontos entre as relações que de um lado revelam os mecanismos da dominação, naturalizando sistemas de sujeição onde os próprios dominados aceitam sua cultura como inferior e ilegítima e, de outro lado as formas de resistência que os dominados se utilizam, apropriando elementos da cultura dominante, para assumirem uma posição política enquanto atores conscientes de suas próprias histórias, orientando suas ações para recriarem seus modos de vida. De acordo com Gomes (2005, P. 24), “Numa dimensão afirmativa, o que une todos esses estudos que retomam as relações sociais de dominação no mundo do trabalho é o fato de sustentarem

que os trabalhadores – todos eles, inclusive os escravos – são sujeitos de sua própria história”. Esta é uma questão capital no entendimento do mundo do trabalho na medida em que abandona abordagens simplistas e marcadas pela oposição binária das dicotomias dominantes, dominados, enriquecendo as possibilidades de novas interpretações e orientando novas narrativas históricas.

Trabalhamos até aqui o conceito “remanescentes de quilombos” para entender os processos imbricados na transição escravo / camponês livre. Salientamos também que esse conceito se torna possível pelas vias da auto-identificação étnica. Para isso, sugerimos procurar no movimento da escravidão em suas inúmeras diásporas a consciência negra coletiva tratada por Paul Gilroy, na obra *O Atlântico Negro*, visando o entendimento da produção geográfica do território quilombola, construído através da imaginação e de uma memória afro-referenciada dentro dos espaços permitidos nas relações de poder entre dominantes e dominados, detalhadamente explorada por Ângela de Castro Gomes no seu artigo “História, historiografia e cultura política no Brasil: Algumas reflexões. Unidos desses aportes teóricos focalizaremos nossos esforços na compreensão dos processos de construção da identidade quilombola na comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavalo.

### **COMUNIDADE DE REMANESCENTES DO QUILOMBO MATA CAVALO A POLÍTICA DOS “HOMENS BONS”**

Historicamente, a sesmaria denominada Boa-Vida, atual Comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavalo, teve sua origem com a descoberta de ouro na antiga região onde hoje se encontra a cidade de Cuiabá. Os pioneiros que aqui chegaram em 1718 faziam parte da bandeira de Paschoal Moreira Cabral. Em 1751 José Paes Falcão pede requerimento a D. Antonio Rolim de Moura, o então Capitão-general de Mato Grosso, de uma sesmaria localizada entre três córregos que mais tarde viriam a ser denominados de Estiva, Mata Cavalo e Mutuca. Juridicamente a

concessão da sesmaria não caracterizava em propriedade particular, sendo que sua efetivação vinculava-se por imposição da Lei à necessidade de sua medição, demarcação e confirmação judicial. Em 1788 o alferes Antônio Xavier de Siqueira, filho de Paes Falcão, realiza a medição das terras da Sesmaria Boa Vida, colocando os quatro marcos de aroeira roliça, determinando finalmente sua posse judicial. Conforme Silva (2003, p. 8), “[...] sendo feitas todas as cerimônias da lei e costume praticado, demos, com efeito, ao dito Alferes Antônio Xavier de Siqueira por empossado das ditas terras demarcadas, com posse judicial, atual, civil, natural e real, na forma do direito.” Em consequência da morte de Antônio Xavier de Siqueira, em 1804, a Sesmaria foi dividida em duas partes tomando-se como divisor natural o Córrego Mata Cavalo, a da Boa Vida, ao Sul, passa para o controle da família Siqueira e a Sesmaria Rondon, ao Norte do Ribeirão Mata Cavalo que também passa às mãos de outros membros da mesma família. Em 1850 Da. Custódia de Arruda e Silva arremata em ato judicial a Sesmaria Boa Vida, sendo posteriormente colocada à disposição da justiça por questões de dívidas. Em ato público-judicial Ricardo José Alves Bastos, esposo de D. Ana da Silva Tavares arremata a Sesmaria Boa Vida, pagando por ela a quantia de um conto de réis. Acometido por uma grave doença em cinco de dezembro de 1874 Ricardo Bastos institui um fideicomisso<sup>3</sup> com sua esposa D. Ana da Silva Tavares transformando-a em fiduciária e Francisco José da Silva, seu vizinho, o fideicomissário, determinando por força da Lei que a propriedade só será transferida à este após a eventual morte de sua esposa. O fideicomisso foi extinto com a morte de Francisco José da Silva que faleceu antes de sua esposa, outorgando a posse da sua propriedade a seu favor.

A partir do assentamento de doação da Sesmaria Boa Vida aos escravos de D. Ana da Silva Tavares, em 1883, iniciaram-se, pelos interesses da elite rural dominante nesta região, as manobras políticas que levariam ao início dos conflitos pela disputa desta terra. O livro n. 49 do Tabelionato de Notas de Livramento, que continha as anotações jurídicas legitimando a doação feita aos escravos cativos e também libertos de D. Ana, desapareceu de forma misteriosa. Ironicamente, tal doação foi também levada a registro no

Livro da Câmara do município de Nossa Senhora do Livramento, em cumprimento às exigências do primeiro Código de terras do Estado de Mato Grosso, o que permitiu a reconstituição histórica desse evento. Atualmente, esses documentos se encontram no Arquivo Público de Mato Grosso e também no Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT.

Como vimos nestes fragmentos da história desta comunidade a origem do Quilombo Mata Cavalo repousa na ação judicial em forma de doação das terras da Sesmaria Boa Vida aos escravos de D. Ana da Silva Tavares. Como as cópias dos documentos referentes a tal doação só foram encontradas recentemente os quilombolas não tinham como comprovar a legitimidade da propriedade das suas terras, originando dessa forma a disputa litigiosa que perdura até aos dias atuais. No entanto, nessa história já conturbada pela violência e incertezas outros fatores aumentaram a tensão naquela região.

O acirramento da disputa pela posse das terras do Quilombo ocorreu em consequência das políticas expansionistas do Governo Vargas – movimento que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”<sup>4</sup> – o que provocou uma supervalorização fundiária em todo Centro Oeste brasileiro. No período compreendido entre o surgimento dessa comunidade e os anos 1930 a permanência dos descendentes dos escravos do “Mata Cavalo” naquela região era tolerada, por assim dizer, em função do baixo valor atribuído àquelas terras e, também, pelas relações de mútuos interesses entre esses e os fazendeiros que fixaram residência nas localidades próximas àquela área. Não obstante o reconhecimento, por parte da elite agrária no entorno da área do Quilombo, de que as terras onde viviam os negros do Mata Cavalo haviam sido repassadas a eles em forma de doação espontânea, as intrigas e o estado de beligerância já haviam se instalado em suas vidas de forma inexorável. Por contingências de ordem financeira boa parte dos habitantes do Quilombo se empregava nas fazendas circunvizinhas em troca de irrisórios salários que, no entanto constituíam na única forma de sua subsistência. Em toda relação social, de acordo com o senso comum, há uma troca de interesses, e no

caso do Mata Cavalo esse debate se tornaria infecundo se não levássemos em conta que o poder também está nas mãos dos dominados. Entretanto, tal pensamento acerca dessas relações sociais não se constitui em tentativa de redução, perigosa em si mesma, das tensões provocadas pelo confronto nas relações de dominação, uma espécie de diluição do conflito. Para Gomes (2005) “Essa é uma tentativa de sofisticar o tratamento dado às relações de dominação, ampliando seu escopo, até para evidenciar que, em certas circunstâncias, pode haver convergência de interesses entre dominantes e dominados, pode haver negociação, pode haver pacto político” (p. 26).

Com a valorização das terras o aumento da violência se tornou inevitável e em meados do século XX os legítimos herdeiros da Sesmaria Boa Vida se viram diante de uma situação delicada entre ficar e enfrentar todos os reveses oriundos do confronto com seus opositores ou abandonar as suas terras, o que equivaleria perder também suas esperanças em um futuro melhor. De todas as famílias que viviam no Quilombo Mata Cavalo apenas uma pequena parte delas não saíram da região, não abandonaram os seus lares. A situação se torna tensa na região e aos poucos as terras foram sendo expropriadas pelo uso da violência expressa na ação de pistoleiros e, também compradas a preços irrisórios pelos grandes fazendeiros da região. Essas ações desenvolvidas pelos representantes da elite dominante na região, em meados do século XX, contra os remanescentes quilombolas aqui referidos, se apresentam de forma quase natural perante uma sociedade que ainda carrega os traços históricos muito recentes da política oligárquica do Coronelismo no Brasil. As famílias dos remanescentes quilombolas que permaneceram naquela região ainda lutam por sua permanência no lugar onde seus ancestrais deitaram as suas raízes, fazendo dele o lugar sagrado da memória, que a partir das senzalas sobrevivem ao tempo e ao espaço conformando pelas vias da cultura um modo de vida marcado pelos ideais da resistência. Em finais do século XX um sopro de esperança em forma de Lei muda significativamente a perspectiva política e social daquela comunidade.

## 1988: NO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO UMA NOVA ESPERANÇA

No bojo das comemorações do Centenário da Abolição e, também, em resposta às pressões advindas dos movimentos negros no país, o Governo Federal dá início aos projetos de políticas públicas possibilitando, no caso daquelas voltadas para as comunidades tradicionais negras, o resgate das dívidas históricas contraídas em função do longo período da escravidão racial no Brasil. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) possibilitou uma nova configuração de ordem jurídica bastante expressiva. Recentemente, o Procurador da Fazenda Nacional e Assessor Especial da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Cláudio Teixeira da Silva, num artigo levado a público na Revista Eletrônica do Planalto<sup>5</sup> levantou uma questão fundamental relacionada ao Artigo 68 da ADCT, que segundo sua interpretação constitui-se numa forma jurídica de “usucapião singular disciplinado”. Para ele o termo empregado neste texto jurídico “remanescente das comunidades dos quilombos” sofre uma redução perigosa, pois contemplam com o título da propriedade da área em questão somente os remanescentes dos escravos que ocupavam efetivamente as suas terras no período compreendido entre 1888 e o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. O Procurador atesta que não se trata de um simples sistema jurídico de usucapião, segundo ele:

*Ora, a aquisição da propriedade disciplinada no art. 68 do ADCT reúne esses dois elementos, porque o dispositivo, de um lado, reconhece a posse centenária, contínua e pacífica dos remanescentes sobre as terras dos quilombos (posse prolongada), e, de outro, atesta que eles a exercem com intenção de dono (posse qualificada). “Pode-se afirmar, portanto, que essa norma constitucional, de fato, versa sobre espécie nova de usucapião”.*

Levantamos essa questão do direito de propriedade nas

formas de usucapião singular disciplinado por entendermos que essa condição reflete diretamente na vida e nos destinos de muitos dos moradores da Comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavalo. Como já foi dito apenas uma pequena parte das quase quatrocentas famílias daquela região permaneceram no próprio local entre os anos de 1888 e 1988, condição essa que lhes conferem o direito à sua propriedade, desde que cumpridas todas as formalidades previstas na Constituição Federal de 1988 em seus itens relacionados à questão jurídica do Artigo 68 da ADCT. Essa situação acrescentou um elemento novo aos ânimos exaltados de todos os envolvidos no processo de reabilitação da propriedade do Quilombo, evidenciando uma disputa doméstica entre descendentes dos herdeiros da Sesmaria Boa Vida. Todas as famílias que de alguma forma possuem alguma ligação, ou possuíram no passado, com os descendentes dos escravos daquela Sesmaria pleiteiam sua parte no direito de propriedade das terras. Isso se torna motivo de calorosos debates no interior desta comunidade, pois, mesmo sem morar na região atualmente ou, mais significativo ainda, não terem dividido com as poucas famílias, que historicamente permaneceram naquela localidade, o pesado ônus das pressões violentas impostas a eles pelos fazendeiros que disputam ainda hoje a propriedade dessas terras, estas famílias também entraram na fila dos possíveis proprietários daquele espaço quilombola.

Disputas internas à parte a questão fundamental para a vida desses remanescentes quilombolas é que as novas políticas públicas de inclusão social do Governo Federal abriram uma possibilidade jurídica capaz de por fim à violência gerada pela disputa da terra quilombola por mais de um século. No entanto, a simples caracterização do usucapião singular disciplinado não é suficiente para legitimar a propriedade tão desejada por homens e mulheres cujos ancestrais entregaram seus corpos e suas almas ao regime nefasto da escravidão racial. Torna-se tão necessário quanto essencial que a comunidade seja caracterizada em sua origem como um agrupamento humano especificamente quilombola. Assim, os aspectos de consolidação da identidade afro-

referenciada constituem-se nos elementos que podem conferir à Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavalo o estatuto jurídico exigido como pré-requisito básico à legitimação da propriedade de suas terras.

## A IDENTIDADE QUILOMBOLA

Como já foi dito anteriormente numa citação aos textos de Paul Gilroy, as culturas desenvolvidas no circuito transatlântico - condicionadas ao sofrimento pela perda, dor e a distância - criaram mecanismos de consolação, moldados em valores estéticos e simbólicos construídos por intermédio da recordação, que entraram para a memória coletiva perpetuando-se através das gerações. Assim, o mundo ancestral recriado pelas vias da imaginação coletiva constitui patrimônio imaterial relevante para a manutenção do *ethos*<sup>o</sup> e da identidade que caracteriza um determinado grupo em sua singularidade.

A partir desses conceitos, quando somos desapropriados de nossas origens criamos mentalmente um espaço conceitual que entra para o imaginário coletivo como um lugar ideal concebido a partir dos mecanismos da recordação, via de regra transmitido pela tradição oral entre as gerações. No mundo idealizado das comunidades do Atlântico Negro, a África desde o período da escravidão racial, constitui-se em fonte de inspiração para as culturas negras. De acordo com Pinho:

*A África da qual se fala aqui não é o imenso continente africano, que abriga dezenas de diferentes países e centenas de diferentes povos. É uma África que pode até ser muitas Áfricas, mas que permanece una. África que é tribal, vinculada ao passado e aos ancestrais, mas que seria sobretudo fiel aos seus descendentes, quer estes habitem ou não em suas terras, pois o que importa é que a África, possuindo a totalidade indivisível de um signo, resida no campo fértil e criativo dos imaginários afrodescendentes. (PINHO, 2004, p. 27).*

O conceito de identidade surgiu devido à crise de “pertencimento” e do esforço em se consolidar enquanto indivíduo dotado de história num local em constante mudança, recriando sua própria realidade ao nível da idéia. De acordo com Bauman (2005), “a identidade só poderia ingressar na *lebenswelt* – conceito de vida no mundo humano na sua auto-definição e experiência – como uma tarefa ainda não realizada, incompleta, um estímulo, um dever e um ímpeto à ação”. Para este sociólogo o conceito “identidade” relaciona-se com processos dinâmicos altamente fluídos, constituindo-se não como um estado definido metaforicamente como sólido, mas antes como a resultante de um estado social volátil e em constante transformação. Na sua obra *Modernidade Líquida* (2001) Bauman nos projeta no interior de um mundo onde tudo é caracterizado pela ilusão, angústia, dor e insegurança em consequência das condições próprias da vida em sociedade.

Ao utilizarmos essa forma inacabada e extremamente permeável teorizada por Bauman acerca do conceito de identidade buscamos, por contraposição, delimitar as formas diferenciadas de identidade que observamos na Comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavalo. Compreendemos perfeitamente que os conceitos desenvolvidos por esse brilhante sociólogo explicam de forma racional os processos da dinâmica de constituição de identidades nas sociedades que são representativas e ao mesmo tempo simétricas à condição própria do mundo globalizado. Acreditamos, no entanto, que para uma sociedade como a do Mata Cavalo, bem como para outros grupamentos rurais similares a ele, os processos de construção de identidade obedecem a ritmos e temporalidades diferenciadas, estando mesmo, de alguma forma, excluídos dos processos mais dinâmicos da globalização no seu sentido mais abrangente. Elucidada essa questão, afirmamos que de acordo com nossas pesquisas de campo, bibliográficas e documentais, a questão da identidade nessa comunidade quilombola assenta-se de forma indelével em dois pilares muito bem estruturados: a terra e a memória da escravidão, estando esta evidentemente vinculada à memória da África, ou melhor dizendo das Áfricas, que foram trazidas pelos escravos à bordo dos navios negreiros para o novo mundo.

Desta forma, a terra funciona como catalisadora do sentimento de pertença a um determinado território onde por ela e a partir dela esses negros constituem-se enquanto comunidade afro-referenciada. Historicamente, seus ancestrais fincaram neste pedaço de chão suas raízes, construindo através delas os elementos culturais de suas identidades singulares, o ser negro e quilombola. O modo peculiar de vida dos membros desta comunidade, seus costumes, o sincretismo do sagrado oscilando entre religiões de matrizes africanas e o cristianismo, a vida comunitária e as tradições herdadas dos seus ancestrais constituem o patrimônio cultural estruturado a partir da memória advinda das senzalas que foram repassadas oralmente de geração a geração. Retomamos aqui a questão do sincretismo religioso por sua importante contribuição na própria constituição do sentimento de pertença, nesse caso pertença a uma família, um grupo ou a uma irmandade, normalmente criadas em torno das pressões pela sobrevivência cultural, pela resistência natural advinda do próprio contexto da exclusão social ao meio envolvente de maioria branca e dominante. No caso específico do Mata Cavalo essa questão não foge à regra. Olhando para um contexto maior percebemos que o sincretismo religioso no Brasil é muito significativo e isso se deve, em parte, a forma diferenciada de catequese à que foram submetidos os africanos na colônia. Como os africanos na colônia já estavam ideologicamente submetidos ao regime da escravidão, diferente do índio que recebera atenção especial dos padres Jesuítas, entenderam os catequizadores que a eles bastariam uma forma simplificada de catequese:

*Que espécie de catequese será ministrada aos escravos? Nada de muito exigente. Bastará um "catecismo abreviado" antes do batismo. Ao escravo boçal (recém-chegado) ou de língua desconhecida a instrução será ainda mais sumária; é batizado sem maiores problemas desde que saiba de memória as respostas corretas para estas perguntas: "Queres lavar a tua alma com água santa? Queres provar o sal de Deus?"*

*Jogas fora da tua alma todos os teus pecados? Não pecarás nunca mais? Queres ser filho de Deus? Jogas fora da tua alma o diabo?" (SOARES, 2002, p. 47).*

De acordo com Afonso Maria Ligorio Soares, assistente-doutor do departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP e membro do Grupo Atabaque de Teologia e Cultura Negra, foi exatamente essa forma diferenciada e notavelmente menos incisiva de catequese que permitiu a sobrevivência das Religiões de Matrizes Africanas em solo brasileiro. Além disso, outro fator contribuiu de forma decisiva à sobrevivência destes aspectos relevantes à cultura negra. Para sujeitar ainda mais o escravo as estruturas dominantes entenderam que havia necessidade da criação de espaços de liberdade onde os negros pudessem expressar seus modos de vida:

*Em igual medida, podem-se assinalar as "sociedades de diversão" aprovadas pelo governo da Bahia com o objetivo explícito de reavivar as diferenças étnicas entre os escravos. Assim, Igreja e Estado são coniventes na criação da seguinte situação, resumida por P. Verger nestes termos: "Todos saíram satisfeitos: o governo por dividir e assim reinar melhor, assegurando a paz do Estado; os escravos por cantar e dançar; as divindades africanas por receber os louvores; os senhores por verem a sua gente com tanto sentimento católico". (SOARES, 2002, p. 48).*

Isso explica em larga medida o alto teor do sincretismo religioso verificado nas comunidades negras do Brasil contemporâneo. Na Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavalo o culto a Santo Antonio e as festas em sua homenagem evidenciam a presença de uma forte tradição herdada dos escravos, seus ancestrais em terras mato-grossenses. Normalmente as rezas coletivas nos dias de festas são intercaladas com cantorias e danças numa agenda que pode durar até três dias, iniciando sempre numa sexta-feira e terminando no domingo subsequente.



Altar preparado para a Festa de São Benedito. Residência de D. Tereza, presidente da Comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavalo e Rainha perpétua da festa. Foto tirada em 12/09/2008, modelo câmera DSC-H9. Acervo particular de Silvano Paulo de Barcelos.

Momento culminante da Festa a São Benedito realizada em 12/09/2008 (levantamento das bandeiras de São Benedito e da Santa Maria Aparecida). Modelo câmera DSC-H9. Acervo particular de Silvano Paulo de Barcelos.



Grupo de Dança do Congo (Mata Cavalo) em apresentação na praça da Igreja do Rosário – Cuiabá – MT, dia 20/11/2009 (Dia da Consciência Negra). Modelo Câmera DSC-H9. Acervo particular de Silvano Paulo de Barcelos

A Congada ou Dança de Congos, como é mais conhecida, uma manifestação folclórica muito difundida em Mato Grosso, é de origem autenticamente africana. Normalmente encenada

nas comemorações festivas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, seu potencial estético expresso nas indumentárias coloridas (azul e vermelho) associadas à utilização de espadas remetem à uma simbologia muito forte de lutas entre dois potentados africanos. De um lado a nação do Rei de Portugal, o dominador e de outro a nação do Rei Congo, por analogia a África negra dominada. Dividida em duas partes bem distintas, a cantiga – ou cortejo real reflete os aspectos do bailado - e a embaixada representa a parte mais dramática da dança. De acordo com Ferreira (2001, p. 212), “a embaixada como o próprio nome diz, se constitui de grupos de representantes dos dois reis e geralmente com mensagens de guerra. [...] O motivo fundamental desta segunda parte da dança é a louvação a São Benedito”. É substancialmente emblemático a Dança do Congo acontecer nos dias de festas aos santos católicos. No Mata Cavalo apesar de grande maioria de seus habitantes serem católicos praticantes, não resta sombra de dúvida que a presença da tradição religiosa herdada dos escravos, seus antepassados, integra o cotejo, pelas vias do sagrado, aos seus santos de devoção, interferindo dinamicamente na composição de uma forma específica de identidade.

Notamos nas falas de vários dos entrevistados na nossa pesquisa uma grande preocupação na conservação da identidade quilombola. Entendemos esse esforço coletivo em duplo sentido, de um lado a ligação idealizada com suas raízes pretensamente Africanas, através da assimilação da memória de seus ascendentes em sua grande maioria escravos que trabalhavam nas dependências da Sesmaria Boa Vida. Essa dinâmica da construção idealizada de um tipo de africanização pelas vias da recordação oferece, no tempo presente, uma saída para fora dos vínculos de branqueamento racial. Obviamente não se trata aqui de uma questão objetiva de esforços empreendidos no sentido de purificação de raça, mesmo porque no interior desta comunidade são freqüentes os casamentos entre negros e brancos tendo por consequência uma alta miscigenação étnica. Quando abordamos essa questão procuramos ressaltar a natureza subjetiva deste conceito para explicar uma busca pela valorização dos ideais da negritude.

A biografia de Stuart Hall, um notável pensador negro da Jamaica, oferece um exemplo para a compreensão dessa espécie de consciência racial. Perseguido no interior de sua própria família por ser de todos os seus irmãos o mais negro e vivendo num país marcado fortemente por políticas de branqueamento racial Hall vive em conflito consigo mesmo. Depois de sua formação acadêmica na Inglaterra percebeu sua condição singular de ser-no-mundo, entendendo sua posição social e vivendo em um país estrangeiro percebeu que já não pertencia a nenhum dos dois lugares – Jamaica e Inglaterra – assimilando em contrapartida a condição de quem vive numa espécie de territorialidade intermediária: “e esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma chegada sempre adiada” (HALL, 2003).

Com o advento da revolução cultural e política desencadeada pelos integrantes do movimento Rastafari na Jamaica dos anos 1968 e a consequente supervalorização da condição do negro no mundo, a sociedade que antes buscava nos ideais do branqueamento racial o seu devir histórico agora se voltava para seus próprios valores sócio-culturais, assumindo sua condição étnica singular. Hall volta seus olhos para o Caribe pois compreende que aquele movimento revolucionário oferecia uma solução para o grande conflito racial que marcou sua infância. Consciente que a única saída possível, ou desejável, para as culturas negras espalhadas pelas inúmeras diásporas seria retomar aos valores próprios de suas identidades afro-referenciadas Hall afirma que o que o movimento Rastafari fez de mais significativo foi tornar definitivamente negra a Jamaica, descolonizando as mentes.

Para os integrantes da Comunidade de remanescentes do Quilombo Mata Cavalo, principalmente aqueles envolvidos de alguma forma com as lutas sociais e políticas no seu interior, a bandeira da “negritude”<sup>7</sup> levantada por inúmeros movimentos negros dentro e fora do país serve como fonte de inspiração reordenando pensamentos e orientando ações práticas no sentido de resgatar a dignidade do ser negro no interior de uma sociedade marcada

pelo preconceito racial. As manifestações em forma de preconceito racial contra os negros do Mata Cavalo ainda estão muito presente no cotidiano dessa comunidade. Segundo entrevista gravada em 28 de novembro de 2010 com a D. Tereza, presidente do Quilombo, toda forma de manifestações de intolerância racial por parte da população branca no entorno do Quilombo para com os negros ainda são praticadas. De acordo com seus relatos, numa data recente quando um grupo numeroso de quilombolas desceu do ônibus fretado para os levarem a uma reunião promovida pela Igreja Católica na cidade de Livramento – MT foram vítimas de protestos violentos por parte de vários habitantes daquela cidade, em forma de xingamentos e palavrões que visavam ofender moralmente os negros da comunidade, segundo ela até pedras foram atiradas contra eles por crianças encorajadas insistentemente pelos adultos.

Entretanto, a valorização da cultura negra não oferece somente uma espécie de proteção contra os preconceitos raciais, ela cria as condições ideais que permite aos negros identificarem a si próprios como dotados de história, de vida, de autonomia social e política, resgatando sua dignidade ética e também estética, perceptível na busca da valorização do próprio corpo. Conscientes da condição subjetiva de serem, de alguma forma no plano ideológico, estrangeiros numa terra distante, embora a condição real de pertencimento à uma nação constituída, os negros contemporaneamente tem buscado numa suposta essência africana o elo que os liguem à terra de origem dos seus ancestrais. Essa condição social e cultural constitui-se no cerne da questão que possibilita explicar a situação de quem vive na diáspora. No interior da Comunidade de Remanescentes do Quilombo Mata Cavalo quando seus habitantes buscam as práticas advindas da tradição herdada das senzalas recriam, mesmo sem saber, uma territorialidade singular inspirada nos motivos culturais de uma África idealizada a partir dos mecanismos da recordação. Ou seja, uma África ressignificada na diáspora.

Por outro lado, a constante preocupação por parte dos quilombolas na preservação de uma identidade que os caracterize como pertencentes a uma comunidade tradicional de remanescentes de quilombo se prendem a fatores de ordem prática. Como

já citamos acima a legitimação da propriedade da área do Quilombo dependem de sua identificação enquanto tal. A terra, neste contexto, se torna tanto em objeto quanto em objetivo. O local privilegiado da tradição quilombola e da memória dos escravos – o chão - constitui-se no fator primordial da própria manutenção da identidade, que possivelmente permitirá nos trâmites da Justiça a legitimação de sua propriedade. Certamente tanto no passado como no presente essa mesma terra foi a testemunha fiel da trajetória de lutas, de sonhos e esperanças dos ex-escravos de D. Ana da Silva Tavares. Hoje, tendo a própria história por testemunha, a alegria contagiante daquele povo fará ressoar os tambores que anunciarão um novo tempo, o tempo da legitimidade. A propriedade de direito tem tudo para se tornar propriedade de fato e nesse dia tão esperado a fênix renascerá das cinzas, trazendo de novo a ordem ao caos.

## NOTAS

\* Bolsista CNPq  
Orientador: Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz

<sup>1</sup> No capítulo 1 "O Atlântico negro como contracultura da modernidade" da obra *Atlântico Negro*, Paul Gilroy desenvolve questões importantes quanto à questão da contraposição entre modernidade e escravidão, sendo esta um dos pilares da construção daquela, embora a aparente contradição. Grosso modo, segundo sua tese, foi justamente a acumulação primitiva de capital engendrada nas fazendas da *Plantation* que permitiram o desenvolvimento da própria modernidade, que por sua vez escamoteia de forma inexorável a existência da escravidão por ser esta uma antípoda aos conceitos iluministas e seus ideais de progresso e desenvolvimento do século das luzes.

<sup>2</sup> A questão das rodas – ou gira conforme é conhecida - para os

afro descendentes assume conotação de grande importância para o imaginário. É em sua substância a representação do tempo cíclico, do movimento circular e também da possibilidade de um dia voltar para o seu lugar de origem. As rodas, ou movimentos rituais em forma de círculo estão presentes em praticamente todas as manifestações religiosas e culturais do povo Africano.

<sup>3</sup> De acordo com o Código Civil Brasileiro "fideicomisso é uma espécie de substituição onde o substituto não herda no lugar do substituído, mas após o substituído, beneficiando pessoas não concebidas ao tempo da morte do testador.

<sup>4</sup> Para maiores detalhes acerca do tema "A marcha para o oeste" consultar a obra: LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1986.

<sup>5</sup> Este conteúdo foi extraído do Artigo acessado em 20 de abril de 2010, no seguinte sítio eletrônico:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_28/artigos/Art\\_CI\\_audio.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_28/artigos/Art_CI_audio.htm)

<sup>6</sup> O termo *ethos*, emprestado da Antropologia, explica as características sociais e culturais comuns que se verificam em um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade.

<sup>7</sup> O termo "Negritude" aparece pela primeira vez escrito por Aimé Césaire, em 1938, no seu livro de poemas, *Cahier d'un retour au pays natal*"; está intimamente associado ao trabalho reivindicativo de um grupo de estudantes africanos em Paris, nos princípios da década de 30, de que se destacam como principais responsáveis e dinamizadores Léopold Sédar Senghor (1906) senegalês, Aimé Césaire (1913), martinicano, e Leon Damas (1912), ganes. Estes autores da Negritude legaram-nos uma obra literária da máxima importância; mas foi Senghor que, com a Presidência do seu País (Senegal) e uma larga aceitação Ocidental (política literária e acadêmica) contribuiu decisivamente para a divulgação da Negritude. Explicação acessada em 23/abril/2010 no sítio eletrônico:  
<http://www.prof2000.pt/users/hjco/alternativas01/Pag00009.htm>.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ANDERSON, Benedict. "Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo". Coimbra (Portugal): Ed. Edições 70, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. "Vidas desperdiçadas". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Bauman, Zygmunt. "Modernidade Líquida". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

FERREIRA, João Carlos Vicente. "Mato Grosso e Seus Municípios". Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

GILROY, Paul. "O Atlântico Negro : Modernidade e dupla consciência". Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo; Ed. 34, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". IN: Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história / organizadoras Rachel Soihet, Maria Fernanda B. Bicalho e Maria de Fátima S. Gouvêa. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2005.

HAESBAERT, Rogério. "O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade". 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. "Da diáspora: identidades e mediações culturais". Organização Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende... [et. al.]. – Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MUNANGA, Kabengele. "Origem e histórico do quilombo na África". São Paulo: Revista USP, edição Dezembro/Fevereiro 1995-96. PP. 56-63.

PINHO, Patrícia de Santana. "Reinvenções da África na Bahia" / Patrícia de Santana Pinho – São Paulo : Annablume, 2004.

SAID, Edward W. "Orientalismo – O oriente como invenção do ocidente". São Paulo: Ed. Cia. Das Letras, 1990.

SILVA, José Orlando Muraro. "Mata Cavalos: Escravos e proprietários de suas terras". Artigo publicado no Informe ao X congresso de direito agrário da Associação Brasileira de Direito Agrário – ABDA, 2003.

SOARES, Afonso Maria Ligorio. "Sincretismo afro-católico no Brasil: Lições de um povo em exílio". São Paulo. Revista de Estudos da Religião. No. 3, 2002. PP. 45-75.



# MUSEU RONDON

## CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E DEBATE INTERÉTNICO

**Arali Maiza Parma Dalsico**

ASAMUR – Associação de Amigos do Museu Rondon - Presidente  
Historiadora /Mestre em Educação - UFMT  
aralidalsico5@hotmail.com fone (65)9972-4519

**Antonio João de Jesus**

ASAMUR – Associação de Amigos do Museu Rondon - Diretor Executivo  
Técnico Indigenista - ASAMUR  
merireu@hotmail.com fone (65)9981-7042

Raramente os jovens vão aos museus como opção de lazer e só o fazem quando a escola oferece essa atividade em seu currículo, ou com a família integra essa visitação no roteiro de viagem em férias, ou ainda tomar conhecimento de uma exposição direcionada especificamente ao público jovem. Assim, ir ao museu é incompatível com o prazer que uma atividade de lazer deve proporcionar.

Gonçalves (2006) argumenta que lazer é prazer associado a tempo livre de repouso, diversão e consumo. Assim, o museu não se encaixaria nessa categoria, pois no imaginário coletivo ele é visto como local sacro, de silêncio solene e comportamento comedido, onde se estuda e aprende envolto numa “aura de austeridade e intelectualidade”. Para ser apreciado, é preciso ser decodificado.

Desta forma, as administrações dos museus precisam desenvolver estratégias de ações para que esses espaços atraiam e seduzam os habitantes de onde estão instalados, buscando “descobrir o que os habitantes da cidade gostariam que 'seu' museu lhes oferecesse” (GONÇALVES, 2006, p. 38-9). Para isso, precisam promover ações educativas que extrapolem o espaço da sala de exposição. É com este intuito que o Museu Rondon, situado na Universidade Federal de Mato Grosso, desde a sua fundação assumiu o compromisso de ser uma instituição educativa, se propondo a gerar conhecimento e intervir, através de suas ações educativas, no debate interétnico regional.

### 1.1. O MUSEU RONDON E SUA TRAJETÓRIA

O Museu Rondon foi criado pela Universidade Federal de Mato Grosso pela Resolução nº CD 36/72, de 30 de junho de 1972, e inaugurado em 8 de janeiro de 1973. Tal criação foi uma resposta, da então recém-criada UFMT, à expectativa de que ela refletisse a identidade regional, representada originalmente pela concepção de uma “Uni-

versidade da Selva". "Organizado em duas divisões, indigenista e naturalista, o Museu nasceu comprometido não só com a divulgação da cultura material dos povos indígenas, mas também com a produção de pesquisas etnológicas e aplicadas, com vistas à geração de conhecimento e intervenção mais qualitativa no debate interétnico regional". (MUSEU RONDON, 2006).

Na década de 1970, segundo o primeiro Reitor da UFMT, Gabriel Novis Neves (apud MACHADO, 2009, p. 52), a intenção era tornar a Universidade numa "Casa de Cultura" e para tanto foi criado o Museu Rondon que "não tinha compromisso com os Regimentos dos Museus Mortos [...] era vivo dinâmico. Era a estratégia [...] para chamar a atenção para o problema do índio [...]"

Dessa forma, a criação do Museu Rondon foi uma resposta da Universidade Federal de Mato Grosso à busca de uma identidade regional, se comprometendo "não apenas com a divulgação da cultura material dos povos indígenas, mas também com o desenvolvimento do conhecimento e a intervenção mais qualitativa no debate interétnico regional." (MACHADO, 2009, p. 53).

No início da década 1980, o Museu Rondon foi reaberto tendo por base uma nova forma de expor a cultura material indígena e de atuar junto à sociedade mato-grossense. Assim, em 1985 foi criado o **Programa Museu Escola**, que propôs ações didático-educativas desenvolvidas fora do seu espaço museológico, com a intenção de mostrar a riqueza cultural dos índios de Mato Grosso, abrindo, nessa medida, um canal de diálogo entre as sociedades indígenas e a sociedade mato-grossense.

O Programa **Museu-Escola** começou a ser pensado em 1986, buscando ampliar possibilidade de discussão sobre a questão indígena, o meio ambiente e o patrimônio histórico e arqueológico de Mato Grosso através de ações didático-educativas que pudessem "sensibilizar a comunidade escolar (educadores, estudantes e pais) na intenção de modificar a visão preconceituosa e estereotipada acerca da riqueza cultural dos povos indígenas." (MUSEU RONDON, 2006).

Segundo Jesus (2005), desde sua inauguração, em abril de 1988, no bairro São Gonçalo Beira Rio, o Museu Escola desenvolveu atividades em várias instituições escolares de ensino de 1º e 2º graus de Cuiabá e também em dezenas de municípios de Mato Grosso,

como Sinop, Barra do Garças, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, dentre outros.

A proposta do Programa Museu-Escola surgiu por solicitação dos próprios educadores e estudantes, principalmente os da rede pública, que visitavam o museu buscando ampliar os conteúdos apresentados nos livros didáticos e que, após a visita e tendo assistido aos filmes e estabelecido conversas com os técnicos indigenistas, ficava evidente o conteúdo genérico e as visões distorcidas que os livros estampavam. Outro ponto importante desse Programa foi a opção por atuar principalmente nas cidades próximas às aldeias, tentando possibilitar reflexões em torno das confrontações interétnicas presentes nessas localidades.



Foto 1: Museu escola: Escola Ferreira Mendes - Cuiabá/MT

Foto 2: Museu escola: Colégio D. Bosco - Barra do Garça/MT Acervo Museu Rondon

O Museu Escola foi pensado com uma estrutura por módulos (JESUS, 2005):

- **Ritude-Enári** - palavra da língua Bororo que significa "fazer arte", sendo o conhecimento repassado através de uma *Oficina do Saber*, onde os participantes, após conhecer alguns aspectos da cultura material e imaterial Bororo, reproduziam artefatos indígenas que iam da coleta de matéria-prima à manufatura final.
- **Hatí** - nome da casa comunal Paresi, onde os índios, ao anoitecer, deitados em suas redes, conversavam sobre as atividades cotidianas e sobre os problemas

que ameaçavam o povo e seu território, ao mesmo tempo em que as crianças brincando, ouviam e aprendiam as opiniões do grupo. Na **Hati** do Museu-Escola, são debatidas, com os participantes, todas as questões pertinentes à política indigenista.

- **Ega** - que na língua Bakairi significa “ver”, os estudantes mato-grossenses, através de audiovisuais e de outros recursos tecnológicos, eram informados sobre os aspectos culturais de vários povos indígenas e dos ecossistemas do estado de Mato Grosso.

Com esses módulos, o Programa Museu Escola procurou criar maior receptividade às questões indígenas e ambientais, por entendê-las indissociáveis. Esses trabalhos se desdobravam em oficinas artefatuais, palestras, debates e mostra de vídeos.

O Programa Museu Escola, iniciado em 1988, se desenvolveu até o ano de 1992, quando, infelizmente por falta de verba, de funcionários, assim como pelo desinteresse administrativo, acabou se encerrando.

## 1.2. A REVITALIZAÇÃO DO MUSEU RONDON

Por um período de tempo o Museu permaneceu no ostracismo, até seu prédio foi se deteriorando, e a beleza da cultura material indígena, exposta não foi suficiente para manter o Museu no roteiro dos guias turísticos de Cuiabá.

Diante dessa realidade indesejada, em dezembro de 2004 um grupo de pessoas interessadas em revitalizar o Museu criou a Associação dos Amigos do Museu Rondon – ASAMUR, cujo Artigo 4º de seu Estatuto informa:

A Associação tem por finalidade precípua dar apoio às atividades científicas, artísticas e culturais do Museu Rondon, auxiliando-o a preservar e divulgar suas coleções museológicas, acervos documentais e também a

estimular a pesquisa e demais atividades que desempenha no campo da articulação das sociedades indígenas da região. (Estatuto ASAMUR, Art.4º, 2004, p.1)

Assim, após a organização jurídica da ASAMUR, uma das primeiras ações foi promover a participação do Museu Rondon, em 2006, na 4ª Semana Nacional de Museus, com a Exposição “Ritos de Passagens”



Fotos 3 e 4: Exposição *Ritos de Passagens*/ 2006. Acervo ASAMUR

Em 2007, o Museu participou da 5ª Semana Nacional de Museus, promovendo o Seminário *Trajetórias de Rondon: Centenário da construção da Linha Telegráfica de Cuiabá/ Santo Antonio do Madeira* e também a Mostra Fotográfica *Trajetórias de Rondon*, além da exibição de filmes e a realização de mesas-redondas com a participação de pesquisadores de diversas áreas. Propôs-se também a “construir um caminho analítico novo sobre imagens, acontecimentos, idéias e valores que envolvem a Comissão Rondon [...] provocando um olhar crítico e informado sobre os fatos – e as construções sobre os mesmos – que dão sustentação à identidade mato-grossense” (Museu Rondon, folder 2007).

Porém, a grande mudança no Museu se deu com o Projeto de Reforma e Revitalização da Sala de Exposição do Museu Rondon, aprovado pelo Programa Petrobras Cultural, Seleção 2005/06, e que se efetivou, em 2008, com a reforma do prédio, retomando o conceito arquitetônico da década de 70, e adequando seu equipamento expositivo às crianças e aos PNE, como os cadeirantes.



Foto 5: Reabertura do Museu Rondon



Foto 6: Apresentação dos Índios Umutina. Acervo ASAMUR

Em parceria com o Instituto Homem Brasileiro, foi aberta a Sala de Exposição à comunidade mato-grossense, em 19 de abril de 2008, com a realização da mostra *Xaraés: o doméstico e o ritual – uma viagem ao Pantanal da Pré-história tardia*, com curadoria da arqueóloga Maria Clara Migliacio. A importância dessa exposição se deve ao fato de ter reunido em um só local o acervo da cultura material dos Xaraés – povo extinto no século XVII, espalhado em diversas instituições do Estado, demonstrando a grandiosidade e a beleza dessa cultura.

### 1.3. RITUDE ENÁRI: A OFICINA DO SABER

A ASAMUR/Museu Rondon também teve aprovado pelo Programa Petrobras Cultural, Seleção 2006/07, o Projeto *Ritude Enári - a oficina do saber*, cujos objetivos foram:

- Oferecer de forma dinâmica e interativa o Ritude Enári - A Oficina do Saber, oferecendo simultaneamente, num mesmo espaço físico, cursos, palestras, debates, exposição de cultura material indígena, mostra de vídeos e informe dos aspectos culturais de vários povos indígenas e dos ecossistemas do estado de Mato Grosso. Optou-se pelo espaço da escola para atender a toda a comunidade interna e de seu entorno.
- Constituir no Museu Rondon um ponto de encontro entre índios e

comunidade mato-grossense, tornando-o um veículo de reflexão da realidade indígena e ambiental, ampliando o universo dessas relações, ocupando espaços e possibilitando um maior número de aliados a causa indígena e ambiental

- Provocar o diálogo para possibilitar a mudança da imagem estereotipada que se tem das sociedades indígenas, principalmente quando os jovens indígenas estão, nas cidades, frequentando as escolas de Ensino Médio e os Cursos Universitários;
- Debater a forma que o currículo escolar trata os povos indígenas, como uma figura do passado, adotando “chavões” como: “os índios eram”, ou os “índios estavam”. Em 15 de julho de 2009 aconteceu o lançamento do projeto Ritude Enári no Auditório do Museu Rondon, com a intenção de apresentá-lo à comunidade mato-grossense.



Fotos 7 e 8: Lançamento do projeto no Auditório do Museu Rondon à comunidade mato-grossense. Acervo ASAMUR

Através desse projeto foram oferecidas: mostras de cultura material indígena, de vídeos com temática indígena e ambiental, e oficinas de grafismo indígena em cerâmica, máscara, pintura corporal e contação de história. A seleção de cada estabelecimento escolar se deu através da aceitação de sua direção e coordenação pedagógica que autorizaram a realização do projeto na unidade escolar, sendo as datas adaptadas ao calendário letivo. Assim, de agosto a novembro de 2009 foram atendidas 8 unidades escolares em 3 municípios.

## QUADRO 1 - CRONOGRAMA DE AÇÃO

Data:	Comunidade	Área	Município	Local
De 04 a 08 de agosto	Coxipó do Ouro	Rural	Cuiabá	Escola Municipal Rural de Ensino Básico Nª Srª da Penha de França
De 11 a 15 de agosto	Coophema-Coxipó	Urbana	Cuiabá	Escola Municipal Ensino Básico Hermelinda de Figueiredo
De 15 a 19 de setembro	Bom Sucesso	Rural	Várzea Grande	Escola Municipal Ensino Básico Maria Barbosa Martins
De 22 a 26 de setembro	CPA	Urbana	Cuiabá	Escola Estadual André Avelino Ribeiro
De 02 a 06 de outubro	Passagem da Conceição	Rural	Várzea Grande	Escola Municipal de Ensino Básico Dr. João Ponce de Arruda
De 20 a 24 de outubro	Nova Esperança I	Urbana	Cuiabá	Escola Municipal de Ensino Básico Jesus Criança
De 10 a 14 de novembro	Morrinho	Rural	Stº Antonio de Leverger	Área da Igreja e Escola Municipal de Ensino Básico José Ferreira da Silva
De 25 a 29 de novembro	Varginha	Rural	Stº Antonio de Leverger	Salão Paroquial e Escola Estadual Faustino Dias de Amorim

No dia 5 de agosto 2009, às 9h00, teve início o projeto *Ritode Enári*, com apresentações culturais dos alunos da Escola Municipal Rural Nossa Senhora da Penha de França, localizada no Coxipó do Ouro/Cuiabá MT, um dos primeiros pontos da ocupação bandeirantista na região Central da América do Sul, situado às margens do Rio Coxipó do Ouro, banhado de água cristalina e detentor de histórica paisagem arquitetônica.

Houve também a apresentação de Grupo Teatral Umutina "Filhos de Haipuku", de Barra do Bugres, composto de 12 membros, que apresentaram diversas danças do grupo Umutina e convidaram o público a participar, promovendo grande interação cultural. As atividades oferecidas envolveram o conjunto dos alunos da escola:



Foto 9: Rio Coxipó do Ouro



Foto 10: Apresentação de Siriri dos alunos da EMREB Nª Srª da Penha de França.



Foto 11: Apresentação de Siriri dos alunos da EMREB Nª Srª da Penha de França.  
Foto 12: Índio Umütina

Foto 13: Participação dos alunos  
Foto 14: Apresentação  
Foto 15: Pintura em cerâmica  
Foto 16: Mostra de vídeo

Foto 17: Palestra aos alunos  
Foto 18: Esc. Penha de França  
Foto 19: Esc. J. Ferreira da Silva  
Foto 20: Escola Jesus Criança.

Foto 21: Escola Hermelinda  
Foto 22: Esc. Avelino Ribeiro  
Foto 23: Escola Mª Barbosa.  
Acervo ASAMUR



Fotos 24 e 25: Corpo de Bombeiros/MT na Escola Mª Barbosa Martins – Bom Sucesso/VG.  
Foto 26: Hip-Hop, Escola Mª Barbosa

Foto 27: Dança Espanhola, Escola Avelino Ribeiro  
Foto 28: Rasqueado Cuiabano, Escola Hermelinda  
Foto 29: Banda de Percussão, Escola Jesus Criança

Foto 30: Coral, Escola José Ponce de Arruda  
Foto 31: Grupo de Siriri 3º Idade, Faustino Dias.  
Acervo ASAMUR

Foram oferecidas atividades à comunidade do entorno das escolas, tanto no período matutino, vespertino, e noturno quando a comunidade local manifestava interesse.

Exposição de Artefato Indígena: foram expostas armas, trançados, tecelagens, material lúdico, instrumentos musicais, artefato ritual mágico, utensílios e implementos, peças adquiridas pelo projeto. As visitas guiadas foram organizadas por turma e implementadas pela Coordenação Pedagógica de cada escola.

Mostra de Vídeo com Temática Indígena e Ambiental: o tempo de duração do filme dependia da idade do público alvo

para adequação dos diferentes vídeos.

Para complementar a proposta do Ritude Enári, em relação à questão ambiental, em algumas escolas ocorreram ações educativas, como a participação da *Coordenação Estadual de Combate e Prevenção a Incêndios*, Coordenada pelo Major Márcio Paulo da Silva (Corpo de Bombeiros/MT), prestando relevantes informações sobre o tema; com a participação dos alunos e da comunidade.

As Instituições Escolares, em retribuição à *Oficina do Saber* do Ritude Enári, mostraram aos presentes várias atividades realiza-

das pelos alunos em projetos já existentes nas escolas como: apresentação das danças espanhola, *country*, *street dance*, *hip hop*, bloco de carnaval da escola, apresentação de banda marcial, coral, culminando com as tradicionais danças de siriri e cururu.

O diferencial básico deste projeto se deve ao fato de que as oficinas oferecidas aos alunos foram apresentadas e ministradas pelos próprios índios, o que trouxe uma maior aproximação entre a comunidade escolar e as etnias indígenas. Nessas atividades, o índio foi interlocutor de sua história, buscando na presença físico-cultural com a sociedade estudantil mato-grossense uma interação menos conflituosa.

#### 1.4. ARTE DO GEOMÉTRICO

Da Arte Indígena, o que chama mais a atenção são os exuberantes adornos plumários, por sua linguagem extremamente rica, tanto na arte em si como na linguagem simbólica. Considerados povos ágrafos, as sociedades indígenas do Brasil, por não terem escrita, se fazem comunicar através da palavra e do gestual, quase sempre pouco perceptíveis pela sociedade não índia.

O índio, quase sempre traduz suas emoções e sentimentos através das pinturas corporais e também tendo por base outros suportes rígidos. Ao besuntar-se com o vermelho do urucum, do negro azulado do jenipapo ou do branco da tabatinga pode refletir um momento extremamente individualizado, indo da alegria máxima à tristeza absoluta. Outras vezes, esse corpo estampa uma geometrização estupenda e complexa, que para o índio traduz momentos de viver e morrer, do claro e escuro, do estar em contato com seres propiciatórios da boa caça e da farta colheita, ou mesmo de desejo de recolhimento, mesmo estando sentado no pátio da aldeia no coletivo. Esses grafismos e a emoção de aplicá-los no corpo ou em suportes rígidos variados e emoldurados por mitos criadores e reformuladores, formam a tônica do Ritude Enári.

Os professores/oficineiros do projeto são os próprios índios

Umutina, povo habitante das margens direita do Rio Paraguai e das margens esquerda do Rio dos Bugres, onde predomina a formação de cerrado fechado com densa mata de poaia (ipecacuanha), morada do mitológico pé-de-garrafa e de outros seres mágicos florestais e aquáticos, que assustavam os mais “valentes mateiros”.

#### 1.5. AS OFICINAS DO PROJETO RITUDE ENÁRI OFERECIDAS À COMUNIDADE ESCOLAR

Assim, as oficinas oferecidas à comunidade escolar tornaram-se pretexto para que os alunos quebrassem a barreira cultural e entrassem em contato com a cultura e a simbologia desse povo, calcada nos medos e sabedorias desses homens vegetais, cujo conhecimento possibilitou a sobrevivência de seu povo, principalmente quando a ipecacuanha, conhecida como “ouro verde”, tinha altas cotações no mercado europeu, e esses índios, tradicionais moradores dessas matas, foram caçados e quase extintos a balaços de carabinas. Estas oficinas foram assim distribuídas:

*Oficina de Grafismo Indígena-Corporal* – nela, o cursista aprendeu a importância e o significado do grafismo corporal indígena, enquanto treinava o traçado escolhido em papel rascunho e depois fazia o traçado final em placas rígidas, ou no próprio corpo.



Foto 32: Escola Mª Barbosa  
Foto 33: Pintura Corporal



Foto 34: Escola Hermelinda.  
Acervo ASAMUR

*Oficina de Grafismo Indígena em Cerâmica* – O cursista aprendia o significado e como e onde aplicar o grafismo indígena nas peças cerâmicas, enquanto treinava o traçado escolhido em papel rascunho, fazendo depois o traçado final em uma peça de cerâmica (vaso, prato e outros suportes cerâmicos).



Foto35: E.Penha de França  
Foto36: Escola Hermelinda

Foto 37:E. Faustino de Amorim  
Acervo ASAMUR

*Oficina de Grafismo Indígena em Máscara* – O cursista aprendeu a importância e o significado do grafismo indígena utilizado nas máscaras, enquanto treinava o traçado escolhido em papel rascunho, sendo que o traçado final era feito em um suporte rígido de madeira onde foi montada a máscara.



Foto 38: Escola Mª Barbosa  
Foto 39: E.Jesus Criança

Foto 40:Escola Hermelinda.  
Acervo ASAMUR

*Oficina de Contação de História - a ecologia da selva nos mitos indígenas:* após serem contadas e discutidas as histórias míticas da cultura indígena Umutina aos estudantes,

eram trazidas à tona a curiosidade com a forma de morar, vestir, comer, enfim, com o cotidiano da aldeia;



Foto 41: Escola Hermelinda  
Foto 42: Escola Jesus Criança

Foto 43: E. J. Ponde de Arruda  
Acervo ASAMUR

Em 29 de novembro de 2009, no encerramento do *Projeto Ritude Enári - A Oficina do Saber*, desenvolvido junto à Escola Estadual Faustino Dias de Amorim, em Varginha – localizada no Município de Santo Antônio de Leverger, foram congregadas a arte cuiabana das danças do cururu-siriri, apresentadas pelos grupos de crianças e pessoas da terceira idade da Comunidade, emoldurado pelas apresentações dos índios do povo Umutina do Município de Barra dos Bugres, que apresentavam a Dança do Ngumbê, Típica de Guiné Bissau, pelos alunos africanos do Intercâmbio UFMT/Brasil-África, num "colorido palco da verdade, aberta e rasgada contra o preconceito racial onde, repentinamente, no rodar do ponteiro do tempo, vimos cuiabanos e não cuiabanos, brancos e negros contagiados pelos representantes indígenas e africanos de Guiné Bissau se confraternizarem na *Oficina do Saber*, saber que só a arte proporciona". Como essa conjunção fraternal, o Ritude Enári encerrou a primeira etapa de sua jornada colorida da busca, através da arte, do Brasil ideal. Brasil de índios, negros e brancos. (JESUS, 2009)

## INTERCÂMBIO UFMT/BRASIL/ÁFRICA

Como podemos observar no quadro que se segue, de agosto a novembro de 2009 o projeto *Ritude Enári – A Oficina do Saber*, atendeu a onze escolas, num total de mais de quatro mil alunos envolvidos, sem contabilizar a participação da comunidade

de do entorno das instituições escolares que também visitou a Exposição Itinerante de Artefato Indígena, participou da Mostra

de Vídeo e das palestras oferecidas, assim como assistiu as apresentações culturais.



Foto 44: dança índios Umutina

Foto 45: Dança do Ngumbê, alunos africanos

Fotos 46 e 47: Interação índios Umutina e alunos africanos e comunidade local. Acervo ASAMUR

QUADRO 2 - Nº DE ALUNOS BENEFICIADOS POR UNIDADE ESCOLA

MUNICÍPIO	NOME DA UNIDADE ESCOLAR	CRECHE	PRE ESCOLA	ENS. FUND	ENS. MÉDIO	MEDIO INTEG.	EJA	TOTAL por Escola	TOTAL de Escola
Cuiabá	EEPSG André A. Ribeiro	0	0	0	1768	143	0	1911	1
Cuiabá	EMEB Jesus Criança	0	148	422	0	0	234	804	1
Cuiabá	EMREB N <sup>o</sup> . Sr <sup>a</sup> . da Penha de Franca	0	23	157	60	0	22	262	1
Cuiabá	EEPG Prof <sup>a</sup> . H. de Figueiredo	0	27	484	0	0	0	511	1
S. A. do Leverger	EE Faustino D. de Amorim	0	0	151	38	0	0	189	1
S. A do Leverger	EMPG José F. da Silva	0	0	29	0	0	0	29	1
Várzea Grande	EMEB João P. de Arruda	0	10	30	0	0	0	40	1
Várzea Grande	EMEB Prof <sup>a</sup> . Maria B. Martins	0	22	138	0	0	0	160	1
Cuiabá	EE Leovegildo de Melo	0	0	28	38	0	0	66	1
Cuiabá	EMREB Nova Esperança	0	0	25	0	0	0	25	1
S. A. do Leverger	Creche Sebastiana da S. Figueiredo	17	0	0	0	0	0	17	1
<b>Total</b>		<b>17</b>	<b>230</b>	<b>1464</b>	<b>1904</b>	<b>143</b>	<b>256</b>	<b>4.014</b>	<b>11</b>

## 1.6. INICIANDO NOVOS DESAFIOS

Até poucos anos atrás, quando se referia a Museu, logo vinha à mente um local onde se “guardavam coisas velhas”, que só serviam para lembrar outros tempos. No entanto, hoje, o Museu adquiriu um novo papel no imaginário popular como agente educacional, divulgador cultural e espaço de lazer. Isso se deve à mudança de postura na tentativa de “assumir-se como instituição de educação popular, não só em contribuir para o sistema formal de aprendizagem como, igualmente, para o resgate e aprimoramento de atividades, valores e padrões comportamentais” (MENEZES, 1989, p.32).

O Museu Rondon e a ASAMUR, através do projeto *Ritude Enári - A Oficina do Saber* trouxeram um maior envolvimento entre escola e Museu, extrapolando suas ações para além do espaço museológico da Sala de Exposição Permanente e assumindo seu papel enquanto instituição educacional, promotora do contato direto dos alunos com a cultura indígenas através da cultura material e imaterial, apresentada através da mostra de filmes e especialmente da interação direta dos alunos e comunidade com os índios. Segundo Antonio João de Jesus (2010),

No *Ritude Enári - A Oficina do Saber*, foi proporcionado aos índios Umutina, um “tempo” deles, pois ali foram os senhores das palavras, palavras sempre escritas por outros. Vimos milhares de crianças extasiadas com os jovens Umutina exuberando conhecimento ambiental, artístico, onde geometrizavam nos vasos cerâmicos e placas rígidas de madeira o tempo, o tempo Umutina. Por fim dançar com as crianças, adultos, professores e comunidade do entorno das escolas. No estalar da corda do arco e no esturro da onça pintada que emitiam no fim de cada atividade do *Ritude Enári*, o Tempo Umutina proposto pela ASAMUR, não era mais dos balaços das carabinas de séculos passados. As crianças provaram isso e fraternidade foi o fato desse tempo.

Com essas ações, parece que o Museu Rondon retomou seu lugar no Roteiro Turístico de Cuiabá e nas ações junto à comunidade mato-grossense, comprometendo-se com a divulgação da cultura material dos povos indígenas e gerando conhecimento através da intervenção qualitativa no debate interétnico regional. Se efetivamente isto ocorrerá, só o tempo e a história nos responderão.

## REFERÊNCIAS

CAZELLI, Sibeles; FRANCO, Creso. O perfil das escolas que promovem o acesso de jovens a museus. In: *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Ano II, nº 2, Rio de Janeiro: IPHAN/Deptº de Museus e Centros Culturais, 2006, p.69-80.

DALSICO, Arali Maiza Parma. JESUS, Antônio João de. *Projeto Museu Rondon: Ritude Enári, a oficina do saber*. Programa Petrobras Cultural - Seleção 2006/2007. Área: Formação Educação para as Artes: Ações. Proponente Associação de Amigos do Museu Rondon / ASAMUR. Cuiabá: Museu Rondon, 2006/2007 (digitado) Estatuto ASAMUR - [www.ufmt.br/ichs/museu\\_rondon/museu\\_rondon](http://www.ufmt.br/ichs/museu_rondon/museu_rondon)

FOLDER do Seminário “*Trajetórias de Rondon: Centenário da construção da Linha Telegráfica de Cuiabá/ Santo Antonio do Madeira*”. Maio-2007.

GONÇALVES, Telma Lasmar. Lazer é prazer. Museu dá prazer? Uma análise da ralação do moradores de Niterói com o seu Museu de Arte Contemporânea. In: *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Ano II, nº02, Rio de Janeiro: IPHAN/Deptº de Museus e Centros Culturais, 2006, p.27-40.

JESUS, Antônio João de. *Reformulação do Projeto do Museu Rondon/Narq-MR*. Cuiabá: Museu Rondon, 2005. (digitado)

JESUS, Antonio João de. *Informativo Eletrônico aos Associados* - ASAMUR/Dez-2009 – Email: asamur.mr@hotmail.com  
JESUS, 2010 - <http://www.overmundo.com.br/overblog/a-linha-do-tempo-do-tempo-umutina>

MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Museu Rondon: Antropologia e Indigenismo na Universidade da Selva*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MENEZES, Claudia. Museu do Índio: novas perspectivas e possibilidades para a participação estudantil e das populações indígenas. *Ciências em Museus*. Periódico Bi-anual. V. 1, nº 1, abril de 1989. Belém/Pará: Museu Paraense Emílio Goeld/CNPq, p.31-8.  
MUSEU RONDON. *Relatório: Museu Rondon: Ritude Enári Rondon*, 2006. (digitado)

# MEMÓRIAS DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA EM NOBRES

**Dra. Andréia Dalcin**

UFMT/ ICET/ Departamento de Matemática/ Programa de Pós Graduação em Educação  
Rua NOVE, 273, casa 15. Recanto dos Pássaros. Cuiabá. CEP 78075 290. Fone: (65) 96036797. deiadalcin@gmail.com

**Ms. Vinícius Machado Pereira dos Santos**

UFMT/ ICET/ Departamento de Matemática  
Av. A, 107 Residencial Cristal BI B1 apto 05 Bairro Terra Nova, Cuiabá. CEP: 78.050.392.  
Fone: (65) 36446281 - viniciusmps@gmail.com

**Ms. Adailton Alves da Silva**

UNEMAT/ Barra do Bugres/ Departamento de Matemática  
Rua A, S/N - Bairro São Raimundo - Barra do Bugres MT. CEP: 78.390 - adailtonalves5@uol.com.br

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo divulgar alguns resultados da pesquisa *Memórias do Curso de Matemática na UNEMAT – Barra do Bugres*, com apoio da FAPEMAT, desenvolvida entre 2008 e 2010. O enfoque tem como centralidade o curso de Licenciatura em Matemática vinculado ao Departamento de Matemática da UNEMAT de Barra do Bugres, foi ofertado na cidade de Nobres -MT de 2005 a 2008, na modalidade “Turma fora de sede”. Trata-se de pesquisa na área da História da Educação Matemática, com ênfase na formação de professores de Matemática. Busca-se compreender e construir uma narrativa que valorize a memória de uma instituição educativa e os processos desencadeados no contexto de um curso de formação de professores de Matemática na sua relação com a comunidade local.

**Palavras-chave:** Memórias. Educação Matemática. Formação de Professores. História. Mato Grosso. Nobres-MT.



## ABSTRACT

The goal of the work is to disseminate some research findings “Memories Course of Mathematics in UNEMAT – Barra do Bugres”, with support from FAPEMAT, developed between 2008 and 2010. At this time the focus will be on course in Mathematics linked to the Department of Mathematics UNEMAT - Barra do Bugres, which was offered in the town of Nobres from 2005 to 2008, in the form “Turma fora de sede”. This is a research in the field of investigation for the History of Mathematics Education with an emphasis on training teachers of mathematics and sought to understand and construct a narrative that enhances the memory of an educational institution and the processes triggered in the context of a course of training of mathematics teachers in their relationship with the local community.

**Keywords:** Memories, Mathematics Education, Teacher Education. History. Mato Grosso. Nobres-MT.

O presente artigo tem por objetivo divulgar resultados da pesquisa *Memórias do Curso de Licenciatura em Matemática da UNEMAT de Barra do Bugres*, com apoio da FAPEMAT, desenvolvida entre 2008 e 2010. O referido projeto investiga o percurso histórico do curso de Licenciatura em Matemática do *campi* de Barra do Bugres da UNEMAT, com o intuito de compreender os processos de criação, legitimação, estruturação administrativa, curricular e pedagógica, análise do perfil dos alunos ingressos e egressos, bem como resgatar a memória de uma instituição educativa, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas no âmbito da formação de professores de Matemática no estado de Mato Grosso. O projeto situa-se na área de Educação Matemática, mais precisamente no campo de investigação História da Educação Matemática, definido por Miorim e Miguel (2002) como campo que inclui:

[...] todo estudo de natureza histórica que investiga, diacrônica ou sincronicamente, a atividade matemática na história, exclusivamente em suas manifestações em práticas pedagógicas de circulação, apropriação e re-significação do conhecimento matemático e em práticas sociais de investigação em educação matemática (MIORIM; MIGUEL, 2002).

Dialoga metodologicamente com diferentes áreas das Ciências, tais como a História, Sociologia, Matemática e Educação (de modo especial com a História da Educação). Nesse sentido, autores como Certeau, Roger Chartier, André Chervel e Dominique Juliá, representantes da História Cultural serão utilizados como referência na construção das concepções do “fazer história” e de uma história em particular, a história das práticas educativas, da disciplina Matemática e do cotidiano no interior de uma instituição educativa que objetiva formar professores nessa área específica de conhecimento. Do mesmo modo, autores brasileiros que tratem das temáticas vinculadas ao projeto, como formação de professores e ensino de Matemática, servirão como balizadores.

O enfoque será o curso de Licenciatura em Matemática vinculado ao Departamento de Matemática da UNEMAT de Barra do Bugres, foi ofertado na cidade de Nobres – MT, entre 2005 e 2008, na modalidade “Turma fora de sede”. Analisaremos o curso enfatizando sua trajetória histórica a partir do levantamento de dados e análises produzidas a partir de documentos escritos oficiais e não oficiais, fotografias e depoimentos orais. Do exercício de análise resultaram as monografias das alunas Luciane Paese Strogulski Bufalo e Laureci Ferreira da Silva, sob orientação da professora Dra. Andréia Dalcin, egressas do referido curso e que integraram o projeto *Memórias do Curso de Licenciatura em Matemática da UNEMAT de Barra do Bugres* em 2008.

A investigação de Búfalo (2008) objetivou coletar e analisar informações acerca do curso, desde a pré-instalação até seu encerramento; recolhendo documentos, entrevistando sujeitos que fizeram parte deste percurso, e reconstituindo essa parte da história de relevância para o Município de Nobres. No diálogo com jornais

dessa cidade, fotografias, documentos oficiais e orais oportunizou o confronto de ideias e percepção do movimento político que levou o curso de Licenciatura em Matemática para a cidade de Nobres. Além disso, Bufalo (2008) apresenta o projeto político-pedagógico do curso, as mudanças de espaço físico e a organização destes (laboratório, biblioteca etc.) e narra, por meio do depoimento dos coordenadores, professores e alunos, as dificuldades e conquistas ao longo dos quatro anos do curso.

O trabalho de investigação de Silva (2008) também toma o mesmo curso como objeto de estudo, no entanto o enfoque é outro. Recupera o processo do vestibular e procura identificar o perfil dos alunos que ingressaram e concluíram o curso, buscando também verificar as causas da evasão de alguns colegas e, principalmente, compreendendo o cotidiano do curso, os eventos, projetos, estágios e práticas educativas que o caracterizaram.

É importante ressaltar que o curso ofertado na cidade de Nobres é, de certa forma, uma extensão do de Licenciatura em Matemática da UNEMAT de Barra do Bugres, visto manter o mesmo projeto político-pedagógico, com alteração da metodologia de trabalho que passou a ser com disciplinas de carga horária concentrada ao longo do semestre. Cursos dessa natureza, conhecidos como "Turma fora de sede", acontecem com certa regularidade na UNEMAT, especialmente nos denominados Núcleos Pedagógicos, e exigem uma parceria oficial entre a instituição, por meio do campus da UNEMAT responsável pelo Núcleo, e a prefeitura da cidade onde acontecerá o curso. Justifica-se tal prática pela necessidade de levar o ensino superior ao interior do estado de Mato Grosso, particularmente nos locais em que a UNEMAT não possui *Campi*; também em cidades que apresentam carência de uma formação específica, porém com baixa demanda de alunos, o que inviabilizaria a existência de cursos com fluxo contínuo. A rotatividade de cursos é uma alternativa que vem sendo adotada.

A opção pelas cidades e cursos é, em última instância, uma ação política que envolve a população local, os gestores municipais e a UNEMAT. Semelhante ação merece ser estudada e analisada. Nesse sentido, o trabalho de Bufalo (2008) trouxe contribuições

significativas no caso do curso de Licenciatura em Matemática na cidade de Nobres.

## BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE NOBRES

O município de Nobres foi fundado por ocasião em que foram doadas três **sesmarias**, denominadas Bananal, Francisco Nobre e Pontezinha. O nome do município nasceu através do Sr. Francisco e perdura até hoje, só que no plural, "os Nobres"; denominação designativa dos membros da família Nobre. O município possui uma população constituída por nativos e migrantes vindos de outras regiões brasileiras, sendo os setores, comercial e agrícola são prioritários. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, de 2007, a população era de 14.862 habitantes:

Nobres é uma cidade pequena e calma, tranquila para se viver, a maioria das pessoas é conhecida, o que torna mais fácil ainda a vida nesta cidade. O município possui comércios, indústrias, escolas municipais, públicas e privadas, 01 hospital, 6 farmácias, 03 padarias, 05 mercados grandes, alguns hotéis onde se destaca a Pousada Mangueiras e o Hotel Pirâmide. Para entretenimento, Nobres não oferece muito... Locadoras de DVDs, e os pontos turísticos que são frequentados pelos moradores e alguns turistas. No entanto Nobres vem se tornando uma referência para o turismo (BUFALO, 2008, p.16).

Segundo os estudos de Bufalo (2008), os principais articuladores para a vinda da UNEMAT para Nobres foram o vereador Antônio de Almeida das Neves<sup>1</sup> e o Deputado Mauro Savi, juntamente com profissionais da Secretaria de Educação e representantes do Comércio local. No início do ano de 2003, os cidadãos Nobrenses ouviram falar da UNEMAT, e como era ano político, a UNEMAT passou a ser um sonho dos moradores do município. Mas, para que esse sonho se tornasse realidade, muito se teve que fazer. O vereador

Antônio de Almeida das Neves, que teve a ideia de trazer uma universidade para Nobres, confessa que na época tinha a intenção de entrar na política, nesse período "Das Neves", como é conhecido na cidade, era vendedor e disse em entrevista:

Apareceu aqui o cidadão Mauro Savi, eu trabalhava de vendedor na época, e ele pediu ajuda em sua campanha. Eu me dispus a trabalhar e ajudá-lo (...) na época, ele perguntou o que eu precisava e queria. E eu disse: Olha Mauro, eu vou te ajudar porque já estamos cansados de votar em pessoas de Cuiabá e Várzea Grande que vêm aqui pegam os votos, fazem um monte de promessas e não voltam mais aqui. Como você mora em Sorriso, no mínimo você vai passar aqui nesta estrada. Bom, o ajudamos, e ele ficou surpreso com a quantidade de votos que ele teve aqui, esperava duzentos votos e nós fizemos quinhentos e noventa e nove, muitos votos... O que eu pedi pra ele na época é que ele trabalhasse e olhasse por Nobres. Com esse número de eleitores que ele teve, me convidou para trabalhar na Assembleia, no gabinete dele, e como assessor parlamentar. Eu fui mexendo, onde dava para puxar alguma coisa pra Nobres, eu estava ali arrumando... Um posto de saúde, uma ambulância, uma ponte, uma estrada e então veio a questão da universidade pública, na época, nós levantamos Nobres e Sorriso. E eu comecei a correr atrás disso aí (NEVES, 2003 apud BUFALO, 2008, p. 124).

Das Neves passou a ter o amparo político necessário para fazer com que as coisas acontecessem em Nobres. Na sequência, Das Neves e o Sr. Petrônio Sobrinho, que também trabalhava na Assembleia Legislativa, fizeram um levantamento que revelou que Nobres e Sorriso precisavam de cursos de nível superior. Além disso, através de uma pesquisa com professores e diretores de todas as escolas para averiguar quais seriam os cursos oferecidos pela provável parceria com a UNEMAT, constatou-se que Matemática era a área que tinha mais deficiência, tanto nas escolas municipais como

estaduais, não havendo muitos professores formados na época e alguns que estavam em sala suprimindo essa necessidade, apenas tinham o ensino médio.

Iniciam-se as negociações com a UNEMAT e o empenho de algumas pessoas em Nobres foi decisivo para que o curso acontecesse. Considerando a entrevista do Professor Julio César Geraldo<sup>2</sup>, podemos inferir que Dona Maria de Lourdes e Domingas Pereira foram as grandes articuladoras. O professor Julio César Geraldo, na época, era o Coordenador do campus da UNEMAT de Barra do Bugres, e em entrevista concedida no dia 13 de agosto de 2008, nas dependências do Projeto Doce Vida, em Barra do Bugres, rememorou a burocracia envolvida para a abertura de um curso dessa natureza em Nobres,

[...] tinha que ser eu aqui e mandar pra Cáceres e Cáceres tentar encaminhar, mas eu acho que a insistência, a boa vontade, todas essas qualidades, tanto da Dona Maria quanto da Domingas, foram o que acabou fazendo com que o departamento abraçasse a causa, porque seria impossível a gente abrir um campus em Nobres, até porque as condições eram muito difíceis (GERALDO, 2008, p. 1, apud BUFALO, 2008).

Entretanto, a opção pelo curso de Licenciatura em Matemática não foi unânime, havendo também por parte de alguns representantes da cidade, que participaram das negociações para vinda da UNEMAT, de modo especial o vereador Sr. Vidal Rodrigues de Souza, interesse pelo curso de Turismo, por ser a cidade considerada um pólo turístico na região. Seu descontentamento foi manifestado na aula inaugural e registrado pelo jornal *Tribuna de Nobres* do dia 24 de fevereiro de 2005.

Sem a pretensão de gerar polêmica, o vereador presidente do Legislativo, Vidal Rodrigues de Souza, disse em entrevista à TV, que Nobres carece de cursos superiores que atendam às necessidades mais imediatas dos estudantes. Vidal vislumbrou uma aula inaugural

de um curso superior de turismo, unindo o útil ao agradável. Para o parlamentar, a implantação de cursos superiores precisa ser discutida amplamente, de forma a satisfazer um plano geral. O que deixou de ser uma crítica ao que ele considerou como de pouco interesse público, o curso de Matemática (SOUZA, 2005. In: Tribuna de Nobres 24 de fevereiro a 3 de março. p. 1, 2005, apud BUFALO, 2008).

Tal percepção do vereador, frente à impossibilidade de levar para Nobres o curso de Turismo, coloca em evidência sua perspectiva com que a formação de professores, concebida pelo parlamentar municipal, como de “pouco interesse público”, revelando que a formação de professores ainda não era unanimamente tida como uma prioridade, assim como demonstrando seu desconhecimento quanto à realidade educacional. Lembrando que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Nobres, em 2007, foi de 3,5, colocando a cidade na posição 96, dentre os 141 municípios de Mato Grosso.

O convênio assinado entre a UNEMAT, representada pelo reitor *Taisir Mahmudo Karim*, e a Prefeitura Municipal, gestão Flávio Dalmolim, ocorreu no dia 2 de julho de 2004, legitimando o acordo entre o município. No documento ficam explicitados os direitos e deveres de cada uma das partes. A cláusula segunda do citado convênio ressalta a oferta do curso, através de um único vestibular e que não haveria continuidade, a não ser que houvesse a necessidade de novo convênio. O município efetuará repasses no valor total de R\$ 458.151,36, para custear as despesas do curso. Na subcláusula quarta, da cláusula segunda, fica claro que a coordenação administrativa, pedagógica, financeira e normativa do curso ficaria a cargo da UNEMAT.

O vestibular aconteceu nos dias 28 e 29 de novembro de 2004 e, de acordo com a lista de inscrições do vestibular, 148 candidatos inscritos. Desses, 92 foram classificados e 56 reprovados ou desclassificados. Apenas 40 vagas foram oferecidas, sendo 75% delas, destinadas aos moradores de Nobres, com residência comprovada. Houve também, ingressantes que eram de comunidade

externa, sendo que apenas três conseguiram passar no vestibular.

Dos 148 inscritos, 100 eram mulheres e 48 homens. O curso iniciou com quarenta alunos. Entretanto, houve desistência logo no início do curso, o que favoreceu que outras pessoas que estavam na lista de espera e pudessem ser chamadas.

A matriz curricular do curso, como dito, foi a mesma que vigorava no curso em Barra do Bugres, com um total de 3.350 horas aulas a serem integralizadas num período de quatro anos, ministradas no período noturno. Compõe a matriz curricular as disciplinas de: Cálculo Diferencial e Integral I, Cálculo Diferencial e Integral II, Cálculo Diferencial e Integral III, Cálculo Diferencial e Integral IV, Cálculo Numérico, Matemática Financeira, Educação Física, Física Geral e Experimental I, Física Geral e Experimental II, Física Geral e Experimental III, Física Geral e Experimental IV, Fundamentos da Matemática Elementar, Fundamentos do Cálculo, Geometria Analítica e Vetorial, Geometria Elementar, Fundamentos da Álgebra, Introdução a Computação, Informática e Educação Matemática, Introdução à Lógica Matemática, Introdução à Sociologia, Produção de Texto e Leitura I, Produção de Texto e Leitura II, Probabilidade e Estatística I, Probabilidade e Estatística II, Psicologia da Educação, Álgebra Linear, Análise Matemática, Modelagem Matemática, Geometria Descritiva, Didática Geral, Estrutura e funcionamento do Ensino Fundamental e Médio, Estruturas Algébricas I, Estruturas Algébricas II, Filosofia da Educação: Questão de Educação Matemática, Funções de Variáveis Complexas, Geometria Euclidiana I, Geometria Euclidiana II, História da Matemática, Metodologia Científica, Teoria dos Números, Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, Estágio Supervisionado IV, Monografia I, Monografia II, Monografia III, Metodologia do Ensino da Matemática I e Metodologia do Ensino da Matemática II.

Ministraram as referidas disciplinas os professores: Luciana Mafalda Elias de Assis, Elmha Coelho Martins, Raul Abreu de Assis, Cláudia Landin Negreiros, Susan Grazielle Benetti, Luciano L. Wolski, Diego Piasson, Nelson Luiz Graf, Lucimar Luisa Ferreira, Lenita Maria K. Zonin, Adriano Botelho de Oliveira, João de Souza, Daise Lago

Pereira Souto, Flávio Teles Carvalho da Silva, Dulcídio de Souza Mangueira, Adailton Alves da Silva, Andréia Dalcin, Maria Elizabeth Rambo Kochhann, Richard de Souza Costa, Evandro Luiz Queiroz de Carvalho, Kilwangy Kya Kapitango-A-Samba, Willian Vieira Gonçalves, Elias Antunes, Minéia Capellari, Robinson Alves Lemos, Epitácio Pedro da Silva Júnior, Nelo da Silva Allan, Valter Soares Bonfim, Camila Alberto Vicente de Oliveira, Andréia Cristina Ribeiro. Atuaram como coordenadores os professores: Luciana Mafalda Elias de Assis, Elmha Coelho Martins e Diego Piasson.

Em 2008, em função da mudança no Plano de Cargos de Carreiras e Salários – PCCS da UNEMAT foi solicitado, por parte da Reitoria, uma adequação à grade curricular, de modo que a carga horária não ultrapasse 10% a mais da carga mínima exigida pelas diretrizes dos Cursos de Licenciatura exigidas pelo MEC. Tal adequação resultou no corte de 10 disciplinas: Fundamentos do Cálculo, Introdu-

ção à Computação, Probabilidade e Estatística II, Cálculo Numérico, Modelagem Matemática, Educação Física, Física IV, Matemática Financeira, Estruturas Algébricas II e Funções de Variável Complexas. No entanto, como a turma de Nobres já estava cursando o 7º semestre, a alteração afetou também as seguintes disciplinas: Estruturas Algébricas II e Funções de Variável Complexas, que foram excluídas.

Do total de 40 alunos do curso, 19 desistiram no primeiro semestre, e com a entrada dos suplentes o curso finalizou o primeiro semestre com 27 alunos em sala de aula. Desse total, 21 chegaram até o último semestre, sendo 16 mulheres e 6 homens, sendo que até o momento 18 colaram grau no dia 26 de março de 2009, pois 3 não conseguiram terminar a monografia de Conclusão de Curso, ficando-lhes aberta a possibilidade de conclusão do curso em Barra do Bugres, em 2010. Os alunos egressos e seus respectivos trabalhos monográficos estão citados a seguir.

Relação de alunos que colaram grau e respectivo título de TCC		
Aluno	Título de TCC	Orientador (a)
Agilson Borges de Oliveira	Introduzindo o conceito de números racionais com origame.	Dra. Maria Elizabete Rambo Kochhann
Dircele Luiza Toledo	A História da Matemática sob perspectiva dos professores nobrenses	Dra. Andréia Dalcin
Edilman Conceição Rondon Guimarães	Resolução de problemas de Malba Tahan: uma análise das turmas e 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio	Ms. Daise Lago Pereira Souto
Edna Dias de Carvalho Elesbão	Investigação sobre medida de áreas de figuras planas	Ms. Adailton Alves da Silva
Eremilso de Moraes Roma	Uma aplicação da lógica Fuzzy no processo de fabricação de cimento	Ms. Diego Piasson
Gleysiane Oliveira Silva Rosa	Números irracionais no ensino fundamental: Uma experiência no ensino	Dra. Andréia Dalcin

Jane Oliveira Miotto	Uma proposta pedagógica para o estudo dos números racionais utilizando Tangram	Dra. Maria Elizabete Rambo Kochhann
Juscilene Ferreira Lemes	Livro didático: critérios e escolhas	Elmha Coelho Martins
Kelly Oliveira França dos Santos	As atitudes com relação à Matemática - Um olhar dos Professores	Dra. Maria Elizabete Rambo Kochhann
Laureci Ferreira da Silva	Um estudo sobre o curso de licenciatura plena em Matemática da turma fora da sede de Nobres	Dra. Andréia Dalcin
Loiva Regina Fimmer Takase	Mosaicos e algumas aplicações geométricas em sala de aula	Elmha Coelho Martins
Luciane Paese Strogulski Búfalo	A trajetória do curso de Matemática - A UNEMAT em Nobres	Dra. Andréia Dalcin
Maria Cleude Araujo	Construindo fractais geométricos	Elmha Coelho
Maria Aparecida Araujo	Como os professores da cidade de Nobres-MT ensinam Matemática Financeira no ensino médio	Dra. Andréia Dalcin
Raquel Takase	A Matemática na construção industrial construindo tubulações	Ms. Diego Piasson
Suely Moraes Martins	Matemática aula por aula: sob o olhar dos educadores e educandos	Ms. Adailton Alves da Silva
Tatiane Bueno Soares	Breve revisão das concepções do conhecimento matemático, saberes e saberes matemáticos	Ms. Willian Vieira Gonçalves
Warley Tavares Santos	Utilizando o Win Geom como ferramenta de ensino e aprendizagem da geometria no ensino médio	Ms. Willian Vieira Gonçalves

Fonte:

Arquivos do Departamento de Matemática da UNEMAT de Barra do Bugres, 2009.

Com o intuito de identificar alguns elementos que caracterizassem os 21 alunos concluintes, foram aplicados questionários e coletados alguns dados que nos possibilitaram ter um perfil desse grupo. Vejamos.

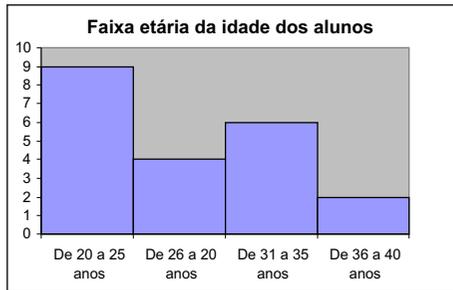


Gráfico 1  
Média da idade dos alunos. Fonte: Silva (2008)

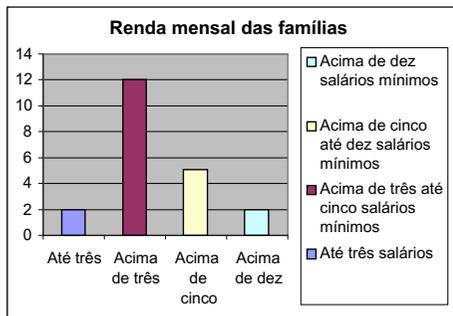


Gráfico 2  
Renda mensal da família. Fonte: Silva (2008)

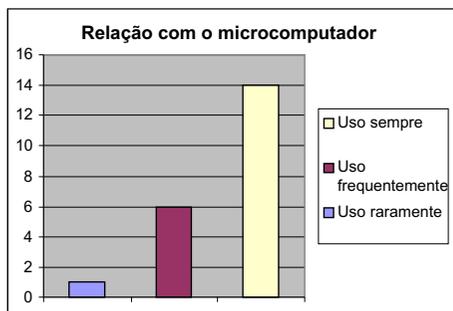


Gráfico 3  
A relação dos alunos com o microcomputador. Fonte: Silva (2008)

Todos os acadêmicos da Turma residem na cidade de Nobres, um aspecto interessante considerando haver sido previsto um número de vagas para moradores das comunidades circunvizinhas; 100 % dos alunos que permaneceram no curso são moradores de Nobres.

Nota-se que o quadro de renda mensal, da turma é bem variado (Gráfico 2). Prevalecendo aqueles com uma renda entre R\$ 1.245,00 e R\$ 2.075,00.

O computador faz parte da vida dos acadêmicos do curso. Vários apontaram a Internet como principal meio de acesso à informação de conteúdos e também de notícias, bem como, uma das principais fontes de pesquisa dos trabalhos acadêmicos, juntamente com os livros da biblioteca setorial.

Nota-se que alguns alunos ainda não decidiram sobre sua carreira docente, porém a grande maioria pretende exercer a função para a qual se formaram.

No entanto, constatou-se que mais da metade dos alunos ainda não tem experiência na carreira docente, além daquela proporcionada pelos estágios realizados durante o curso.

Com a leitura do Gráfico 4 é possível perceber que um grande número de alunos ingressou no curso de Licenciatura em Matemática por falta de opção por outros cursos oferecidos no município. Muito próximo também é o número de alunos que optou por atuar como professor de Matemática, dentre estes estão os que já atuavam como professor nas escolas municipais de Nobres.

Ao serem questionados sobre o curso a ser concluído por ocasião da aplicação do questionário, os alunos apontaram o que precisa ser melhor trabalhado no curso.

Argumentam que sentiram falta de um maior aprofundamento nos conteúdos considerados básicos e que deveriam ser ensinados ao longo do exercício do magistério.

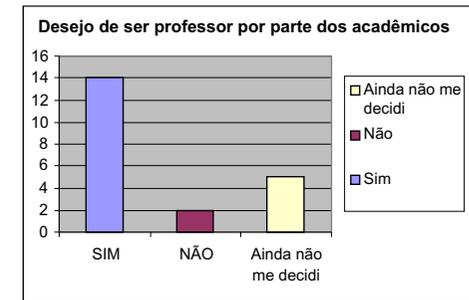


Gráfico 4  
Se os alunos desejam ser professores. Fonte: Silva (2008)

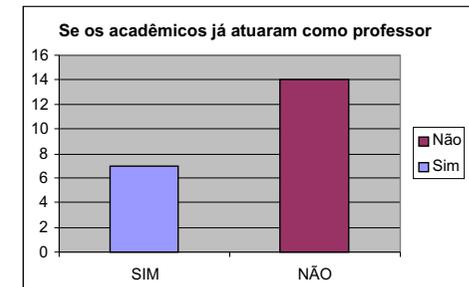


Gráfico 5  
Se os alunos já atuaram como professor. Fonte: Silva (2008)

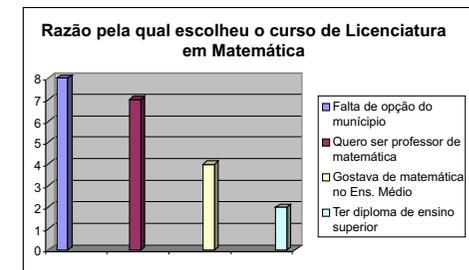


Gráfico 6  
A razão pela qual escolheram Licenciatura em Matemática. Fonte: Silva (2008)

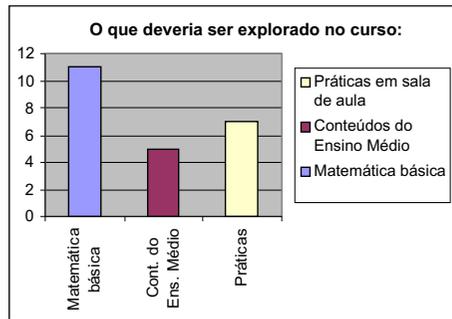


Gráfico 7  
Metodologias que poderiam ser exploradas no curso. Fonte: Silva (2008)

Tanto o trabalho de Bufalo (2008), como o de Silva (2008) apontam dificuldades tanto por parte dos professores como dos alunos no desenvolvimento e rotina do curso. É comum referência à carência de estrutura física do espaço. Dona Maria de Lourdes Fernandes Tavares<sup>3</sup>, que era Secretária de Educação na época, relata sobre o local:

(...) Logo no início, a faculdade se encontrava com dificuldade de local e ali eu optei, juntamente com o prefeito, que construíssemos uma sala no colégio Ceno, que é uma escola Cooperativa da Votorantin, e a prefeitura construiria uma sala de aula para 40 alunos, mais uma secretaria. Só que no decorrer do processo não foi possível, porque apareceram várias despesas, então, optamos por usar um espaço da prefeitura no colégio Niva Matos, onde a gente adequou a sala e também montamos uma sala para laboratório. E, graças a Deus, o curso não foi impedido de ser aplicado, ministrado (BUFALO, 2008, p. 42).

Além da estrutura física do espaço, os questionários aplicados com os alunos apontaram também como necessidades, pensando em novos projetos dessa natureza: sala de informática, com computadores suficientes para todos os acadêmicos; professores mais flexíveis, especialmente aqueles do primeiro semestre; criar uma disciplina no primeiro semestre que retome a Matemática básica; ter um coordenador para acompanhar a turma do 1º ao último ano, em todos os dias da semana; estrutura apropriada; que a instituição, professores e demais funcionários conheçam a cidade e a realidade dos alunos; prédio próprio.

Apontaram com certa frequência “não ter professor para sanar as dúvidas quando deixavam trabalhos”, pois as aulas eram concentradas. Diante dessas e de outras dificuldades, muitas pessoas acabaram desistindo do curso. Os alunos que evadiram responderam ao questionário aplicado aos ingressantes do curso e expuseram que encontravam muitas dificuldades de assimilação dos conteúdos, alguns manifestaram ainda ter problemas de relacionamento com professores e colegas e também que não se identificaram com o curso.

Diego Piasson, que atuou como coordenador de agosto de 2005 a dezembro de 2007, retornando em agosto de 2008 até o encerramento do curso, em dezembro de 2008, nos relata a dificuldade em conter a evasão:

Quando eu cheguei, a dificuldade era segurar a turma e conter a evasão, que era muito grande e já havia acontecido na mudança de semestre, e precisava-se de alguma maneira tentar motivar a turma para que não houvesse mais desistências e tentasse manter o número que já tinha sido reduzido. Quando eu cheguei, tinha um número de 27 alunos matriculados para o segundo semestre, dos quarenta que tinham começado. Mas na verdade, se a gente analisar são mais de quarenta, porque houve as desistências e houve as outras chamadas, mas sempre tentando manter o número de quarenta. Porque nesse período tem um número que sai, mas há a segunda chamada para tentar manter os quarenta. (PIASSON, 2008, p. 5 apud BUFALO, 2008, p. 66).

Os professores reforçam ainda as dificuldades com relação ao alojamento, alimentação e principalmente locomoção na cidade. Em função de aspectos burocráticos, tanto da Prefeitura e principalmente da FAESP (Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual), os professores tiveram de mudar de Hotel e em alguns momentos passar por situações constrangedoras em restaurantes, devido ao não pagamento das despesas dentro dos prazos

combinados. Quanto à locomoção, estava previsto que a prefeitura forneceria um carro para o curso; no início de 2008 foi colocado a disposição dos professores uma bicicleta. É unânime que a dedicação dos alunos em auxiliar os professores durante a estadia na cidade e hospitalidade da população local foi crucial para a permanência dos docentes no projeto.

Segundo a professora Luciana Mafalda Elias de Assis, que coordenou o Curso de fevereiro de 2005 a julho de 2005:

(...) gostaria de ressaltar que tivemos que nos adequar com a realidade de Mato Grosso, especificamente com a realidade de Nobres. Se a UNEMAT não se adequasse ao que estava acontecendo naquele momento, não teríamos hoje esta entrevista para o desenvolvendo de um trabalho de monografia. O importante é que a universidade está formando 21 professores que irão contribuir com a educação brasileira. (ASSIS, 2008, p. 3-4 apud BUFALO, 2008, p. 59).

Dentre as conquistas apontadas por professores e alunos com relação ao período em que o curso foi ministrado em Nobres, destaca-se o número de formandos, 18, dentre os 21 que chegaram ao último semestre, considerado significativo para um curso que apresentou média de egressos, entre 2002/2 e 2009/2, de 8,8 alunos por semestre.

Os eventos que aconteceram relacionados ao curso também são apontados como pontos altos de interação entre a Universidade e a comunidade local. O 1º Encontro Regional de Educadores e Ensino de Matemática no Município de Nobres aconteceu no mês de novembro de 2006, nas dependências da escola Niva Matos de Oliveira e no salão de festas da Igreja São Cristóvão. A palestra de abertura *Reformas Sociais no Século XX, Provocando Reformas no Ensino de Matemática: A Metodologia de Ensino-Aprendizagem-Avaliação de Matemática através da Resolução de problemas* foi ministrada pela professora Dr.ª Lourdes de La Rosa Onuchic, da UNESP de Rio Claro, renomada internacionalmente por seus estudos na área de Educação Matemática. Acontece-

ram palestras e minicursos ministrados por professores da UNEMAT de Barra do Bugres e convidados. Vinculadas principalmente às disciplinas de estágio os professores em formação inicial, foram ofertadas oficinas pedagógicas que contaram com a participação dos professores da cidade e atuaram nas escolas por meio da prática da observação e da docência em escolas do Ensino Fundamental e Médio.

O exercício de reflexão a partir das dificuldades e conquistas é uma prática avaliativa que deveria fazer parte de todos os projetos de formação de professores, de modo especial os das “turmas fora de sede”, por seu caráter diferenciado. No caso de Nobres, esse processo foi motivado pelo trabalho das alunas Laureci e Luciane. As monografias coroaram um exercício a que elas se submeteram e que foi além do cumprimento de uma diretriz do curso, pois deixaram o registro de uma experiência de formação de professores no interior do Estado de Mato Grosso.

O fato de serem alunas do curso facilitou o acesso na aplicação dos questionários, entrevistas, documentação oficial, jornais e fotografias oferecidos pelos participantes dessa história. Por outro lado, o equilíbrio entre o envolvimento pessoal com as questões abordadas e o trabalho de investigação foi necessário, tendo presente que não está isento de interpretações e leituras particulares. A constituição do curso de Licenciatura em Matemática em Nobres é uma narrativa que revela o olhar das investigadoras-alunas do curso, principiantes no fazer pesquisa, e dos professores envolvidos nesse projeto de pesquisa, suas percepções e modos de interpretar a realidade subjetiva em estudo.

A constituição da identidade profissional passa, necessariamente, pela compreensão da história da profissão e do profissional. No caso dessa investigação, as alunas pesquisadoras, através do exercício de análise e reflexão individual e coletiva, recuperam a trajetória da sua formação como professoras de Matemática que atuarão na cidade de Nobres. O olhar sobre o processo que as “tornou” professoras, auxilia na compreensão do que é ser professor de Matemática; da complexidade presente nesse processo de formação, e na clareza de que este processo não se encerra no

dia da formatura. O exercício de constituição de um professor pesquisador aproxima o licenciado de uma nova forma de perceber a prática do professor em sala de aula e fora dela. O professor pesquisador é:

[...] aquele que encara a pesquisa como o ato de construir novas idéias e entendimentos, ou seja, uma ação que resulta em aprendizagem. A pesquisa pode gerar nova compreensão sobre a matemática de seus alunos, sobre a realidade de sua sala de aula, sobre a sua prática pedagógica, sobre a qualidade de seu currículo, sobre a matemática em si, ou sobre a aprendizagem matemática. Esses são apenas alguns exemplos do que um professor-pesquisador poderá modificar no seu esquema de compreensão como resultado do ato de pesquisar. (D'AMBROSIO, 2006, p. 85).

Além do estudo que resultou no registro das memórias deste curso de Licenciatura e Matemática no interior de Mato Grosso, a presente investigação trouxe elementos e indícios de que é viável uma maior aproximação entre ensino e pesquisa no curso de Licenciatura em Matemática. Além disso, o exercício de pesquisas de cunho histórico enriquece a formação dos professores e amplia a percepção da prática e atuação do professor de Matemática, que passa a ser visto como um sujeito social que produz relações e legitima modos de ser e pensar, inserido em um contexto histórico que precisa ser compreendido. Em síntese, se conhecer e se reconhecer na história, seja ela micro ou macro, é fundamental para o desenvolvimento da autonomia e identidade profissional.

Acreditamos que pesquisas como a que estamos desenvolvendo, que valorizam práticas culturais e escolares relativas à formação de professores de Matemática numa perspectiva histórica são significativas, tendo presente a pretensão de mapearmos a História da Educação Matemática no estado de Mato Grosso, não

como uma história única e verdadeira, mas como histórias construídas a partir de narrativas e interpretações que possibilitem análises de realidades multifacetadas e complexas que necessitam ser compreendidas e percebidas, considerando o tempo presente. Nessa perspectiva, o trabalho com a memória individual e coletiva, o trabalho com os arquivos escolares, jornais, oralidade e com fotografias se colocam como imperativos.

As memórias do curso de Licenciatura em Nobres constituiu-se em exercício de construção coletiva entre os alunos do curso, durante o período de produção de suas monografias, tendo como parceiros os pesquisadores do projeto e os professores que orientaram, participaram como depoentes, avaliadores nas bancas de Trabalho de Conclusão de Curso e leitores que se identificam com os fatos narrados. Tal exercício pode ser escrito e reescrito, interpretado e reinterpretado a luz de subjetividades construídas a partir destas e de outras fontes. Nesse sentido nos aproximamos da concepção de *prática e História* preconizadas por Certeau.

O processo de "fazer história", segundo esse autor, necessariamente materializa-se em um texto escrito. Para Certeau, o historiador é aquele que realiza o gesto de ligar ideias aos lugares, tornando a história o objeto de sua reflexão que é entendida como uma operação que se materializa na escrita. Nessa perspectiva, mostra que a operação historiográfica se dá na combinação entre um "lugar social", de "práticas científicas" e de "uma escrita", de um texto (uma literatura). A história é escrita. E, nessa perspectiva, "[...] a escrita histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta" (CERTEAU, 2002, p. 95), constitui-se ela mesma numa prática social que expõe algumas coisas e esconde outras, que mantém o "não dito".

Assim encerramos esta página do curso de Licenciatura em Matemática da UNEMAT de Barra do Bugres que aconteceu em Nobres, com o dito e o não dito, abrindo possibilidade para que esta história seja reconstruída por quem se sentir compelido a fazê-lo.

---

## NOTAS

- <sup>1</sup> Entrevista concedida no dia 16 de agosto de 2008 e transcrita ao final da Monografia de Bufalo (2008).
- <sup>2</sup> Entrevista concedida no dia 12 de agosto de 2008. Professor Julio César Geraldo foi Coordenador do Campus de Barra do Bugres na época das negociações com a Prefeitura. Entrevista transcrita no final do trabalho.
- <sup>3</sup> Dona Maria de Lourdes Fernandes Tavares, relato concedido em 4 de setembro de 2008, na cidade de Nobres, em visita a casa de Luciane Búfalo.

## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005

BUFALO, Luciane Paese Strogulski. *A trajetória do curso de Matemática da UNEMAT em Nobres*. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Matemática/ UNEMAT. Barra do Bugres, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DALCIN, Andréia. *Relatório de Atividades de Pesquisa Parcial para FAPEMAT-2009/1*. Cuiabá, 2009.

D'AMBROSIO, Beatriz; DÁMBROSIO, Ubiratan. *Formação de professores de Matemática: professor- pesquisador*. In: *Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB*. V.1, n.1, p.75-85, jan/abr. 2006.

MIGUEL, Antônio; MIORIM, Maria Ângela. *História da Matemática: uma prática social de investigação em construção*. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 36, 2002, p. 186-188.

SILVA, Laureci Ferreira da. *Um estudo sobre o curso de Licenciatura Plena em Matemática da turma fora de sede de Nobres*. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Matemática/ UNEMAT. Barra do Bugres, 2009.



# TINTAS PARA ESCREVER

**João Eurípedes Franklin Leal**

Professor Livre Docente de Paleografia e Coordenador do Núcleo de Paleografia e Diplomática (UNIRIO)  
[j.franklinleal@hotmail.com](mailto:j.franklinleal@hotmail.com)

## RESUMO

O texto aborda a questão do uso de tintas para escrever, desde a Antiguidade, Idade Média até a Modernidade, com um rápido histórico e estudo sobre suas composições básicas e suas técnicas de elaboração. O trabalho é seguido por anexos onde são apresentadas 10 receitas de antigas tintas portuguesas e de 37 tintas usadas no Brasil, desde a época colonial até o início do século XX. As receitas de tintas são mantidas na grafia de época. São raríssimas as receitas sobreviventes do passado.

## SUMMARY

The text deals with the use of ink to write, since Antiquity, Middle Ages to Modernity, with a quick history and study their basic compositions and their preparation techniques. The work is followed by annexes which are submitted 10 recipes of old Portuguese and inks 37 inks used in Brazil since colonial times until the early twentieth century. Revenues from paints are kept in the spelling of the time. Revenues are rare survivors of the past.

A palavra tinta deriva da substantivação do adjetivo latino tinta, que é a forma feminina do latim tinctus que é o particípio passado do verbo latino tingere (tingir). No latim clássico a palavra usada para a hoje tinta era atramentum, que significava substância negra e equivalia em grego a mélan. Foi somente no final do Império Romano que se começou a usar o termo encaustum como tinta. Seu uso exclusivo como tinta para escrever se deu na alta Idade Média. Em italiano a tinta é chamada de inchiostro, logicamente originária da palavra greco-latina encaustum, que significava tinta feita a fogo e que se empregou na pintura sobre cera. A palavra francesa "encre" e a inglesa "ink" tem também esta procedência.

Os chineses do passado denominavam a tinta, poeticamente, de "préfet des parfums" denotando o uso já conhecido de cânfora, almíscar ou cravo da Índia na sua composição e a colocava no topo da triarquia composta de tinta, instrumentos para escrever e material suporte. Interessante observar que já são profundos e correntes os estudos sobre os instrumentos para escrever (cálamo, estilo, pena) e sobre os materiais suportes (papiro, pergaminho, papel), mas quanto às tintas, ainda pouco desenvolvido é o assunto.

São grandes as dificuldades sobre o assunto tinta, com poucas fontes documentais e poucas receitas de

elaboração nos séculos e séculos passados, desde a Antiguidade. O estudo sobre a composição e sobre a preparação das tintas é extremamente útil para a Diplomática, para a Paleografia, para a História além de ter conexões com a Química e a Botânica.

Sabe-se que no Egito o escriba, enquanto escrevia, ia preparando a tinta na medida da sua necessidade. Para tinta preta no Egito usava-se uma mistura de negro de fumo com uma solução aquosa de goma vegetal e para a tinta vermelha usava-se o óxido vermelho de ferro. Este emprego duplo de tinta vermelha e preta explica as numerosas representações de escribas, com dois cálamos de escrever, colocados atrás das orelhas.

A cor da tinta vermelha se obtinha geralmente do cinábrio ou mínio e foi com esta cor que Roma e Bizâncio, desde pelo menos o século II a.C., marcavam os capítulos das leis, para que tivessem melhor destaque. A palavra rubrica deriva-se de rubro (vermelho) da tinta usada. Esta também já era a cor usada na Idade Média, para por em destaque os dias festivos ou santificados dos calendários elaborados principalmente por monges, assim como para destacar as letras iniciais dos textos, o que originou as ditas miniaturas que ornamentavam os manuscritos. Interessante que esta arte parece proceder do Egito imigrando até a Irlanda e Inglaterra. Posteriormente, destes locais das ilhas britânicas, esta arte de escrever foi levada por monges medievais para a Europa Continental.

Poucas receitas de tinta se conhece do passado. Do século III d.C. há a informação incompleta de uma receita metalo-gálica cuja composição era noz de galha, goma arábica e um sal metálico (vitriolo). No século XII o Monge Theophilus fala, em seu trabalho *Compositiones ad Tingenda*, de tinta usada no século VIII, de origem vegetal, com preparação difícil e demorada. Nela cita o uso de noz de galha ao lado de um sal metálico ou vitriolo. Esta tinta é tida como de autoria de Philon de Bizâncio. Aliás esta composição de tinta é a base de quase todas as receitas conhecidas do passado medieval, moderno e contemporâneo.

Existem dois tipos diferentes de tintas e pode-se distingui-las completamente. O primeiro tipo é a tinta de carbono, feita de carvão vegetal ou pó negro de fumo misturado com goma. O segun-

do é a tinta de raspas de metal, usualmente raspas de ferro, feitas a partir da mistura de uma solução de tanino (ácido tânico) com sulfato de ferro. Este também requer a adição de goma, mais para torná-la densa do que aderente ou adesiva. A negritude é o resultado de uma reação química. Ambos os tipos de tinta foram empregados na Idade Média.

A tinta de carbono ou carvão vegetal foi mais usada no oriente e no velho mundo e é encontrada até no século XII. Isto não necessariamente significa que esta foi a única receita até esta época. Já as tintas com base em limalha ou raspas de ferro certamente eram usadas no século III d. C., entretanto informações de seu uso de forma concreta só conhecemos a já citada do monge Theophilus no início do século XII. Depois disto as receitas de artesãos descrevem tintas de raspas de ferro e provavelmente os manuscritos medievais mais antigos foram escritos com esta tinta.

As receitas são interessantes e um dos principais ingredientes era a noz de galha, produzida na árvore do carvalho e que se apresenta como uma curiosa forma de bulbo, do tamanho de uma bola de gude, que cresce principalmente nas folhas e galhos do carvalho. A noz de galha é formada quando certa mosca raspa e deixa ovos no broto que cresce na árvore do carvalho e então, uma esfera esverdeada desenvolve em volta da larva dos ovos, produzindo a noz de galha. A mais conhecida e apreciada noz de galha era produzido em Alepo, na Síria. A noz de galha, se tirada muito cedo encolhe, enruga como uma fruta podre, mas quando a larva está totalmente desenvolvida como um inseto, e voa fora deste pequeno coco, deixa-o cheio de tanino e ácido gálico. Esta noz de galha é tirada do carvalho, esmagada e posta em infusão, por alguns dias, em água de chuva, ao sol ou aquecido ao fogo. O físico Pietro Maria Caneparo escreveu em 1619 que este processo pode ser acelerado, se a água for fervida enquanto se reza três Pai Nosso. Algumas vezes vinho branco ou então vinagre era usado no lugar da água da chuva. Então temos que na elaboração da tinta de raspas de ferro o primeiro ingrediente é este produto da noz de galha, cheio de tanino e ácido gálico. O segundo ingrediente é o sulfato de ferro conhecido também pelo nome de vitriolo verde, ou

sal martis. Ambos, Dioscorides e Plínio, na Antiguidade, escreveram sobre este ingrediente. Diziam que ele era encontrado naturalmente na Espanha pela evaporação da água de terras ferrosas. Pelo século XVI ele era provavelmente feito derramando ácido sulfúrico sobre pregos ou pequenas peças de ferro, depois o líquido era filtrado e posteriormente misturado com álcool, o que pode explicar a acidez destas tintas. O vitríolo era então adicionado a uma porção de noz de galha, mexido com um galho de figueira, segundo Palatino em 1540, se acaso a cor ainda não estivesse na totalidade necessária. O resultado é que a tinta lentamente muda de cor, de castanho claro para preto. Em seguida uma quantidade de goma arábica é adicionada numa proporção para deixá-la líquida, não para torná-la pegajosa, mas apenas para fazer a tinta ficar espessa. As penas de escrever necessitam da viscosidade da goma, o que não acontece hoje com as canetas tinteiro. A goma arábica que é uma dos ingredientes medievais é produzida da seiva seca da árvore acácia e foi levada para a Europa da Ásia Menor e do Egito.

O ato de fazer tintas é muitas vezes um maravilhoso processo romântico e cheio de alquimias.

A tinta de raspas de ferro escurecem ainda mais, quando expostas ao ar, nas páginas dos manuscritos. Ela impregna bem no pergaminho, diferente das tintas de carbono que podem ser apagadas com relativa facilidade. Ela é mais translúcida e brilhosa que a tinta de carbono, que é arenosa e mais escura. A tinta ferro gálica de centenas de anos sobreviveu admiravelmente bem desde seu início de uso a mais de mil anos até o seu fim de uso no século XIX.

Algumas gravuras ou pinturas medievais mostram os escribas sempre com, pelo menos, dois tinteiros ao lado direito da mesa de trabalho. O segundo tinteiro provavelmente continha tinta na cor vermelha. A tinta vermelha foi muito usada nos manuscritos medievais para títulos, cabeçalhos, letras iniciais, rubricas e em manuscritos litúrgicos.

As correções em textos, algumas vezes, eram feitas com tintas vermelhas chamando atenção de onde, nos escritos, devia-se fazer correções. Tintas azuis e verdes existiam, mas eram raras, sempre a vermelha era a segunda cor de tinta usada. O custo da

tinta vermelha era cerca de nove vezes ao da preta, enquanto que uma folha de pergaminho custava oito vezes à porção de tinta preta. A tinta vermelha passou a ser usada pelo menos desde o século V e floresceu até o século XV quando do advento da imprensa. A tinta vermelha obtém sua cor do vermelhão ou sulfeto de mercúrio. Este é transformado em tinta vermelha após ser moído e misturado com clara de ovo e goma arábica. A tinta vermelha também podia ser feita de lascas de pau-brasil, que eram colocadas em infusão no vinagre ou na urina e misturada em seguida com goma arábica.

Apenas a título de registro podemos lembrar que eventualmente, muito eventualmente, se usou o sangue humano como tinta para escrever. As informações mais seguras e constantes sobre isto citam o seu uso por monges budistas asiáticos.

Para a preparação ou a fabricação das tintas, de modo geral, as galhas eram mergulhadas em um líquido, que na maioria das vezes, era o vinho branco, mas podia eventualmente ser água doce com vinagre, água de chuva ou de cisterna ou vinho branco diluído em água.

A razão do uso do vinho branco deve-se a certas qualidades como ausência de cor, maior teor de álcool que favorecia a diluição do tanino, além de ser mais volátil permitindo a secagem da tinta mais rapidamente ao escrever.

Usava-se água da chuva ou de cisterna por ser mais pura, ter poucas impurezas. As águas colhidas em rios ou fontes têm elevado teor de sais de cálcio e magnésio, que interferem negativamente na reação do sal metálico com os taninos. Geralmente as galhas ficavam de molho no líquido referido por vários dias. A elas juntava-se o sal metálico como o caparrosa ou azeche que equivalem ao sulfato de ferro. Acrescentava-se posteriormente a goma arábica e na sua falta em Portugal usou-se a terebentina, resina retirada de árvores coníferas. Normalmente nas receitas recomendam que a preparação deveria ser feita ao fogo ou no sol, em panela preferencialmente vitrificada para evitar fuga de líquido.

Estes ingredientes eram misturados usando um pau de figueira, rachado em quatro partes, sendo este pau ainda verde,

transpirando látex. Esta sempre foi a essência da tinta. Tudo mais que se acrescentasse era mero adereço ou supérfluo como essências perfumosas, venenos para evitar insetos e roedores, além de ser para proposital envenenamento de determinado leitor, pó de vidro ou de açúcar cantil para dar um certo brilho a tinta, além de corantes para modificar-lhe a cor. Posteriormente a tinta era filtrada através de um tecido para tirar-lhe resíduos insolúveis. Na maioria das receitas a tinta levava cerca de duas semanas para ficar pronta para o uso, mas existe caso de receita pronta no mesmo dia de sua fabricação.

Há casos de, ao adicionar o líquido vinho ou água na receita, usar-se vinho consagrado na Igreja ou água benta. Isto se o escrito fosse relativo a assuntos religiosos. Seria uma tinta santificada. Há informação de tinta que era solidificada e que, à medida que o escriba necessitasse dela, a dissolvia.

A tinta, após seu uso no documento, era necessário secá-la e para tanto se usava pó de madeira, de gesso ou areia fina. Estes pós ou areia eram guardados em poeiros, que eram caixas de louças ou metal, com tampa perfurada como um saleiro atual. Principalmente o uso da areia como secativo da tinta trouxe severos danos aos documentos.

Normalmente os fabricantes das tintas eram monges e clérigos, mas também monjas. Isto no período medieval, pois a partir do século XVI secularizou-se profundamente tanto a arte de escrever como a de fabricar a tinta, surgindo artesãos ou mercadores de tintas. Ao longo dos séculos novos componentes ocasionais participaram da composição das tintas e no século XVIII e principalmente no século XIX isto significou o aparecimento de tintas, altamente corrosivas, sobretudo aquelas que usavam ácido sulfúrico ou clorídrico.

A relativa manutenção dos componentes básicos das tintas, desde seus primórdios no Império Romano mostra o bom conhecimento que já se possuía sobre sua química.

Os pergaminhos medievais, devido a sua composição alcalina, impediam que mesmo tintas de baixa qualidade queimasse sua superfície, o mesmo não acontecia com o papel que, frequen-

temente, apresentavam-se “rendados”, fruto da ação ácida de algumas tintas.

Quanto a valores, temos a informação do século XVI que relata um litro de tinta custando 67 reais, enquanto uma folha de pergaminho custava 70 reais, mostrando aí o alto custo relativo da tinta. Uma pena para escrever nesta altura valia um real português.

A tinta usual do passado, apesar de ser da cor negra, ela hoje nos apresenta na cor sépia ou castanha, fruto da sua oxidação natural.

A tinta era guardada em tinteiros, que em latim clássico eram denominados *atra mentarium* e que podiam ser de metal, cerâmica, madeira, marfim, vidro e de chifre. Os tinteiros de chifre, bastantes usados, eram denominados *cornua* e os de chumbo, bastante qualificados, eram tidos como os mais práticos e melhores. O tinteiro acabou tornando-se um dos símbolos da cultura, do saber e da alfabetização.

Foi em meados do século XIX que houve a grande revolução na composição das tintas quando, em 1856, Perkins descobriu as tintas à base de anilinas. Já em 1861 os ingleses patentearam as chamadas tintas anílicas, que com sua qualidade revolucionaram sua produção e criaram então uma tinta na cor azul que, pouco a pouco, substituiu a então constante de cor negra, usual na documentação. Hoje a tinta cor de azul predomina, desde o início do século XX, na arte de escrever.

A dificuldade de escrever foi também, no final do século XIX, minorada quando o americano Waterman procurou sanar o inconveniente dos borrões de tinta, produzidos pelas penas de escrever e montou o que chamamos de uma caneta, que possuía no interior do corpo, um reservatório, que era enchido de tinta, com contagotas, e esta fluía para a pena por capilaridade. Inventou-se aí a caneta tinteiro, que mais tarde foi aperfeiçoada por George Parker originando uma nova empresa produzindo instrumentos para escrever (canetas) e tintas para as mesmas. Foi a Parker a inventora da tinta-lavável, verdadeira revolução da arte de escrever no século XX, até a invenção, na década de quarenta, da caneta esferográfica, que mudou todos os conceitos de instrumento para escre-

ver e de tinta, surgindo uma nova receita de tinta bastante encorpada e consistente.

No estudo em questão apresentamos, a seguir, autênticas receitas de tintas, que em uma análise cuidadosa e investigativa, demonstram a manutenção de seu perfil de substâncias componentes, desde a Idade Média passando pelos exemplos franceses do século XVIII até o amplo receituário de tintas, usadas no Brasil no século XIX ao início do século XX como passamos apresentar nos seguintes anexos.

## **ANEXO 1 – TINTAS PORTUGUESAS DESDE O SÉCULO XV ATÉ O SÉCULO XVIII**

### **1. Receita de tinta – 1464**

Toma de galhas I onça e quebranta as meudas e lança as a ferver em hua libra d'auga terçada de vinagre branco e fervam tanto que mingúe as II partes e lança Ihe meia onça de goma e toma de azeche III onças muudo e peneirado e lança Iho dentro e mexe com hum pao e folge assy hua noite e hum dia e será muito booa.

### **2. Receita pera tinta – 1610**

Pera meia canada de tinta tomarão meia canada de vinho branco e posto em hua panella vidrada quartilho e meio, botar Ihe ão duas onças de galha em pequenos sem ser moída e meter Ihe ão hum pão de figueira verde e tomarão outra panella em que botarão ho meio quartilho de vinho branco com 2 onças de caparosa e hua onça de goma arabica e meter Ihe ão outro pão de figueira.

Estarão estas panellas assi sinquo ou seis dias e cada dia os meixerão hum pouco e no cabo deitarão ho quartilho e meio da panella das galhas na outra panella do meio quartilho que tem a caparosa e não cairá polme que ficar no pe e depois que estiver mixturado meixerão com o pão de figueira hum grande pedaço per hum 4 e depois a botarão num vidro e estará hum dia ao sol.

### **3. Pera fazer tinta preta para pergaminho – 1615**

Pera hua canada de vinho branco, e se for vinho branco verde, tanto melhor, lançay quatro onças de galhas partidas e estejão de molho dez ou doze dias mexendo as duas ou três vezes cada dia, e depois destes dias coay este vinho e ponde o ao lume até que queira começar a ferver, e então o tiray fora do lume e Ihe lançay tres onças de caparrosa mexendo por espaço de quatro credos, e isto feito estarão prestes tres onças de goma liquida como termentina, que tereis já feita em agoa, e botando a no vinho a meixey outro tanto. Depois deixai isto assi dous ou tres dias mexendo cada dia duas ou tres vezes, depois coay esta tinta e uzay dlla, serve também para pergaminho.

### **4. Outro modo para pergaminho – 1615**

Pera hua canada de tinta tomarão tres quartilhos de agoa doce e hum quartilho de vinagre em hua panella nova e deitar Ihe ão dentro quatro onças de galhas e quatro onças de caparrosa e quatro de goma arabica, as galhas serão machucadas e a caparrosa será moyda, e tudo isto junto estará de molho dez ou doze dias, e cada dia o meixerão, e depois deste tempo, porão a panella ao fogo a ferver hum bom pedaço e depois se ponha a esfriar e coada por hum pano de linho, logo se pode escrever com ella e he a melhor para pergaminho.

### **5. Outro modo e mais comum – 1615**

Tomarão para hua canada de tinta preta, hua canada de agoa de cisterna, ou de chuva, e quatro onças de galhas miúdas e crespas e estarão de molho dez ou doze dias com as partirem primeiro em tres ou quatro partes, e meixe las cada dia e acabado este tem po Ihe botarão dentro na panella, que será vidrada, tres onças de caparrosa moyda e estará assi com as galhas dous dias, depois destes dias tomay tres onças de goma arábica bem pizada, ou liquida com mel, e estará assi outros dois dias, e acabado este tempo porão a panella ao fogo e ferverá duas fervuras, e depois a coarão por hum pano, e logo se pode uzar. E se quiserem que seja mais

preta boten lhe menos agoa de cisterna do que digo no principio.

### 6. Receita para tinta – 1697

Para hua canada de tinta se tomaram seis quartilhos de vinho branco: devididos en dous vasos vidrados, em cada hum tres quartilhos en hum lançarão seis onças de galha machucada, e no outro seis onças de caparosa bem moida e sobre ella tres onças de goma arabia moida e se porão ao sol por espaço de 9 dias menxendo os todos os dias com hum pão de figueira rachado em quatro quartos os quais dias acabados se juntará tudo e dahi a tres dias se coará. Está feita.

### 7. Receita da tinta fina fervida – século XVII / XVIII

Em tres canadas de vinho branco tres canadas de agoa, hum aratel e meio de galha, trez quartas de caparosa, meio aratel de goma arabia e huma quarta de asucar cande tudo referido em hua panella vidrada se ponha a ferver e de tempo em tempo se mechera the que deminua a terça parte e ficará muito boa.

### 8. Tinta para se fazer sem hir ao fogo – século XVII / XVIII

Q(u)atro camadas de vinho branco, hum aratel de galha da mais preta e mais peza (fl. 37v.) da, hum aratel de caparosa e hua quarta de goma arabia. A gualha e goma se ha de machucar e lançarees com o mais em hua vazilha de vidro ou de barro vidrado e se mencherà com hum pão de figueira braba de dous em dous dias e ao quarto dia se poderá já escrever com ella e despois que estiver bem preta se poderá paçar para outra vazilha quando a por hum panno e na galha que ficar se lance mais vinho e se fará segunda tinta e se quizerem podem fazer terceira.

### 9. Recepta pera tinta de vinho – século XVII / XVIII

Tome se hua cannada de vinho branco o melhor que se achar he quatro onças de agalhas partidas em quatro ou cinco pedaços. E quatro onças de caparosa muito bem moida he tres de

goma arabiga bem moida no almofaris e facão da cannada do vinho tres partes igoaes deitaram cada parte em sua vasilha em cada hua deitaram seu materiall por si e estaram em remolho seis ou sete dias. Feito isto tomarão a vasilha em que estam as galhas que será maior e pôr se à ao fogo muito brando por espaço dum quarto. He tirada deitar se à nela o vinho da caparosa com o da goma he tudo bem mexido com hum pão de figueira daí a hum quarto coen na por hum pano bem tapado.

### 10. Outra receita – século XVII / XVIII

Em hua canada de vinho branco deitarão quatro onças de galhas machucadas e andarà ao sol quarenta e outo horas e com hum pão de figueira braba a mencherà as mais vezes que puderem sempre para hua banda e paçado o dito tempo lhe botarão quatro onças de caparosa e andarà ao sol outras tantas oras e depois lhe botarão hua onça de goma arabia e a meixerão com o mesmo pão de figueira e acabado o tempo coarão e lançarão em hum frasco e nos materiais que ficarem se deitará hum pouco de vinho e o tornarão a por ao sol the que se faça negro e fica mais fina que a outra (fl. 38). Será o pao de figueira rachado em quatro partes e em a ponta da racha lhe meterão hua galha inteira.

## ANEXO 2 – TINTAS FRANCESAS DO SÉCULO XVIII

### 1. Tinta Preta

Pegar 4 onças de noz de galha, as mais pretas com espinhos e não furada e esmagar. Pegar um pedaço de madeira da Índia, grande como uma pena média e esfarelar. Um pedaço de casca de figueira do tamanho de quatro dedos. Colocar estes tres ingredientes num recipiente com dois litros de água da chuva ou do rio na medida de Paris. Ferver tudo até diminuir a metade da água e cuidar para que o líquido não se perca enquanto ferve. Em seguida pegar 4 onças de vitriolo (ácido sulfúrico) que será queimado e meio litro ou mais de goma arábica. Depois colocar o vitriolo queimado num lenço e fazer um amarrado tipo boneca. Colocar a

goma arábica numa panela de cerâmica e juntar no mesmo a boneca de vitríolo. Quando a tinta estiver pronta colocar um lenço branco em cima da panela com goma e vitríolo, e cõa a tinta fervendo neste lenço. Ela cairá na panela que fica sempre ao fogo. Cuidado para não deixar ferver de novo, senão a tinta será ruim. Então mexa a tinta com um bastão de figueira bastante forte para que a goma não grude no fundo da panela. Isso de tempo em tempo. Pressione a boneca de vitríolo com o bastão e experimente a tinta, de tempo em tempo, para dar a cor de preto desejada, até que a goma seja completamente derretida. Esta tinta será muito linda com uma cor brilhante e delicada.

## 2. Tinta Preta

Ingredientes: Uma onça de goma arábica bem esmagada, duas onças de noz de galha bonitas e bem cortadas. Três ou quatro pedaços de madeira da Índia e uma porção de açúcar mascavo. Modo de fazer: Usar um pote de cerâmica pintada do tamanho de um litro e meio. Fazer uma infusão das quatro drogas acima com um litro de cerveja vermelha ou branca durante  $\frac{3}{4}$  de hora em fogo bem quente, mas sem ferver. Depois coloque meia onça de caparrosa verde que ficará ao fogo mais meia hora, mas sem ferver. Quando a tinta estiver pronta colocar em outro pote de cerâmica em lugar fresco para melhor conservar. Esta tinta é muito linda e brilhante.

## 3. Tinta Vermelha

Ingredientes: quatro onças de pau brasil, um sol de alumen de Roma, um sol de goma arábica e dois sóis de açúcar mascavo.

Fazer ferver as quatro onças de madeira pau brasil em um litro de água por um bom quarto de hora. Juntar as outras drogas e deixar ferver por um quarto de hora. Esta tinta se conserva por longo tempo e quanto mais velha mais fica vermelha. Um sol é igual a um litro dividido por vinte e a onça equivale a 28,34 gramas.

## ANEXO 3 – TINTAS USADAS NO BRASIL NOS SÉCULOS XVIII, XIX ATÉ INÍCIO DO XX

### 1. Tinta de escrever, de primeira qualidade

O Sr. James de Starck fez ensaios interessantes sobre a tinta de escrever.

Depois de grande numero d`elas, conheceu, que nenhum dos sães de ferro produz tão bom resultado, na fabricação das tintas de escrever, como o sulfato de ferro ordinário; e que juntando algum sal de peróxido, como por exemplo, o azotato ou o chlorureto, se augmenta na verdade a cor da tinta; porém ella diminue de valor, pelo que diz respeito à duração.

As tintas ordinárias mais sólidas, na opinião do Sr. Starck, são as compostas de noz de galha, da melhor qualidade, sulfato de ferro e gomma; as proporções que a experiência tem indicado serem melhores para as duas primeiras substâncias, são:

Noz de galha	7 onças
Sulfato de ferro	6 onças

Linhas escriptas com tinta dessa natureza, forão expostas, por doze meses, ao ar, e a luz solar, sem soffrerem a menos alteração na sua cõr; em quanto que as que forem feitas com outros componentes, ou em outras proporções, são mais ou menos alteradas nas mesmas circunstancias.

Esta tinta demais, não deixa precipitar o gallotannato de ferro que contem, o que torna a escripta mais durável.

O autor conheceu que a tinta fetta com noz de galha e campeche, é quanto a duração, inferior á feita com a noz de galha.

O Sr. Starck, fez experiencias para encontrar substancias de cõr intensa, que podessem, pela sua addição á tinha feita com galha, augmentar a estabilidade d`esta, evitando ao mesmo tempo as transformações chimicas, que são a causa ordinaria de suas alterações.

Depois de ter ensaiado diversas substancias; entre outras, o

azul da Prússia, e o anil dissolvido em diferentes maneiras, conheceu que o sulfato de anil preenche o fim desejado.

Juntando este ultimo corpo em proporção conveniente á tinta de gallo-tannato de ferro, obtem-se um liquido, que corre livremente sobre a penna, não a embaraça, não deposita, offerece sobre o papel quando está secca, tinta de um bello preto, e não se torna amarella com o tempo.

Eis a formula que o autor recommenda como a melhor:

Noz de galha	12 onças
Sulfato de anil	5 libras
Sulfato de ferro	5 libras
Gomma arabica	4 onças
Cravo da India	1 oitava

Agua para obter duas garrafas de tinta quanto baste.

## 2. Outra

Tomão-se 20 oitavas de nozes de galha pisadas, 2 onças de vitriolo verde, 2 oitavas de vitriolo azul, 2 onças de pão campeche, onça e meia de gomma arabica, 1 onça de assucar cãndi, e 8 onças de vinagre; deixa-se macerar durante um mez, em 4 libras de agua da fonte, mexendo-se de tempos á tempos, para facilitar a combinação dos ingredientes.

## 3. Tinta dupla luzidia

Tomão-se uma libra de sulfato de ferro, 3 libras de nozes de galha mal pisadas, 12 libras d`agua, 2 libras de páu campeche, 1 onça de gomma arabica, 4 oitavas de anil, 2 libras de vinagre, tudo fervido, durante 2 horas; espreme-se e filtra-se por papel sem colla, que se póde conhecer, molhando-o com saliva, que deve passar ao outro lado.

Lança-se em garrafas bem tampadas para conservar o lustre.

## 4. Outra

Tomão-se 1 libra de nozes de galha, 5 libras de vitriolo verde, e

5 onças de páo da Índia, lança-se tudo em 5 garrafas d`agoa fria da fonte, mexe se a mistura durante 15 dias; no fim d`esse tempo, póde-se usar da tinta, ajuntando-se a cada garrafa, depois de decantada, 1 onça de gomma arabica, desfeita em meio copo de vinagre.

## 5. Tinta em pó

E`incommodo carregar-se em viagem um vidro de tinta, e por isso é de vantagem levar-se uma matéria, que misturada com uma colher d`agoa quente, possa servir immediatamente; para este fim, misturem-se nozes de galhas meia onça m pó finissimo, sulfato de ferro secco e em pó, duas oitavas, gomma arabica em pó, uma oitava, anil 12 grãos: e sulfato de cobre 18 grãos; uma pitada d`este pó misturado com uma colher d`agua quente, da pó uma tinta excellente, da qual póde-se servir immediatamente.

## 6. Tinta preta para conservar pennas de aço

Fervem-se 20 garrafas d`agua, 1 libra de páo de campeche, até ficarem na metade, deixão-se esfriar; coa-se o liquido e ajuntão-se-lhe 3 onças de chromato de potassa e 1 onça de gomma arabica.

## 7. Tinta amarella

Tome-se açafraão, grão d`Avinhão, ou gomma gutta, infunda-se em agoa a ferver, na qual se delua gomma, na porção indicada para a tinta azul.

## 8. Tinta azul

Flor d`anil	2 oitavas
Carbonato de potassa	2 oitavas
Cal viva	4 oitavas
Sulfato d`arsenico	2 oitavas
Agua	7 onças
Faz-se ferver até completa solução; coa-se, e ajunta-se:	
Gomma arabica em pó	4 oitavas

### 9. Outra

Ponha-se meia onça d`anil bom, com 8 onças de acido sulfurico em um vidro, sobre um lugar quente até o anil ficar dissolvido; ajuntem-se depois 8 onças d`agua, e tanto cal quanta fôr preciso para se não perceber o gosto acido; coe-se; ajunta-se meia onça de gomma arabica.

### 10. Outra

Azul da Prussia, 10 oitavas, acido oxalico, 2 oitavas, triture-se primeiro com um pouco d`agua até formar uma massa homogênea, ajuntando-se depois a agua necessaria.

### 11. Outra Tinta azul

Deitão-se em um pequeno matraz 2 oitavas de cobalto reduzido á pó, e duas onças de acido nitrico: aquece-se brandamente até que o metal esteja dissolvido.

Ajunta-se á esta solução alguma lixívia de potassa, em pequenas quantidades, até se não produzir mais precipitado; deixa-se em repouso, e decanta-se depois o liquido.

Lava-se o precipitado em bastante agua, para perder todo o acido; depois secca-se, e guarda-se em vidro bem tampado.

Toma-se qualquer porção desta maneira, e dissolve-se em quanto baste de vinagre distillado, mediante brando calor, para que a solução fique bem saturada. Esta tinta é de mui elegante côr azul, serve para os mesmos fins da precedente, e applica-se da mesma maneira.

### 12. Carmim

Toma-se uma pequena quantidade de dissolução de ouro, feita em acido nitro-muriatico; molha-se uma penna n`esta solução, e escreve-se, advertindo que o ouro nitro-muriatico, deve ser diluido em duas partes de agua.

Passa-se depois sobre a escripta a rama de uma penna molhada em uma dissolução de estanho, feita com o mesmo acido, e diluída em duas partes de agua.

Exposta a escripta, depois de sêcca, á moderado calor, apparece côr de purpura mui viva.

### 13. Outra

Escrevendo com acido sulfurico dissolvido em seis partes d`agua, ou com sumo de cebola, ou simplesmente com leite, apparecem as letras approximando-as do fogo.

### 14. Verde

Tomão-se trez onças de safra (Cobalto essencial); 6 onças de acido nitrico do comercio; e duas onças de acido muriatico: mistura-se tudo em um matraz de vidro, posto em banho de areia, para entrarem os ácidos em branda ebulição por duas horas: deixa-se depois esfriar, e decanta-se o liquido para um vidro que se possa tampar bem.

Dilue-se uma oitava desta solução metallica, em meia onça de agua simples; escreve-se com uma penna molhada n`esta mistura, e deixa-se seccar.

Se a solução do cobalto está bem saturada do metal, os caracteres apparecem de uma bella côr verde-salça, logo que a escripta se apresenta á moderado calor de brazas; e esta côr se conserva em quanto o papel não esfria; mas então somem-se os traços, e só tornão a apparecer quando o mesmo papel escripto se aquece.

Pode-se repetir esta operação muitas vezes, tendo o cuidado de não deixar queimar o papel.

### 15. Outra

Dissolva-se meia onça de cobalto; uma onça de acido nitrico; e uma onça de acido muriatico; expondo o vidro á um calor moderado; ajuntando depois meia onça de sal de cosinha dissolvido em duas onças de agua, filtra-se, esta tinta que apparece ao calor do fogo, com uma côr verde.

### 16. Outra

Dissolve-se meia onça de hydro-chlorato de cal em duas

onças de agua as palavras escriptas com ella, são sem côr; apparecem porém se se aquecer o papel escripto com ella.

### 17. Amarello

Faz-se uma dissolução de limalha de cobre, em acido muriatico que se dilue em duas ou tres partes de agua, conforme a concentração do muriato de cobre. Escreve-se com esta mistura, e deixa-se seccar.

Os caracteres são imperceptiveis; mas logo que escripta é posta ao calor do fogo, as letras tomão uma bella côr amarella que desaparece inteiramente á medida que o papel esfria; esta operação pode-se repetir muitas vezes.

### 18. Outra

Escreve-se sobre um papel qualquer, com caldo de limão azedo recentemente exprimido; os caracteres depois de seccos não apparecem; más logo que se chegar o papel ao calôr do fogo, ou luz, os caracteres tornarão-se tão visiveis como se tivessem sido escriptos com tinta, e lê-se perfeitamente.

### 19. Tinta azul para escrever

Dissolvão-se dez oitavas de caparrosa, em meia garrafa de agoa, n`uma capsula de louça ou n`um vidro; ferve-se a solução, e ajunta-se aos poucos uma oitava e meia de acido nitrico, ajuntando-se a esta solução, uma outra feita de dez oitavas de cyanureto de potassa amarello (protohydro-ferro-cyanureto de potassa) em meia garrafa de agoa; apparecerá um precipitado abundante de azul de Prússia, que se ajuntará sobre um filtro, e se lavará bem com agua depois misture-se com duas oitavas de acido oxalico, moído n`um gral de louça, e passada uma hora, ajunte-se meia garrafa de agoa; a mistura se dissolverá em uma tinta azul excellente, que serve não só para escrever, como tambem para anilar a roupa.

### 20. Tintas indelevelis

Os chimicos teem trabalhado muito para achar o methodo

de compôr uma tinta indelevel, ou indestructivel pelos agentes que teem a acção de atacar as tintas ordinarias de escrever.

O Governo Francez ordenou á Academia Real das Sciencias de Paris que offerecesse um premio à qualquer chimico, membro da mesma Academia, que inventasse a melhor formula para se fazer uma tinta tão indelevel (para com ella se escrever nos archivos, thesouros e outras estações), que não podesse ser destruida por agente algum.

As formulas que se adoptarão, são as seguintes:

- 1) Formula – Ferve-se 1 onça de páo do Brasil, bem contuso, com 3 onças de galhas de Alepo, tambem contusas, em 46 onças d`agua, até a reducção de 32 onças. Lança-se este cozimento, ainda quente, sobre 1 onça de sulfato de ferro calcinado, meia onça de gomma arabica em pó, e o mesmo peso de assucar candi tambem em pó. Depois da solução d`estas substancias estar feita ajuntão-se 10 oitavas de bom anil em pó finissimo, e 6 oitavas de tinta da China dissolvida em onça e meia de espirito de vinho. Guarda-se em vasilhas de vidro. Esta tinta tomou o nome de seu autor (Wertrumb).
- 2) Formula – De galhas de Alepo, contusas, 5 onças; de cascas exteriores sêccas de nozes, bem contusas, 3 onças; de sulfato de ferro calcinado á branco, 3 onças; de sulfato de cobre, 1 onça; de gomma arabica em pó, 1 onça; e de anil da India em pó fino, 6 oitavas. Deitão-se estas especies em 6 garrafas de cozimento de campeche, e deixão-se ferver até a diminuição de 1 garrafa. Tirão-se então do fogo, coão-se, e mistura-se-lhes; uma solução feita de meia onça de tinta da China em 2 onças de espirito de vinho. Esta tintas tomou o nome de seu autor (Laforêt). Estas tintas são as que passão por mais excellentes; porém estão longe de resistirem á todos os agentes, de que os malevolos podem lançar mão para apagal-as das

escriptas que querem adulterar. A tinta de Nankin ou da China, passa tambem por indelevel, porque não se presta tão facilmente á acção dos mesmos agentes, como as tintas ordinarias. A base d`esta é manifestamente uma materia carbonacea, e hoje se prepara em França, tão boa, que não cede á da China; antes lhe é superior.

### 21. Tinta indelevel

Faz-se uma dissolução de acetato de manganese que marque 10 grãos ao pesa-liquores de Beaumé, ajunte-se-lhe a nona parte de seu volume de acido acetico, sufficiente para saturar 100 á 160 partes de carbonato de soda crystalisado; desfaz-se n`este liquido a tinta da China, e para que a escripta seja indelevel, põe-se o papel em cima d`um vaso com ammoniaco liquido, ou fecha-se n`uma gaveta com algum carbonato d`este alkali.

### 22. Outra

A 48 onças de tinta ordinaria, ajuntem-se 10 oitavas de anil em pó, e 6 oitavas de pós de sapato diluidos em 4 onças de alcohol.

### 23. Tinta encarnada

Cozem-se 4 onças de páo Brasil, 1 onça de pedra hume, e 32 onças, d`água, até ficar metade; coa-se e ajunte-se gomma arabica meia onça, e assucar, 2 oitavas.

### 24. Outra

Cochonilha moida meia onça, ferve-se com duas libras d`agua, 2 onças de cremor, uma onça de subcarbonato de potassa, e duas oitavas de pedra hume, até ficar em libra e meia; coe-se; ajunte-se gomma arabica duas oitavas.

### 25. Outra

quecem-se 12 grãos de carmim legitimo, com 3 onças de ammoniaco liquido, n`uma chicara, sobre uma luz, não até á effervecencia e ajuntem-se 18 grãos de gomma arabica em pó, tendo

o cuidado de arrolhar o vidro sempre bem, logo depois de usar-se da tinta.

### 26. Outra

Esta tinta faz-se com bagas d`abrunheiro, fervida em água, em que se dissolve uma pouca de soda, ou potassa, e depois, basta gomal-a.

### 27. Outra

Fervão-se n`uma fregideira de cobre, 4 onças de páo Brazil, em pó, em 1 garrafa d`agoa, durante um quarto de hora; filtre-se, e ajuntem-se 2 oitavas de gomma arabica em pó, alguns pugilos de sulfato d`alumina, e potassa, (pedra hume) e de vinagre uma colher de sopa.

### 28. Tinta roxa

Compõe-se a tinta roxa de 4 onças de páo Brazil, e 32 onças d`agua. Ferve-se tudo até ficar reduzido a 16 onças, coa-se e ajuntão-se-lhe 9 oitavas de pedra hume, e 6 oitavas de gomma arabica.

### 29. Outra

Campeche 4 onças, agua 32 onças; ferva-se até ficar em 16 onças, coe-se e ajuntem-se gomma arabica, 6 oitavas, pedra hume 9 oitavas.

### 30. Tinta côr de ouro

Pisão-se folhas d`ouro, em folha com mel, de modo que se faça uma massa perfeita, que se lança em um cópo d`agoa para fazer dissolver o mel: muda-se a água, duas ou tres vezes, até que não haja mel na massa, decante-a então a agua, e o ouro fica em pó, perfeitamente puro; depois dilue-se gomma arabica em agoa, pouco mais ou menos 4 oitavas para 13 onças, para lhe dar a sufficiente consistencia, e lança-se n`ella o pó d`ouro, que mistura bem.

### 31. Tinta côm de prata

Estanho de Malaca 1 onça, mercurio o dobro de seu peso; misturem-se bem estas duas materiais, para que o todo venha a ser liquido, pise-se depois o porphyro, e misture-se com agoa gommada.

### 32. Tinta verde

issolvão-se 4 oitavas de verdete, 2 onças de cremor, em 10 onças d`agua, e coem-se.

### 33. Outra

Dissolvem-se 3 oitavas de bichromato de potassa em 1 onça d`agua quente, ajuntando á essa solução, ainda quente, meia onça de alcohol, e depois acido sulfurico, até que o liquido fique com uma côm rôm; esta evapora-se até ficar na metade; diluindo depois de esfriar com 2 onças d`agua, filtra-se e ajuntão-se 2 oitavas de alcohol, e alguns pingos de acido sulfurico; passados alguns dias, toma o liquido uma côm verde muito linda, que tem o inconveniente de ser venenosa, como a que já foi explicada, e que é geralmente usada.

### 34. Outra Tinta verde para pintar e escrever

Soca-se uma porção de folhas de maracujá dos grandes, ajunte-se um pouco d`agua, expreme-se e coa-se, misturando-se á tinta verde, um pouco de gomma.

### 35. Côm verde tirada do café

Ferve-se uma libra de café em pó, sem ser torrado, com 4 garrafas d`agoa até ficar em 2 garrafas; coe-se, e ajuntem-se 2 onças de sulfato de cobre, dissolvido em 1 garrafa d`agua, e ajunte-se o precipitado verde; este verde é de uma côm muito fixa, e bonita; pouco se altera, pelo ammoniaco, em azul; pela potassa caustica, em azul ferrete, o acido oxalico dissolve-se sem mudar a sua côm verde.

### 36. Processo para preparar a tinta da China (ou nankin)

Em um vaso de barro, não vidrado, deita-se uma boa quantidade de caroços de pêcegos; e cobrindo-o bem de sorte que só fique um pequeno respiradouro; calcina-se a materia, em um forno, para ficar reduzida á carvão.

Pulverisa-se então a substancia carbonacca, e passa-se por peneira de seda muito fina.

Moe-se depois este pó por um porphyro, com uma solução de gomma arabica um pouco espessa, á fim de se reduzir a massa a consistencia propria para se moldar em formas de cartão, untadas por dentro com cera branca derretida, para evitar a adhesão.

A gomma arabica, deve ter em mistura 2 grãos de almíscar por cada libra de matéria em pó.

As varias figuras marcadas por fora na tinta que vem da China, denotão o nome da fabrica, e dos fabricantes.

N`aquelle paiz não escrevem com outra pór ser tinta inalteravel.

### 37 Tinta côm de purpura, inalteravel, para escrever sobre panno

E` principalmente na estação calmosa, que a maior parte dos logistas usão preservar dos raios ardentes do sol as vidraças, onde teem expostos os objectos mais apreciaveis da sua industria.

Mas, se por este lado evitão o prejuizo da descoloração mais commummente operada pelo sol, por outro, o uso do toldo torna as suas taboletas inacessiveis á vista do publico; todavia, este inconveniente obvia-se, fazendo inscrever nas margens do guarda-sol o mesmo ou quasi o mesmo que designão as taboletas.

A imperfeição, porem, das tintas com que se escreve no panno é tal, que em algumas, mormente nas encarnadas, as letras ou se apresentam com um sombreado sujo e feio, que é o oleo da tinta que repassou além do espaço circumscripto, onde corria o pincel, ou são baças, asperas e sem brilho, tendo sobretudo a desvantagem de desapparecerem com a lavagem, ou se desmancharem com alguma chuva, á que fiquem por acaso expostas.

Para resolver este inconveniente, lembrou-nos indicar o pro-

cesso da fabricação, e a aplicação de uma tinta, que tendo a inconveniência do preço um pouco mais elevado, tem em compensação a utilidade da perfeição e conservação.

O seu processo é o seguinte:

Toma-se o panno sobre que se quer escrever, e mergulha-se n`uma solução feita com:

Gomma arabica	6 oitavas
Carbonato de soda	6 oitavas
Agua	21 oitavas

Depois de uma hora de imersão, expreme-se o panno, faz-se seccar, e passa-se com um ferro quente de engommar.

Faz-se depois á parte uma dissolução com:

Bichlorureto de platina, 2 oitavas.- Agoa distillada, 4 onças.

Molha-se depois o pincel n`esta dissolução, e escreve-se sobre o panno.

Quando a escripta está bem secca, cobre-se então com um outro panno qualquer, que se tem primeiro molhado com uma dissolução feita da maneira seguinte: Protochlorureto de estanho 4 oitavas. – Agua distillada 16 oitavas.

A reacção é prompta, os caracteres escriptos apparecem logo com uma muito linda côr de purpura, e com um brilho admiravel.

Esta tinta é inalteravel ao sol e á agua, podendo servir-se d`ella tambem para marcar a roupa, que se pode lavar sem receio, porque aquella côr resiste ao melhor sabão.

## BIBLIOGRAFIA

**AUDISIO**, Gabriel. Livre le Français d`hier, Paris, A Colin, 2000.

**CARDONA**, Giorgio Raimondo. Storia Universale Della Scrittura, Milano, Mondadori, 1986.

**CARLO**, Agustin Millares. Paleografia Española, Madrid, Labor, 1929.

**HAMEL**, Christopher. Scribes and Illuminators, London, British Museum, 1993.

**MAN**, John. A História do Alfabeto, São Paulo, Ediouro, 2002.

**MCMURTRIE**, Douglas. O Livro, Lisboa, Gulbenkian, 1982.

**MENDES**, Lamartine. Documentos cópia, Campinas, Millenium, 2003.

**OLIVEIRA**, José Teixeira. A Fascinante História do Livro, Rio de Janeiro, Kosmos, 1987.

**SANTOS**, Maria José Azevedo, Da Visigótica à Carolina, Lisboa, Gulbenkian, 2004.

**RENAULT**, Victor. Thesouro das Famílias, Rio de Janeiro, Garnier, S.d.

**WEISE**, O. La Escritura y el Livro, Madrid, Labor, 1925.

# A CASA BARÃO DE MELGAÇO E O PONTO DE CULTURA DO IHGMT

## Centro de Pesquisa nacional

Elizabeth Madureira Siqueira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente texto apresenta, mesmo que de forma breve, o conjunto dos acervos da Casa Barão de Melgaço, instituição quase centenária integrada pelas duas instituições culturais mais antigas de Mato Grosso: o Instituto Histórico e Geográfico (1919) e a Academia Mato-grossense de Letras (1921). Ao longo de sua trajetória, a Casa Barão de Melgaço conseguiu reunir um expressivo acervo composto por uma biblioteca, com cerca de 10.000 volumes, uma hemeroteca compostas de jornais dos séculos XIX e primeira metade do XX, e um arquivo muito especial, composto de acervos privados, de família e institucionais. De um amontoado de papéis, a Casa Barão de Melgaço conseguiu, ao longo de 25 anos, se transformar num moderno Centro de Pesquisa, graças às parcerias estabelecidas com instituições de respeitabilidade regional e nacional, instituições de ensino superior e entidades de pesquisas, contando, nos últimos quatro anos, com o apoio do Ministério da Cultura e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que transformou o IHGMT num Ponto de Cultura, oferecendo-lhe o necessário apoio financeiro para não só a finalização do arranjo dos acervos, mas também sua digitalização. Esse processo final garantirá que as futuras gerações consigam ter acesso às informações contidas na Casa Barão de Melgaço, não só presencialmente, mas também de forma virtual.

**Palavras-chave:** História. Mato Grosso. Casa Barão de Melgaço. Ponto de Cultura do IHGMT. Documentação.

### RESUMO

Este trabajo presenta, aunque sea brevemente, todas las colecciones de la Casa del Barón de Melgaço, institución casi centenaria compuesta por las mas antigas instituciones culturales en el Mato Grosso: el Instituto Historico e Geografico Del Mato Grosso (1919) y La Academia Mato-Grossense de las Letras (1921). A lo largo de su percurso, la Casa del Barón de Melgaço ha acumulado una importante colección, que consiste en una biblioteca

NDIHR



REVISTA ELETRÔNICA 2  
DOCUMENTO  
MONUMENTO

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
MATO GROSSO

NÚCLEO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO  
HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR

con unos 10.000 volúmenes, una hemeroteca compuesta por los periódicos del siglo XIX y primera mitad del XX, y un archivo muy especial, integrado por las colecciones privadas, de familias e institucionais. Desde un montón de papeles, la Casa del Barón de Melgaço tiene, ao longo de más de 25 años, convirtiéndose en un moderno Centro de Investigación, gracias a alianzas con instituciones de respetabilidad regionales y nacionales, de instituciones de educación superior e instituciones de investigación, contando, en los últimos cuatro años, con el apoyo del Ministerio de Cultura y el Instituto Nacional de Patrimonio Histórico y Artístico, que se ha convertido en un Punto de Cultura de lo IHGMT, que le ofrece el apoyo financiero necesario no sólo para la realización de la disposición de las colecciones, sino también su exploración. Este proceso final asegurará que las futuras generaciones puedan tener acceso a la información contenida en la Casa del Barón de Melgaço, no sólo en persona, pero virtualmente también.

**Palabras-clave:** Historia. Mato Grosso. Casa Barón de Melgaço. Punto de Cultura de lo IHGMT. Documentación

**E**m 1919, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi criado e instalado tendo como missão precípua a preservação e a escrita inaugural da trajetória histórica de Mato Grosso. Composto por um grupo singular de intelectuais que se projetava na vida pública e cultural de Mato Grosso, essa missão foi executada com prioridade, uma vez que cada associado, individualmente, publicou diversos trabalhos que refletiram na maior qualificação e conceito da Instituição.

O lema do IHGMT, *Pro pátria cognita atque immortalis* (pela pátria conhecida e imortal), foi criado, em 1919, por D. Francisco de Aquino Corrêa, à época Presidente do Estado e, pelos primeiros 40 anos, Presidente do IHGMT.



## FUNDADORES DO IHGMT EM 1919

Antônio Fernandes de Souza, Carlos Gomes Borralho, Emílio Amarante Peixoto de Azevedo, Estevão de Mendonça, Francisco de Aquino Corrêa, João Cunha, Joaquim Pereira Ferreira Mendes, José Barnabé de Mesquita, Luiz da Costa Ribeiro, Ovídio de Paula Corrêa, Philogonio de Paula Corrêa e Virgílio Alves Corrêa Filho.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso subsiste com a contribuição anual e simbólica dos seus associados. Nessa medida, todas as ações que demandam maiores investimentos devem, necessariamente, contar com o apoio de instituições financiadoras de apoio aos projetos de pesquisa. Por outro lado, o IHGMT, através de sua Revista, viva e atuante de 1919 até hoje, consubstanciou parcela da produção de cada membro, oferecendo à sociedade uma inestimável contribuição. Foi ao longo de sua existência que o IHGMT acumulou um acervo bibliográfico e documental expressivo e singular no contexto arquivístico de Mato Grosso, isso porque é atualmente constituído de três grandes nichos de pesquisa: a **biblioteca**, que conta com mais de 10.000 volumes; a **hemeroteca** composta por periódicos publicados ao longo dos séculos XIX e XX; o **arquivo**, subdividido em duas partes: os acervos institucionais, compostos dos papéis gerados por instituições fenecidas e ativas, e os acervos privados e de família, compostos de papéis, objetos e mobiliário que pertenceram aos titulares.

Assim, a missão do IHGMT não se circunscreveu, nesses 90 anos de existência, ao trabalho de escrita inaugural da história, mas extrapolou na constituição de acervos, delicados e dedicados trabalhos de preservação da memória regional, somente possíveis pela credibilidade que a Instituição adquiriu ao longo dos anos,



D. Francisco de Aquino Corrêa.  
Acervo Família Rodrigues

visto que as instituições e órgãos públicos e privados, seguros de que o seu acervo seria preservado, doaram ao IHGMT significativas peças documentais;

### OS ACERVOS INSTITUCIONAIS

Por acervos institucionais se entende os papéis e objetos acumulados por uma instituição ao longo de sua existência. Desses acervos, parte substantiva é constituída por documentação gerada por diferentes instituições:

#### Instituições fenecidas:

Instituição	Tipologia documental
Grêmio Literário Álvares de Azevedo	Manuscritos e escritos tipografados
Associação Literária Cuiabana	Manuscritos e escritos tipografados
Sociedade Terpsíchore Cuiabana	Manuscritos e escritos tipografados
Tribunal da Relação	Manuscritos e escritos tipografados
Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa	Manuscritos, escritos tipografados e fotográficos

#### Instituições atuantes:

Instituição	Tipologia documental
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso	Manuscritos, escritos tipografados, fotografias e objetos
Academia Mato-Grossense de Letras	Manuscritos, escritos tipografados, fotografias, pinturas, mobiliário e objetos

Hoje, a Casa Barão de Melgaço, especialmente através das iniciativas do Ponto de Cultura do IHGMT, se constitui num dos mais importantes centros de pesquisa do estado de Mato Grosso, graças a um processo de parceria que nasceu pós-1930 e que perdura até contemporaneamente. Vejamos esse interessante percurso.



Família Rodrigues.  
Acervo Família Rodrigues

Quando a primeira **Faculdade de Direito** foi criada em Mato Grosso, nos idos de 1934, o IHGMT se irmanou com essa Instituição, visto ser seus associados professores e colaboradores da primeira instituição de ensino superior de Mato Grosso. Com a criação **do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá (ICLC)**, igualmente os sócios do IHGMT prestaram-lhe relevantes serviços, seja no esclarecimento de questões pontuais sobre a realidade mato-grossense, ou enquanto palestrantes e docentes da mesma Instituição.

Na década de 1970, com a criação da **Universidade Federal de Mato Grosso**, especialmente a partir da instalação do **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR** e, mais tarde, com a criação dos **Cursos de História e de Geografia**, o IHGMT se tornou parceiro dessas Instituições, servindo-lhes de verdadeiro laboratório, visto que muitos pesquisadores adstritos a essa instituição de ensino superior ali desenvolveram projetos de pesquisa, de arranjo e preservação de fontes, produziram artigos, livros, monografias, dissertações e teses através da apropriação do corpus documental, assim como alguns de seus membros integraram, ao longo dos últimos 20 anos, o quadro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Foi a partir dessa comunhão do IHGMT com as instituições científicas regionais que seu patrimônio ganhou estatuto e visibilidade através da abertura de projetos de pesquisa junto ao **CNPq, Secretarias de Estado e Municipais de Cultura, empresas privadas e**

**FAPEMAT**, instituições que, acreditando no trabalho da Instituição, ofereceram-lhe condições infraestruturais para que seus acervos documentais e bibliográficos fossem preservados e informatizados, oferecendo condições dignas de pesquisa.



Placa de entrada lateral do Ponto de Cultura do IHGMT

Na atualidade, ao comemorar 90 anos de existência, a Casa Barão de Melgaço se transformou num dos mais valorizados espaços de pesquisa do contexto regional e nacional, graças ao apoio atual do **IPHAN, Ministério da Cultura - MinC** que, apostando na transformação e modernização dessa Instituição, elevou o

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso a **Ponto de Cultura**, Centro de Pesquisa referência nacional e internacional.

### O ESPAÇO BÁSICO DO PONTO DE CULTURA



Entrada de acesso ao Ponto de Cultura do IHGMT - 1910. Foto IHGMT



Sede do Ponto de Cultura do IHGMT. Acervo IHGMT

O Projeto **Ponto de Cultura do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso** está sendo desenvolvido desde 2008, com recursos

advindos de convênio com o IPHAN, através do Ministério da Cultura - MinC, via *Programa Cultura Viva*. Um aspecto positivo e de bons resultados nesta proposta de ação é a transversalidade da cultura compartilhada com a comunidade. O papel do **MinC/IPHAN** é o de agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes, como foi o caso, pois foram repassados recursos para pessoal, serviços e equipamentos, ampliando as possibilidades de oferecimento de serviços de qualidade para a sociedade.

### AS DEPENDÊNCIAS DO PONTO DE CULTURA DO IHGMT: UM CENTRO DE PESQUISA



Balcão de recepção do Ponto de Cultura do IHGMT

### O ARQUIVO: ACERVOS PRIVADOS E INSTITUCIONAIS



Arquivo da Casa Barão de Melgaço. Acervo IHGMT.



Acervo Privado Ramiro Noronha. Foto IHGMT.



Caderneta de Campo e álbum fotográfico acervo Ramiro Noronha.  
Fotos IHGMT



Insignias acervo privado Luís-Philippe Pereira Leite.  
Foto IHGMT



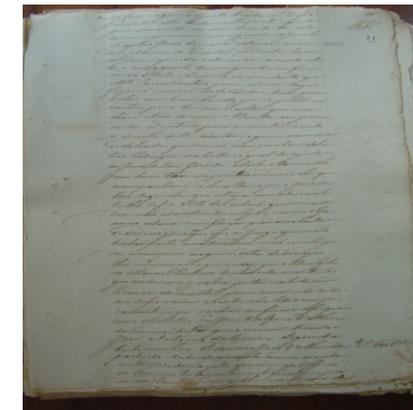
- Relações Familiares
- Relações Sociais
- Relações Comerciais
- Universo de Interesse
- Sem vínculo aparente

- **Séries:** espécie documental: ata, correspondência (carta, telegrama, bilhete, cartão postal), cartão pessoal, diário, anotações avulsas, receitas culinárias etc.

### ACERVO FAMÍLIA MENDONÇA



Mostra do Acervo Família Mendonça. Auto-sumário crime da Rusga  
Foto IHGMT.



### METODOLOGIA DE ARRANJO DOS ACERVOS PRIVADOS E DE FAMÍLIA

Foi a partir de um curso promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, em convênio com o Arquivo Público de São Paulo, que recebemos treinamento e capacitação para proceder ao arranjo dos acervos privados. Sob o comando da competente da historiadora Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo e equipe, trouxemos para Mato Grosso essa inovadora sistêmica que tem como base de arranjo do Fundo, que é o titular ou a Família, 10 Grupos norteadores:

- Documentos Pessoais
- Documentos de Família
- Formação Intelectual
- Atuação Profissional
- Produção Intelectual



Papéis da Família Mendonça, Estevão e Rubens de Mendonça.  
Foto IHGMT

### O ACERVO FOTOGRÁFICO



Acervo de Fotos da Casa Barão de Melgaço.  
Foto IHGMT

### METODOLOGIA ADOTADA PARA CLASSIFICAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

**Código:** ACBM - FOTO 168

**Local:** Cuiabá

**Data:** 1940 (década de)

**Descrição da foto:** Álbum fotográfico das obras oficiais edificadas em Cuiabá durante o período de governo Júlio Müller, incluindo a Residência Oficial dos Governadores, o Grande Hotel, a Estação de Tratamento de Água, o Cine Teatro Cuiabá, o Palácio da Justiça, a Secretaria Geral, o Centro de Saúde, o Quartel do 16º Batalhão de Caçadores, a Maternidade, a primeira ponte ligando Cuiabá a Várzea Grande, a Avenida Getúlio Vargas, dentre outras.

**Total de fotos:** 32

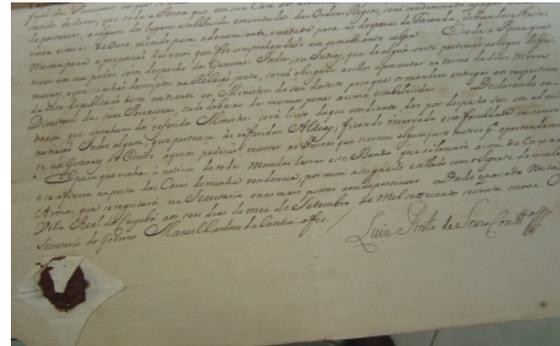
**Dimensão:** Comprimento: 45cm, largura: 33cm

**Posição:** Horizontal

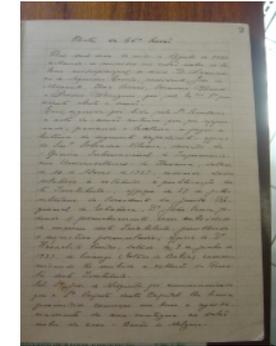
**Coloração:** Preto/branco

**Fotógrafo:** Foto Chau

### ACERVOS INSTITUCIONAIS

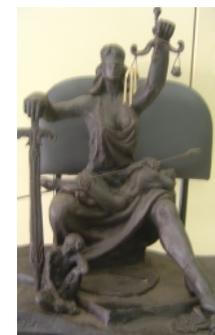


Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa - 1779  
Correspondência expedida pelo 4º capitão-general,  
Luiz Pinto de Souza Coutinho



Livro de ata do IHGMT  
1919-1936

### MOBILIÁRIO E OBJETOS





## MOMENTOS DA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO PONTO DE CULTURA DO IHGMT (DEZ. 2008)

O Ponto de Cultura do IHGMT, iniciado em 2008, foi inaugurado oficialmente no dia 10 de abril de 2010, porém suas portas nunca estiveram fechadas aos pesquisadores. A cerimônia contou com a presença de diversas autoridades mato-grossenses, do IPHAN, membros do IHGMT e da AML, além e principalmente da comunidade mato-grossense e cuiabana.



Presidente do IHGMT, João Carlos Vicente Ferreira, abrindo a cerimônia de inauguração do Ponto de Cultura



Curadora da Casa Barão de Melgaço e Coordenadora Técnica do Projeto Ponto de Cultura do IHGMT, Elizabeth Madureira Siqueira, discorrendo sobre os acervos da Casa Barão de Melgaço



Diretor do IPHAN-MT, Claudio Comte, prestigia o inauguração do Ponto de Cultura do IHGMT



Descerramento da placa alusiva ao evento. Foto IHGMT

## VISITA À BIBLIOTECA E ARQUIVO



Visita à Biblioteca e acesso às obras raras



Famílias Mendonça conferem acervos doados



Visitantes apreciam documentos e objetos nas expositoras de documentos



Coquetel de confraternização – Casa Barão de Melgaço, um espaço restaurado e integrado

## FINALMENTE A CASA BARÃO DE MELGAÇO SE TRANSFORMA NUM CENTRO DE PESQUISA DE MATO GROSSO

Após mais de 25 anos de investimento na recuperação e arranjo da documentação da Casa Barão de Melgaço, chegou-se a um momento definitivo no tratamento documental, que é a digitalização dos acervos, visando sua preservação, uma vez que deseja-se oferecer às gerações futuras condições dignas de acesso pleno às informações históricas de que detém a Casa Barão de Melgaço. Assim, através da última etapa do projeto Ponto de Cultura, o MinC e o IPHAN aprovaram verba para efetivação desse relevante trabalho. Para isso, foi contratada firma especializada para execução desse trabalho, a qual se comprometeu, além de digitalizar, passar todas as informações para microfilme, suporte de maior durabilidade. O trabalho está sendo executado numa das salas do Ponto e Cultura, garantindo, nessa medida, constante diálogo entre a equipe e a Coordenação do projeto.

### PRESERVANDO A MEMÓRIA: DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO



Preparo da documentação para digitalização. Foto IHGMT



Aparelhagem de digitalização.  
Foto IHGMT

Por outro lado, o IHGMT não teria condições de processar essas transformações, não fosse, nos últimos oito anos, o inestimável apoio do **Governo do Estado de Mato Grosso** que não só recuperou o patrimônio arquitetônico que pertenceu a Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, mas, acreditando no papel que a instituição desempenhou e desempenha no cenário regional e nacional, devolveu ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e à Academia Mato-Grossense de Letras, a **totalidade dos antigos domínios do Solar de Melgaço**, reformando as edificações construídas ao longo dos últimos 50 anos, a exemplo das dependências da antiga Faculdade de Direito de Cuiabá, incorporando também seu auditório. Nesse patrimônio foi ainda agregado um edifício lateral que serviu de Restaurante Estudantil e, mais tarde, como Sindicato dos Jornalistas.

### RESTAURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO



Solar do Barão de Melgaço - fase de restauro e acabamento final. Foto IHGMT



Salão nobre restaurado.  
Foto IHGMT



Pátio externo integrado.  
Foto IHGMT

Nesse espaço integrado e apropriado, os membros do IHGMT e da AML se reúnem, promovem lançamentos da produção institucional e de seus membros, realizam cerimônias de posse de novos associados, promovem exposições, oficinas e minicursos, todos franqueados à população mato-grossense.

Ao completar 90 anos de existência, a Casa Barão de Melgaço pôde se transformar, definitivamente, num Centro de Pesquisas que não só armazena, arranja e preserva acervos privados e institucionais, mas também veicula conhecimento através de suas publicações, atendendo prioritariamente ao público pesquisador e oferecendo-lhe dignas condições de pesquisa, seja através do acesso à base de dados, já informatizada, como também, em futuro próximo, poderá ele receber, virtualmente e na íntegra, os documentos e obras raras, uma vez que está projetada a confecção de página da Casa Barão de Melgaço na *Internet*.

## REFERÊNCIAS

- ACERVO Corsíndio Monteiro da Silva, 1921-2000.  
 ACERVO da Academia Mato-Grossense de Letras, 1921-2008.  
 ACERVO Amidicis Diogo Tocantins. ACBM.  
 ACERVO do Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa. ACBM, 1948-1987.  
 ACERVO Família Mendonça, 1890-1988.  
 ACERVO Família Rodrigues, 1870-1999.  
 ACERVO Institucional. IHGMT, 1919-2008.  
 ACERVO Luis-Philippe Pereira Leite. ACBM, 1948-1987.  
 ACERVO Ramiro Noronha. ACBM, 1948-1987.  
 ACERVO Ubaldo Monteiro da Silva. ACBM.  
 BIBLIOTECA da Casa Barão de Melgaço. ACBM.  
 HEMEROTECA da Casa Barão de Melgaço. ACBM.  
 LIVRO de Ata das Sessões Ordinárias e Extraordinárias do IHGMT, 1919-2008.  
 PUBLICAÇÕES Avulsas do IHGMT, n. 1 a 68.  
 REVISTA do IHGMT. 1919-2009.

<sup>1</sup> Mestre em História, Doutora em História da Educação, Curadora da Casa Barão de Melgaço, Coordenadora Técnica do Projeto *Ponto de Cultura* do IHGMT e sócia efetiva do IHGMT e da AML.